

80 anos

*das rádios Nacional e
MEC do Rio de Janeiro*



ORGANIZADORES

Nélia Del Bianco
Luciano Klöckner
Luiz Artur Ferraretto



80 *anos* *das rádios Nacional e* *MEC do Rio de Janeiro*

ORGANIZADORES

Nélia Del Bianco (UnB)
Luciano Klöckner (PUCRS)
Luiz Artur Ferraretto (UFRGS)





Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

Chanceler

Dom Jaime Spengler

Reitor

Evilázio Teixeira

Vice-Reitor

Jaderson Costa da Costa

Conselho Editorial

Carla Denise Bonan – Presidente

Gilberto Keller de Andrade – Diretor da EDIPUCRS

Jorge Campos da Costa – Editor-Chefe

Beatriz Correa P. Dornelles

Carlos Alexandre Sanchez Ferreira

Carlos Eduardo Lobo e Silva

Eleani Maria da Costa

Leandro Pereira Gonçalves

Luciano Aronne de Abreu

Newton Luiz Terra

Sérgio Luiz Lessa de Gusmão

© EDIPUCRS, 2017

DESIGN GRÁFICO [CAPA]: Lena Benzecry (@LenaBenzComunica)

DESIGN GRÁFICO [DIAGRAMAÇÃO ELETRÔNICO]: Lena Benzecry

REVISÃO DOS TEXTOS a cargo dos autores de cada artigo

Edição revisada segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.



EDIPUCRS – Editora Universitária da PUCRS

Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 33

Caixa Postal 1429 – CEP 90619-900

Porto Alegre – RS – Brasil

Fone/fax: (51) 3320 3711

E-mail: edipucrs@pucrs.br - www.pucrs.br/edipucrs

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

039 80 anos das rádios Nacional e MEC [recurso eletrônico] / organizadores Nélia Del Bianco, Luciano Klöckner, Luiz Artur Ferraretto. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : EDIPUCRS, 2017. Recurso *on-line*.

Modo de acesso: <http://www.pucrs.br/edipucrs/>

ISBN 978-85-397-1027-0

1. Rádio. 2. Rádio - Programas. 3. Rádio Nacional (Brasil). 4. Rádio Ministério da Educação e Cultura (Brasil). I. Del Bianco, Nélia. II. Klöckner, Luciano. III. Ferraretto, Luiz Artur. .

CDD 23. Ed. 070.19

Loiva Duarte Novak CRB 10/2079
Setor de Tratamento da Informação da BC-PUCRS

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).



PREFÁCIO

Valci Zuculoto – Coordenadora do Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora

O rádio chega centenário na era digital contemporânea. Mas em transformação e renovação constantes e adquirindo cada vez mais sentido de permanência e importância num cenário em que se aprofunda a centralidade da comunicação e da informação para a construção social da realidade. O meio continua um dos mais populares e acessíveis para a sociedade ser informada. No contexto midiático do Brasil atual, permanece a hegemonia do rádio comercial no espaço sonoro de antena. Porém, especialmente nas últimas duas décadas, avançou-se na construção do rádio público, por meio das emissoras comunitárias e das estações estatais, educativas, culturais e universitárias, o segmento da radiodifusão não comercial em que se incluem a Nacional e a MEC que são o objeto desta obra. Também passaram a ocupar, mais e mais a cena sonora do ambiente virtual, as web rádios, emissoras criadas e formatadas para transmissão exclusiva na internet. Para irradiar, adaptando-se à ecologia midiática contemporânea e assim permanecer, o meio ainda conta também com cada vez mais plataformas e suportes. Com estas transformações e adequações, o rádio vem aumentando potencialidades e adequando características para cumprir sua função social de levar à audiência, seja nas ondas hertzianas, seja nas ondas virtuais, informação e comunicação de interesse público, cultura, educação e entretenimento.

Sempre atento a seu papel e objetivo de buscar compreender meio tão resiliente, que prossegue desempenhando missão tão fundamental, o Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora da Intercom não poderia deixar de marcar os 80 anos das rádios Nacional e MEC do Rio de Janeiro, celebrados em 12 de setembro de 2016. Afinal, são duas emissoras de referência, com histórias próprias e singulares que se confundem com a história geral do rádio brasileiro e também com a história do país. Afinal, segmentos de público de gerações que já nasceram sob o signo da internet e ouvem áudio apenas na web ou em aparelhos digitais, talvez até desconheçam que no coração do icônico bairro da Lapa, no Rio de Janeiro, ainda lutam para continuar pulsando dois outros ícones da nossa cultura: as rádios Nacional e MEC do Rio Janeiro. Emissoras que influenciaram e buscam prosseguir influenciando a constituição histórica do Brasil e dos brasileiros, irradiando em quaisquer das formas de propagação nas nossas ondas sonoras.

Embora já se conte com estudos que refletem determinantes fenômenos que estas emissoras protagonizaram e continuam a representar na radiodifusão brasileira, mesmo da América Latina e, porque não, também mundial, a Nacional e a MEC do Rio de Janeiro chegam aos 80 anos sem a mesma popularidade e audiências arrebatadas, enfrentando ameaças de desaparecimento, entre várias outras dificuldades ou transformações que atingem o meio como um todo e, no caso de ambas, o rádio estatal e público brasileiro. Mesmo assim, como tão bem evidenciam os próprios artigos deste livro, ainda carecem de ser sintonizadas por nossas pesquisas. Isto, não apenas em busca de suas facetas ainda não investigadas ou de se lançar novos olhares sobre o que já foi estudado. Precisam, para além, que se pesquisando ainda mais seus trajetos históricos, suas transformações, suas rupturas e igualmente continuidades, perceba-se os seus presentes e importâncias das suas permanências, o que é essencial para também se refletir sobre seus futuros ou, se não os tiverem, sobre os impactos que tais ausências podem produzir na radiofonia nacional. E mesmo que não permaneçam, as duas emissoras precisam ser sintonizadas e irradiadas pelas pesquisas porque constituem raízes até mesmo das mais inovadoras web rádios.

Assim, esta obra, produzida em mais um esforço coletivo e qualificado de investigação do Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora da Intercom, revela-se como essencial para contribuir com o avanço dos estudos do radiofônico no país e se apresenta – o que realmente foi – como desafio obrigatório para um GP que vem sendo um protagonista na construção do campo acadêmico do rádio no Brasil. Por isso, neste prefácio, não se pode deixar de ressaltar e agradecer aos pesquisadores Nélia Del Bianco, Luiz Artur Ferraretto e Luciano Klöckner, que aceitaram ser organizadores do livro e trabalharam na tarefa que lhes foi demandada pelo Grupo com a dedicação e a qualidade que sempre os caracterizam e os destacam. Da mesma forma, é de se agradecer ao conjunto dos seus integrantes, pois mesmo não fazendo parte da obra, de um jeito ou de outro, o que é do perfil dos pesquisadores do Grupo, vários contribuíram para que se efetivasse. E especialmente se faz necessário distinguir e parabenizar os autores e autoras, que não são somente os membros nucleados no GP, mas também outros que formam essa extensa e intensa rede de estudiosos do rádio e da mídia sonora que nosso grupo vem tecendo país a fora e também já internacionalmente. Agradecemos porque atendendo à chamada para participar do livro, apresentando suas propostas, submetendo-se à avaliação de seus pares, fazendo pesquisas qualificadas e elaborando os artigos no espaço de apenas um ano, construíram, sem dúvida, uma publicação que passa a ser também fundamental para se conhecer e se interpretar a radiodifusão brasileira.

Mais ainda: além de referência para entender o nosso objeto maior de estudo, o rádio, esta obra passa a figurar como uma contribuição para a leitura do momento atual do Brasil. O país atravessa uma grave crise e sem precedentes na nossa história geral, em que, novamente, a comunicação e o jornalismo emergem não somente como instrumentos

para se retratar a realidade, mas, sim, têm mostrado que também atuam como atores na construção do cenário contemporâneo brasileiro. Um cenário em que a nossa radiodifusão estatal e pública, segmento no qual a Nacional e a MEC do Rio de Janeiro se inserem atualmente, é mais uma vez e profundamente impactada e transformada.

Ainda na fase pioneira do rádio, na década de 30, em sua *Teoria de La Radio – 1927/1932*, Bertold Brecht (1981; 2005) já identificava o potencial do meio de difundir informação de interesse público e clamava para que efetivamente fosse utilizado na evolução do meio. Décadas depois, o teórico latino-americano Mario Kaplún (1978), na sua obra clássica e permanente para estudos radiofônicos, defendeu que o rádio não é um mero veículo, mas, sim, um instrumento com imensas potencialidades quantitativas e qualitativas educativas e culturais, a serviço do popular. Na mesma época, em 1980, Fernando Peixoto conclamou a assumirmos o rádio, “enquanto linguagem e instrumento”, pois se trata de “um instrumento capaz de falar”, “uma arma”. Para Peixoto, “é claro que sabemos que ele está nas mãos daqueles que, em benefício de sua classe, preferem-no como instrumento de silêncio ou de mentira”. Ao mesmo tempo, entretanto, não se resignou e advertiu: “Mas saberemos ou não o conquistar e fazê-lo falar? Ou não teremos nada a dizer?” (PEIXOTO, 1980, p.10).

Inspirado por estes e tantos outros teóricos que se dedicam a investigar e refletir sobre este meio secular e ainda tão necessário, o Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora da Intercom, ao publicar mais uma obra que resulta de apuradas pesquisas e trabalho coletivo, acredita que novamente cumpre sua obrigação. Isto porque, ressaltando a função basilar da educação e da pesquisa para a sociedade brasileira, compreende que nossos estudos radiofônicos devem servir para que o rádio e as mídias sonoras efetivamente desenvolvam seu também decisivo papel social, participando da construção da democracia na comunicação e no Brasil.

Referências

BRECHT, Bertold. *Teoria de la Radio (1927-1932)*. In.: BASSETS, Lluís (Ed.). **De las ondas rojas a las radios libres. Textos para la historia de la radio**. Barcelona: Gustavo Gili, 1981.

BRECHT, Bertold. *Teoria do Rádio (1927-1932)*. In: MEDITSCH, Eduardo (Org). **Teorias do Rádio – textos e contextos**. Volume I. Florianópolis: Editora Insular, Intercom e Posjor UFSC, 2005, p.13-14.

KAPLÚN, Mario. **Producción de Programas de Radio. El guión - la realización**. Quito, Ecuador: Ediciones CIESPAL, 1978.

PEIXOTO, Fernando. **Descobrimo o que já estava descoberto**. In: SPERBER, George Bernard (Org). *Introdução à peça radiofônica*. São Paulo: EPU, 1980.



Apresentação

Nélia Del Bianco, Luciano Klöckner e Luiz Artur Ferraretto — Organizadores

Ao longo de seus 80 anos de existência, as rádios Nacional e MEC ofereceram vários caminhos diferentes para o fazer radiofônico, aqui parcialmente lembrados e analisados. Trata-se de posicionar tais emissoras em vários momentos de suas trajetórias, procurando apresentar algumas de suas facetas.

Afinal, a Nacional foi o exemplo mais acabado e bem-sucedido em termos de meio eletrônico de comunicação massiva no período anterior ao advento da televisão. De fato, trata-se da única emissora de rádio do país a merecer o qualificativo de “nacional”. Esta palavra, portanto, não era mera denominação, em especial nas décadas de 1940 e 1950. A estação reinou com seu cast de astros estrelas a atrair enorme investimento dos principais anunciantes da época.

Já a MEC é a herdeira do sonho educativo de Edgard Roquette-Pinto, principal incentivador da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, segunda entidade dedicada à irradiação de mensagens sonoras no país, pioneirismo dividido com o Rádio Clube de Pernambuco. Colocado em face da possibilidade de transformar a emissora em um negócio, Roquette-Pinto não hesitou, doando a emissora para o então Ministério da Educação e Cultura.

Se uma representou o apogeu do rádio como negócio, a outra, já sob a hegemonia das emissoras comerciais, garantiu um espaço para o educativo e o cultural neste novo cenário. Na segunda década do século XXI, apesar das incertezas sobre o futuro da Empresa Brasil de Comunicação, guarda-chuva legal de um conjunto de estações de rádio e TV, sob o qual também se abrigam, a Nacional e a MEC tentam trilhar o caminho das emissoras públicas. É campo, infelizmente, incerto do ponto de vista jurídico, uma vez que, embora este campo da radiodifusão aparece definido na Constituição Federal de 1988, a sua definição ainda carece, quase três décadas depois, de legislação complementar a respeito.

De certezas e incertezas, tratam os 14 textos apresentados a seguir em mais um esforço de integrantes do Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora da Intercom para lançar luz sobre o meio rádio.



SUMÁRIO

Introdução

Tensionamentos do viés educativo na origem e atuação do serviço de radiodifusão pública brasileiro <i>Nelia Del Bianco e Elton Bruno Barbosa Pinheiro (UnB)</i>	Pág. 12
--	------------

Parte 1 – 80 anos de Rádio Nacional

Rádios Nacional do Rio de Janeiro e Belgrano de Buenos Aires: origens, contextos, significado <i>Doris Fagundes Haussen (PUCRS)</i>	34
--	----

O modelo de negócio da Rádio Nacional do Rio de Janeiro em seu apogeu: uma leitura a partir da economia política da comunicação <i>Luiz Artur Ferraretto (UFRGS)</i>	42
---	----

Rádio Nacional do Rio de Janeiro - de emissora comercial nacional a rádio pública local <i>Valci Regina Mousquer Zuculoto (UFSC)</i>	55
---	----

Jornalismo da Nacional do Rio de Janeiro: a rádio que lançou O Repórter Esso no Brasil reduz o espaço da notícia na programação <i>Luciano Klöckner (PUCRS) e Leandro Olegário (UNIRITTER)</i>	85
---	----

A produção radiofônica para crianças: um estudo sobre o papel educativo da Rádio Nacional do Rio de Janeiro <i>Vânia de Almeida Gomes (Universidade Blaise Pascal)</i>	97
---	----

O melodrama nas ondas do rádio: a radionovela na Rádio Nacional do Rio de Janeiro <i>Graziela Mello Vianna (UFMG)</i>	115
--	-----

O papel da Rádio Nacional do Rio de Janeiro e de Adelzon Alves, o amigo da madrugada na luta pela radiodifusão sonora do samba <i>Lena Benzecry (UERJ)</i>	129
---	-----

A atuação da Rádio Nacional do Rio de Janeiro em ambientes digitais de convergência e de conexão em rede <i>Elton Bruno Barbosa Pinheiro (UnB)</i>	148
---	-----

Parte II – Rádio MEC

Educação e comunicação no contexto de criação da Rádio MEC do Rio de Janeiro <i>Edgard Patricio (UFC)</i>	174
A trajetória do conteúdo educativo na Rádio MEC do Rio de Janeiro <i>Roseane Andrelo e Adriana Donini (UNESP)</i>	193
Rádio MEC do Rio de Janeiro: uma emissora em defesa da cidadania? <i>Ana Baumworcel (UFF)</i>	212
No meio do caminho tem o <i>WhatsApp</i> e o <i>Facebook</i> : a interação entre o locutor e o ouvinte está na onda tecnológica <i>Izani Mustafá (UERJ)</i>	227
Muito além da música clássica: a Rádio MEC FM como herdeira da Rádio Sociedade <i>Thiago Regotto (Rádio MEC)</i>	242
Sobre os autores	253

INTRODUÇÃO

Tensionamentos do viés educativo na origem e atuação do serviço de radiodifusão pública brasileiro

Nélia Del Bianco e Elton Bruno Barbosa Pinheiro (UnB)

Resumo

De caráter introdutório, o presente artigo traz uma análise sobre a trajetória legal que levou a construção do conceito de radiodifusão no Brasil desde o seu viés educativo até a experiência recente de Serviço de Radiodifusão Pública. A trajetória legal permite compreender as ideias subjacentes que moldaram a construção do sistema, notadamente aspectos vinculados ao uso do meio como estratégia para reduzir o analfabetismo, difundir a cultura nacional e promover o desenvolvimento social e, na fase atual, promover a cidadania. Metodologicamente, apoia-se no modelo de análise de políticas públicas de Subiratis (2008) e Saravia (2006). Fundamenta a abordagem nos dispositivos legais da Constituição Brasileira, resoluções e portarias ministeriais.

Palavras-chave

Rádios públicas brasileiras; Serviço Público; Radiodifusão; EBC.

O aniversário de 80 anos das rádios Nacional e MEC do Rio de Janeiro, como em qualquer efeméride, poderia suscitar um livro de caráter comemorativo para reverenciar o passado. Numa direção oposta, o GP de Rádio e Mídia Sonora da Intercom entendeu que a oportunidade sugere lançar um olhar crítico sobre os fatos do passado. Decidiu por não apenas historiar acontecimentos, assinalando suas características marcantes, mas, sobretudo, apontar as concepções que moldaram a trajetória histórica dessas duas emissoras.

O propósito deste capítulo introdutório é refletir sobre a construção regulatória do rádio educativo e a emergência do Serviço de Radiodifusão Pública, no qual a Nacional e a MEC estão inseridas na atualidade. Para tanto, adota-se o olhar crítico das Políticas de Comunicação para entender como os marcos legais editados entre 1930 a 2017 conformaram ações, projetos, modelos de atuação e de gestão de conteúdo de emissoras sem fins lucrativos.

Política Pública

Ao adotar o arcabouço legal como perspectiva, partimos do pressuposto que nos países de origem Ibérica, o legalismo é condição essencial de sua cultura. O sistema jurídico

funciona como disciplinador que organiza e orienta a vida social e a atividade estatal. Como observa Saravia (2006, p. 22-23), “nos países de cultura latina, a perspectiva jurídica mantém sua vigência alicerçada no legalismo próprio da conformação dos seus sistemas estatais”.

A análise do escopo legal em si não é suficientemente reveladora do processo de formação das políticas públicas. Ao defender uma abordagem não meramente institucional no caso brasileiro, Frey (2000) diz que a força explicativa está na avaliação processual, ou seja, na observação dos grupos e atores que exercem o poder pelas elites políticas e econômicas para direcionar as formas e rumos que resultam na construção de arcabouços legais.

Nas sociedades democráticas é natural que grupos da sociedade civil, setores econômicos, entes públicos e políticos interajam de modo processual ao redor de questões de interesse geral. Evidentemente que nessa relação, as funcionalidades ou disfunções das medidas tomadas por eles em relação aos objetivos pretendidos revelam a influência dessas interações sobre os resultados obtidos na construção de uma política pública. Longe de um todo ordenado, estável e coerente, os traços essenciais das políticas públicas são constantemente definidos e redefinidos, como resultado de conflitos e acordos firmados entre grupos e interesses sociais divergentes (SUBIRATS ET AL., 2008). Por esse motivo, na visão de Carvalho (2013, p. 246), muitas vezes surgem normas legais “contraditórias, imperfeitas ou excessivamente abstratas, próprias de um compromisso político de momento”.

No caso brasileiro, particularmente na área de comunicação, predomina um padrão peculiar de comportamento de atuação dos grupos de pressão que gravitam em torno de poder marcado pelo clientelismo e patrimonialismo. Trata-se de um fenômeno que fragiliza a noção de Estado como promotor do bem-público. A medida em que o governante trata a administração política como assunto pessoal, ao mesmo tempo em que explora a posse do poder político como predicado de sua propriedade privada, exerce autoridade de modo discricionário e o interesse público fica subjugado a interesses pessoais e de grupos que influenciam diferentes instâncias de poder decisório. A administração patrimonial consiste em não diferenciar o público do privado. Pautado pelo clientelismo, o poder público não estabelece uma administração profissional independente, nem o Estado realiza, em sua completude, os desígnios de ordem coletiva aos quais se presta a proteger (BENDIX, 1986 e BUARQUE DE HOLLANDA, 1995). As consequências desse processo se mostram mais evidentes pela forma burocrática, ineficiente e autoritária como são conduzidas as instituições públicas e pela gestão e concepção da coisa comum completamente equivocadas.

Foi a partir dessa lógica que se deu o processo de formação do mercado de radiodifusão no país, fruto de uma relação contígua entre as empresas de comunicação e os agentes políticos. A proximidade foi favorecida pelo poder centralizado e discricionário do Executivo que opera o sistema de concessões públicas a partir de interesses e conveniências político-partidárias. Mais do que oferecer concessões sem critérios públicos e isonômicos, os

grupos de interesse privado ainda são frequentemente favorecidos por meio da obtenção de incentivos e subsídios fiscais, da participação privilegiada na distribuição da verba publicitária governamental, na conquista de vantagens pelo desenvolvimento direcionado de infraestrutura de telecomunicações ou pelo estabelecimento de atos regulatórios que garantam o livre fluxo de capitais. Em consequência, o modelo simbiótico entre comunicação e política estabeleceu uma densa concentração de poder econômico, político e simbólico nas mãos de poucos concessionários privados de canais de rádio e televisão (BIANCO, ESCH e MOREIRA, 2011).

A predominância do modelo comercial na formação da radiodifusão inibiu e, até mesmo, bloqueou qualquer possibilidade de complementaridade entre emissoras privadas, públicas e estatais que, em tese, propiciaria um equilíbrio apropriado. Aparentemente, tal afirmação poderia soar incoerente se considerar que desde o Decreto 20.047/31, promulgado pelo presidente Getúlio Vargas, definindo a competência exclusiva do Governo Federal para regulamentar as atividades de radiodifusão, todo o sistema de rádios e tvs deveria atender ao interesse nacional e ter como objetivo principal levar informação, educação e cultura à população. A máxima não foi alterada em leis subsequentes. A norma efetivamente propugna pelo caráter educativo e cultural mas, na prática, a estruturação do sistema foi fortemente moldada pela hegemonia do setor privado baseado em valores totalmente opostos.

A construção do arcabouço legal revela que a constituição de emissoras educativas e públicas foi marcada por tensionamentos com concessionários privados e por uma certa instabilidade decorrente da fluidez institucional, característica de democracias não consolidadas como a brasileira. Mudanças de rumos políticos nos governos, muitas vezes repentinas e radicais, se manifestam na descontinuidade político-administrativa de projetos e ações, prejudicando a consolidação do segmento de rádios públicas e educativas.

Origem do educativo

Considerando, como analisa Roger Fidler (1997), que as forças do passado moldam o futuro, assim como corroborando o pensamento de Jesús Martín-Barbero (2008) quando este articula que pontos-chaves do passado contribuem para identificar e decifrar as encruzilhadas do presente, pode-se afirmar que a compreensão crítica e reflexiva da atual configuração e também dos desafios do Serviço de Radiodifusão Pública no Brasil exige, *a priori*, um atento olhar retrospectivo-analítico sobre as suas condições de origem, vinculadas, sobretudo, a um modelo de comunicação que, conforme registrou Sonia Virgínia Moreira (2003), era pela primeira vez enfatizado na mídia brasileira: o educativo-cultural.

Tais condições de origem estão também intrinsecamente relacionadas a um peculiar contexto sociocultural e político-econômico vivenciado pelo Brasil na década de 1920, quando nasceu oficialmente a radiodifusão do país. Ou, dito de outra forma, a intenção primaz com a qual surge o rádio educativo ganha, em pouco tempo, mais um desígnio: o

desenvolvimentista, fomentado pelo Estado que, além da busca pela redução dos índices de analfabetismo, buscava, a partir da disseminação de uma programação radiofônica formativa/instrucional, científica e cultural, alcançar crescimento econômico, assim como o fortalecimento das próprias comunicações, o encurtamento das distâncias espaços-temporais, a propagação de ideologias (como a da Ditadura Militar) e o reforço à construção de uma identidade nacional.

Pensar as condições de origem da radiodifusão sonora brasileira e o tensionamento deste processo no presente e no futuro do Serviço de Radiodifusão Pública do país implica, igualmente, na necessidade de rememorar-se que as primeiras emissoras radiofônicas possuíam um caráter não comercial e, num primeiro momento, estiveram organizadas, geridas e sustentadas como sociedades ou clubes¹, como aconteceu com a pioneira, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, fundada em 20 de abril de 1923, por Roquette-Pinto, com objetivo maior de combater o analfabetismo.

A gênese das chamadas rádios educativas remete ao ano de 1936², quando Roquette-Pinto, ao doar a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro ao então Ministério dos Negócios da Educação e Saúde, por falta de recursos financeiros capazes de mantê-la sem apelos comerciais, demandou oficialmente ao governo federal brasileiro, como uma espécie de compromisso/contrapartida pela referida doação, a conservação do aspecto educativo e cultural na programação da emissora carioca.

O gesto altruísta de Roquette-Pinto é revelador da dinâmica das forças sociais como fator de influência para se estabelecer política pública nos anos 1930. O educativo surgiu como resultado do protagonismo do criador da primeira emissora sem fins lucrativos, e pela defesa enfática que fazia de suas ideias em torno do rádio à serviço da ciência, cultura e desenvolvimento do país. Roquette-Pinto pode ser considerado, do ponto de vista das políticas públicas, um ator determinante e influente no processo de criação do Serviço de Radiodifusão Educativa (SRE), ocorrida no ano de 1937, por meio da inclusão do Artigo nº 50 na Lei nº 378³.



1. É importante destacar que, nesta época, as primeiras Rádios atuavam como “Clubes” ou “Sociedades” em que geralmente a elite intelectual as financiavam com doações de diversas ordens, bem como, pensava, atuava e, determinava os vieses da programação/conteúdos veiculados, o que caracteriza essa fase do surgimento da radiodifusão não-comercial/educativa como uma prática verticalizada.

2. O ano de 1936 também marca o início das atividades, ainda com caráter comercial, da Rádio Nacional do Rio de Janeiro e da Rádio Cultura de São Paulo, as quais foram estatizadas, respectivamente, em 1940 e 1969, com o detalhe de que a Rádio Nacional, mesmo passando ao controle do Governo do Presidente Getúlio Vargas, permaneceu com suas atividades voltadas para o modelo comercial, sendo, ainda sim, reconhecida na época como rádio padrão do país (ZUCULOTO, 2012).

3. O referido Artigo nº 50 da Lei nº 378 de 1937, expressava: “Fica instituído o Serviço de Radiodifusão Educativa, destinado a promover, permanentemente, a irradiação de programas de caráter educativo. Parágrafo único. Uma vez organizado o Serviço de Radiodifusão Educativa, ficam as estações radiodifusoras, que funcionem em todo o País, obrigadas a transmitir, em cada dia, durante dez minutos, no mínimo, seguidos ou parcelados, textos educativos, elaborados pelo Ministério da Educação e Saúde [...] (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 15 janeiro 1937, p. 1210).

Nesse processo de instituição do SRE, observa-se a existência de múltiplas dimensões que moldaram a atuação das rádios educativas, desde a sua origem, e, conseqüentemente, na contemporaneidade, justifica muitos dos dilemas vividos:

Quadro 01 – Dimensões do educativo projetadas a partir do surgimento do SRE no Brasil

DIMENSÕES	CARACTERÍSTICAS
Idealista	Relacionada, sobretudo, aos anseios de Edgar Roquette-Pinto, fundador – ao lado de Henrique Morize – da primeira emissora radiofônica do país (a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, atual Rádio MEC), de que o meio rádio se constituísse como a escola dos que não tinham escola ou o mestre dos que não podiam ir à escola, o jornal dos que não sabiam ler, o entretenimento ofertado gratuitamente aos cidadãos e cidadãs mais pobres. Essa dimensão idealista é ainda mais explícita quando se observa a postura de Roquette-Pinto ao doar a Rádio Sociedade ao então Ministério da Educação e Saúde do governo brasileiro, com a condição de que a emissora seguisse arraigada à sua função educativa e cultural. Nas palavras de Roquette-Pinto, a transparência do seu idealismo: <i>“Todos os lares espalhados pelo imenso território brasileiro receberão livremente o conforto moral da ciência e da arte; a paz será realidade entre as nações. Tudo isso há de ser o milagre das ondas misteriosas que transportarão no espaço, silenciosamente, as harmonias”</i> .
Desenvolvimentista	O <i>slogan</i> adotado pela emissora pioneira (a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro): <i>“Trabalhar pelos que vivem em nossa terra e pelo progresso do Brasil”</i> é, em alguma medida, emblemático para a compreensão dessa dimensão desenvolvimentista que se observa na atuação do SRE. O governo brasileiro enxergou no rádio um instrumento capaz de auxiliar seu crescimento econômico – combatendo o analfabetismo, encurtando distâncias, criando uma identidade nacional, propagando ideologias – acompanhando, nesse sentido, uma tendência de outros países latino-americanos.
Elitista	O objetivo do SRE em transmitir educação e cultura aos brasileiros caracterizou-se, paradoxalmente, por uma atuação de dimensão elitista observada, sobretudo, em três aspectos: a) nos tipos de conteúdos priorizados pelas emissoras (concertos, palestras, conferências etc.); b) no então alto custo dos aparelhos de rádio; c) e na necessidade de pagamentos de taxas para as emissoras e ao governo (SOUSA, 2004). Tudo isso limitava o acesso ao meio, ou seja, elitizava o alcance da mensagem radiofônica educativa, restringindo-a, de fato, a uma “seleta” camada da sociedade.

Dimensões	Características
Erudita	Contrastando com os próprios princípios idealistas de um rádio que se propunha a propagar e popularizar o conhecimento e o saber científico (ZUCULOTO, 2012), a linguagem adotada/presente nos conteúdos produzidos pelas primeiras rádios educativas (e até hoje percebida em tais emissoras), carregava fortes dimensões eruditas, evidenciada pelas recorrentes transmissões de música clássica, óperas etc., planejadas e demandadas, respectivamente, pelos produtores e ouvintes da época.
Amadorista	A dimensão amadorista presente nas primeiras experiências da radiodifusão brasileira é tão inegável quanto os seus objetivos educativos e culturais primazes. A radiodifusão educativa foi literalmente uma prática permeada por “primeirismos”. As questões tecnológicas também contribuem para o entendimento desta dimensão (a qualidade do som desagradava, as transmissões tinham alcance limitado...).
Organizacional	As rádios educativas – organizadas, geridas e financiadas, num primeiro momento, como Sociedades ou Clubes –, quando estatizadas, enfrentaram o processo de inserção na cultura organizacional do serviço público, envolto, por sua vez, em questões peculiares como a estabilidade do funcionalismo, da limitada presença de especialistas ou da ausência de políticas de capacitação para tal, do sucateamento/atraso técnico, dos proselitismos e injunções políticas partidárias e governamentais, aparelhamentos. Realidade ainda hoje percebida nas emissoras educativas reguladas como públicas.
Negocial	Tão logo se percebeu o potencial da tecnologia radiofônica em sua missão educativa e cultural – sem fins lucrativos –, regulamentou-se a publicidade no meio, pelo Decreto nº 21.111 do então presidente Getúlio Vargas, dispositivo este que oficializou o sistema comercial de radiodifusão e que, paralelamente, em alguma medida, impulsionou o surgimento da radiodifusão estatal, marcada pela doação, em 1936, da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro ao MES, e a regulação oficial do Serviço de Radiodifusão Educativa (SRE), em 1937. O sistema radiofônico comercial – detentor da camada mais expressiva de audiência – indubitavelmente, tensiona, pressiona, impõe sua força e lugar subalterno ao Serviço de Radiodifusão Educativa e, conseqüentemente, ao Serviço de Radiodifusão Pública não apenas pelo incremento dos recursos publicitários que o sustenta mas também pelos passos à frente no que se refere à sua inovação constante no ambiente digital da informação e da comunicação.

É importante destacar, portanto, que a procedência do sistema educativo de rádio brasileiro vinculada à promoção e ao fortalecimento da educação básica e superior, da educação permanente e da divulgação educacional e cultural remete justamente ao contexto daquele período no qual o Brasil, sob considerável influência de outros países latino-americanos, buscava, em um momento também caracterizado como de pós-guerra, superar desafios sociais complexos, sobretudo, o alto índice de analfabetismo e a demasiada carência de formação educacional da população.

Foi diante desse cenário, portanto, que os governos de alguns países latino-americanos, com destaque para o Brasil, passaram a apostar no meio radiofônico para difusão da ciência, da arte, da cultura e outros conhecimentos diversos. Mas, sobretudo nestes primórdios, fizeram isto de maneira não horizontalizada (BELTRÁN, 1980), ou seja, norteados por uma prática verticalizada na qual a produção de tais conteúdos era apenas difundida para população sem, contudo, contar com a participação ativa desta em tal processo, o que em alguma medida ainda reverbera.

Nem sempre os anseios da população que compunha a audiência destas rádios eram atendidos de modo a priorizar suas especificidades e/ou demandas mais particulares, o que sinaliza também a existência de uma práxis na rotina de produção de seus conteúdos marcada pela atuação de servidores públicos muitas vezes inseridos numa cultura organizacional engessada, ou seja, em parte, limitada, por exemplo, pela “estabilidade” oferecida pelos seus cargos/funções.

Por outro lado, ao analisar o fenômeno da radiodifusão no subcontinente latino-americano, o pesquisador João Batista de Abreu (2004) assinala outra peculiaridade existente em tal contexto, a qual aqui é corroborada: um fato que também contribuiu para o surgimento e desenvolvimento do sistema educativo de rádio, inclusive no Brasil, foi a atuação e influência da Igreja Católica, sendo um relevante exemplo disso a criação do MEB – Movimento de Educação de Base que, por meio de escolas radiofônicas e com o apoio do governo, “desenvolveu uma doutrina que ligava a educação ao trabalho de conscientização política, sob o argumento de que a verdadeira educação deveria voltar-se para a liberdade e esta liberdade só poderia existir com o pleno exercício de direitos de cidadão” (ABREU, 2004, p. 09).

Em linhas gerais, em seu estudo, Abreu endossa que “os altos índices de analfabetismo, as grandes distâncias e a distribuição social e geográfica desigual levam governos e educadores laicos e religiosos a ver nas ondas sonoras uma alternativa pouco onerosa para propagar conhecimento” (ABREU, 2004, p. 01).

O contexto atual é outro, todavia, considera-se que é exatamente a opção, muitas vezes exclusivista, pela missão de transmitir conhecimentos – de modo erudito/elitista/verticalizado –, o aspecto que segue relevantemente influenciado tanto a atuação das rádios educativas em si quanto daquelas que, sob este tipo de concessão, já se inserem oficialmente no conceito de emissoras públicas ou mesmo daquelas que buscam se aproximar deste.

Arcabouço legal

O conjunto de leis editadas entre 1940 a 1999 reforçou essa visão de origem do Serviço de Radiodifusão Educativa (SRE) sob regime estatal. Três documentos foram essenciais para entender o regramento da outorga de canais educativos e a definição de finalidade dessas emissoras nesse período: o Decreto-Lei 236, de 28 de fevereiro de 1967, o Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996 e a Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999. Estes documentos estabelecem que a radiodifusão educativa é o Serviço de Radiodifusão Sonora (rádio) ou de Sons e Imagens (TV) destinado à transmissão de programas educativo-culturais.

O Decreto-Lei nº 236 de 1967 especificou a obrigatoriedade das emissoras educativas transmitirem programas como aulas, conferências, palestras e debates de cunho educativo-cultural. Fixou, ainda, que não deveriam ter caráter comercial, e vedou a transmissão de qualquer propaganda, direta ou indiretamente, bem como o patrocínio dos programas transmitidos, mesmo que nenhuma propaganda seja feita através dos mesmos.

O Decreto nº 2.108/96 trouxe um elemento desestabilizador para o sistema de concessões e permissões educativas: a dispensa de licitação. Com o fim do processo licitatório, aumentou-se o poder discricionário do Ministro das Comunicações, resultando no crescimento de oferta de canais destinados às fundações vinculadas a políticos de expressão regional.

Uma nova redefinição da finalidade educativa das emissoras foi expressa em 1999 na Portaria Interministerial nº 651 editada pelos Ministérios da Educação e das Comunicações. Pelo ato, passou-se a entender por finalidade exclusivamente educativa a transmissão de programas educativo-culturais que, além de atuarem conjuntamente com os sistemas de ensino de qualquer nível ou modalidade, visem à educação básica e superior, à educação permanente e formação para o trabalho. A portaria incluía também como de natureza educativo-cultural, os programas de caráter recreativo, informativo ou de divulgação desportiva se nele estiverem presentes elementos instrutivos ou enfoques educativo-culturais identificados em sua apresentação.

Art. 1º Por programas educativo-culturais entendem-se aqueles que, além de atuarem conjuntamente com os sistemas de ensino de qualquer nível ou modalidade, visem à educação básica e superior, à educação permanente e formação para o trabalho, além de abranger as atividades de divulgação educacional, cultural, pedagógica e de orientação profissional, sempre de acordo com os objetivos nacionais. Art. 2º Os programas de caráter recreativo, informativo ou de divulgação desportiva poderão ser considerados educativo-culturais, se neles estiverem presentes elementos instrutivos ou enfoques educativo-culturais identificados em sua apresentação. Art. 3º A radiodifusão educativa destina-se exclusivamente à divulgação de programação de caráter educativo-cultural e não tem finalidades lucrativas. Art. 4º O tempo destinado à emissão

dos programas educativo-culturais será integral nas emissoras educativas, sem prejuízo do estabelecido no artigo 28, item 12, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, no que couber. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1999).

Um olhar reflexivo-analítico sobre a Portaria nº 651/99 permite observar que o aspecto educativo-cultural sempre foi a finalidade prioritária do Serviço de Radiodifusão Educativa do Brasil. No entanto, a lei não impediu que o serviço ficasse imune à lógica patrimonialista e clientelista que marcou a formação do mercado brasileiro de radiodifusão. As emissoras educativas passaram a ser moeda de troca e foram entregues no período de 1990-2010 a fundações de direito privado vinculadas à políticos⁴.

Essa lógica patrimonialista somente foi rompida com a publicação da Portaria do Ministério das Comunicações nº 256, de 6 de julho de 2011. O documento legal estabeleceu novas regras para dar transparência ao processo e impedir o uso das frequências educativas como barganha política. A principal regra foi definir que o processo de seleção dos interessados em operar emissoras educativas ocorre somente por meio de avisos de habilitação pública dos candidatos. O Ministério fixou critérios para orientar a análise das propostas, dando preferência na disputa para as universidades federais, seguido de estados, universidades estaduais, municípios e universidades municipais.

A portaria também definiu uma pontuação para classificar os concorrentes. Se houver concorrência entre uma fundação pública e uma universidade, por exemplo, a universidade terá privilégio na outorga. Se a instituição for pública, terá preferência sobre instituições privadas. Outro critério é a relação entre o número de alunos e a população do município. Quanto maior a entidade de ensino, mais pontos ela terá na escolha. Em 2015, o Ministério das Comunicações publicou nova portaria (nº. 4.335) reforçando essas diretrizes e estabeleceu detalhes sobre os procedimentos para análise de candidatos a uma frequência educativa.

O arcabouço legal de 1937-2015 permitiu formar sistema de rádio e televisão educativo, não-comercial, descentralizado, com outorgas nas mãos, em nível federal, do Ministério



4. Reportagens da jornalista Elvira Lobato, da Folha de S.Paulo, denunciaram a distribuição de outorga educativas a políticos nos governos FHC e Lula. Em 8 anos, o governo do PDSB autorizou 357 concessões educativas sem licitação. A maior parte delas se concentrou nos três anos de gestão do ministro Pimenta da Veiga (jan. 1999 a abr. 2002), quando foram distribuídas cerca de 100 emissoras educativas, das quais, ao menos, 23 destinadas a políticos. No primeiro mandato do presidente Lula, a repórter constatou que, entre as 110 emissoras educativas outorgadas (29 de TV e 81 de rádio), sete concessões de TV e 27 de rádio foram entregues a fundações ligadas a políticos. No segundo mandato, essa prática teve continuidade, segundo constatou reportagem de Breno Costa da Folha de S.Paulo. Em 2010, ano eleitoral, o número de concessões de rádio quase triplicou em relação aos anos anteriores: foram outorgadas 183 rádios comerciais ou educativas, sendo que a maioria (57%) foi destinada a políticos ou a entidades religiosas. Ver: LOBATO, Elvira. FHC distribuiu rádios e TVs educativas para políticos. Folha de S.Paulo, 25 ago. 2002. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2508200202.htm>; COSTA, Breno. Concessões dadas a rádios triplicam em ano eleitoral. Folha de S.Paulo, 16 ago. 2010. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1608201002.htm>.

da Educação, e, em nível estadual e, eventualmente, municipal, em mãos de governos de estados, prefeituras e universidades públicas. Com exceção daquelas que estão sob controle de fundações de direito privado, a maior parte das educativas depende quase, exclusivamente, de recursos do Estado para seu funcionamento.

Quadro 02: Síntese Regulatória do Serviço de Radiodifusão Educativa brasileiro

Dispositivo Legal	Ementa
a) Lei nº 4.117, de 24 de agosto de 1962.	Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, o qual assinala a subordinação dos Serviços de Radiodifusão às finalidades educativas e culturais. (Artigo nº 38, inciso “d”).
b) Decreto nº 52.795, de 31 de outubro 1963.	Aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão e aponta a sua finalidade educativa e cultural. (Artigo 3º).
c) Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.	Complementa e modifica a Lei nº 4.117 de 27 de agosto de 1962. Enfatiza quem pode executar Serviço de Radiodifusão Educativa – sem fins lucrativos (Artigo nº 16) – e a obrigatoriedade de transmissão de programas educacionais nas emissoras de caráter comercial. (Artigo nº 16).
d) Portaria nº 344, de 09 de agosto de 1983.	Institui o Sistema Nacional de Rádio Educativo como uma tentativa do MEC em unificar em um Sistema rádios e tevês educativas.
e) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.	O Artigo nº 223 da CF versa sobre a complementaridade dos sistemas privado, público e estatal do serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.
f) Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996.	Altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão. Aponta que é dispensável a licitação para outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.
g) Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999.	Os Ministérios da Educação e das Comunicações estabelecem critérios para outorgas de concessões, permissões e autorizações para execução dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, com finalidade exclusivamente educativa.
h) Portaria nº 4.335/2015/ SEI-MC, de 17 de setembro 2015.	O Ministério das Comunicações dispõe sobre os procedimentos de permissão e concessão para execução dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada e de sons e imagens, com finalidade exclusivamente educativa.

O Serviço de Radiodifusão Educativa brasileiro segue vigente no país com 543 emissoras em operação outorgadas com a denominação de educativas, a maioria, 525, transmitindo em FM⁵. Ao lado dele convive o Serviço de Radiodifusão Pública (SRP) criado pela Medida Provisória (MP) nº. 398/2007, que posteriormente foi convertida na Lei nº. 11.652/2008, com o objetivo de disciplinar emissoras exploradas pelo Poder Executivo ou mediante outorga a entidades de sua administração indireta. No artigo 2º desta lei foram definidos princípios que devem ser observados na prestação de serviços de radiodifusão pública de âmbito federal:

- a. promoção do acesso à informação por meio da pluralidade de fontes de produção e distribuição do conteúdo;
- b. promoção do acesso à informação por meio da pluralidade de fontes de produção e distribuição do conteúdo;
- c. produção e programação com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas e informativas;
- d. promoção da cultura nacional, estímulo à produção regional e à produção independente;
- e. respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família;
- f. não discriminação religiosa, político partidária, filosófica, étnica, de gênero ou de opção sexual;
- g. observância de preceitos éticos no exercício das atividades de radiodifusão;
- h. autonomia em relação ao Governo Federal para definir produção, programação e distribuição de conteúdo no sistema público de radiodifusão;
- i. participação da sociedade civil no controle da aplicação dos princípios do sistema público de radiodifusão, respeitando-se a pluralidade da sociedade brasileira. (BRASIL, 2008).

Ao definir os objetivos do serviço de radiodifusão pública, o artigo 3º, inciso VI, da referida lei assinala que é preciso “buscar excelência em conteúdos e linguagens e desenvolver formatos criativos e inovadores, constituindo-se em centro de inovação e formação de talentos; o inciso VII do mesmo artigo apregoa a obrigação do serviço em “direcionar sua produção e programação pelas finalidades educativas, artísticas, culturais, informativas, científicas e promotoras da cidadania, sem com isso retirar seu caráter competitivo na busca do interesse do maior número de ouvintes ou telespectadores”; já o inciso IX do artigo 3º indica que o serviço público de radiodifusão também objetiva “estimular a produção e garantir a veiculação, inclusive na rede mundial de computadores, de conteúdos interativos, especialmente aqueles voltados para a universalização da prestação de serviços públicos” (BRASIL, 2008).

A lei trouxe uma inovação ao autorizar o poder executivo a criar a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) de caráter público em substituição a estatal Empresa Brasileira de Radiodifusão (Radiobrás). A EBC herdou toda a infraestrutura da estatal e passou a gerenciar as oito emissoras de rádio sob o comando da Radiobrás, incluindo as Rádios MEC e Nacional



5. Informação disponível na Base de Dados SRD do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações. Disponível em: <<http://www2.mcti.gov.br/index.php/espaco-do-radiodifusor/sistema-de-controle-de-radiodifusao-srd>>

do Rio de Janeiro, objetos deste livro comemorativo⁶. A criação da EBC representou a entrada na radiodifusão de um tipo de serviço que não existia até aquele momento: o público.

O princípio da complementaridade entre os sistemas privado, público e estatal, foi estabelecido no artigo nº 223 da Constituição Federal: “Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal (BRASIL, 1988). O dispositivo constitucional nunca foi regulamentado, nem mesmo como seria a divisão da concessão de canais entre os segmentos, fato que poderia ter propiciado a formação de sistema tripartite com equilíbrio entre atores públicos e privados e, conseqüentemente, o fortalecimento democrático da comunicação. Em tese, o sistema estatal faria prestação de serviços do governo e apresenta à população o ponto de vista do governo como componente da variedade de pontos de vista da democracia midiática. O sistema público, como componente importante da variedade democrática, seria porta-voz da sociedade, oferecendo pluralidade de opinião e da diversidade cultural sem intermediação do governo ou de interesses da iniciativa privada.

A criação da EBC, sem dúvida, significou um avanço na construção de um sistema público em nível federal. No entanto sua trajetória foi marcada por vícios e virtudes, segundo Murilo Ramos (2012). O primeiro vício foi a sua vinculação administrativa e política à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, o que lhe deu autonomia relativa, a considerar que uma das competências da empresa, fixada por lei, era a de implantar e operar os serviços de radiodifusão pública sonora e de sons e imagens do Governo Federal⁷.

Quanto ao modelo de gestão, inicialmente, se concentrou basicamente na existência de três conselhos – administrativo, financeiro e curador – e uma diretoria executiva. Os conselhos regulavam entre si e regulavam o andamento da empresa – financeiramente, administrativamente e, sobretudo, em relação ao cumprimento do seu compromisso social na produção e transmissão de conteúdos ou na disponibilização do seu espaço televisivo. O Conselho Curador foi uma das virtudes da empresa pública. Como órgão de natureza consultiva e deliberativa foi um instrumento fundamental de participação da sociedade que deliberava sobre plano de trabalho anual da empresa, acompanhava a aplicação da linha editorial e observava a veiculação da programação, fiscalizando e fazendo recomendações de acolhimento obrigatório pela diretoria-executiva da organização.



6. EBC é gestora da TV Brasil, TV Brasil Internacional, Agência Brasil, Radioagência Nacional e do sistema público de Rádio, composto por oito emissoras: Rádio Nacional AM do Rio de Janeiro (1.130 KHz), Rádio Nacional AM de Brasília (980 KHz), Nacional FM de Brasília (96,1 MHz), Rádio MEC AM do Rio de Janeiro (800 KHz), MEC FM do Rio de Janeiro (99,3 MHz), Rádio Nacional da Ama-zônia OC (11.780 KHz e 6.180 KHz), Rádio Nacional AM do Alto Solimões (670 KHz) e Rádio Nacional FM do Alto Solimões (96.1 MHz).

7. A EBC é responsável pela produção total do canal governamental NBR, de programas semanais de rádio da Presidência da República, além de a Voz do Brasil.

Quanto ao financiamento, registra-se um momento de tensionamento entre a empresa pública emergente e o mercado privado de comunicação. Como sociedade anônima de capital fechado, a EBC teve seu capital formado por 51% oriundo das ações ordinárias nominativas de titularidade da união. Porém, os recursos financeiros para seu funcionamento deveriam ser constituídos de dotações orçamentárias, da exploração dos serviços de radiodifusão pública, prestação de serviço a entes públicos ou privados, publicidade institucional, apoio cultural, do licenciamento de marcas e produtos e de, no mínimo, 75% da arrecadação da Contribuição para Fomento da Radiodifusão Pública (CFRP). A contribuição foi criada com recursos oriundos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel) e não representava uma nova taxação. No entanto, empresas de telefonia moveram uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra essa modalidade de financiamento e conseguiram que os recursos do Fistel destinados à EBC fossem depositados em juízo até o julgamento final da ação. Sem essa contribuição, a EBC seguiu dependente dos recursos do Tesouro Nacional.

Ao completar nove anos de existência, a EBC sofreu um revés típico de democracias não consolidadas. Com o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, o vice-presidente Michel Temer assumiu o poder e uma de suas primeiras ações foi promover mudanças legais substanciais no projeto originário da empresa por meio da Medida Provisória nº 744 de 1º de setembro de 2016, convertida, posteriormente, na Lei nº. 13.417, aprovada pelo Congresso Nacional em primeiro de março de 2017.

Em linhas gerais, o novo escopo legal cerceou a relativa autonomia no modelo de gestão da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) – responsável, entre outras tarefas, por zelar pelos princípios e objetivos estabelecidos na própria Lei nº 11.652 – no qual é imprescindível a participação da sociedade. Extinguiu o Conselho Curador da EBC, órgão de natureza consultiva e deliberativa que se constituía num instrumento de participação da sociedade na gestão da empresa pública. Modificou as condições de mandato do diretor-presidente, o qual antes da lei só poderia ser destituído do cargo por dois votos de desconfiança do Conselho Curador. Essa medida permitiu ao presidente Michel Temer nomear um novo diretor-presidente quando ainda estava no cargo Ricardo Melo que tinha mandato vigente. Com o novo escopo legal, o mandato do diretor-presidente da empresa passou a ser exclusivamente subordinado às nomeações e exonerações da Presidência da República. Outra mudança foi a exclusão do artigo que apontava a autonomia da EBC em relação ao Governo Federal para questões de produção, programação e distribuição de conteúdo no sistema público de radiodifusão. E, por fim, modificou o Conselho de Administração, acrescentando mais representantes do governo.

Por força da atuação, membros do extinto Conselho Curador e de entidades vinculadas à luta pela democratização da comunicação como Intervezes e FNDC foi possível modificar a MP nº.744 durante tramitação no Congresso Nacional. No texto foi incluído o Comitê Editorial e de Programação que passaria a integrar a estrutura administrativa da Empresa. Pela lei,

o Comitê Editorial e de Programação deverá ser integrado por 11 profissionais da área de comunicação indicados por entidades representativas da sociedade, mediante lista tríplice, e designados pelo Presidente da República. O mandato dos membros, que não poderão ter filiação partidária, será de dois anos, sem recondução. Inicialmente, o texto previa que o Comitê pudesse deliberar sobre planos editoriais propostos pela diretoria executiva para os veículos da EBC, deliberar sobre alterações na linha editorial da programação veiculada pela EBC e convocar audiências e consultas públicas sobre conteúdos produzidos. Essas atribuições foram vetadas pelo Presidente da República e o Comitê, quando implantado, funcionará como órgão técnico de participação institucionalizada da sociedade na EBC e terá natureza consultiva e deliberativa. Com os vetos, as funções do Comitê ficaram restritas a deliberar sobre as diretrizes educativas, artísticas, culturais e informativas integrantes da política de comunicação propostas pela Diretoria Executiva da EBC; deliberar sobre a linha editorial de produção e programação proposta pela Diretoria Executiva da EBC e manifestar-se sobre sua aplicação prática; propor a ampliação de espaço, no âmbito da programação, para pautas sobre o papel e a importância da mídia pública no contexto brasileiro; além de formular mecanismo que permita a aferição permanente sobre a tipificação da audiência da EBC, mediante a construção de indicadores e métricas consentâneos com a natureza e os objetivos da radiodifusão pública, considerando as peculiaridades da recepção dos sinais e as diferenças regionais.

As mudanças na EBC foram avaliadas por vários segmentos da sociedade civil como retrocesso para própria democracia no país⁸ com impacto negativo em questões fundamentais para legitimidade social do SRP brasileiro e, mais ainda, para a sua sustentabilidade na atual ecologia midiática.

Considerações finais

A trajetória realizada pela radiodifusão brasileira desde a época da sua gênese com missão educativa e cultural – “idealista” – até o conceito de serviço de radiodifusão pública hoje existente – mas ainda “em construção” no país – é, portanto, densa, permeada por distintas dimensões que podem ser melhor compreendidas se enxergadas por meio de lentes que revelem suas pontuais fases históricas-conceituais em diálogo com a miríade de dispositivos legais que as acompanharam, como se pode visualizar no quadro 03, a seguir:



8. Diversas entidades acadêmico-científicas nacionais e internacionais, como a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM), a Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS), a Associação Latino-Americana de Investigadores da Comunicação (ALAIIC); Universidades brasileiras e estrangeiras; Entidades de Classe; Coletivos e Frentes de Defesa da Comunicação; e o Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional expressaram, por meio de notas públicas oficiais, o repúdio a MP nº 744, de 1º de Setembro de 2016, adotada pelo Governo do Presidente Michel Temer, tendo sido recorrente em todos os textos a menção ao grave prejuízo causado pela referida medida provisória ao Serviço de Radiodifusão Pública e à democracia do país.

Quadro 03 – Fases históricas-conceituais: trajetória do SRE ao SRP brasileiro (Parte 1)

Indicadores	Fase / Período	Dispositivos legais instituídos e/ou informações gerais
<p>Rádio tomado como instrumento para disseminação eficiente e eficaz da Educação e da Cultura.</p> <p>Conteúdos radiofônicos educativos tidos como configuradores do desenvolvimento da nação.</p> <p>Ensino/Formação/Instrução pelos conteúdos radiofônicos.</p> <p>Desejo de popularização do conhecimento.</p> <p>Determinado amadorismo técnico nas rotinas de produção.</p> <p>Manutenção das práticas de gestão e de financiamento das emissoras como Clubes ou Sociedades.</p> <p>Período de oficialização do Sistema Comercial de Radiodifusão.</p>	<p>Fase idealista-altruística 1923 a 1935</p>	<p>Em 20 abril de 1923, foi fundada, sem fins comerciais, por um movimento de cientistas e intelectuais, a primeira emissora – educativa, cultura e artística – de rádio brasileira, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro (atual Rádio MEC).</p> <p>Decreto nº 16.657, de 5 de novembro de 1924. [Aprovou o regulamento dos serviços de radiotelegrafia e radiotelefonia].</p> <p>Decreto nº 20.047, de 27 de maio de 1931. [Regulou a execução dos serviços de radiocomunicações no território nacional] Em linhas gerais, apontava a radiodifusão como atividade de interesse nacional e de finalidade educacional</p> <p>Decreto nº 21.111, de 1º de março de 1932. [Regulamento para a execução dos serviços de radiocomunicação no território nacional]. Aprofundou questões do Decreto nº 20.047: criou um programa de com conteúdos do governo; liberou a propaganda a prática; e impôs obrigatoriedade de modernização das instalações das emissoras.</p>

Quadro 03 – Fases históricas-conceituais: trajetória do SRE ao SRP brasileiro (Parte 2)

Indicadores	Fase / Período	Dispositivos legais instituídos e/ou informações gerais
<p>A radiodifusão sonora é encarada pelo Estado como canal de desenvolvimento econômico, político e social.</p> <p>Estatização de emissoras educativas e comerciais.</p> <p>Surgimento de emissoras, vinculadas aos governos estaduais.</p> <p>Aparecimento das primeiras emissoras radiofônicas universitárias.</p> <p>Criação de Projetos de Educação Formal pelo Rádio, como o Projeto Minerva.</p>	<p>Fase Educativa-Estatal 1936 - 1987</p>	<p>Em 07 de setembro de 1936, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro foi doada ao Ministério da Educação e Saúde do Brasil, para manter-se como emissora educativa e cultural.</p> <hr/> <p>Lei nº 4.117, de 24 de agosto de 1962. [Institui o Código Nacional de Telecomunicações]</p> <p>Dec. nº 52.795, de 31 de outubro 1963. [Regimento do Serviço de Radiodifusão]</p> <p>Reforçam as finalidades educativas e culturais de todos os Serviços de Radiodifusão.</p> <hr/> <p>Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967. [Completa a Lei nº 4.117].</p> <p>Explica quem pode executar o Serviço de Radiodifusão Educativa.</p> <hr/> <p>Portaria nº 344, de 09 de agosto de 1983 [Institui o SINRED]</p> <p>Tentativa do MEC de unificar em um sistema rádios e tv educativas.</p>

Quadro 03 – Fases históricas-conceituais: trajetória do SRE ao SRP brasileiro (Parte 3)

Indicadores	Fase / Período	Dispositivos legais instituídos e/ ou informações gerais
<p>Necessidade de regulamentar o serviço de radiodifusão brasileiro.</p> <p>A instituição do princípio da complementaridade entre os sistemas privado, estatal e público de radiodifusão.</p> <p>Busca da sociedade pelos direitos relacionados à educação, à cultura e à comunicação.</p> <p>Organização em torno da construção do Serviço de Radiodifusão Pública.</p> <p>Criação da Associação das Rádios Públicas do Brasil.</p> <p>Instituição, pelo Governo Federal, da Empresa Brasil de Comunicação.</p> <p>Emissoras públicas passam a contar em sua estrutura organizacional com “Conselhos Curadores” – órgão de natureza consultiva e deliberativa.</p>	<p>Fase Regulamentadora para o SRE e o SRP 1988 – 2015</p>	<p>Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988.</p> <p>O Artigo nº 223 da CF de 1988 apresenta um novo modelo para disciplinar o Serviço de Radiodifusão no Brasil: o princípio da complementaridade dos sistemas – privado, público e estatal.</p> <p>Em linhas gerais, preconiza não uma hierarquia entre os sistemas, mas a necessidade de harmonização e colaboração entre estes.</p> <hr/> <p>Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996.</p> <p>Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999.</p> <p>Portaria nº 4.335/2015/SEI-MC, de 17 de setembro 2015.</p> <p>Regulamentam critérios e procedimentos para execução de serviços de radiodifusão com finalidades exclusivamente educativas.</p> <hr/> <p>Lei nº 11.652, de 07 de abril de 2008.</p> <p>[Instituiu o Serviço de Radiodifusão Pública Brasileiro e criou a EBC].</p> <p>Regulamentou, sobretudo, princípios e objetivos do Serviço de Radiodifusão Pública brasileiro.</p>

Quadro 03 – Fases históricas-conceituais: trajetória do SRE ao SRP brasileiro (Parte 4)

Indicadores	Fase / Período	Dispositivos legais instituídos e/ou informações gerais
<p>Acentuada crise política no país.</p> <p>Processo de <i>impeachment</i>.</p> <p>Significativas alterações na Lei da EBC – Lei nº 11.652, de 07 de abril de 2008.</p> <p>Extinção do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação – EBC.</p>	<p>Fase de Crise e Instabilidade do SRP 2015-2017.....</p>	<p>Medida Provisória Nº 744, de 1º de setembro de 2016.</p> <p>Lei Nº 13.417, de 01 de março de 2017.</p> <p>Em linhas gerais, tais dispositivos impactam na configuração pública e, então, na legitimidade social da Empresa Brasil de Comunicação ao decretarem alterações na sua estrutura administrativa, como a extinção do Conselho Curador e a instabilidade no mandato da Diretoria Executiva.</p>

O arcabouço legal revela a dominância do viés educativo-cultural – que se pretendia popular, porém, muitas vezes, se apresentou de maneira elitista-erudita – na radiodifusão sonora brasileira. Essa perspectiva convive e tensiona e, até certo ponto, compromete sobremaneira a tentativa de se estabelecer um Serviço de Radiodifusão Pública espelhado em experiências congêneres na Europa e EUA.

É perceptível a influência de muitas de suas características – tipos de conteúdos, a própria práxis nas formas de produção e veiculação da programação, questões de determinada escassez da participação social, preocupação “limitada” com a responsabilidade editorial, a cultura organizacional, as particularidades do modelo de gestão e de financiamento etc. – no âmbito das rádios que atualmente estão inseridas no SRP. Isso ocorre porque na base desse modelo está uma visão de emissora estatal e não pública em sua essência.

O Serviço de Radiodifusão Pública tem a sua frente, para além do desafio que representa a sua relativa jovialidade, complexos impasses relacionados ao seu desenho regulatório, já estando maculado por questões/injunções político-partidárias históricas.

O outro impasse, pode-se afirmar que é o maior desafio, está na necessidade de enfrentamento do passivo simbólico identificado em pesquisa de opinião realizada no Brasil em 2014 com a participação de 550 pessoas. Existe um representativo *déficit* de imagem da

mídia pública perante a audiência e que ainda não foi superado mesmo quando as emissoras tenham modificado a programação, procurando se pautar por princípios de diversidade e pluralidade. O público ainda não introjetou essa mudança porque há um lastro histórico de avaliações negativas que afastou a audiência. No imaginário coletivo emissora pública está associada à falta de qualidade e de autonomia com relação a instâncias de poder governamental (ESCH e BIANCO, 2013).

Há um longo caminho para aproximar o jovem Serviço de Radiodifusão Pública brasileiro dos princípios propostos pela UNESCO (2001) para definir as características fundamentais que devem marcar o funcionamento da radiodifusão pública: a) universalidade – ser acessível a todos os cidadãos independente de sua posição social ou poder econômico; b) diversidade – refletir interesses públicos diversos (e divergentes) ao oferecer ampla variedade de programas no que se refere a gêneros, público e temas abordados; c) independência – operar como fórum no qual as ideias possam ser expressadas livremente, o que significa independência contra pressões financeiras, comerciais ou influência política; d) diferenciação – oferecer um serviço distinto das outras emissoras, o que significa ir além de produzir programas para audiências negligenciadas por outra mídia ou abordar assuntos ignorados pela mídia tradicional de informação.

Sob a ótica desses princípios, é possível afirmar que emissoras educativas e públicas conseguem, em parte, responder aos quesitos de pluralidade e diferenciação na produção de conteúdo para a programação. Porém, estão distantes da independência administrativa e financeira, estando sujeitas às injunções políticas e administrativas por força da subordinação a estruturas governamentais.

Referências

ABREU, João B. Nas ondas da fé. **Anais do II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho**. Florianópolis. 2004. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/2o-encontro-2004-1/Nas%20ondas%20da%20fe.doc>>. Acesso em: 05 fev. 2016.

BELTRÁN S.; Luis Ramiro. A farewell to Aristotle: horizontal communication. In: **Communication**. N.Y., USA. Gordon and Breach, Science Publishers. Vol. 5. 1980.

BENDIX, R. **Max Weber: um perfil intelectual**. Tradução Elisabeth Hanna e José Viegas Filho. Brasília: UnB, 1986.

BRASIL. **Lei nº 11.652, de 07 de abril de 2008**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasil. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11652.htm>

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937**. Presidência da República. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

_____. **Decreto nº 21.111, de 1º de março de 1932**. Regulamento para a execução dos serviços de radio-comunicação no território nacional. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21111-1-marco-1932-498282-publicacaooriginal-81840-pe.html>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

BIANCO, Nélia. R.; MOREIRA, Sonia. V.; ESCH, C. E. Radiodifusão na América Latina: diferenciações e aproximações ao conceito de público. In: **Primeiro Congresso Mundial de Comunicação Ibero-Americana – Confibercom**. São Paulo, 2011.

BRESSER-PEREIRA, Luiz. C. e Grau, Nuria C. (Org.). **O Público Não-Estatal na Reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

CARVALHO, Lucas Borges de. A política da radiodifusão no Brasil e seu marco legal: do autoritarismo ao ultraliberalismo. **RDA – Revista de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro, v. 264, p. 245-277, set/dez. 2013.

ESCH, Carlos Eduardo; BIANCO, Nélia R. Public broadcasting in Brazil: challenges to overcome the “symbolical liabilities”. **Radio Research 2013: Radio, the Resilient Médium**, ECREA, Londres, setembro de 11-13.

FREY, Klaus. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n.21, jun. 2000.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Saberes hoje: disseminações, competências e transversali-dades. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; HERSCHMAN, Micael. **Comunicação e História: interfaces e novas abordagens**. Rio de Janeiro: Mauad X, Globo Universidade, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria Interministerial nº 651**, de 15 de abril de 1999. Disponível em:<http://www.mc.gov.br/index.php?option=com_mtree&task=att_download&link_id=127&cf_id=24>. Acesso em: 01 mar. 2016.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. **Portaria n. 4.335/2015/SEI-MC de 17/09/2015**. Disponível em: <<http://www2.mcti.gov.br/documentos/documentos/portaria-n-4335-2015.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

MOREIRA, Sonia V. Emissoras educativas X sistema público brasileiro de radiodifusão – o caso da Rádio MEC do Rio de Janeiro (1936-2015). **Anais do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Rio de Janeiro-RJ – 4 a 7/9/2015. V Colóquio Brasil-Argentina de Ciências da Comunicação. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-2566-1.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

PINHEIRO, Elton Bruno Barbosa. Rádios públicas no Brasil: reflexões sobre suas condições de origem, cenário contemporâneo e desafios. **Comunicação e Sociedade**, vol. 30, 2016.

RAMOS, Murilo. C. O. EBC: Vícios e Virtudes de um Modelo. **Revista de Jornalismo da ESPM**, v. 1, p. 48-50, 2012.

SARAVIA, Enrique Introdução à Teoria da Política Pública. In SARAVIA, Enrique e FERRAREZI, Elisabete (orgs.) **Políticas Públicas**, coletânea. V.1. Brasília: Enap, 2006

SUBIRATS, Joan et al. **Análisis y gestión de políticas públicas**. Barcelona: Editorial Airel, 2008.

UNESCO. **Public Broadcasting: Why? How?** Unesco, 2001. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001240/124058Eo.pdf> >. Acesso em: 05 mai 2015.

ZUCULOTO, Valci R. M. **A programação de Rádios Públicas Brasileiras**. Florianópolis: Insular, 2012.

PARTE 1

**80 ANOS DE RÁDIO NACIONAL
DO RIO DE JANEIRO**

Rádios Nacional do Rio de Janeiro e Belgrano de Buenos Aires: origens, contextos e significado

Doris Fagundes Haussen (PUCRS)

Resumo

As origens e o contexto das duas importantes emissoras de rádio latino-americanas da primeira metade do século XX – as rádios Nacional, do Rio de Janeiro, e Belgrano, de Buenos Aires, são o foco deste texto. Para tanto, recupera-se o histórico tecnológico do período e a inserção das emissoras no mesmo, bem como o contexto sociopolítico e econômico. Conclui-se que a trama que envolve a radiodifusão é complexa e exige um olhar atento para que se possa entender com clareza a evolução dessa tecnologia no seu momento inicial.

Palavras-chave

Rádio Nacional; Rádio Belgrano; história.

O desenvolvimento da tecnologia radiofônica, no início do século XX, trouxe consigo a novidade de estar sendo testada (e implantada) praticamente ao mesmo tempo, em todo o mundo. Os sonhos tecnológicos iniciais reproduziam-se ao redor do planeta e as possibilidades que apontavam referiam-se, principalmente, a usos educativos e culturais. Mas, já na década de 1930 e 1940 começavam a se consolidar as rádios como empresas, financiadas pela publicidade, o que permitiria, de alguma forma, a melhoria de equipamentos, de transmissões e de programações. E iniciava-se a busca mais intensa pela audiência, requisito fundamental para a captação dos anunciantes para as emissoras. Evidentemente, tratava-se de um processo inicial que, com o desenvolvimento da radiodifusão, iria aparentar com mais clareza, de 1950 em diante, a face empresarial e a de produção de conteúdos deste meio de comunicação.

Neste sentido, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) havia impulsionado o desenvolvimento da tecnologia radiofônica para uso de fins militares e de comunicação, e a Segunda Guerra (1939-1945) iria ampliar esta influência, indo além do desenvolvimento tecnológico e informativo no sentido do uso político. Por seu lado, a evolução industrial da tecnologia incrementou a produção de equipamentos, transmissores e receptores favorecendo a indústria e as empresas. Implementava-se, assim, todo um giro da indústria cultural nascente.

Ao refletir sobre o conteúdo do rádio desse período, Pereira (2001) lembra que:

Eram predominantemente programas recreativos, cuja matéria-prima – a música e a representação – fornecia os ingredientes fundamentais à elaboração de um mundo fabulativo, sensível às preferências do ouvinte, comprador potencial dos produtos anunciados. Rotulando o rádio de órgão informativo, ao lado dessa programação havia lugar, embora secundário, para irradiações que se poderiam muito vagamente denominar educativas: boletins informativos, orientação cívica, religiosa e política, cur-sos, etc. (PEREIRA, 2001, p. 59).

Ao mesmo tempo em que se faziam as primeiras experiências com a nova tecnologia e os seus possíveis usos comerciais, a América Latina vivia um momento político em que os países se reconheciam como nações e havia todo um projeto para a utilização do rádio como reforço à construção de identidades nacionais. Neste contexto, duas emissoras começavam a se destacar: a Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, e a Rádio Belgrano, de Buenos Aires.

A Nacional do Rio de Janeiro

A 12 de setembro de 1936 inaugurava-se a PRE - 8, a Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, que viria a ser a emissora mais importante da radiodifusão brasileira na primeira metade do século XX. Situada no 22º andar do prédio da praça Mauá, número 7, fazia parte do grupo proprietário do jornal *A Noite*.

Era um sábado. A nova emissora que, havia alguns dias vinha funcionando em experiências, acabou de retransmitir a “Hora do Brasil”. O último andar do edifício de *A Noite* estava em festas. Noite de gala, 21 horas ... logo depois a voz do locutor Celso Guimarães: - Alô! Alô! Brasil! Aqui fala a Rádio Nacional do Rio de Janeiro! Em seguida, a grande orquestra do Teatro Municipal executou o Hino Nacional Brasileiro. Em nome do Presidente da República falou o presidente do Senado, sr. Medeiros Neto. (DOMINGUES, 1956, s.p.).

A história da Nacional, no entanto, iniciara bem antes, em 1929, quando Irineu Marinho retirou-se da sociedade que tinha com Joaquim Marques da Silva, na direção do vespertino *A Noite*. Em seu lugar entrou o jornalista Geraldo Rocha que iria comandar a fase de expansão do grupo com a criação das revistas *A Noite Ilustrada*, *Carioca* e *Vamos Ler*. Havia também o empenho em construir o prédio da organização na praça Mauá, que seria por muitos anos um dos mais altos da América Latina. Para desenvolver o projeto, no entanto, foram necessárias operações de crédito com companhias estrangeiras radicadas no Brasil, envolvendo, inclusive, transações a serem pagas em dólares e gravadas com hipotecas dos bens de *A Noite*.

O investimento do grupo no rádio havia sido iniciado em 1933 quando foi constituída

a Sociedade Brasileira Rádio Nacional que viria, no entanto, a entrar no ar somente em 1936. E, em 1940, seria incorporada ao patrimônio da União, como pagamento das dívidas, juntamente com todos os bens da Companhia de Ferro São Paulo-Rio Grande, através de decreto-lei nº 2.073, de 8 de março de 1940, assinado por Getúlio Vargas e que constituiu as Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União. O mesmo decreto nomeava para a direção da Rádio Nacional o jornalista Gilberto Goulart de Andrade. O novo diretor era promotor do Tribunal de Segurança, ex-diretor das revistas *Sintonia* e *Voz do Rádio*, organizador da censura teatral - apesar de ele mesmo ser autor de 23 peças encenadas (SAROLDI e MOREIRA, 1984, p. 26). No início, a nomeação inquietou o pessoal da emissora, mas as primeiras medidas adotadas pelo novo administrador tranquilizaram o ambiente e direcionaram a emissora no rumo do sucesso que viria a ter. Apoiada na receita publicitária, apesar de encampada, continuou a agir como empresa privada, contando com uma direção de toda a confiança de Vargas, e dispondo das condições necessárias para ampliar as suas atividades.

Antes da inauguração da Nacional, em 1936, um pequeno grupo já trabalhava na organização da futura emissora, entre eles Aurélio Andrade. O radialista iniciara suas atividades radiofônicas no ano anterior, na rádio Tupi, de Assis Chateaubriand, de onde foi convidado a participar da estruturação da Rádio Nacional do Rio de Janeiro, por um dos diretores da revista *A Carioca*:

[...] nós trabalhávamos na organização da parte artística e na infraestrutura operacional. Para isso, a Nacional mandou vir de São Paulo as pessoas que tinham um grande conhecimento sobre o rádio. Vieram Celso Guimarães, Oduvaldo Cozzi, cantoras como Silvinha Melo, entre outros. A emissora aproveitou também para contratar o elenco da rádio Philips, do Rio de Janeiro, que fechou naquele ano de 1936. Com isto, a rádio Nacional entrou no ar apresentando uma grande orquestra e um pessoal gabaritado para apresentar uma programação forte e boa. (HAUSSEN, 2001, p. 54).

No início, a emissora funcionava no 22º andar do prédio, com dois pequenos estúdios e uma estrutura simples: uma seção artística e outra administrativa. Mais tarde, os estúdios seriam transferidos para o 21º andar, ficando o 22º para o setor de radionovelas que, então, já era um dos mais importantes da emissora.

A legislação de 1932 permitiu ao rádio a utilização de 10% de sua programação para a publicidade, oportunizando uma fonte de financiamento constante e a estruturação de programação mais duradoura, diferentemente do período anterior em que era necessário sobreviver de doações. O número de emissoras aumentava no país: das 19 existentes na década de 1920, passaram a existir 106 em 1944; 111 em 1945; 136 em 1946; 178 em 1947; 227 em 1948; 253 em 1949, chegando a 300 em 1950 (ORTIZ, 1988). O sistema continuava prioritariamente privado, sendo os canais concessões do governo.

A segunda metade da década de 1930 apresentava um contexto internacional cada vez mais tenso, prenunciando o grande conflito que estava por vir. Paralelamente, a Nacional organizava-se cada vez mais com uma programação diversificada. Entre os primeiros nomes que trabalharam na Nacional estavam os de Almirante, Haroldo Barbosa, Pixinguinha e seu Conjunto Regional, Radamés Gnattali e muitos outros.

No dia 18 de abril de 1942 foram inaugurados os novos estúdios, com os equipamentos mais modernos da época, e com um auditório de 486 lugares. Nesse contexto, a Nacional solidificava cada vez mais sua programação bem como a diversificava em programas humorísticos, de auditório, musicais, jornalísticos e de radionovelas. Aos poucos, ampliou a sua potência e o seu elenco, introduziu novas formas de fazer rádio e acabou cobrindo todo o território brasileiro através de ondas curtas e médias.

A transmissão através de ondas curtas foi iniciada a 31 de dezembro de 1942, por meio de uma estação de 50 quilowatts de potência e oito antenas instaladas pela RCA Victor, sendo duas dirigidas para os Estados Unidos, duas para a Europa e uma para a Rússia. Havia transmissão diária, em quatro idiomas, visando divulgar o país no exterior.

O Departamento de Divulgação Político-Cultural da rádio, criado por Gilberto de Andrade, irradiava diariamente uma crônica de caráter cultural político, traduzida para o inglês e o espanhol, acompanhada de boletins do próprio DIP (SAROLDI e MOREIRA, 1984, p. 49). Entre os colaboradores da Nacional constavam, ainda, os nomes de Roquette Pinto, Gilson Amado, Manuel Bandeira, entre outros.

Por sua vez, a chegada do *Birô Interamericano*, segundo Moreira (1991), organismo criado pelo presidente norte-americano Franklin Roosevelt, em 1940, e instalado no Brasil no ano seguinte, colaborou para a vinda das grandes agências de publicidade para o Brasil, como a McCann-Erickson e a J. W. Thompson, impulsionando o rádio. O objetivo do *Birô* era estreitar os vínculos econômicos e culturais entre os dois países, vendendo o “estilo de vida americano” e introduzindo o consumo de diversos produtos como a Coca-Cola, revistas e filmes como os do Pato Donald. E o rádio, naquele momento, era o veículo ideal para a divulgação desses produtos (MOREIRA, 1991).

Em 1942, ano da inauguração dos novos estúdios da Nacional, Getúlio Vargas não tinha mais condições de manter a posição de neutralidade em relação à Segunda Guerra Mundial, com os Estados Unidos pressionando para que os países latino-americanos rompessem relações com a Alemanha e a Itália. Vargas ficou sem saída: “com os contratos de exportação de produtos brasileiros para os Estados Unidos, com o afundamento dos nossos navios e o indistigável e já saliente sentimento antinazista de todo o povo” (MELLO E SOUZA, 1986, p. 217), teve que unir-se aos Aliados.

Por isso, ao discursar durante as festividades de inauguração dos novos estúdios da Rádio Nacional, no dia 18 de abril de 1942, Lourival Fontes - então do DIP - foi um pouco vago: “Não sabemos com segurança o que nos aguarda e devemos estar vigilantes. O rádio,

cada manhã, pela rapidez da palavra, será sempre agente eficaz dos propósitos que nos animam e das cautelas que as contingências nos impõem” (HAUSSEN, 2001, p. 58).

Rádio Belgrano

A LR-3 Rádio Belgrano, de Buenos Aires, tem as suas origens na antiga LOY Rádio Nacional, fundada por Manuel Peñela, a 9 de julho de 1924, data da comemoração do 108º aniversário da Declaração da Independência argentina. Foi a primeira emissora, à época, a instalar estúdios destinados especificamente a transmissões radiofônicas, em sua sede à rua Boyacá, 472, no bairro de Flores, na capital portenha.

No dia 10 de fevereiro de 1927 a então Nacional passou às mãos de Jaime Yankelevich, considerado por muitos o “caudilho” da radiodifusão na Argentina. Nessa época, a emissora já trabalhava com uma linha de programação voltada para o popular, que seria a sua característica permanente. Ao mesmo tempo que administrava a Rádio Nacional, Yankelevich também atuou junto a outras emissoras; no entanto, o seu grande feito foi dinamizar o uso da publicidade no rádio argentino. Ele viria a ser, ainda, o responsável pela introdução da televisão naquele país, em 1951, graças ao seu relacionamento com Eva Perón.

Em 1934, a Nacional mudou seu nome para LR3 Belgrano devido a um decreto do poder Executivo que proibiu o emprego da palavra “nacional” a entidades de caráter cultural, comercial e associações particulares. Até 1935, com mais de 30 emissoras funcionando na Argentina, as rádios Belgrano e Splendid, de Buenos Aires, eram as mais bem estruturadas. Entretanto, em novembro de 1935 foi inaugurada a rádio El Mundo. Assim como a linha da rádio Belgrano era popular, a da El Mundo seria mais sóbria. A qualidade técnica e de programação da nova emissora fez com que houvesse reação por parte das concorrentes. A partir de então, “se era de rádio Belgrano ou de Splendid ou de El Mundo, como de Boca ou de River e a adesão era incondicional. Vivia-se apaixonadamente o rádio” (AGUIRRE, 1961, p. 355).

Em 1934, a Belgrano havia consolidado a “Primeira Cadeia Argentina de Broadcasting”, através de contratos com dez emissoras do interior do país, uma estrutura que viria a ser efetivada plenamente em 1939 (GALLO, 1991, p. 177). O sistema já havia tido algumas experiências incipientes, anteriormente. No entanto, quando foi criada a rádio El Mundo em 1935, esta impulsionou a Rede Azul e Branca de Emissoras Argentinas, no que foi seguida em 1941 pela LR4 Rádio Splendid que instituiu a RADES, sigla da Rede Argentina de Emissoras Splendid. As três importantes emissoras eram as cabeceiras das redes, desde Buenos Aires: LR1 Rádio El Mundo; LR3 Rádio Belgrano e LR4 Rádio Splendid. Mais tarde foi criada a Cadeia Argentina de Radiodifusão, tendo como cabeceira de rede a rádio do Estado, fundada em 1937. Esta rede se diferenciava das outras por não possuir publicidade, e veio a se tornar o Serviço Oficial, posteriormente (NOGUER, 1985, p. 57).

Este sistema de redes configuraria o modelo permanente da radiodifusão na Argentina, sendo conhecido por muitos como parte do sistema “cabeça de Golias”, uma vez que

as cabeceiras estavam todas em Buenos Aires. Da capital era difundida a maior parte da programação ficando para as suas afiliadas no interior uma porcentagem menor de programação local (cerca de 40%).

O sistema, segundo os estudiosos do tema, teve aspectos diversos. Positivos no sentido de que elevaram o nível artístico das programações das rádios do interior. Negativos na medida em que transplantaram o modelo portenho às províncias. “A interdependência radiofônica era a característica mais evidente de sua fisionomia até o ano de 1934 em que o auge publicitário e o desmedido afã de lucro começam a produzir o seu mais amargo fruto, o lucro” (PAOLI apud GALLO, 1991, p. 177). Ainda segundo o autor, até aquela data, cada emissora desenvolvia-se isoladamente das demais, ainda que sujeita à influência “popularesca” da rádio Belgrano. A consequência foi a chegada ao interior não só da programação da capital, com as suas características, mas também da gíria portenha e de caravanas de artistas da capital que vinham reforçar o seu sucesso divulgado pelo rádio, assim como a difusão do tango, tipicamente cidadão. Para alguns, esta influência foi avassaladora sobre a cultura regional, para outros, nem tanto.

Segundo o historiador Jorge Rivera, na Belgrano o que predominava era uma espécie de matriz unificadora, de linguagem universal a partir da qual todos acabavam se identificando. “Uma espécie de ideal de cultura nacional sem que aparecessem as identidades particulares, como no Brasil, com zonas culturais bem definidas” (HAUSSEN, 2001, p. 91).

No entender da pesquisadora Nora Mazziotti (HAUSSEN, 2001, p. 91), no entanto, este poder das redes era amenizado pela forte presença do radioteatro produzido nas cidades interioranas mais importantes, com seus repertórios e elencos próprios. Os cantores locais também se apresentavam nas emissoras de rádio da região, utilizando este espaço, fora dos horários de cadeia, assim como os elencos que se apresentavam fora das emissoras de rádio. Houve, ainda, o fenômeno inverso: a influência dos interioranos sobre a programação das emissoras da capital, devido à forte migração interna em direção a Buenos Aires. Segundo o pesquisador Aníbal Ford, na rádio dessa época, surgiam muitos programas com música do interior: “Então, a rádio ainda que transmitindo em rede ou para Buenos Aires, também tratava muito da problemática nacional, havendo forte presença das culturas regionais” (HAUSSEN, 2001, p. 92).

Sintetizando esta fase, Nogueira (1985 p. 57) aponta algumas características: a atividade privada foi a promotora da pesquisa no campo da radiodifusão e da posterior instalação das emissoras; desde o começo, o Estado não atuou como administrador de emissoras (com exceção da Rádio Nacional e posteriormente da Municipal, que era do município de Buenos Aires); a publicidade comercial intuiu rapidamente a amplitude do novo campo que se oferecia e se apressou a ser o apoio indispensável das transmissões; a radiodifusão argentina iniciou suas transmissões com mensagens culturais que foram sendo substituídas por outro tipo de programação.

Considerações finais

Ao se analisar as origens das duas emissoras latino-americanas verifica-se muitas semelhanças, assim como diferenças, embora estas sejam em menor escala. No caso argentino, a formatação em redes radiofônicas foi diversa do caso brasileiro, mas a programação, em certo sentido, foi similar, com muito incentivo à cultura popular (música, cantores, humor). E, de forma semelhante, a radiodifusão foi se tornando cada vez mais comercial. Conforme Flichy,

A história do rádio comparada com a de outros inventos é, provavelmente, uma das mais complexas, uma daquelas em que aparecem sucessivamente mais inventores e empresários [...] A passagem do uso técnico para o uso social é sempre uma operação delicada [...] mas, sobretudo, é preciso dar uma forma comercial a este novo uso social. Através da união de várias tradições – a das telecomunicações, da produção em massa e da imprensa – o rádio encontrará a sua economia definitiva. (FLICHY, 1993, p. 153).

De um início amador, em ambos os países, a radiodifusão logo começa a perceber o seu potencial econômico. Se no Brasil, de uma utopia educativa a uma vocação de entretenimento é apenas uma questão de tempo, na Argentina a visão comercial e de entretenimento se desenvolve desde o início. Se a década de 1920 foi uma fase de experimentação com o novo veículo e de uso da galena, nos anos que se seguem a 1930 a introdução dos rádios a válvula barateia os custos da produção dos aparelhos e possibilita a sua difusão a um público mais amplo. E a legislação sobre a publicidade de 1932, no caso brasileiro, vai permitir às emissoras uma fonte de financiamento mais constante e a estruturação de uma programação com bases mais sólidas. (ORTIZ, 1988).

Na questão específica das rádios Nacional e Belgrano, no contexto das suas origens, além das questões políticas, econômicas e de financiamento, é interessante salientar que as mesmas evidenciavam a presença do popular no que era difundido: “no tango ou no samba, no folclore ou na notícia policial, nos chistes de humor ou no melodrama, na narração de futebol ou no ato político” (HAUSSEN, 2001, p. 140). Lembrando, conforme Martín-Barbero (1993), que é preciso atentar para as fases que balizam a implantação dos meios de comunicação e a sua relação com o massivo na América Latina. Para o autor, a primeira fase, que vai dos anos 1930 ao final dos 1950, demonstra que “tanto a eficácia quanto o sentido social dos meios é preciso buscá-los mais que na sua organização industrial e nos seus conteúdos ideológicos, no modo de apropriação e reconhecimento que deles, e de si mesmos através deles, fizeram as massas populares” (MARTÍN-BARBERO, 1993, p. 178).

Embora a América Latina vivesse, na primeira metade do século XX, em diversos países, processos de uso político do rádio em seus projetos de construção nacional, a análise da Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, e da Rádio Belgrano, de Buenos Aires, leva à constatação que a trama que envolve a radiodifusão é mais complexa e que deve ser vista em sua

totalidade, nas suas esferas tecnológica, econômica, política e, principalmente, cultural, que se apresenta na síntese da sua programação.

Referências

AGUIRRE, Alberto J. Radio y televisión. In: ACUÑA, Julia Elena (Org.) **Argentina. 1930-1960**. Buenos Aires: Sur, 1961.

DOMINGUES, Heron. **Rádio Nacional – 20 anos de liderança a serviço do Brasil (1936-1956)**. Rio de Janeiro: Rádio Nacional, 1956.

FLICHY, Patrice. **Una historia de la comunicación moderna. Espacio público y vida privada**. México: Ediciones Gustavo Gilli, 1993.

GALLO, Ricardo. **La radio. Ese mundo tan sonoro**. Buenos Aires: Corregidor, 1991.

HAUSSEN, Doris Fagundes. **Rádio e Política: tempos e Vargas e Perón**. 2. Ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **De los medios a las mediaciones. Comunicación, cultura y hegemonia**. México: Gustavo Gilli, 1993.

MELLO E SOUZA, Cláudio. **Impressões do Brasil: A imprensa brasileira através dos tempos. Rádio. Jornal**. TV. São Paulo: Grupo Machline, 1986.

NOGUER, Jorge. **La radiodifusión en la Argentina**. Buenos Aires: Bien Común, 1985.

MOREIRA, Sonia Virginia. **O Rádio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PEREIRA, João Batista Borges. **Cor, profissão e mobilidade. O negro e o rádio de São Paulo**. São Paulo: EDUSP, 2001.

SAROLDI Luiz Carlos e MOREIRA, Sonia Virginia. **Rádio Nacional – o Brasil em sintonia**. Rio de Janeiro: Funarte, 1984.

O modelo de negócio da Rádio Nacional do Rio de Janeiro em seu apogeu: uma leitura a partir da economia política da comunicação

Luiz Artur Ferraretto (UFRGS)

Resumo

Com base na economia política da comunicação, descreve o modelo de negócio da Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, em seu período de apogeu – as décadas de 1940 e 1950 – no contexto do capitalismo competitivo ou liberal. Parte do fato de a emissora caracterizar-se como comercial, tendo mantido esta situação – o financiamento via publicidade – ao ser incorporada ao patrimônio da União. Busca compreender os benefícios desta duplicidade, trabalhando com a ideia da audiência como produto do meio rádio. Para além do econômico, procura debater os usos políticos e sociais da emissora, em especial, em dois períodos sob o governo de Getúlio Vargas, o da ditadura do Estado Novo (1937-1945) e o democrático (1950-1954).

Palavras-chave

Rádio Nacional; Modelo de negócio; Getúlio Vargas; Economia política da comunicação.

Patrimônio da União e simultaneamente uma emissora financiada por recursos originados em publicidade, a Nacional, do Rio de Janeiro, constitui-se em um modelo de negócio diferenciado na história da radiodifusão sonora do país e altamente competitivo, em especial, ao longo das décadas de 1940 e 1950. As facilidades advindas desta combinação e os interesses relacionados à estação do Edifício A Noite explicam outra particularidade relacionada à emissora: foi, de fato, a única a poder se identificar como tal ao cobrir, por meio de transmissores de ondas curtas, a imensidão do território brasileiro. Faz-se necessário, portanto, compreender, à luz da economia política da comunicação, como atuava a Rádio Nacional no contexto deste período, marcado: (1) na política, pela presença de Getúlio Vargas na presidência da República, como ditador, de 1937 a 1945, e como chefe de Estado e de governo eleito democraticamente, de 1950 a 1954; (2) na economia, pela vigência do capitalismo competitivo ou liberal; e (3) no âmbito social, por determinados padrões comportamentais considerados aceitáveis na época.

Pertencente à Empresa A Noite, que editava os jornais *A manhã* e *A noite*, além de revistas como *Carioca* e *Vamos ler*, a Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, entrou no ar em 12 de setembro de 1936. De fato, por trás destes negócios, está então a Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, conhecida como Brazil Railway Company, “um dos tentáculos da onipresença no Brasil do capitalista norte-americano Percival Farquhar, responsável por

empreendimentos tão diversos quanto a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré [...], as concessões de gás, luz e telefones do Rio de Janeiro, ou a exploração do minério de ferro de Itabira” (SAROLDI e MOREIRA, 2005, p. 32). É a dívida no valor de três milhões de libras esterlinas deste conglomerado com o governo federal que vai servir de argumento para a edição do decreto-lei n. 2.073, de 8 de março de 1940:

Art. 1º – Ficam incorporados ao Patrimônio da União:

- a) toda a rede ferroviária de propriedade da Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande ou a ela arrendada;
- b) todo o acervo das Sociedades “A Noite”, “Rio Editora” e “Rádio Nacional”;
- c) as terras situadas nos Estados do Paraná e Santa Catarina, pertencentes à referida Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande.

Parágrafo único – Ficam igualmente incorporadas ao Patrimônio Nacional todas as entidades ou empresas dependentes das enumeradas nas alíneas *a* e *b* ou a elas financeiramente subordinadas. (BRASIL, 8 mar.1940).¹

Dentro de periodização anteriormente proposta para a história do rádio no Brasil (FERRARETTO, 2012), o momento aqui analisado coincide, portanto, em parte, com a chamada fase de difusão, que se estende do início da década de 1930 até a segunda metade dos anos 1960. Convém lembrar que se usa na denominação deste período uma das duas categorias propostas² por Raimar Richers (1991, p. 15) para as estratégias de mercado passíveis de serem adotadas por qualquer tipo de empresa: aquela “que consiste em espalhar os produtos pelo mercado afora, sem se preocupar com quaisquer diferenças que possam existir entre os compradores em potencial”. Adaptando-se ao rádio o propugnado pelo então professor da Fundação Getúlio Vargas, os conteúdos oferecidos por uma emissora, para se impor, devem se diferenciar de outras ofertas semelhantes, assegurando, assim, o sucesso do empreendimento. No caso, a Nacional oferecia, calcada em significativo faturamento publicitário, um conjunto de programas produzido com recursos humanos e materiais altamente qualificados, destacando-se em relação às ofertas de conteúdo da concorrência. Neste último aspecto, salienta-se que, em termos de infraestrutura, integrando a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, tinha facilitado seu acesso a tecnologias, entre as quais a mais importante era a outorga de canais de ondas curtas e a conseqüente liberação para importação de equipamentos para pôr em prática tal modalidade de transmissão, essencial na escuta da emissora ao longo do território brasileiro.



1. Este e os demais trechos de textos anteriores à Reforma Ortográfica de 2009 tiveram sua grafia adaptada às normas atuais. Foram corrigidos, ainda, erros na utilização da Língua Portuguesa e/ou eventuais falhas de composição.

2. A outra é a segmentação, em que o produto, ou serviço, destina-se a determinada parcela de público, definida com base em particularidades destes consumidores.

O livro comemorativo *Rádio Nacional – 20 anos de liderança a serviço do Brasil 1936-1956* (1956, p. 13), editado pela Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, lista os diretores-gerais da emissora até então: Cauby de Araujo (1936-1940), Gilberto de Andrade (1940-1946), Hermenegildo Portocarrero (1946), Armando Calmon Costa (1946-1950), José Caó (1950-1951), Victor Costa (1951-1954), Marcial Dias Pequeno (1954-1955), Odylo Costa Filho (1955) e Moacir Aréas (1956). Cabe observar que, na época da publicação, já havia começado a definir o formato baseado no espetáculo, no qual preponderam humorísticos, novelas e programas de auditório. Um ano antes, por exemplo, conforme Octavio Augusto Vampré (1979, p. 220), a recém-inaugurada TV Rio enfrentara problemas para se estruturar, uma vez que, na época, a Nacional e a TV Tupi – esta última inaugurada em 1951 pelos Diários e Emissoras Associados, de Assis Chateaubriand – detinham contratos de exclusividade com a maioria dos grandes artistas. Trata-se de uma situação que, de um lado, demonstrava a força do rádio naquele momento, mas, de outro, ex-punha, com clareza, o crescimento da televisão. Atestando esta decadência do espetáculo radiofônico para o qual a Nacional servia de paradigma, José Ramos Tinhorão (1981, p. 86-87) observa que, a partir de meados da década de 1950:

[...] os programas com público presente começaram a sofrer a concorrência dos horários de *disc-jockeys* e seus *hit parades* – estava surgindo a era do *rock'n roll* –, e esse próprio acúmulo de nomes estrangeiros mostrava que uma nova realidade estava se impondo: o rádio passava pouco a pouco de teatro do povo para veículo sonoro de expectativas de ascensão social de novas camadas da classe média emergente, mais ligadas às subliminares mensagens econômico-culturais da nova era de integração no universo do consumo internacional do que na pobre realidade brasileira. (TINHORÃO, 1981, p.86-87).

Enquanto espetáculo, audiência e anunciantes começam a se transferir para a televisão, em um processo completado na década seguinte, a Nacional, como empresa de comunicação, patina em não aderir ao novo meio. Em seu relatório para o Tribunal de Contas referente ao ano de 1950, o diretor-geral da emissora, José Caó (jan. 1951, p. 8), observa: “No momento de traçar um rumo à rádio, apresentou-se-me o dilema: ou a aventura da televisão, para acompanhar a moda, ou a continuação do que poderíamos chamar a política de ondas curtas”. Chegando a sugerir que a rádio opere várias programações em diversos canais de OC, o relatório descreve a importância destas faixas de transmissão para os anunciantes:

A pedra básica sobre que se apoia a nossa publicidade é a onda curta. Com a onda curta emitida em condições técnicas satisfatórias cobrimos praticamente todo o território brasileiro. Daí se haver tornado esta emissora um veículo ideal para os anunciantes de âmbito nacional, isto é, para os que precisam vender em todos

os quadrantes do país. E dessa categoria são os nossos maiores patrocinadores de programa [...]. Chegaram eles à conclusão de que é muito mais econômico e produtivo anunciar na Rádio Nacional do que espalhar anúncios em emissoras e jornais dos diferentes estados. A verba aqui empregada oferece rendimentos incomparavelmente mais satisfatórios. (CAÓ, 1951, p. 7).

O relatório prometia que o assunto televisão continuaria, no entanto, na pauta futura da Nacional e, a respeito, informava o recebimento de propostas das empresas britânicas Marconi e Pye: “A fim de compensar o inevitável prejuízo, tanto uma como a outra concederiam a representação para vender com exclusividade, no país, os aparelhos de sua fabricação” (CAÓ, 1951, p. 9). Jamais iria se concretizar esta oferta inusitada de a emissora ter o direito de comercializar televisores. Há indícios de que não foram apenas o excesso de cautela ou a falta de visão dos gestores das emissoras a dificultar o projeto de uma estação de TV ligada à Nacional. Podem ter interferido os interesses dos Associados, conglomerado pioneiro em termos de televisão no Brasil. Como registrou Mário Lago, um dos principais integrantes do *cast* da emissora, baseando-se no relato do locutor Waldemar Galvão, o qual, com frequência, acompanhava as viagens do presidente Juscelino Kubistchek, político que, anteriormente, havia prometido um canal à rádio:

Numa dessas tantas viagens, Assis Chateaubriand sentou no banco ao lado do de Juscelino, e levou a viagem inteira procurando demovê-lo da loucura de dar um canal à Nacional (naquela época, as Associadas dominavam inteiramente o mercado). Entre os sorrisos de clichê, o presidente lhe fez ver que já tinha empenhado a palavra, não podia recuar agora, e o velho guerreiro não teve papas na língua: “Se Vossa Excelência der o canal de televisão à Nacional, jogo toda minha rede de rádio, imprensa e televisão contra seu governo”. Não sei se terá sido por causa dessa ameaça, mas a verdade é que o canal prometido caiu no rol das coisas esquecidas. (LAGO, 1977, p. 226).

Por sua vez, Doris Haussen (1997, p. 114), aponta, além da não obtenção de uma outorga de TV, outros motivos para a decadência da Nacional a partir da segunda metade dos anos 1950: a rotatividade de diretores após o apogeu da emissora quando foi dirigida por Victor Costa; a diminuição das verbas publicitárias, um reflexo do deslocamento de anunciantes para a televisão; a repetição dos mesmos tipos de programas; e a demissão de diversos radialistas após o golpe militar de 1964.

Pode-se dizer, portanto, que o sucesso do modelo de negócio da Nacional, emissora sob o controle do Estado, mas financiada por publicidade, estende-se de 1940, quando a rádio dirigida então por Gilberto de Andrade passa a liderar o mercado do Rio de Janeiro, até meados da década seguinte, no período em que Victor Costa assume a estação. Coincidentemente, nestes dois períodos, quem preside o país é Getúlio Vargas, que tinha

plena consciência das potencialidades do rádio. Já em 1º de maio de 1937, quando exercia a presidência após ter sido eleito indiretamente para um mandato que transformaria naquele mesmo ano na ditadura do Estado Novo, o político gaúcho incluía em sua mensagem ao Congresso Nacional:

O governo da União procurará entender-se [...] com os estados e municípios, de modo que, mesmo em pequenas conglomerações, sejam instalados apetrechos radiorreceptores, providos de alto-falantes em condições de facilitar a todos os brasileiros, sem distinção de sexo nem idade, momentos de educação política e social, informes úteis aos seus negócios e toda sorte de notícias tendentes a entrelaçar os interesses das diversas regiões do país. A iniciativa ainda mais se recomenda, quando consideramos o fato de não existir no Brasil imprensa de divulgação nacional. São diversas e distantes as zonas do interior e a maioria delas dispõe de imprensa própria, veiculando apenas as notícias de caráter regional. À radiotelegrafia, está reservado o papel de interessar a todos por tudo quanto se passa no Brasil. (VARGAS CABRAL, 1990, p. 132).

Especificado o período sobre o qual se vai refletir, cabe salientar que se consideram, aqui, quatro aspectos gerais característicos da abordagem teórica pela economia política da comunicação identificados por Vincent Mosco (1996, p. 27-38): **(1)** a priorização da mudança social e da transformação histórica, que, para os teóricos marxistas, passa, necessariamente, por um exame da dinâmica do sistema capitalista; **(2)** a tentativa de compreender a totalidade social, ou seja, a identificação de elos dos campos econômico e político com o amplo entorno cultural e social, sendo, portanto, básica a ideia da observação do objeto de estudo em um contexto mais abrangente; **(3)** a inclusão de uma perspectiva em que se destaca uma espécie de filosofia moral, objetivando explicitar posições éticas a respeito de práticas econômicas e políticas, muitas vezes mascaradas pelos interesses nelas envolvidos; e **(4)** a abordagem considerando a questão da práxis, ou seja, a relação que se estabelece entre o ser humano, produzindo e transformando o mundo e a si mesmo, e o seu meio.

O apogeu da Nacional em seu contexto de época

No quadro concorrencial do Rio de Janeiro, duas emissoras destacam-se, episodicamente, fazendo frente à Nacional: Mayrink Veiga, onde César Ladeira, ao introduzir o elenco fixo, iniciara a profissionalização do rádio da antiga capital federal; e Tupi, pertencente ao maior conglomerado de comunicação da época, os Diários e Emissoras Associados, de Assis Chateaubriand. A disputa entre elas dá-se bem dentro dos parâmetros do chamado capitalismo competitivo ou liberal, no qual “numerosas empresas disputam a preferência dos compradores mediante preços mais baixos ou vantagens análogas, tais como prazos mais longos de pagamento, descontos, etc” (SINGER, 1987, p. 75). A base da concorrência

centra-se, assim, na oferta de produtos considerados atrativos pelo consumidor. Cabe, neste aspecto, fazer referência ao que Dallas Smythe (1983, p. 74) considera como a mercadoria dos meios de comunicação:

Que é o que compram os anunciantes com seus gastos em publicidade? Como sólidos homens de negócio, não estão pagando inutilmente pela sua publicidade, nem lhes move o altruísmo. Sugiro que o que compram é o serviço de certos públicos, de especificações previsíveis, que haverão de prestar sua atenção em quantidades previsíveis e, em certos momentos, particulares para determinados meios particulares de comunicação (televisão, rádio, jornais, revistas, *outdoors*, impressos distribuídos pelo correio). Como coletividades, esses públicos são mercadorias. Como tais, são traficados nos mercados, por produtores e consumidores (estes últimos são os anunciantes). Tais mercados estabelecem seus preços, no modo habitual do capitalismo monopólico.

Deve-se ponderar que algo, para ser comercializado, precisa ser passível de mensuração, processo, neste caso específico, difícil de ser realizado sem pesquisas de audiência. É a partir do surgimento do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística, em 1942, que isto se torna possível. Ainda hoje, a consciência sobre o público ser a mercadoria do rádio parece, no entanto, não estar tão presente no cotidiano dos gestores. De fato, embora o cliente seja o anunciante, cabe à programação atrair os ouvintes, em um processo descrito deste modo por Sérgio Capparelli (1980, p. 82):

Nos países em que predominou a livre iniciativa, o ouvinte de rádio começou a pagar diretamente a radionovela, a música ou a notícia, ao comprar, por exemplo, uma pasta de Kolynos³ no supermercado. O fabricante desse produto patrocinou a radionovela, cobrindo seus custos mais o lucro do empresário da radiodifusão. O patrocínio da radionovela, que representa determinada quantia em dinheiro, foi acrescido no preço de custo da pasta Kolynos. Ao ir ao supermercado e comprar dentífrico, o ouvinte estará pagando o produto que vai usar e a radionovela que escutou. Os ouvintes, assim, pagam a conta-gotas o custo das emissões que consomem sem mesmo se dar conta.

Em relação à audiência em si, um argumento usado no período estudado é o retorno do público em relação a determinado programa ou profissional. Embora de difícil aferição quanto à veracidade da informação fornecida, aparece com certa frequência em publicações



3. Uma das mais tradicionais pastas de dente do mercado brasileiro. Em 1997, quando seu fabricante passou a ser controlado pela Colgate-Palmolive, foi, por determinação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), substituída pela marca Sorriso.

das próprias emissoras. É o caso, por exemplo, do já citado livro comemorativo *Rádio Nacional – 20 anos de liderança a serviço do Brasil 1936-1956*, onde aparecem dados da sua Seção de Correspondência. A emissora recebera 7.960.634 cartas no período de 1945 a 1955, ou seja, em um cálculo simples, uma média de quase 800 mil por ano ou, em números absolutos, 2.180 por dia (1956, p. 43). Uma informação, em especial, ia ao encontro dos interesses dos anunciantes:

Nota-se o valor comercial da correspondência recebida, pois 84% destinam-se a programas com concursos, o que vale dizer que cada carta recebida para os concursos é a prova clara da venda do produto anunciado, pois a maioria dos concursos exige a remessa de um invólucro do produto patrocinador. (SUPERINTENDÊNCIA, 1956, p. 42).

Em termos do negócio radiofônico, há que considerar ainda, como o faz Renato Ortiz (1994, p. 57), que, na gestão de empresas como a Nacional, preponderavam, então, os chamados *capitães de indústria*, expressão cunhada por Fernando Henrique Cardoso (1972, p. 150), regidos por uma postura menos planejada e mais próxima do instintivo, em que desponta “a obsessão pelo lucro rápido e imediato obtido pela manipulação do mercado ou de favores oficiais” e “pela exploração total e irracional do trabalho ou pelo controle usurário dos gastos”. No entanto, pelos indícios existentes a respeito do tipo de organização estabelecida por diretores da Nacional como Gilberto de Andrade e Victor Costa, pode-se supor que a emissora chega a tangenciar este modelo de gestão. De outra parte, o mesmo não ocorre com suas concorrentes. Conforme Ortiz (1994, p. 58), Assis Chateaubriand, dos Diários e Emissoras Associados, constituía-se no “tipo ideal do capitão de indústria”. De fato, basta consultar a biografia (MORAIS, 1994) deste que é o principal empresário de comunicação brasileiro no período para se constatar a sua caracterização como tal. Ao encontro do exposto por Cardoso (1972, p. 145), Chateaubriand via ainda o Estado a partir de uma posição ambígua. Ao mesmo tempo em que bradava contra a intervenção estatal, tinha consciência da necessidade de grandes quantias de capital para o crescimento dos seus negócios, quantias cuja fonte mais abundante na situação brasileira de então provinha do governo em suas várias esferas. A respeito, Cardoso (1972, p. 144) observa: “O Estado patrimonialista, desde que possa ser manipulado, passa a ser o ideal de organização para estes defensores da iniciativa privada”. De fato, na dubiedade do modelo da Nacional, algo público, algo privado, a emissora vai se beneficiar, diretamente, das vantagens oferecidas pelo Estado brasileiro, em paralelo, como referido, de alguns momentos de gestão mais moderna do que a da concorrência.

Aventa-se que a falta de continuidade em uma administração a oscilar entre o padrão de seu tempo e uma forma mais planejada e racional está no cerne do processo responsável pelo fim do ciclo da emissora como protagonista hegemônico da comunicação de massa no

Brasil. Neste sentido, parece ser central a não adesão à televisão como negócio de futuro a ocupar na sociedade o posto até então mantido com exclusividade pelo rádio. Para que este argumento seja explicitado com maior clareza, recorre-se ao conceito de barreiras à entrada. Como descreve Mario Luiz Possas (1990, p. 115), tais impeditivos ao ingresso de uma nova empresa são as mesmas condições responsáveis pelas vantagens diferenciais apresentadas pelas líderes daquele mercado específico em relação à concorrência já existente. Em outras palavras, ao inaugurar a TV Tupi, do Rio de Janeiro, em 1951, os Associados criaram, por chegar primeiro, uma barreira à entrada da Nacional nesta nova fatia do negócio comunicacional. Observe-se que a chegada, um ano antes, da televisão a São Paulo já fazia prever esta possibilidade. A TV, no entanto, como destacado antes, não era vista como uma prioridade pela Direção-Geral da estação pertencente ao patrimônio da União.

O uso econômico, político e social da Nacional

Embora não se possa aplicar à sociedade brasileira do período, como alerta Ortiz (1994, p. 48), o conceito de indústria cultural, no sentido frankfurtiano da expressão, é inegável a influência da Rádio Nacional no cenário econômico, político e social. Podem ser identificados apenas parcialmente alguns aspectos do que é descrito por Theodor Wiesengrund-Adorno e Max Horkheimer. A respeito, cabe recordar o observado anteriormente (FERRARETTO, 2012, p. 12-13): (1) tratada como objeto da indústria cultural – “um elemento de cálculo”, na expressão de Adorno (1978, p. 288) –, e não como seu sujeito, a audiência, pela carência de instrumentos para a sua aferição, não conseguia ser comercializada de modo mais definido como produto; (2) já a assimilação de formas industriais de organização do trabalho e de racionalização da produção no processamento de bens culturais, em realidade, existia na infraestrutura da Nacional, não raro pioneira em algumas particularidades; (3) chegou também a se estruturar um sistema de vedetes, o que ocorria na associação do rádio ao cinema e à fonografia, com os quais as principais emissoras compartilhavam astros e estrelas – “tipos ideais da nova classe média”, na expressão de Adorno e Horkheimer (1986, p. 136) –, e a jornais e revistas, que faziam a divulgação destas personalidades; e (4) ocorria uma orientação do conteúdo por uma motivação comercial em que a lógica do lucro suplantava a da arte, situação, obviamente, comum à estrutura da estação do Edifício *A Noite*. No entanto, faltava a sociedade de consumo, que só iria se constituir, com base no crédito pessoal para aquisição de mercadorias e serviços, na década de 1970.

Havia, inclusive, certo grau de totalização constituído em torno da ideia de integração difundida pela programação da Nacional. Segundo Sonia Virgínia Moreira (1998, p. 33-34), a emissora “foi aquela que expressou de maneira mais evidente o projeto idealizado por Vargas para o setor de radiodifusão”. Incorporada ao patrimônio da União em plena vigência do Estado Novo, ao rádio cabia, conforme determinação do onipresente Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o papel de “elemento fundamental para a concretização do

projeto de disseminação de valores (morais, intelectuais e políticos) pretendidos por Getúlio Vargas” (MOREIRA, 1998, p. 31). A rigor, no contexto de época, alguns destes pressupostos sobreviveriam mesmo com a redemocratização do país posterior à queda do ditador, em 1945, e à aprovação, no ano seguinte, de uma nova constituição. Tal tendência fica clara neste trecho do relatório enviado pela Direção-Geral da emissora ao Tribunal de Contas datado de 31 de dezembro de 1950:

Sendo o nosso povo de formação católica, era indispensável levar ao ar alguma coisa que valesse como uma mensagem da Igreja. Sob o título *Os eleitos de Deus*, foi iniciada a irradiação de uma série de novelas focalizando a vida dos santos e de homens e mulheres tocados pela graça divina. Já foram irradiadas as vidas de Santo Inácio de Loyola, Santa Bernardete e São Francisco de Assis, encontrando-se no ar, no momento, a novela que reproduz a existência de São Cristóvão. (CAÓ, 1951, p. 10).

O mesmo documento registra a supressão do programa *Acredite se quiser*, baseado em testemunhos de casos sobrenaturais e considerado uma “influência prejudicial entre os ouvintes menos esclarecidos ou de mais acentuada instabilidade psíquica, tornando-se, portanto, desaconselhável do ponto de vista da higiene mental” (CAÓ, jan. 1951, p. 10). Nesta linha, há ainda, entre os conteúdos irradiados, a reprodução do tido como socialmente aceito. Conforme Miriam Goldfeder (1980, p. 40), a emissora funcionava com um mecanismo de controle social: “O que a Nacional propagava, em última instância, não era a excelência de um modelo político, mas a legitimidade de um tipo de sociedade e de um quadro de valores éticos”. Exemplos desta estratégia – “implícita, parcial e difusa”, no dizer da autora (GOLDFEDER, 1980, p. 40) – aparecem em novelas, nas quais elementos divergentes em relação ao padrão – a adúltera, a mãe solteira, o boêmio... – arrepentiam-se ou sofriam algum tipo de castigo, e nos humorísticos, em que se satirizava aquilo considerado condenável socialmente, embora em ambos, por vezes, fosse até tensionada a moral vigente.

A Nacional, como a mais destacada emissora brasileira do período, prestava-se também como um elemento de relevância dentro do processo de realização comercial de vários produtos e serviços. No já referido relatório do ano de 1950 (CAÓ, 1951, p. 7), The Sidney Ross Company aparece como a principal anunciante da emissora. Ao longo do tempo, a multinacional estadunidense usara, em especial, o rádio para lançar e sustentar de medicamentos – Aspirina Bayer, Leite de Magnésia Phillips, Melhoral, Pílulas de Vida do Dr. Ross, Sal de Frutas Andrews, Sonrisal... – a cosméticos – Glostora, Talco Ross... De fato, como registra Manuel L. Leite (1990, p. 230), a equipe de vendas da Sidney Ross baseava-se em pesquisas para mapear as estações com maior audiência e prestígio. Obviamente, no Brasil de então, não havia nestes dois quesitos rádio mais importante que a Nacional.

A Nacional, como empresa voltada ao lucro, estava organizada em oito divisões, cujos

titulares, sob a presidência do diretor geral, ao qual estavam submetidos, formavam o Conselho de Administração da emissora. A respeito, descreve o livro comemorativo *Rádio Nacional – 20 anos de liderança a serviço do Brasil 1936-1956*:

A Divisão de Radioteatro, a Musical, a de Programação e a de Radiojornalismo são as que influem diretamente no *broadcasting*. A Divisão Administrativa, a de Secretaria e Contencioso, a de Publicidade e a Técnica, trabalhando no *background* asseguram o equilíbrio e a entrosagem dos interesses gerais da casa. (SUPERINTENDÊNCIA, 1956, p. 18).

De acordo com esta mesma fonte, a máquina administrativa e de conteúdo da Nacional faturava, em 1955, 87 milhões e 600 mil cruzeiros. Para se ter uma ideia, trata-se do equivalente a pouco mais de 38 mil salários mínimos, considerando 2 mil e 300 cruzeiros como valor em vigor de 1954 até 1956. Em termos de estruturação da emissora, de gestão e de faturamento, destacam-se na Direção-Geral, ao longo do período analisado, Gilberto de Andrade (1940-1946) e Victor Costa (1951-1954). O primeiro, assumindo logo após a incorporação, instituiu a Seção de Estatística, colocando em números e gráficos os dados a serem oferecidos aos anunciantes, além de criar um sistema de seleção de profissionais para integrar o quadro da emissora (SAROLDI e MOREIRA, 2005, p. 56-57). O segundo, cuja carreira de sucesso havia se construído em anos anteriores na própria emissora, monta uma programação popular, levando a rádio, de acordo com Doris Haussen (1997, p. 111), ao apogeu: “A Nacional dos anos 1950, que se solidificara dentro de um projeto nacionalista e integrador, implementado durante o primeiro período Vargas, atrairia, assim, ainda mais as massas e as verbas publicitárias garantindo um elenco e uma programação de alta qualidade”. Ambos, indicam os dados, não poderiam ser enquadrados totalmente na categoria de capitães de indústria, inclinando-se talvez para um perfil gerencial mais planejado e à frente de seu tempo.

Considerações finais

Passados 80 anos da inauguração da Nacional e, aproximadamente, seis décadas do início do seu processo de decadência, é difícil sopesar em que pontos a gestão da emissora tensionou os padrões vigentes daqueles tempos, quando o sistema capitalista se apresentava em sua forma competitiva ou liberal. Pode-se, no entanto, com certo grau de certeza, afirmar que o seu modelo diferenciado de negócio – comercial em uma estação sob controle da União – auxiliou em grande medida este processo. Facilitado pelo faturamento da Nacional e pelo interesse do governo em fazer da rádio um integrador do território brasileiro e influenciador da população do país, o gerenciamento pendeu, em alguns momentos, para uma maior organização da produção, aproximando-se, como se aventou antes, de formas mais modernas de gestão.

Se diretores-gerais como Gilberto de Andrade (1940-1946) e Victor Costa (1951-1954), os dois mais citados pela literatura existente, não se enquadravam totalmente no perfil de capitão de indústria, também seria forçoso posicionar, por falta de informação, os demais dentro de parâmetros exclusivamente intuitivos. É possível supor que uma empresa como a Nacional, para reservar uma fatia futura do mercado, deveria ter sido a pioneira em televisão no país ou, pelo menos, no Rio de Janeiro. A aposta em ondas curtas não poderia ter eliminado esta opção continuamente adiada até se tornar uma impossibilidade total.

Neste sentido, parece exagerado colocar como maior causa da decadência da Nacional o desinteresse dos sucessivos governos ditatoriais instaurados no país após o golpe articulado por setores da burguesia junto com as Forças Armadas em 1964. Acredita-se, assim, que o expurgo de oito dezenas de profissionais considerados subversivos pelos novos donos do poder apenas colocou a derradeira pá de terra em um jazigo construído desde o final dos anos 1940, quando a emissora incorporada ao patrimônio da União decidiu seguir apostando no que já fazia, ignorando as novas possibilidades abertas pela televisão.

Como curiosidade, cabe lembrar, servindo de fecho a esta reflexão, as opiniões de dois dos mais populares integrantes do cast da Nacional a respeito da televisão: os apresentadores de programas de auditório César de Alencar e Manoel Barcelos, espécie de símbolos do apogeu da emissora. Ouvidos em 1959 pela principal publicação da época, a Revista do Rádio (31 jan. 1959, p. 64-5), suas respostas à pergunta “A televisão matará o rádio?” demonstram bem o senso comum existente entre parcela significativa dos profissionais de então. Enquanto César de Alencar respondeu com um “Nunca”, Manoel Barcelos preferiu um “Jamais”. A TV, de fato, não mataria o meio, mas abalaria fortemente veículos como a própria Nacional. Aventa-se, como possibilidade de reflexão, que a estação do Edifício A Noite, enfrentando o desinteresse de sucessivos governos, a rigor, não conseguiria novamente se firmar junto ao público, em especial por não ter aderido totalmente à ideia de segmentação, algo básico nas décadas seguintes.

Referências

A PERGUNTA que todos fazem: A televisão matará o rádio? Respondem artistas e observadores.

Revista do Rádio, Rio de Janeiro, ano 11, n. 489, p. 64-5, 31 jan. 1959.

ADORNO, Theodor Wiesengrund. A indústria cultural. In: COHN, Gabriel (Org.). **Comunicação e indústria cultural**. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978. p. 287-295.

ADORNO, Theodor Wiesengrund; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

BRASIL. **Decreto-lei n. 2.073**, de 8 de março de 1940. Incorpora ao patrimônio da União a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e as empresas a ela filiadas. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2073-8-marco-1940-412107-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 5 out. 2016.

- CABRAL, Sérgio. **Nos tempos de Almirante: uma história do rádio e da MPB**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.
- CAÓ, José. A Rádio Nacional em 1950. **Revista da Rádio Nacional**, Rio de Janeiro: ano 1, n. 1, p. 7-11, jan. 1951,
- CAPPARELLI, Sérgio. **Comunicação de massa sem massa**. Porto Alegre: Cortez, 1980.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.
- FERRARETTO, Luiz Artur. Uma proposta de periodização para a história do rádio no Brasil. **Eptic – Revista de Economia Política das Tecnologias da Informação e Comunicação**, Aracaju: Observatório de Economia e Comunicação da Universidade Federal de Sergipe, v. XIV, n. 2, maio/ago. 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufs.br/index.php/eptic/article/viewFile/418/332>>.
- GOLDFEDER, Miriam. **Por trás das ondas da Rádio Nacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- HAUSSEN, Doris Fagundes. **Rádio e política: Tempos de Vargas e Perón**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.
- LAGO, Mário. **Bagagem de beira-estrada**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- LEITE, Manuel L. Rádio, “uma voz que vai de um fim a outro fim do mundo”. In: BRANCO, Renato Castelo; MARTENSEN, Rodolfo Lima; REIS, Fernando (Org.). **História da propaganda no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990. p. 225-230.
- MORAIS, Fernando. **Chatô, o rei do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MOREIRA, Sonia Virgínia. **Rádio palanque**. Rio de Janeiro: Mil Palavras, 1998.
- ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- POSSAS, Mario Luiz. **Estruturas de mercado em oligopólio**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.
- RICHERS, Raimar. Segmentação de mercado: uma visão de conjunto. In: RICHERS, Raimar; LIMA, Cecília Pimenta (orgs.). **Segmentação: opções estratégicas para o mercado brasileiro**. São Paulo: Nobel, 1991. p. 13-24.
- SAROLDI, Luiz Carlos; MOREIRA, Sonia Virgínia. **Rádio Nacional: o Brasil em sintonia**. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- SINGER, Paul. **O capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica**. 5. ed. São Paulo: Moderna, 1987.
- SMYTHE, Dallas. Las comunicaciones: agujero negro del marxismo occidental. In: RICHERI, Giuseppe (org.). **La televisión: entre servicio público y negocio**. México: Gustavo Gili, 1983. p. 71-103.
- SUPERINTENDÊNCIA DAS EMPRESAS INCORPORADAS AO PATRIMÔNIO NACIONAL. **Rádio**

Nacional – 20 anos de liderança a serviço do Brasil 1936-1956. Rio de Janeiro, 1956.

TINHORÃO, José Ramos. **Música popular, do gramofone ao rádio e TV.** São Paulo: Ática, 1981.

VAMPRÉ, Octavio Augusto. **Raízes e evolução do rádio e da TV.** Porto Alegre: Feplam/ RBS, 1979.

Rádio Nacional do Rio de Janeiro - de emissora comercial nacional a rádio pública local

Valci Regina Mousquer Zuculoto (UFSC)

Resumo

Este artigo apresenta, em pesquisa histórica e empírica, transformações da Rádio Nacional do Rio de Janeiro nos seus períodos mais recentes, de meados da década 60 até 2016, posteriores aos da sua fase áurea. Apesar de estatal, paradoxalmente a Nacional consolidou-se como padrão do hegemônico do segmento comercial na chamada “Era de Ouro do Rádio”, anos 1940, 1950 e começo dos 1960. Nas décadas seguintes, até o início dos anos 2000, sofreu um declínio. Na atualidade, de 2014 a 2016, período de maior ênfase deste artigo, após assumir sua natureza não-comercial, define-se como pública. Integra a EBC – Empresa Brasil de Comunicação, criada em 2007 com proposta de construir o sistema público da radiodifusão brasileira. Primeiramente, este capítulo destaca transformações históricas da Nacional nos seus tempos mais recentes pouco estudados, analisando influências na sua programação. Ao mesmo tempo, busca verificar de que modo a estação desenvolve sua agora autoproclamada natureza pública e assim, se, e como, cumpre requisitos do rádio público. Trabalha com aportes metodológicos e teóricos da história, da comunicação e do jornalismo.

Palavras-chave

Rádio Nacional; Rádio pública; Rádio Estatal; EBC.

Alô Brasil! Esta é a PRE-8, a emissora estatal que padronizou o rádio comercial

Dia 12 de setembro de 1936. Há 80 anos, nessa data, tendo como fundo musical um clássico da música popular brasileira – Luar do Sertão, de autoria de João Pernambuco e Catulo da Paixão Cearense – um prefixo anunciou uma nova frequência nas nossas ondas radiofônicas: “Alô Brasil! Esta é a PRE-8, Rádio Nacional, do Rio Janeiro”. Assim entrou no ar um dos maiores fenômenos da comunicação do século XX, não somente do Brasil, mas da América Latina e também com repercussão na radiofonia mundial. Integrava, então, um dos poderosos grupos midiáticos da época – o do jornal A Noite, instalada na Praça Mauá, no centro do Rio de Janeiro, na época no mais alto edifício da América Latina. Quando deu início às suas irradiações, a expoente comunicação de massa no Brasil tinha no rádio seu principal meio e instrumento. Produtores e público começavam a experimentar, a traçar o cenário que em seguida viria a emergir como a chamada “Era de

Ouro do rádio”. E quatro anos após ter entrado no ar, foi estatizada pelo governo Getúlio Vargas.

A partir da estatização, a PRE-8 transformou-se mais rapidamente na potência que a levou a ser referência maior do rádio brasileiro. Mesmo estatizada, ao contrário da Rádio MEC do Rio do Janeiro, que também passou às mãos do governo na mesma época, em 1936, a Nacional continuou funcionando como comercial e com esta característica se tornou fenômeno comunicacional. Paradoxalmente, padronizou o modelo da nossa radiofonia que até a atualidade é hegemônica pelo segmento comercial, tanto em número de emissoras quanto de alcance de audiência e modelos de programação. “A ascensão da PRE-8 a este posto privilegiado nos meios radiofônicos pode ser localizada a partir dos anos 45, tendo atingido seu ápice nos seis primeiros anos da década de 1950 para, a partir daí, iniciar seu lento declínio” (GOLDFEDER, 1980, p. 39).

Com base nesta breve contextualização do passado mais distante da Nacional, este artigo tratou de evidenciar seus tempos mais recentes. Tempos pouco estudados e evidenciados. O recorte abrange desde meados dos anos 50, quando começa a sua decadência, até 2016, ano em que, junto com a EBC – Empresa Brasil de Comunicação, a qual é vinculada a emissora atualmente, passa a enfrentar nova crise, desencadeada por mudanças impostas pelo governo Temer.

De crise em crise, a estação chegou à contemporaneidade, quando tenta recuperar o prestígio e a popularidade que a caracterizaram e a inscreveram definitivamente na história do rádio no Brasil e inclusive mundial. Hoje, não mais mantendo perfil de rádio comercial, funciona como estatal/pública, integrando a EBC – Empresa Brasil de Comunicação instituída em 2007 pelo governo Lula, com o declarado objetivo de “fortalecer o sistema público de comunicação”. Porém, mesmo com a revitalização buscada também pelo governo Lula a partir de 2004 e com o papel de destaque que a EBC reservou à estação no desenvolvimento do seu segmento de rádio e, assim, do próprio sistema público, a Nacional vem atravessando as primeiras décadas do século XXI novamente submetida a problemas que têm gerado incertezas quanto ao seu futuro e ameaças de fechamento.

Com apenas uma década de funcionamento, ainda em fase de consolidação e tentativa de construção de um modelo para o sistema público do país, a EBC passa por profundas mudanças nos dias atuais, impostas pelo governo Temer. A maior delas foi a edição da Medida Provisória 744/2016, publicada no Diário Oficial da União em 2 de setembro de 2016, alterando seu estatuto e modificando sua estruturação e organização. A MP, entre outras definições, extinguiu o Conselho Curador, uma das bases destinadas a conferir caráter público à Empresa ao proporcionar relativa autonomia em relação ao governo, e também o mandato do diretor-presidente. A medida permitiu a exoneração do então detentor do cargo, Ricardo Pereira de Melo, o que já havia sido tentado

durante o período de interinidade de Temer antes que se consumasse o *impeachment* de Rousseff¹.

Para boa parte dos estudiosos e defensores da radiodifusão pública e inclusive de atuais e ex-profissionais, ex-gestores e ex-conselheiros da Empresa, essas mudanças significam um verdadeiro desmonte da EBC e do ainda não consolidado sistema público de radiodifusão. Para a Nacional, portanto, as transformações em curso também levam a novas incertezas. Podem, mais uma vez, ameaçar e até impedir que se recupere e conquiste seu mais recente objetivo de se tornar uma das principais rádios públicas do país, com programação generalista com foco na informação conforme critérios do rádio público.

Em estudos anteriores apresentados em *A programação de rádios públicas brasileiras* (ZUCULOTO, 2012), analisei a conformação histórica do segmento. Verifiquei que esta busca por um modelo público se dá quase exclusivamente no que se refere à programação, já que o segmento permanece com gestão e financiamento estatais. De fato, a história do rádio público brasileiro está determinantemente emaranhada com a do rádio estatal. E a Rádio Nacional, neste momento, constitui um dos principais elementos deste processo, justificando a necessidade de se (re)estudá-la, principalmente nos seus períodos menos investigados e refletidos.

Para além de evidenciar historicamente estas fases pouco estudadas, procurei observar reflexos produzidos nas suas linhas gerais de produção e programação. A ênfase maior foi dada sobre os dias mais atuais, recortando em especial desde a pretendida revitalização da emissora no governo Lula, no início dos anos 2000, até 2016, que trouxe novas instabilidades à Nacional com a crise na EBC. Enfatizo, portanto, período em que a estação finalmente se assume como pública, investiguei a PRE-8 à luz dos principais entendimentos acerca de um perfil para o rádio público. Compreendo que os primeiros critérios que devem dar característica de pública a emissoras deste segmento estão expressos na própria Constituição brasileira e estabelecidos para a radiodifusão como um todo.

A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios: I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; II - promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção



1. Nota dos editores: A MP 744/2016, após ter sido aprovada pelo Senado Federal, foi transformada na Lei 13.417/2017, publicada em dois de março no Diário Oficial da União (DOU). A nova norma acabou com o Conselho Curador e com o mandato do presidente da estatal, que poderá ser substituído a qualquer momento. O dispositivo também determina que a empresa será administrada por um Conselho de Administração e por uma diretoria executiva, contando ainda com o Conselho Fiscal e o Comitê Editorial e de Programação. O Comitê Editorial e de Programação deverá ser integrado por 11 profissionais da área de comunicação que representarão segmentos da sociedade. O mandato dos membros, que não poderão ter filiação partidária, será de dois anos, sem recondução e serão nomeados pelo Presidente da República a partir de uma lista tríplice. Trata-se de um órgão técnico de participação institucionalizada da sociedade na EBC, de natureza consultiva e deliberativa.

independente que objetive sua divulgação; III - regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei; IV - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família. (BRASIL, 1988).

Acerca de programação radiofônica, independentemente de ser rádio público, comercial ou estatal, também entendo que uma estação radiofônica, como tão bem sustenta Ferraretto (2014, p. 39), “deve atentar para uma série de procedimentos e raciocínios complexos na conformação do que pretende difundir”.

Trata-se, em última análise, de pensar uma identidade para o emissor e uma estratégia para que esta se reflita na mensagem destinada ao ouvinte, razão de ser do rádio. [...] Essa perspectiva, que engloba aspectos conceituais e metodológicos, perpassa, além da ideia de identidade, quatro níveis estratégicos: (1) a do *segmento*, (2) a do *formato*, (3) o da *programação* e (4) o dos *conteúdos em si*, normalmente manifestados na forma de *programas*. Valem tanto para as empresas de radiodifusão sonora que buscam o lucro pela prestação de seus serviços como para organizações sociais e fundações voltadas à difusão educacional, cultural, estatal e/ou pública. [...] O rádio, em qualquer de suas manifestações comunicacionais, objetiva criar uma relação de empatia com o público [...]. (FERRARETTO, 2014, p. 39-41).

A partir também de diversas referências sobre o rádio público, inclusive das próprias emissoras públicas e seus profissionais, entendo que os principais critérios específicos para analisar o segmento são o financiamento, a gestão e a programação democráticas, independentes e autônomas (ZUCULOTO, 2012).

Especificamente em relação à programação, tomando como base em especial indicadores lançados pela Unesco (2006), realço como características principais a serem incorporadas: (1) a disseminação da cultura e do conhecimento/educação, observando a necessidade de conceitos mais amplos e menos elitistas para estes, efetivamente expressando a diversidade nas suas composições, (2) o atendimento ao real interesse público, entendido, em concordância com Gomes (2009), como as necessidades da sociedade de informação e comunicação, representadas de forma a que possa exercer sua cidadania, (3) a universalidade, no sentido de atingir todas as camadas da população e dar conta de refleti-las, (4) a diversidade e (5) a pluralidade, compreendidas como a efetiva expressão e representação de todos os segmentos sociais bem como produção com formatos, apuração, enfoques e fontes diversos e plurais de maneira a conseguir abarcar a complexidade social que deve irradiar, (6) a regionalização, proporcionando a aproximação com a comunidade onde a rádio está inserida, valendo tanto para o conteúdo quanto para abertura à produção local, sem descuidar de manter sua audiência integrada à realidade nacional e global, (7)

a diferenciação, esta referindo-se ao papel da radiofonia pública de não só pautar o que é do interesse público, mas dar cobertura ao que especialmente a grande mídia privada não comunica e com linhas editoriais diferenciadas e/ou complementares a esta, (8) a independência e autonomia, estas editoriais, de financiamento, estruturação e gestão, pois mesmo quando, por exemplo, vinculada ao Estado, a emissora pública pode e deve buscar ser independente e autônoma, baseando-se no interesse público.

Além destes critérios mais gerais e amplos, sistematizados a partir de diversos autores e conceituações, o presente artigo buscou também se referenciar em outra publicação da Unesco – “Indicadores de qualidade nas emissoras públicas – uma avaliação contemporânea” (BUCCI; CHIARETTI; FIORINI, 2012) – acerca da complexidade e multiplicidade de modelos que se verifica ao se investigar e avaliar a caracterização de estações públicas e da necessidade de adequá-la à realidade de onde o rádio público se encontra inserido.

A Radiodifusão Pública conta com distintos modelos em funcionamento em várias nações. Entretanto, algumas características são ou deveriam ser comuns: 1) independência editorial e financeira; 2) autonomia dos órgãos de governança; 3) pluralidade, diversidade e imparcialidade da programação; 4) claro mandato de serviço público, estabelecido em documentos legais pertinentes; 5) prestação de contas (*accountability*) junto ao público e junto aos órgãos reguladores independentes. (BUCCI; CHIARETTI; FIORINI, 2012, p. 7).

Mesmo apontando esses critérios comuns, a mesma publicação faz um alerta de que indicadores para avaliação de emissoras públicas não podem resultar em métricas, ser aplicados indistintamente nem ser usados para comparações.

Dada a vastidão do cenário das emissoras públicas pelo mundo, conformando um conjunto marcado por disparidades e intensa diversidade de modelos, não é possível – tampouco é desejável – que se crie uma única cesta de indicadores que, aplicados matematicamente, em métricas estritas, forneça números conclusivos para atestar a qualidade da programação de uma ou de outra, permitindo inclusive uma comparação entre todas elas. [...] Os vínculos que as emissoras públicas são capazes de guardar ou de negligenciar com as comunidades que as abrigam e sustentam, e que devem ser as beneficiárias de seus conteúdos culturais e informativos, são vínculos imersos na cultura e, também, no mercado da radiodifusão. Além disso, elas têm dimensões políticas, o que exige daqueles que as estudam ou daqueles que pretendem geri-las com honestidade de propósitos uma perspectiva em que os indicadores de qualidade sejam mediados por especificidades locais, históricas, momentâneas ou permanentes, conjunturais ou estruturais. Portanto, para cada emissora, à luz de suas circunstâncias, sua missão própria e seu entorno social, cultural, econômico e político, os indicadores podem assumir pesos diferenciados. (BUCCI; CHIARETTI; FIORINI, 2012, p. 9).

Enfim, para realmente produzirem programação com característica pública, rádios como a Nacional “precisam realmente traduzir as necessidades da população e estimular o exercício cidadão” (ZUCULOTO, 2012, p. 234). Apoiado nestes aportes, referenciais e sistematizações, este artigo dá continuidade, mesclando-os, aprofundando-os e os atualizando, a dois dos trabalhos que resultaram de pesquisa sobre a Nacional realizada no pós-doutoramento no Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, em 2014 (ZUCULOTO, 2014 e 2015).

Pesquisei a Rádio Nacional como mídia não-comercial, emissora estatal que se pretende pública. Sempre trazendo, para o presente, o paradoxo de seu passado de emissora que, mesmo estatizada, funcionou como comercial na *Era de Ouro* e se tornou modelo para o sistema privado em particular. Por este seu perfil, a Nacional pode ser compreendida como paradoxo de emissora estatal/pública mais responsável pela hegemonia do sistema comercial na radiodifusão brasileira.

Para estudar a história da Nacional a partir de seu declínio, *a priori* elegi como marcos de partida para a coleta de dados e observações, além do advento da televisão, o impacto imediato do golpe de 1964 sobre a emissora e o fim das transmissões do *Repórter Esso*, em 1966 na própria estação, e em 1968, na Rádio Globo do Rio de Janeiro, que irradiou a última edição do noticioso no Brasil. Mesmo para analisar seus tempos contemporâneos, de emissora que quer recuperar liderança ao menos no segmento estatal/público, é preciso (re) visitar esta sua época passada que ainda não foi tão profundamente refletida.

Assim, os estudos (ZUCULOTO, 2014 e 2015) que baseiam este artigo são empíricos, históricos, exploratórios, descritivos e analíticos. Valem-se de referenciais teóricos e metodológicos tanto da história, em especial da história própria da comunicação, como da análise dos processos e produtos midiáticos, da comunicação e do jornalismo. Desta maneira, estão ancorados na perspectiva de combinar referências de várias disciplinas “em busca de uma melhor compreensão dos fenômenos sociais”, de pesquisar com “inter, multi, transdisciplinaridade” (BARBOSA, 2011, p. 86). Também no entendimento de que investigar a história do jornalismo, da comunicação é um processo complexo. Não basta trazer o passado para o presente. É preciso “perguntar pelos silêncios e identificar no não dito uma razão de natureza muitas vezes política” (BARBOSA, 2005, p. 103). Este, aliás, foi um dos principais movimentos adotados, justamente pelas “disputas em torno da memória” bem como pelos “esquecimentos voluntários ou involuntários”. Encontrou-se muitos interesses e versões diferenciadas, principalmente políticas, “não ditos”, por falhas e/ou apagamentos de memória, propositais ou não. Encontrou-se silêncios, impostos ou não. Os silêncios, mesmo quando não se conseguiu quebrá-los, às vezes mostraram bem mais do que os ditos. Então, coube a mim como pesquisadora, primeiro compreender que existem muitos silêncios na Nacional, e na sequência, que precisava não somente percebê-los e evidenciá-los, mas pesquisá-los também como peças fundamentais dos estudos.

Para analisar processo histórico tão intrincado e múltiplo quanto o da Nacional, necessitou-se, além de referenciais teóricos e metodológicos multidisciplinares, grande e variado volume de fontes e de coleta de dados. A EBC foi pesquisada tanto no Rio de Janeiro como em Brasília. De 2014 a 2016, foram realizadas entrevistas não-dirigidas e participação em reuniões com gestores e profissionais da Rádio Nacional, no Rio de Janeiro, assim como visitas à emissora, encontros e conversas informais por *e-mail* e redes sociais.

Nacional perde canal de TV e frequência exclusiva no dial

Foi nos tempos do advento da televisão no Brasil, uma das demarcações deste artigo, que a potente PRE-8 iniciou a derrocada. Como todo o rádio daquela época, também perdeu para o novo meio grande parte de seus artistas, de seus programas, de seu público. Mas vários estudiosos e inclusive profissionais da emissora, como Cristiano Menezes³, avaliam que o estopim de uma das diversas crises enfrentadas pela rádio na época, não foi a concorrência da televisão. Ao contrário, foi o fato de não ter conseguido o canal 4 para implantar a TV Nacional. A emissora chegou a fazer testes para implantá-lo, com equipamentos alugados da TV Continental. Porém, Assis Chateaubriand, já então poderoso empresário das comunicações, trabalhou intensamente contra a concessão de TV à Nacional, temendo que esta conseguisse “repetir na televisão o sucesso radiofônico” (SAROLDI e MOREIRA, 2005, p. 145-146). Em 1957, a estação sofreu outra perda: o presidente Juscelino Kubitschek tirou da emissora o canal exclusivo da frequência 980 kHz, único em todo país. Autorizou sua transferência para criar a Rádio Nacional de Brasília.

A nova capital federal ainda estava em construção para ser oficialmente fundada em 1960. Mas em 1958, ano seguinte à transferência do canal, a Nacional de Brasília já foi inaugurada para servir “como meio de comunicação entre os brasileiros e brasileiras, que vieram para o Planalto Central construir a capital, e os familiares que ficaram nos seus estados de origem”. (EBC)⁴.



2. Entre os principais entrevistados, destaco Marcos Gomes, então coordenador da Nacional e hoje gerente da emissora; Orlando Guilhon, que foi Superintendente de Rádios da EBC a partir de sua criação, diretor-geral da Rádio MEC e assessor especial da Empresa no Rio de Janeiro até 2016, quando saiu exonerado pelo governo Temer, e ainda presidente da ARPUB – Associação das Rádios Públicas do Brasil; e Cristiano Menezes, diretor da estação de 2003 a 2006, gerente de rádios da EBC no RJ até 2013 e depois, até sua morte em setembro de 2016, trabalhou como assessor na área de acervos da Empresa, com a principal missão de montar o ainda inconcluso Museu da Rádio Pública. Entre outros, também foram entrevistados Gerdal dos Santos, radialista que atua na Rádio Nacional há 63 anos, como apresentador, radioator e produtor. Atualmente comanda os programas Rádio Memória e Onde Canta o Sabiá; José Roberto Garcez, ex-presidente da Radiobrás e diretor da EBC até a exoneração em 2016; Liara Avellar que foi coordenadora da Rádio MEC do Rio de Janeiro até 2017; Mário Sartorello, ex-Presidente da ARPUB – Associação das Rádios Públicas do Brasil e gerente da Rádio Nacional Amazônia até 2016; Osmar Frazão, jornalista, radioator, produtor, historiador, produz e apresenta o programa Histórias do Frazão.

3. Entrevistas concedidas à autora entre 2014 e início de 2015 para a pesquisa de pós-doutoramento realizado no Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

4. Informação disponível na página oficial da emissora <http://radios.ebc.com.br/nacionalbrasiliaam/sobre>

Esta foi a anunciada finalidade imediata. Na inauguração, em 31 de maio de 1958, o discurso de Juscelino não deixou dúvida que queria muito mais: pretendia-se que a Nacional de Brasília levasse para o Planalto Central não somente a frequência exclusiva da Nacional do Rio, mas toda sua popularidade, seu sucesso e sua capacidade de fidelizar o Brasil. Desta forma, contribuiria na política de desenvolvimentismo econômico que JK planejava levar para outras regiões do país.

[...], brasileiros de todos os quadrantes recolherão o eco das emissões cotidianas da Rádio Nacional de Brasília, como um apelo ao seu patriotismo e ao seu entusiasmo cívico.[...] A Rádio Nacional de Brasília, ora inaugurada, terá a responsabilidade de atuar como traço de união entre o Brasil atual e o Brasil do futuro, criando condições propícias para a convivência e para o intercâmbio cultural das nossas comunidades regionais. (KUBITSCHKE, 1958).

O golpe de 64 ataca a Nacional, mas “Eles não nos calaram!”

Cala a boca moço

Cala o peito, cala o beijo

Calabouço, calabouço

Olha o vazio nas almas

Olha um brasileiro de alma vazia⁵

Ainda sob impacto dos “golpes” sofridos na década de 50, logo depois a emissora amarga outro choque considerado e aqui compreendido como um dos principais responsáveis pelo aguçamento do seu declínio. Em artigo apresentado no Congresso da Intercom (ZUCULOTO; LONGO, 2014, p. 1-14), já foi possível observar que não apenas o advento da televisão está entre as principais causas da derrocada, como tam-bém a ditadura instaurada em 1964. Autores como Goldfeder (1980), Ferraretto (2000) e Aguiar (2007), além de radialistas que integravam o quadro da Nacional à época, são categóricos ao apontar o desmonte da emissora a partir do golpe de 64 como um dos principais causadores da sua decadência. Os ataques à Nacional começaram de imediato, com a demissão de integrantes da estação considerados “subversivos”.

Um episódio ocorrido em abril de 1964 viria marcar seu esvaziamento final. Referimo-nos à expulsão, dos quadros da emissora, de elementos considerados subversivos, realizada com a colaboração de três radialistas (César de Alencar, Celso Teixeira e Hamilton Frazão) que delataram os colegas ‘implicados’. O evento,



5. Trecho da música Calabouço, de Sérgio Ricardo. Inspirada no estudante Edson Luís, assassinado pela PM na invasão ao restaurante universitário Calabouço, no Rio de Janeiro, em março de 1968. (Grifo nosso).

que provocou a detenção, demissão e mesmo fuga de uma série de indivíduos ligados à Rádio Nacional marcou, a nosso entender, sua falência definitiva. (GOLDFEDER, 1980, p. 47).

Expurgos e perseguições foram praticados com base em uma lista de funcionários que seriam apoiadores do governo deposto de João Goulart. Foi elaborada pelo então recém-diretor Mario Neiva Filho, nomeado em 2 de abril de 1964, um dia após o golpe, com a colaboração dos radialistas citados por Goldfeder. César de Alencar e Hamilton Frazão inclusive foram indicados interventores e responderam pela direção da rádio nas primeiras 24 horas do golpe até a nomeação de Mário Neiva Filho. Os acusados negaram ter colaborado para a confecção da listagem até por meio de nota no jornal *A Noite*. Na edição de 25 de abril daquele ano, na seção “Notícias de Cartaz”, César de Alencar e Hamilton Frazão assinam uma nota “Aos colegas da Rádio Nacional”:

Na circular que estamos distribuindo aos jornais encontrarão, os colegas, os esclarecimentos necessários sobre a nossa posição na fase de transição que o país superou tão bem. Resta-nos, todavia, um desmentido formal aos que procuram apontar-nos como os homens que estariam denunciando elementos para serem afastados ou demitidos. Não é verdade! Se houver tal lista, ela estará sendo organizada pelas autoridades encarregadas da Polícia Política e da Segurança Nacional, juntamente com os diretores de cada setor da emissora, sem qualquer interferência nossa, até porque não temos qualquer outra posição ou aspiração de permanecer em nossos postos e lutar por nosso trabalho. Finalmente agradecemos a todos que conosco cooperaram nas 24 horas em que respondemos pela Rádio em nome do Comando Militar da Guanabara. (ALENCAR; FRAZÃO, 1964).

No docudrama radiofônico *Eles não nos calaram* (RÁDIO NACIONAL, 2014) foi reconstituído aquele período dramático por meio de depoimentos e radioteatralização. Recorrendo à linguagem radiodramática, o especial narra assim a elaboração da lista de funcionários a serem expurgados.

Antes mesmo que o Golpe de 1964 completasse um dia de existência, as listas de perseguidos começaram a passar de mão em mão pelos corredores escuros e esvaziados da Rádio Nacional. Atores, cantores, compositores, redatores, programadores, contrarregras figuravam na relação daqueles que passavam, de uma hora para a outra, ao título de inimigos da moral e da democracia. (EBC, 2014).

Ainda como informa o especial, Gerdal dos Santos e Gracindo Júnior, junto com Oduvaldo Viana, Dias Gomes, Mário Lago, artistas históricos que compunham o *cast* da estação à época, “foram as primeiras vítimas em potencial do AI-1” e o “edifício *A Noite*, endereço histórico

na Praça Mauá onde funcionou a Rádio Nacional, chegou a ser invadido e tomado pelos militares”. Gerdal dos Santos (2014) ingressou na Rádio Nacional em 1953 e em setembro de 2016, mesmo mês em que estação completou 80 anos, Gerdal também festejou os seus 63 anos de atuação na emissora. Expurgado pelo golpe de 1964, retornou após a anistia e lá continua na atualidade como apresentador, radioator e produtor, comandando os programas *Rádio Memória* e *Onde Canta o Sabiá*. No encerramento do programa *Eles não nos calaram*, a narração anuncia:

Loc: Os tempos passam. / Depois de 20 anos, a ditadura cai. / Antes disso, Gerdal dos Santos torna-se um advogado atuante para o processo de anistia e abertura democrática no país, até voltar para Rádio Nacional. / Gracindo Júnior torna-se um grande ator do teatro e da TV. / Os dois permanecem na memória e nos afetos do público brasileiro. // 2012: O radioteatro está de volta. / 2014: O radioteatro está mais vivo do que nunca. (RÁDIO NACIONAL, 2014).

A perda do Repórter Esso e da base da credibilidade informativa

O *Repórter Esso* foi o noticioso de maior credibilidade no rádio brasileiro, especialmente quando comandado e apresentado por Heron Domingues, na Nacional. Vindo dos Estados Unidos e irradiado por emissoras brasileiras a partir de 1941, tinha a Nacional como uma espécie de cabeça de rede que gerava para as demais retransmissoras do país. O *Repórter* era produzido conforme o padrão radiofônico e jornalístico norte-americano, mas a partir da PRE-8 e de Heron Domingues foi o responsável pelo texto e técnicas de produção próprias do nosso radiojornalismo. Considera-se que é marco histórico para o início do jornalismo radiofônico nacional. Em 1966, a produção e a veiculação para todo o Brasil, por meio de rádios locais retransmissoras, passaram da Nacional para a Rádio Globo, já em franca expansão naquela época. Diante da credibilidade e da audiência cativa do *Esso*, do papel fundante do noticioso na conformação do radiojornalismo do país, a perda do programa pela Nacional repercutiu negativamente e contribuiu para aprofundar sua decadência.

A importância que a própria Nacional conferiu ao noticioso desde que passou a irradiá-lo é exemplificada por uma “curiosidade” que Gerdal dos Santos (2014) costuma repetir nas suas lembranças sobre a Nacional. A característica/vinheta musical que abria e fechava o *Repórter Esso* não foi uma adaptação de música ou trilha já existente, prática comum na radiodifusão. A pedido do então diretor-geral da estação, Victor Costa, a trilha foi especialmente composta para a atração noticiosa da Nacional pelo Maestro Carioca, um dos principais integrantes do *cast* da emissora à época. A vinheta até hoje ainda é utilizada em propagandas, em produções que buscam a credibilidade do *Esso* para afirmar o conteúdo de suas mensagens ou ao menos chamar a atenção. A Nacional ainda detém os direitos sobre a trilha musical? A memória de Gerdal não é tão exata nesse ponto. A Nacional não a teria registrado e os direitos sido vendidos pelo próprio Maestro Carioca⁶.

De golpe em golpe, o declínio se acentua nos anos 1970, 1980 e 1990

Enfrentando a concorrência da televisão sem ter um canal de TV, sem um noticioso com a fama, credibilidade e êxito do *Esso*, sem os programas de auditório que reuniam multidões em torno do aparelho de rádio, sem cantores e cantoras ou radionovelas que arrebatavam o público e outras produções que fidelizavam inabalavelmente a audiência, no período que se segue ao fim da *Era de Ouro* da radiodifusão privada a Nacional entrou em decadência.

Enquanto outras emissoras comerciais, como a Globo, por exemplo, resistiam e se reinventavam principalmente por meio de ênfase ao jornalismo, a PRE-8 padecia um longo ocaso nas décadas 1970, 1980, 1990. Na fase imediatamente pós-televisão, a Nacional transformou-se em apenas mais uma entre tantas rádios brasileiras a transmitir música e informação. No contexto específico do rádio estatal/público, foi mais uma das emissoras do segmento lutando para assegurar a sua sobrevivência em face às crises que se sucederam, principalmente às vinculadas ao governo federal.

Nos anos 80, durante os governos de José Sarney (1985-1990) e Fernando Collor (1990-1992), a emissora vivenciou um processo de desmonte com demissões de profissional e desestruturação da sua programação. Se na década de 70, a Nacional perdeu sua autonomia e passou a ser efetivamente dirigida a partir de Brasília, integrando a estrutura da Radiobrás, nos anos pós ditadura, o governo Sarney acrescentou ao desmonte redução e diluição do núcleo radiofônico da empresa, o que ainda garantia uma certa autonomia e especificidade. A emissora da Praça Mauá integrava e liderava, então, o núcleo do Rio de Janeiro, formado ainda pela Nacional FM, Nacional de Volta Redonda e Ipanema. Mas essas três foram vendidas, juntamente com outras 18 estações estatais federais. No total, Sarney vendeu 21 emissoras vinculadas ao governo federal, via Radiobrás (MENEZES, 2009, 2014, 2015; GOMES, 2014, 2015).

Com a ascensão de Fernando Henrique Cardoso novas ameaças à sustentabilidade da emissora. Desavenças entre a direção em Brasília e a equipe do Rio de Janeiro, entre as quais as tentativas do presidente da Radiobrás na época, Carlos Zarur, de demitir o então gerente da Nacional, Osmar Frazão, aprofundaram o cenário de crise. Nessa época, a estação também deixava de ser detentora da condição de Superintendência dentro da estrutura da Radiobrás, o que ainda assegurava certa independência, mesmo que já bastante estreita.

Nesse período, a Radiobrás outra vez cogitou a venda da Nacional. A programação da emissora sofria os reflexos da decadência. Com a estrutura de pessoal e equipamentos sucateada, sem investimentos sobretudo para a produção, a Nacional pouco gerava tanto de



6. Ivan Paulo da Silva é o nome do Maestro Carioca (1910-1991), compositor, instrumentista, trombonista e arranjador, importante músico do cenário cultural do Rio de Janeiro quando o rádio vivia seu auge. Também trabalhando na Rádio Nacional naquele período, foi um dos fundadores da Orquestra *All Stars* da emissora e a dirigiu.

jornalismo quanto de programas artísticos-culturais. Nem mesmo as coberturas esportivas, que desde sua criação constituíram destaque na programação da rádio, foram mantidas. A estação enfrentou o contexto de penúria e instabilidade justamente na fase radiofônica brasileira em que as emissoras buscavam sobrevivência na segmentação ou no modelo *all news*, focando, assim, especialmente no rádio informativo e/ou no rádio esportivo. Contrariando as alternativas de permanência do rádio, foi prática comum a Nacional preencher a sua grade com a simples reapresentação de programas antigos, da sua fase de sucesso na chamada *Era de Ouro*.

Ainda vinculada à Radiobrás, a partir de 2003, com o início do governo Lula e após assumir sua natureza estatal/pública, a Nacional passou a funcionar sob o alento de que sua recuperação é possível. A tão esperada e anunciada revitalização, logo no início do governo Lula, foi iniciada, tendo entre primeiras medidas a recuperação dos andares do antigo prédio por ela ocupados na Praça Mauá, de seus estúdios, auditórios e principais equipamentos. Ao mesmo tempo ou logo após, buscou recompor o quadro de profissionais para que a emblemática programação generalista, mesclando os diversos gêneros radiofônicos, fosse retomada e atualizada. Outra ação neste sentido foi atribuir à Nacional o papel de referência para a radiofonia pública, especialmente no que se refere ao rádio informativo (SAROLDI; MOREIRA, 2005, p. 199).

A recuperação da Nacional, no seu histórico endereço da Praça Mauá, se deu através de um convênio entre Radiobrás e Petrobrás no valor de dois milhões e quatrocentos mil reais. A reinauguração foi marcada por um espetáculo, ao estilo de programa de auditório, na noite de dois de julho de 2004, contando com a presença do então presidente Lula.

[...] o auditório da emissora foi reconstruído, novos estúdios foram feitos, outros recuperados, dentre os quais o histórico estúdio de radionovelas; adquiriu-se um novo transmissor de 50kw, em estado sólido, livre de válvulas e apto a receber a tecnologia digital; equipamentos de última geração, mobiliário; enfim, a Rádio Nacional estava física e tecnicamente revitalizada. [...] foi a primeira e a única vez que um presidente da República esteve na Rádio Nacional. (MENEZES, 2009, p. 65).

A grade em renovação incluía jornalismo, esportes, dramaturgia, música, programas humorísticos e de auditório, especialmente musicais e também o infantil Rádio Maluca, produzido e apresentado pelo radialista, ator e músico Zé Zuca, que havia iniciado sua carreira radiofônica na Rádio MEC. A inserção de Rádio Maluca na grade foi uma das apostas na recuperação da Nacional, não só pela experimentação em programação infanto-juvenil, um gênero pouco desenvolvido no rádio brasileiro, como também por ser produzido e apresentado como programa de auditório. Desde a reestreia em julho de 2004, o programa era apresentado aos sábados, ao vivo, diretamente do auditório da emissora na Praça Mauá, que sempre lotava de público. A inovação possível graças ao talento de Zé Zuca,

nome artístico adotado por José Carlos de Souza, que faleceu aos 63 anos, em maio de 2015, interrompendo uma experiência exitosa e que se tornou referencial em programação radiofônica infantil, principalmente para rádios educativas, estatais e públicas.

Compositor, ator, arte-educador, Zé Zuca começou a fazer programas de rádio no início da década de 1980, na Rádio MEC. Seu primeiro programa na emissora foi o *Radioteca infantil*. [...] Mais tarde, idealizou e produziu a *Radioteca jovem*, programa de auditório que realizava transmissões simultâneas com escolas se-cundárias. Ainda na década de 1980, o *Radioteca infantil* foi premiado no Festival Internacional de Rádio em Nova Iorque. Na década de 1990, produziu, também na Rádio MEC, o programa *Rádio Maluca*, que após breve interrupção reestreou, em 2004, na Rádio Nacional (com retransmissão para a Rádio MEC). Pela qualidade de seus programas e por sua habilidade como apresentador, Zé Zuca tornou-se referência nacional para o rádio infanto-juvenil. (ROCHA; COELHO; RIBEIRO; 2009, p. 189).

Após a morte do radialista, a Nacional e também a MEC retiraram de suas grades o *Rádio Maluca*, mas até hoje o site da emissora mantém o acervo de todas suas edições para audição *on-line* ou *download* (EBC, 2015).

A maior aposta da nova programação no início da década de 2000 era a informativa. Em 2005, Luiz Carlos Saroldi e Sonia Virgínia Moreira já apontavam a programação informativa/jornalística da emissora com papel de liderança e assim, como possibilidade não apenas de sobrevivência para a Nacional bem como para a recuperação pelo menos do respeito da audiência:

A nova programação será certamente o ponto mais delicado e trabalhoso do projeto de reconquistar o respeito do público. Embora seja inevitável a ênfase em radiojornalismo e prestação de serviços, a emissora não poderá esquecer do entretenimento de qualidade, se possível recuperando gêneros marginalizados pelo rádio comercial – como documentários e produções radioteatrais, por exemplo, sem cair na repetição de fórmulas gastas, divorciadas da linguagem e do ritmo contemporâneos. Isso exige o investimento em talentos e criação de condições geradoras de novas propostas para o rádio em geral. (SAROLDI; MOREIRA, 2005, p. 201).

Como previsto por Saroldi e Moreira, logo depois da inauguração da reforma, o mais complicado da revitalização ainda estava por vir, com a execução da nova programação. Mesmo após a criação da EBC em 2007, a nova grade em estruturação pela Rádio Nacional se encaixou perfeitamente nos perfis que a Empresa estabeleceu para cada uma de suas emissoras. Conforme o ex-superintendente de rádios da EBC no seu período inicial, Orlando Guilhon (2014), três grandes eixos estruturantes nortearam e se aplicaram às estações: generalistas, educativas, informativas. A Nacional desenvolveu a nova programação em

especial como generalista e informativa, alicerçada no tripé defendido pela EBC para suas emissoras: conteúdo, qualidade do som e divulgação. Também o trabalho em rede foi realçado como uma das prioridades, com um conceito menos vertical, sem a imposição de cabeça de rede, mais democrático no sentido de que todas as rádios integrantes pautam, contribuem e não perdem sua identidade.

Nos primeiros anos sob gestão da EBC, a Nacional contou com 21 novos projetos de programas e realizou, grandes coberturas veiculadas em rede como, as das Manifestações de Junho de 2013, da visita do Papa Francisco em 2013 para a Jornada Mundial da Juventude no Rio de Janeiro, das Eleições de 2010, 2012, 2014 e 2016, da Copa do Mundo e das Olimpíadas no Brasil.

A Nacional revitalizada?

Sobretudo a partir da criação da EBC em 2007, a Nacional vem tentando não apenas resistir como fez nas décadas finais do século passado, mas principalmente recuperar parte de sua força radiojornalística, agora como uma das construtoras do sistema público. Junto com a Rádio MEC, passou a ser considerada uma espécie de líder do segmento dentro da EBC, em especial nas produções conjuntas, compartilhamentos de programação e, destacadamente, nas novas experiências de redes.

As coberturas especiais e em rede foram planejadas e repetidamente ressaltadas como afirmação da renovação e como demonstração de que a Nacional está desenvolvendo sua missão de se destacar como emissora pública informativa.

[...] a Nacional do Rio de Janeiro tem liderado experiências de rede para grandes coberturas especiais, como as das eleições de 2010 e 2014 e a da Copa do Mundo deste ano, realizada no Bra-sil. A cobertura eleitoral de 2010 foi emblemática e inédita [...]. Foi retransmitida por 33 estações, sendo 25 brasileiras e oito de outros países. Nas eleições de 2014, afora as emissoras próprias da EBC, 23 outras rádios estatais/públicas integraram a cobertura, retransmitindo produções da Nacional de norte a sul do Brasil. E na Copa do Mundo, também neste ano de 2014, [...] liderou a cobertura em rede integrada novamente por dezenas de emissoras públicas brasileiras. Esta cobertura foi considerada inédita. Isto embora, pelo menos no que se refere à liderança, a Nacional [...] tenha desempenhado papel semelhante ao que desenvolveu em outros eventos esportivos no Brasil, como na Copa de 1950, quando prestou assistência e compartilhou informações para emissoras do exterior, além de realizar uma cobertura que, pela sua potência então, pode ser ouvida em outros países. [...] Em 2014, a cobertura [...] reuniu outras cinco estações próprias da EBC – Nacional AM de Brasília, Nacional da Amazônia e Nacio-nal do Alto Solimões, Nacional FM de Brasília e MEC AM do Rio de Janeiro –, e mais 26 emissoras públicas que mantêm convênios ou parcerias com empresa e/ou associadas à ARPUB, dentro da articulação da Rede Nacional de Comunicação Pública. (ZUCULOTO, 2015, p. 77-78).

A volta das grandes coberturas esportivas foi considerada fundamental pelos gestores da EBC para a recuperação da qualidade, popularidade e capacidade de agregar mais audiência, conferindo novamente uma identidade não apenas à Nacional como aos demais veículos da Empresa. A programação esportiva fez parte da grade da Nacional desde sua estreia e a marcou ao longo de toda sua história. Já no dia seguinte à sua inauguração, por exemplo, a Nacional transmitiu o clássico Flamengo *versus* Fluminense (PINHEIRO, 2005). É comum profissionais e gestores da Nacional defenderem a produção dessa cobertura, com ênfase nos times cariocas de futebol, sob a justificativa de que está no “DNA” emissora.

A cobertura de esportes tem sido, recorrentemente, motivo de várias disputas editoriais internas entre seus gestores, tantos os do Rio de Janeiro quanto os do alto comando da EBC em Brasília. Desde a criação da EBC e da revitalização buscada no governo Lula, a rádio tratou de reativar também uma cobertura mais ampla de esportes. Essa aposta no jornalismo esportivo rendeu divergências e indecisões entre seus gestores, a respeito do tipo de cobertura, enfoques e espaços nas grades de programação. Não só nesses tempos contemporâneos como em anteriores, as compreensões editoriais sobre as linhas de programação, seus conteúdos e as conceituações acerca de cada gênero têm suscitado polêmicas, desacordos e até mesmo conflitos internos.

Como emissora vinculada ao Estado, é frequente o debate sobre o seu papel, ou seja, se deve ser instrumento de divulgação governamental ou ter completa autonomia editorial. No período em que esteve à frente da Radiobrás, de 2003 a 2007, Eugênio Bucci fez questão de pautar este debate. Em 2005, por exemplo, em entrevista à revista *Caros Amigos*, afirmou que a comunicação pública não deve produzir entretenimento.

Uma coisa que eu fiz quando cheguei à Radiobrás foi demarcar: nosso principal produto aqui é informação. [...] Nós não fazemos, por exemplo, entretenimento, a palavra entretenimento não entra no vocabulário da Radiobrás. [...] Fazemos programas culturais, às vezes, mas fundamentalmente programas informativos. Não queremos entreter ninguém, queremos informar e queremos fazer isso de forma competente, envolvente, e queremos garantir acesso cultural também de forma atraente, envolvente. Mas não queremos entreter. [...] O desafio é fazer uma comunicação atraente, envolvente e crítica. Isso é uma dificuldade na comunicação pública. (BUCCI, 2005, p. 35).

Naquele período, o diretor de jornalismo da Radiobrás era José Roberto Garcez, que também foi seu presidente até a extinção da estatal e a criação da EBC, onde assumiu a diretoria de serviços. Da mesma forma, Garcez defendeu a programação informativa baseada no interesse público para as emissoras. Mas igualmente admitiu que existiam dificuldades materiais para a implementação da nova política para as mídias ligadas ao governo federal.

[...] As limitações são de ordem mais material. É um momento em que vivemos uma fase de transição para a tecnologia digital, é preciso ter recursos adequados para fazer a migração. Temos processos internos que ainda não estão suficientemente abertos à sociedade, e nós entendemos que a sociedade deve ter uma participação mais intensa no dia a dia da empresa. Eu diria que hoje a Radiobrás está preparada para a evolução que teremos a seguir na área da comunicação pública do Brasil [...]. (GARCEZ, 2007).

Em 2009, ainda como diretor de serviços da EBC, o jornalista continuava apostando nessa concepção para a pretendida construção do sistema público via a Empresa.

[...] durante a gestão da Radiobrás a partir de 2003 buscamos construir uma programação pautada não pelo interesse na divulgação da posição oficial do governo. Ao lado da posição oficial do governo cada fato sempre deveria trazer a posição dos demais agentes envolvidos naquele tema. [...] No entanto, esta dimensão pública da programação das emissoras da Radiobrás naquele período estava evidentemente limitada pelo fato de que a garantia de sua aplicação e de sua continuidade era a direção eventual e passageira da empresa. Não havia a institucionalização de mecanismos de controle social sobre essas determinações. A criação de mecanismos deste tipo é o grande avanço da EBC em relação a Radiobrás. (GARCEZ, 2009).

Porém, a ênfase no jornalismo e na produção a ser distribuída e compartilhada por todas as emissoras do governo federal não foi bem assimilada pelo conjunto da Nacional, especialmente quando as transmissões esportivas foram retiradas do ar em 2005. O então diretor da Nacional, Cristiano Menezes, foi um dos que mais combateu essas concepções. Mesmo após deixar o cargo, continuou apontando-as como responsáveis pelas dificuldades da emissora para a revitalização.

A emissora voltou a se tornar periférica ao centro de decisões da empresa e a enfrentar dificuldades daí decorrentes. Apesar da manutenção de alguns programas musicais, as transmissões esportivas foram canceladas, a cabine do Maracanã entregue, o jornalismo pretendendo-se hegemônico, com a pauta centralizada em Brasília e submissa a conceitos ortodoxos, acabaram por reduzir a Rádio Nacional à mera condição de sucursal da Agência Brasil. (MENEZES, 2009, p. 66).

Documentos⁷ para discussão em Seminários Internos dos veículos e troca de *e-mails* entre os gestores também evidenciam que as próprias direções da EBC muito divergiram até definirem novas programações das suas rádios, especialmente esportivas. Em 2009, a Nacional retomou as Jornadas Esportivas e deu um *up grade* nos programas *O Mundo da Bola* e *Bate-Bola Nacional*. Mas em 2010, ocorre uma nova polêmica interna em torno da

transmissão das Jornadas Esportivas da Nacional AM do Rio de Janeiro focadas nos times cariocas, com retransmissão pelas demais emissoras da EBC. Um desses documentos, intitulado “O Esporte e as emissoras da EBC”, reclama que, em 2005, logo após iniciada a revitalização da Nacional, justamente a jornada esportiva, marca histórica da emissora, foi retirada do ar. Retornou somente em 2008 e mesmo revelando crescimento de audiência, em 2010 estava novamente ameaçada.

Em 2005, por determinação da direção da extinta Radiobrás, a Rádio Nacional do Rio de Janeiro (AM), na contramão do processo de revitalização, suspendeu suas transmissões esportivas, a exemplo do que acontecera em 1990, no governo Collor. Em 2008, já integrada à EBC, e com apoio da Presidência e da Diretoria Geral, a Rádio Nacional de Brasília (AM) e a Rádio Nacional da Amazônia (OC), além de dezenas de emissoras, via satélite, em todo o país, iniciativa que já vem se refletindo no aumento da audiência de nossas emissoras. [...] Não à toa, as Jornadas Esportivas da Rádio Nacional são retransmitidas por outras 46 emissoras de 16 Estados do país que captam o sinal via satélite. [...] Fomos surpreendidos, entretanto, com a decisão da Gerência Regional de Brasília, que a despeito de ter transmitido o campeonato carioca do ano passado resolveu não fazê-lo este ano.

Respostas à reclamação deste documento vieram em troca de e-mails entre gestores do Rio e de Brasília.

Não acredito que haja dúvida sobre a necessidade dos veículos da EBC oferecerem informações sobre esporte ao seu público. [...] não creio que apenas a tradição histórica justifique a retomada de produções de conteúdo que não se revelam adequadas ao nosso tempo. [...] Em muitos casos devemos reverenciá-lo (o passado), mas o tempo é presente. E é preciso, portanto, analisar as condições objetivas de nosso tempo para tomar decisões sobre as prioridades de investimentos dos recursos da EBC. [...] vejo no documento uma contradição com uma linha editorial clara da EBC quando se defende que a transmissão dos jogos de futebol dos clubes do Rio de Janeiro é uma imposição nacional. [...] a EBC nasceu justamente para romper com a tradição de concentração das informações distribuídas para todo o Brasil a partir da avenida Paulista e do Leblon. Nós precisamos (e estamos) valorizando cada vez mais a diversidade da informação a partir da regionalização da produção. [...] Esse é o nosso papel: levar ao público informações exclusivas e que não são objeto de pauta dos veículos comerciais⁸.

Trechos dessa discussão interna sobre a cobertura esportiva foram destacados para exemplificar o quanto a recuperação da Nacional tem sido lenta e complexa, dificultada não só pelas divergências editoriais e pelo tipo de organograma da EBC - suas instâncias



8. Trechos extraídos de uma das mensagens da troca de e-mails entre gestores da EBC no Rio de Janeiro e em Brasília.

de direção e decisão são por núcleos/eixos e não por veículos - bem como, entre outras, pela falta de recursos financeiros e de pessoal. A centralização em Brasília do comando das rádios, segmentados por áreas e não por veículos, o que não garante a autonomia para definições editoriais de cada uma das emissoras, especialmente no cotidiano da produção. Em consequência, agilidade, instantaneidade, imediatismo, características basilares das produções radiofônicas, sobretudo no radiojornalismo, por vezes não podem ser cumpridas devido a esse tipo de gestão que dilui as especificidades de cada uma das mídias. Colocar no ar uma informação extraordinária ou um programa especial de última hora exige, na maioria das vezes, passar pelo crivo de tantos gestores que, quando veiculada, a produção já se tornou defasada para o tempo do rádio.

Mesmo com a definição de ênfase no gênero informativo, a Nacional não desistiu da programação artística e cultural com foco na música. Como forma de recuperar audiência e popularidade, tenta voltar a ser referência para a área musical. Para isso, um dos destaques da nova programação foi a reedição de festivais de música, integrando-se a um projeto de redes implementado a partir de 2009, numa parceria da ainda então atuante ARPUB – Associação das Rádios Públicas do Brasil e a EBC. Foi criado o Festival de Música das Rádios Públicas do Brasil – ARPUB, com etapas regionais realizadas por rádios educativas/estatais/públicas associadas à entidade e integrantes da rede da EBC, e etapa nacional, na qual participavam os vencedores das estaduais. No Rio de Janeiro, Nacional e MEC eram parceiras na fase do estado. Desde 2013, com a ARPUB começando a se desestruturar, as rádios da EBC continuaram a realizar o evento anual, mas sem a etapa nacional. Hoje é intitulado Festival de Música das rádios da EBC e cada uma das estações promove o seu evento, mantendo o mesmo regulamento, com apresentação e transmissão ao vivo em programa especial de auditório. Também neste novo formato permanece a parceria Nacional e MEC.

Em 2016, quando ambas emissoras completaram 80 anos, o Festival integrou as comemorações. Essa edição contou com 217 músicas inscritas nas sete modalidades do concurso. A final foi transmitida ao vivo, diretamente do palco da Sala Funarte Sidney Muller, no Rio de Janeiro, e teve show do conjunto Época de Ouro.

O conjunto voltou à programação da Nacional em meados dos anos 2000, como elemento constituidor da nova grade de programação a partir do período de revitalização. O Época de Ouro é um tradicional grupo de choro fundado por Jacó do Bandolim há 50 anos e com sua atual composição apresenta, na Nacional e outras rádios da EBC, um programa que leva o seu nome. A produção é de auditório, transmitido ao vivo da Sala Funarte para o rádio de antena e internet, com entrada franca ao público. No seu retorno à Nacional, era apresentado no lendário auditório da Praça Mauá recuperado no projeto de revitalização. E da mesma forma que outras produções de auditório da nova fase da emissora, voltou a agregar público ao vivo (MENEZES, 2009).

Apesar da reforma de 2004 e de uma nova grade, nos últimos cinco anos principalmente, outras medidas de impacto afetaram a programação e a necessária ampliação de audiência, entre as quais a mudança da sua sede histórica na Praça Mauá e a não solicitação de migração do AM para o FM.

Em 2012 e 2013, as rádios Nacional e as MEC AM e FM foram obrigadas a desocupar suas sedes históricas, em função de necessidade de reformas em ambos os prédios, conforme justificativa da direção da empresa. A MEC saiu de seu endereço tradicional na Rua da República e a Nacional deixou o prédio que sempre ocupou, desde o início da sua história, no edifício *A Noite*, na Praça Mauá, centro do Rio. Isto apesar da obra de revitalização de mais de dois milhões de reais promovida em 2003 e 2004 nos quatro últimos andares que a Nacional ocupava no edifício. As emissoras passaram a funcionar juntas em um mesmo endereço, na sede da EBC RJ/TV Brasil no bairro da Lapa, com suas redações e produções dividindo um único espaço.

Ao promover a transferência de sede das emissoras, a EBC anunciou a previsão de conclusão das reformas para 2016, quando voltariam aos seus endereços históricos. O anúncio não se concretizou e justo quando a Nacional comemorava seus 80 anos, em setembro de 2016, já sob as transformações da EBC operadas pelo governo Temer, foi confirmada a devolução do prédio de *A Noite* à Superintendência de Patrimônio da União para ir a leilão. Definitivamente, a Nacional não voltará à sua sede histórica e nem lá será instalado o Museu das Rádios Públicas.

No início de 2017, a EBC anunciou a contratação de empresa para elaboração do projeto da reforma do prédio da MEC AM e FM na Praça da República. Quando concluída a recuperação, ainda sem data definida, este deverá abrigar o histórico estúdio sinfônico, além dos acervos das três emissoras, ou seja, tanto da MEC AM e FM quanto da Rádio Nacional. No que diz respeito às estruturas operacionais, o que se pretende é manter as três rádios juntas, provavelmente no outro prédio da EBC/TV Brasil no Rio de Janeiro, situado na rua da Relação, também na Lapa. A sede da Gomes Freire, que Nacional e MEC hoje ocupam de forma provisória, ficaria dedicada exclusivamente aos estúdios da TV Brasil (GOMES, 2017)

Embora a atual gestão da Nacional venha propondo-se a recuperar a emissora e implementar programação generalista, incluindo jornalismo, esportes e artística/cultural, delineada a partir da revitalização, a falta de estrutura e a improvisação de suas instalações na sede provisória têm gerado novas crises na emissora. Crises que afetam e desestabilizam sua programação.

Exemplos desses momentos ocorreram em 2014 e 2015. Problemas no sistema de ar-condicionado do prédio da Gomes Freire, sede provisória, submeteram as equipes de produção a um calor insuportável que, em vários momentos, também impediu o uso dos

equipamentos e estúdios para apresentação ao vivo ou gravação dos programas. No carnaval de 2015, a cobertura planejada havia vários meses foi transmitida apenas pela internet. A Nacional ficou fora do ar durante o evento por problemas nos trans-missores, que já vinham apresentando falhas e por diversas vezes nos últimos anos deixaram a rádio sem sinal.

Esse período, outra vez bastante conturbado, levou à repetição de vários alertas sobre possível extinção da lendária rádio. Um dos mais contundentes, intitulado O fim da Rádio Nacional, foi publicado na edição 843 do *Observatório da Imprensa*, pelo jornalista Marco Antônio Monteiro (2015), ex-funcionário que trabalhou na estação por 10 anos (2004-2014), como apresentador e editor dos programas *Notícias da Manhã* e *Repórter Rio*.

A Rádio Nacional do Rio de Janeiro acabou. A maior emissora da América Latina nos anos 40/50, aquela que precisou ser atacada por tropas militares em 1964 para que o golpe se consolidasse, responsável pela integração cultural e esportiva do Brasil, está morta. É verdade que a rádio ainda está no ar, mas um veículo de comunicação não morre apenas quando sai do ar ou deixa de ser impresso. Ele morre quando deixa de ter repercussão. E o triste é que isso aconteça num período de governo mais progressista, mas que não enxerga um palmo na área de comunicação. [...] Nos últimos meses a crise se agravou a ponto da emissora ficar fora do ar durante o carnaval e, agora, reduzida a um vitrolão porque nenhum programa ao vivo pode ser feito porque o ar condicionado do prédio da TV Brasil não funciona (e estava precário desde dezembro). Em 2004, o ex-presidente Lula reinaugurou o tradicional auditório no edifício *A Noite*, na Praça Mauá, assim como novos estúdios e um transmissor mais potente. [...] Mas o esforço da direção no Rio não tinha correspondência em Brasília. Mesmo assim, em poucos meses, a emissora chegou ao quinto lugar no AM e em alguns horários ao terceiro e quarto lugares. [...] o mais importante é que um veículo desses, modernizado, na frequência FM, integrado às mídias sociais, ainda é fundamental como voz de resistência cultural e política. (MONTEIRO, 2015).

Outro fator de incerteza foi o processo de migração de rádios AM para o FM estendido autorizada em 2013 por meio do decreto presidencial nº 8.139. Mesmo sendo a medida do próprio governo federal, a direção da EBC não fez a solicitação para as suas emissoras, o que surpreendeu e preocupou não apenas profissionais, gestores como também pesquisadores, sobretudo os do Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora da Intercom. Após concorrido debate sobre a temática no XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, o Intercom 2015, na UFRJ, com a participação de representantes da radiodifusão privada e pública, inclusive das rádios da EBC no Rio, 90 desses estudiosos lançaram o “Manifesto de pesquisadores de rádio em apoio à migração das emissoras públicas para frequência modulada”. Nele, alertam para a fundamental e urgente necessidade de estações controladas pelo poder público participarem do processo de transferência das outorgas de AM para FM. Conforme o documento, a migração é uma das medidas para assegurar a sobrevivência das

estações, já que o AM perdeu audiência e atualização tecnológica. Lembrando que a EBC é uma conquista da população brasileira para a construção de uma radiodifusão pública, entre as justificativas para a migração, destacam o potencial de o FM, que está presente nos dispositivos móveis, ampliar e agregar audiência perdida.

[...] entendemos que a sustentabilidade do rádio AM está abalada e que deve haver um compromisso das autoridades para que, diante da reconfiguração da indústria da radiodifusão sonora, o espaço da radiodifusão pública esteja garantido. [...] solicitamos uma política de incentivo à migração do AM para FM destinada exclusivamente a emissoras educativas, inclusive com reabertura de prazos para que aquelas ainda com dúvidas possam ser mais bem assessoradas na definição e, assim, efetuarem o pedido. Diante das incertezas em relação à recepção no chamado FM estendido (espectro entre 76MHz e 88MHz, aberto com a desativação dos canais 5 e 6 da TV analógica), defendemos ainda que sejam reservadas, para estas emissoras, potências classe E (60kW a 100kW) no espectro já consolidado para o FM, entre 88MHz e 108MHz, mesmo nos grandes centros urbanos, assegurando-lhes condições de competir pela audiência equivalentes às das grandes redes comerciais instaladas na faixa. (REVISTA RÁDIO E NEGÓCIOS, 2015).

O documento, divulgado por *sites* acadêmicos e jornalísticos, principalmente os voltados à radiodifusão, e encaminhado à direção da EBC, à Presidência da República e ao Ministério das Comunicações. Até o final de 2016, entretanto, o grupo de pesquisadores não havia recebido retorno das autoridades para as quais destinou o Manifesto e a migração da Nacional ainda não tinha sido solicitada. A não solicitação, cujos motivos não foram revelados publicamente, teria sido a aposta na definição e introdução do padrão digital para o rádio brasileiro, o que não aconteceu até o momento e mais uma vez, dividiu as posições de profissionais e gestores da EBC.

Foi neste cenário novamente conturbado que a Nacional se preparou para comemorar seus 80 anos em setembro de 2016 e evidenciando que a tão desejada revitalização pouco avançava e permanecia ainda apenas como promessa feita no início dos anos 2000.

Para os mais céticos, a revitalização da Rádio Nacional do Rio de Janeiro não passaria de um saudosismo, de uma nostalgia digna de museus – e nada mais. [...] Entre a Nacional da década de 1940 e a Nacional que promete renascer no século XXI bastaria que se reproduzisse o fenômeno que soube estimular talentos, gerar trabalho competente e conquistar a admiração do nosso povo. [...] a Rádio Nacional do Rio de Janeiro é mais uma instituição brasileira digna de

salvação. A história da emissora conserva os ingredientes de suspense, emoção, heroísmo e vilania que marcaram sete décadas decisivas para nossa tumultuada República. [...] no centro do Rio, continua a se desenrolar a novela que a Nacional jamais transmitiu, tendo por tema sua própria história”. (SAROLDI; MOREIRA, 2005, p. 197).

E capítulos mais ou tão dramáticos da história da Nacional continuaram a ser escritos justamente em 2016, o ano dos seus 80 anos.

2016: um novo golpe contra a Nacional?

A própria EBC define-se, no seu portal, como “uma instituição da democracia brasileira: pública, inclusiva e cidadã”. A mesma definição já constava nas versões anteriores do *site* da Empresa, ou seja, até a destituição da presidente Dilma Rousseff e a posse definitiva do seu vice Michel Temer na presidência da República, em agosto de 2016. Porém, em outro *link* de apresentação, atualmente não disponível, a direção assegurava que seus veículos – além das rádios, a EBC possui TVs e agências informativas -, “por sua independência editorial, distinguem-se dos canais estatais ou governamentais, com conteúdos diferenciados e complementares aos canais privados”.

Os textos do portal foram adequados à nova conformação conferida à empresa após a Medida Provisória 744, de 1º de setembro e publicada no Diário Oficial da União em 2 de setembro de 2016, que extinguiu o Conselho Curador, permitindo que, na sequência, o governo Temer conseguisse exonerar o até então presidente da EBC, Ricardo Melo, que havia sido nomeado pela presidente Dilma. Em linhas gerais, as diretrizes editoriais expostas no portal da empresa continuam similares as anteriores, mas ex-integrantes do Conselho e da área de comunicação dos governos anteriores entendem as medidas do governo Temer como um retrocesso nos frágeis avanços de constituição do sistema público nos governos Lula e Dilma.

Para a ex-presidente do extinto Conselho Curador da EBC, Rita Freire, as modificações significaram um desmonte da Empresa e suas mídias, o fim da participação social na sua gestão bem como da sua possibilidade de fortalecer a construção do sistema público de radiodifusão, a sua missão maior ao ser criada.

Assim como a trajetória democrática do Estado brasileiro está em questão, abalada por um traumático processo de *impeachment* e seus desdobramentos, o destino da EBC também está cercado de incertezas. O certo é que a volta da EBC autônoma e participativa, capaz de articular uma Rede Nacional de Comunicação Pública, com a sociedade civil em sua governança, é uma questão chave para a defesa da democracia. (FREIRE, 2016, p. 64).

Eugênio Bucci, ex-presidente da Radiobrás, cargo que ocupou quando se iniciou a prometida revitalização da Rádio Nacional, classificou o novo revés que atingir a Empresa como “a tragédia anunciada da EBC” (BUCCI, 2016, p. 40). Para ele, a EBC, mesmo instituída como pública, pouco avançou neste sentido durante os governos Lula e Dilma. E o governo Temer retrocedeu ainda mais.

[...] O fato é que ela era um apêndice do Palácio do Planalto para assuntos de comunicação, não uma entidade independente para o florescimento de programas culturais e para o noticiário e o debate político plural e não-partidário. [...] O erro de Temer, aqui como em outros campos, foi um prolongamento dos erros cometidos nos governos Lula e Dilma. [...] Lula e Dilma avançaram quase nada em relação ao que poderiam e deveriam ter feito nesse campo, mas caminharam uns poucos milímetros, [...] Temer recuou e passou a avançar na direção oposta. [...] Logo que o governo Temer começou a tomar corpo, era óbvio que a EBC, como o projeto de comunicação pública que ela poderia ter sido e nunca foi, estava jurada de morte. A ameaça mais grave seria reduzi-la a uma agência governamental de porte modesto, campeada pela mediocridade. As tentativas de golpear não o que a EBC era, mas o que ela poderia vir a se tornar se se tornasse independente, eficiente e crítica, [...]. (BUCCI, 2016, p. 42-43).

De acordo com Bucci, o governo Temer deveria ter transformado a EBC numa fundação, separada dos negócios do Estado e dos interesses do governo. Para ele, “a democracia brasileira precisa de um sistema de comunicação não comercial bem estruturado – e independente, tanto do governo como do mercado” (BUCCI, 2016, p. 43).

Até o governo Temer assumir e imprimir radicais mudanças, sobretudo na estruturação e organização da EBC, era evidente a tendência de a Empresa destinar à Nacional uma missão de referência semelhante a já cumprida pela PRE-8 junto ao segmento comercial durante a Época de Ouro. De momento, embora também se compreenda aqui que as transformações de Temer na EBC refletem um retrocesso em relação ao pouco que se construiu de modelo público de radiodifusão, a própria gestão da Nacional no Rio de Janeiro avalia que as concepções para a programação da emissora continuam as mesmas em suas linhas mais amplas.

A Nacional em busca de um futuro

O atual gerente da emissora Marcos Gomes (2014; 2015; 2017), assegura que o perfil de programação orientado para a Nacional permanece voltado ao fortalecimento do noticiário com ênfase na informação local e regional, destacando esportes. Prossegue incluindo na grade programas generalistas e musicais, igualmente tendo como público-alvo a audiência local/regional. Porém, nesta fase inicial da nova EBC sob o governo Temer, promove-se

mudanças nas grades das três emissoras do Rio (além da Nacional, a MEC AM e a MEC FM), visando “otimizar recursos e buscar ganho em audiência”. Na Rádio Nacional, por exemplo, evidenciando a continuidade do destaque à cobertura esportiva, o programa No Mundo da Bola passará do horário noturno para o vespertino, mudança que, segundo Marcos Gomes, objetiva melhor aproveitamento de todo material produzido pelo radiojornalismo e subir a audiência do seu novo horário, no período das 17h às 18h30.

A otimização agora é perseguida por meio da ampliação das transmissões conjuntas de programas pelas emissoras da EBC, incluindo também a televisão. Uma nova experiência, que Marcos Gomes classifica de “convergência de mídia”, estreou na Nacional em novembro de 2016. O programa *Nos corredores do poder*, apresentado na TV Brasil pela jornalista Roseann Kennedy, tem transmissão simultânea pelas rádios Nacional do Rio de Janeiro, Nacional de Brasília, Nacional Amazônia e Alto Solimões. O programa foi anunciado como um novo telejornal da TV Brasil, o primeiro programa jornalístico da EBC da era Temer.

O gerente Marcos Gomes considera que essas modificações, sobretudo as de reestruturação nas emissoras do Rio, para a Nacional devem resultar ainda em mais autonomia de definições editoriais em relação ao comando de Brasília. Isto em função da criação da Gerência Regional das Rádios, no Rio de Janeiro assumida pelo jornalista Amaury Santos, que durante anos atuou na MEC AM e na própria Nacional.

Essas mudanças contemporâneas e específicas para a Nacional ainda estão em implementação e a avaliação dos resultados é possível apenas no plano de possibilidades. As observações das crises, dificuldades e instabilidades que a rádio enfrentou nos últimos anos e prossegue encarando nos dias de hoje, mesmo após a revitalização proposta a partir de 2003, levam a refletir como ainda incerta a sua recuperação e seu fortalecimento como emissora pública e, particularmente, como modelo referência para este segmento ainda em constituição no Brasil.

Ao longo deste artigo, ao se investigar a Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, nos seus tempos mais recentes, quando amargou o declínio e passou a se reconhecer e funcionar como emissora pública, evidenciou-se que um dos maiores fenômenos midiáticos do século XX atravessou suas quatro últimas décadas – ou seja, metade de sua trajetória histórica - em sucessivas crises que, em diversos momentos, quase a calaram e a levaram à extinção. Apesar de principalmente suas direções locais e seus profissionais demonstrarem empenho em recuperá-la, a estação ainda não conseguiu incorporar e expressar, na totalidade da sua programação, os indicadores mais gerais do rádio público de completa autonomia e independência, sobretudo editorial, de universalidade, diversidade, pluralidade e também, em especial, de diferenciação.

Como se pode observar que a programação da emissora ainda carece de uma identidade mais clara e delineada para cumprir a missão de rádio pública. Necessita uma conceituação mais firme e consensuada, sobre a sua identidade sem perder a sintonia com o presente.

Carece de um entendimento que, mesmo otimizando recursos e convergindo programas de diferentes meios ou suportes, em transmissões simultâneas não pode esquecer que cada meio – rádio, televisão, agência de notícias, internet - tem especificidades, características próprias de linguagem, produção, veiculação, entre outras, que precisam ser respeitadas.

Dentro da lógica estabelecida pela EBC para suas emissoras, de funcionamento por eixos de programação, com busca de produção por conteúdo e não por mídia, a Nacional e a MEC AM demonstram que têm conseguido desenvolver rotinas integradas, sobretudo em coberturas especiais, e adaptação distinta às grades de cada uma. Não apenas nas coberturas especiais e produções de cunho cultural como o radioteatro *Contos no Rádio* produzido pela MEC e retransmitido pela Nacional, mas também nos informativos e programas de prestação de serviços como o *Repórter Rio*. Porém, não constitui, ainda, experiência tão compreendida e assimilada por todos que fazem o dia a dia das emissoras. Afinal, trata-se de uma ruptura com a lógica tradicional do fazer radiofônico.

Especificamente em relação ao jornalismo desenvolvido pela Nacional nos seus tempos mais contemporâneos, observei uma busca de recuperação não para a mesma forma que à época da *Era de Ouro*. Agora, é meta desenvolver, por fim, sua real característica e cumprir o papel reservado ao rádio público, aquele que a própria EBC proclama para o jornalismo das diversas mídias que a integram.

Jornalismo é um serviço público. Sem ele, a sociedade de uma nação, de um território ou de uma localidade não consegue exercer seus direitos de cidadania, pois os cidadãos e cidadãs não teriam meios de estar em todos os lugares e saber tudo que acontece de relevante e importante para as relações sociais, a formação de opinião e a intervenção nos processos decisórios que afetam seus interesses individuais ou coletivos.[...] trata-se de um compromisso social da empresa e seus jornalistas com a busca da verdade, com a precisão, com a clareza, com o respeito aos fatos e aos direitos humanos, com o combate aos preconceitos, com a democracia e com a diversidade de opiniões e de pontos de vista. (EBC, 2013, p. 7).

Não se pode afirmar, entretanto, que a Nacional já transmite o jornalismo que conseguirá consolidá-la com a pretendida referência, pelo menos do radiojornalismo público. Assim como as demais emissoras do grupo estatal/público, ainda está em busca de formas, linhas e estruturas para desenvolvê-lo. Além disso, continua a enfrentar, dentro de seus próprios espaços internos, controvérsias e divergências sobre modelos a seguir.

A Nacional ainda carece de recursos de pessoal e estrutura para a produção e mesmo transmissão. A provisoriamente de suas instalações permanece, assim como a indefinição sobre qual será e quando terá novamente o seu endereço definitivo. Da mesma forma, continua sem solução a indispensável migração para o FM. Na Nacional, a mais recente informação acerca da questão é mínima: a migração ainda não foi solicitada, mas o assunto voltou a ser debatido pela diretoria e estão no aguardo de um posicionamento.

Aos 80 anos, a Rádio Nacional do Rio de Janeiro denota que tem se empenhado em recuperar o prestígio e a popularidade que a associaram, de forma determinante e destacada, à história do rádio e do próprio Brasil. Entretanto, explicam seus gestores e profissionais, que essa recuperação não significa uma simples reedição da sua época áurea. O objetivo de cumprir papel de rádio público é proclamado inclusive no cotidiano da estação. No entanto, a trajetória marcada por falta de estrutura, divergências internas de linhas editoriais e gestão, descontinuidade de projetos e, até mesmo, de iniciativas que levaram ao seu desmonte e da relação de dependência com o governo federal, a Nacional ainda não conseguiu (re) encontrar completamente sua identidade.

Aparentemente está presa ao seu passado glorioso, ao fato de ter sido estação modelo do país e referência internacional - aquela que “mostrou o Brasil aos brasileiros”. (MENEZES, 2009, p. 62). No dia a dia da estação, embora as transformações verificadas para se adequar a um modelo de emissora pública em sintonia com o público, o seu funcionamento ainda é calcado na sua representação pela memória histórica e menos pela programação que coloca no ar.

Neste momento em que a indefinição acerca do que a nova EBC do governo Temer pretende reservar ao futuro da Nacional é de se fazer ressoar o alerta que Luiz Carlos Saroldi, lendário profissional do rádio e da estação, escreveu em 2005, quando a emissora apostava na revitalização:

[...] visto apressadamente, o legado da Rádio Nacional do Rio de Janeiro à cultura brasileira corre o risco de se transformar em nostalgia, de virar um saudosismo repleto de brilhantes lantejoulas, uma história antiga que nada teria a ensinar à radiofonia atual. Este é um equívoco indesculpável[...] (SAROLDI, 2005, p.12).

Este artigo pretendeu ser uma contribuição para que não se cometa, mais uma vez, equívocos indesculpáveis com a Rádio Nacional. E quis contribuir acreditando que “o passado, entretanto, pode ser um bom lugar para se exercitar a sensibilidade coletiva, a esperança de um futuro melhor e, sobretudo, de um caminho mais digno” (BARBOSA, 2005, p. 111).

A Nacional tem, sim, como voltar a mostrar o Brasil aos brasileiros. Tem, sim, como construir um futuro. Um futuro melhor e mais digno!

Referências

ALENCAR, César de; FRAZÃO, Hamilton. **Aos colegas da Rádio Nacional. A Noite**, Rio de Janeiro, 25 abril 1964. Notícias de Cartaz.

ARQUIVO NACIONAL. **REcine - Revista do Festival Internacional de Cinema de Arquivo. Rádio e Cinema em sintonia**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Ano 6, n. 6, set. 2009.

AGUIAR, Ronaldo Conde. **Almanaque da Rádio Nacional**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

BARBOSA, Marialva. Jornalismo e a construção de uma memória para a sua história. In: BRAGANÇA, Anibal; MOREIRA, Sonia Virgínia. (Org.). **Comunicação, acontecimento e memória**. São Paulo: Intercom, 2005. p. 102- 111.

_____. Meios de comunicação e usos do passado: temporalidade, rastros, vestígios e interfaces entre Comunicação e História. In.: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; HERSCHMANN, Micael. (Org.). **Comunicação e História: interfaces e novas abordagens**. Rio de Janeiro: Mauad X, Globo Universidade, 2008.

_____. A pesquisa em Comunicação no Brasil: não precisamos ter mais medo do contágio. In.: BARBOSA, Marialva; MORAIS, Osvando J. de. (Org.). **Quem tem medo da Pesquisa Empírica?** São Paulo: Intercom, 2011. p. 77-90.

BLOIS, Marlene. **Florescem as FM Educativas no Brasil. Radiografia do radioeducativo no Brasil e os fatores favoráveis à ocupação dos canais de FM educativos**. Rio de Janeiro: UGF, 1996. Tese Livre-Docência em Comunicação Televisão e Rádio. Rio de Janeiro, Universidade Gama Filho, 1996.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. 292 p.

BUCCI, Eugênio. Eugenio Bucci: entrevista do mês. **Caros Amigos**, São Paulo, Ano 9, n. 103, p. 32-37, out. 2005.

_____. A tragédia anunciada da EBC. In.: LOPES, Ruy Sardinha. **Socicom Debate - A comunicação pública em questão: crise na EBC**. São Paulo: Socicom, 2016. p. 40-44.

BUCCI, Eugênio; CHIARETTI, Marco; FIORINI, Ana Maria. **Indicadores de qualidade nas emissoras públicas – uma avaliação contemporânea**. Brasil: Unesco, Série Debates CI, n. 10, jun. 2012. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002166/216616por.pdf>>. Acesso em 2014.

CARVALHO, Juliano Maurício de; CARVALHO, Juliana Marques de. Critérios de Qualidade da emissora pública. Uma perspectiva crítica. In.: DANTAS, Marcos; KICHINHEVSKI, Marcelo. **Políticas Públicas e pluralidade na comunicação e na cultura**. Rio de Janeiro: E-papers, 2014. p. 161-174.

DEL BIANCO, Nelia R.; ESCH, Carlos Eduardo; MOREIRA, Sonia Virgínia. Radiodifusão pública: um desafio conceitual na América Latina. XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2012. **Anais...** Fortaleza: Intercom, 2012. Disponível em <<http://www.intercom.org.br/sis/2012/resumos/R7-0299-1.pdf>> Acesso em: 2014 e 2016.

EBC. **Histórico**. EBC, 2012. Disponível em <<http://www.ebc.com.br/sobre-a-ebc/o-que-e-a-ebc/2012/09/historico>>. Acessos em: 2012, 2013 e 2014.

_____. **Sobre a Rádio Nacional de Brasília**. Brasília: EBC. Disponível em < <http://radios.ebc.com.br/nacionalbrasiliaam/sobre> > Acessos em 2015, 2016

EBC. **Documentário Eles não nos calaram**. 2014 Disponível em: <http://radios.ebc.com.br/redacao-nacional/edicao/2014-03/docudrama-eles-nao-nos-calaram>

_____. **Somente a verdade. Manual de Jornalismo da EBC.** EBC, 2013. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/institucional/sites/_institucional/files/manual_de_jornalismo_ebc.pdf> Acessos em: 2013, 2014 e 2016.

_____. **Rádio Maluca.** EBC, 2015. Disponível em <<http://radios.ebc.com.br/radio-maluca>>. Acessos em: 2014, 2015 e 2016.

_____. **Festival de Música.** EBC, 2016. Disponível em: <<http://radios.ebc.com.br/edicao/2016-12/festival-de-musica-das-radios-mec-e-nacional-chega-final>>. Acessos em 2016 e 2017.

FRAZÃO, Osmar. **Osmar Frazão:** depoimentos. [2014]. Entrevistadora: Valci Zuculoto. Rio de Janeiro, 2014.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio: o veículo, a história e a técnica.** Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000.

_____. **Rádio - Teoria e prática.** São Paulo: Summus, 2014.

FREIRE, Rita. Medida Provisória 744: o desmonte da participação social na Empresa Brasil de Comunicação (EBC). In.: LOPES, Ruy Sardinha. **SOCICOM DEBATE - A comunicação pública em questão: crise na EBC.** São Paulo, SOCICOM, 2016. p. 45-66.

GARCEZ, José Roberto. O país já tem maturidade para a gestão pública na comunicação. Entrevista. **E-Fórum, FNDC**, 4 maio 2007. Disponível em <<http://fndc.org.br/noticias/garcez-o-pais-ja-tem-maturidade-para-a-gestao-publica-na-comunicacao-154043/>>. Acessos em: 2007, 2009, 2014 e 2016.

GARCEZ, José Roberto. **José Roberto Garcez:** depoimentos. [2009]. Entrevistadora: Valci Zuculoto. Brasília, 2009.

GOLDFEDER, Miriam. **Por trás das ondas da Rádio Nacional.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GOMES, Wilson. **Jornalismo, fatos e interesses: ensaios de teoria do jornalismo.** Florianópolis: Insular, 2009.

GOMES, Marcos. **Marcos Gomes:** depoimentos. [2014; 2015; 2016]. Entrevistadora: Valci Zuculoto. Rio de Janeiro, 2014; 2015; 2016.

GUILHON, Orlando. **Orlando Guilhon:** depoimentos. Entrevistadora: Valci Zuculoto. Rio de Janeiro, 2014.

KLÖCKNER, Luciano. **O Repórter Esso.** Porto Alegre: AGE/Edipucrs, 2008.

KUBITSCHKE, Juscelino. **Discurso na inauguração da emissora da Rádio Nacional de Brasília. Biblioteca da Presidência da República.** 31 de maio de 1958. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jk/discursos/1958/37.pdf/view>> Acesso em: 2016.

MENEZES, Cristiano Ottoni de. Rádio Nacional: uma história de glórias e traumas. In.: ARQUIVO

NACIONAL. **REcine - Revista do Festival Internacional de Cinema de Arquivo. Rádio e Cinema em sintonia.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Ano 6, n. 6, set. 2009.

MENEZES, Cristiano. **Cristiano Menezes:** depoimento. Entrevistadora: Valci Zuculoto. Rio de Janeiro, 2014; 2015.

MONTEIRO, Marco Antônio. **O fim da Rádio Nacional.** Observatório da Imprensa, 843, 25 mar. 2015. Disponível em <http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/_ed843_o_fim_da_radio_nacional/> Acesso em 2015 e 2016.

MOREIRA, Sônia Virgínia (org.). **70 anos de radiojornalismo no Brasil, 1941-2011.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

PAULINO, Fernando Oliveira; SILVA, Luiz Martins da (orgs.). **Comunicação Pública em Debate: Ouvidoria e Rádio.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

PINHEIRO, Cláudia. (org.) **A Rádio Nacional: alguns dos momentos que contribuíram para o sucesso da Rádio Nacional.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

REVISTA RÁDIO E NEGÓCIOS. **Manifesto de pesquisadores de rádio em apoio à migração das emissoras públicas para a Frequência Modulada.** São Paulo, out 2015. Acesso em out 2015 e jan 2016. Disponível em: < <http://radioenegocios.com.br/manifesto-de-pesquisadores-de-radio-em-apoio-a-migracao-das-emissoras-publicas-para-a-frequencia-modulada/>>

RÁDIO NACIONAL. **Rádio Nacional: 20 anos de liderança a serviço do Brasil, 1936-1956.** Publicação comemorativa da emissora. Rio de Janeiro: Rádio Nacional, [1956].

_____. Roteiro original do documentário **Eles não nos calaram.** Acervo da Rádio Nacional. Rio de Janeiro, 2014.

ROCHA, Renato; COELHO, Nely; RIBEIRO, Adriana (orgs.). **Cadernos Radiofônicos 1 – Programas Educativos e Culturais Escritos para a Rádio MEC de 1947 a 2009.** Rio de Janeiro: Soarmec, 2009.

SANTOS, Gerdal dos. **Gerdal dos Santos:** depoimento. Entrevistadora: Valci Zuculoto. Rio de Janeiro, 2014.

SAROLDI, Luiz Carlos. Por que a Nacional? In.: PINHEIRO, Cláudia. (Org.) **A Rádio Nacional: alguns dos momentos que contribuíram para o sucesso da Rádio Nacional.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p. 8-13.

SAROLDI, Luiz Carlos; MOREIRA, Sonia Virgínia. **Rádio Nacional – O Brasil em Sintonia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. 3. ed. [ampliada e atualizada].

SARTORELLO, Mário. **Mário Sartorello:** depoimento. Entrevistadora: Valci Zuculoto. Brasília, 2014.

UNESCO. **Radiotelevisión de servicio público: um manual de mejores prácticas.** San Jose, Costa Rica: Oficina de la UNESCO para América Central, 2006.

ZUCULOTO, Valci Regina Mousquer. **A programação de rádios públicas brasileiras**. Florianópolis: Insular, 2012.

_____. **No ar: a história da notícia de rádio no Brasil**. Florianópolis: Insular/Ed. da UFSC, 2012.

_____. O Rádio Público no Brasil em busca de um modelo pela programação: transformações históricas contemporâneas das rádios Nacional e MEC do Rio de Janeiro. In.: Simpósio Internacional de História Pública: Perspectivas da História Pública no Brasil, 2, 2014. **Anais...** Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense; Rede Brasileira de História Pública, 2014.

_____. O rádio público no Brasil: resgate histórico e transformações contemporâneas das rádios Nacional e MEC do Rio de Janeiro. In: OLIVEIRA, Madalena; PRATA, Nair (orgs.). **Rádio em Portugal e no Brasil: trajetórias e cenários**. Braga, Portugal: CECS, Universidade do Minho, 2015. Disponível em <http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/2157/2075>

_____. Rádio Nacional do Rio de Janeiro, o show não pode parar! Resultados históricos e teóricos de relatório de pesquisa. **Anais...**10^o Encontro Nacional de História da Mídia, Porto Alegre, 2015.

ZUCULOTO, Valci; LONGO, Guilherme. As rádios públicas brasileiras e o Golpe de 64: principais estações e seus contextos históricos no período de instauração da ditadura. XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação 2014. **Anais...** Foz do Iguaçu: Intercom, 2014.

Jornalismo da Nacional do Rio de Janeiro: a rádio que lançou *O Repórter Esso* no Brasil reduz o espaço da notícia na programação

Luciano Klöckner (PUCRS) e Leandro Olegário (UNIRITTER)

Resumo

No auge da produção de notícias, dos anos 1940 aos 1960, a Divisão de Radiojornalismo da Nacional do Rio de Janeiro dispunha de dezenas de pessoas dedicadas à área. A notícia escrita, cujo *lead* constituiu a síntese de cada fato, estava representada pelo *Repórter Esso*, um dos ícones da emissora de 1941 até 1966, quando se transferiu para a concorrente, a Rádio Globo. Porém o Jornalismo da Nacional não se resumia ao *Repórter Esso*, conforme será apresentado nesse artigo. Na época, a emissora distribuía boletins informativos para centenas de emissoras, abrangendo quase todo o território brasileiro, além de produzir reportagens em língua estrangeira. Oitenta anos depois, o jornalismo da Nacional diminuiu de tamanho e aguarda medidas definidoras envolvendo o futuro da própria rádio.

Palavras-chave

Notícia; jornalismo; *Repórter Esso*; Rádio Nacional.

A Rádio Nacional veiculou um dos principais produtos jornalísticos mundiais do século XX e que permanece até hoje: a síntese noticiosa ao estilo *O Repórter Esso*. Porém a emissora tinha uma divisão de jornalismo mais ampla e que rotineiramente apresentava informações de natureza diversa aos ouvintes. Obviamente, o noticioso, que estreou em 28 de agosto de 1941, conferiu à emissora credibilidade e deu relevância à notícia. Com ele, a simples leitura no ar dos jornais impressos foi abolida e o texto desenvolvido sob medida para a leitura radiofônica. Numa primeira fase, as edições, como se fossem capítulos, traziam informações novas e complementares sobre a Segunda Guerra Mundial, acrescentando um clima de emoção aos fatos pela edição da própria notícia e pela forma empregada na narrativa.

De fato, em 1956, conforme o livro *Rádio Nacional, 20 anos de liderança a serviço do Brasil* (RÁDIO NACIONAL..., 1956), a emissora dispunha de uma equipe de 671 funcionários, dos quais, destacavam-se 33 locutores, 18 produtores, 13 informantes, 5 repórteres e 24 redatores, muitos dos quais envolvidos com a área de notícia e de esporte. A grade era diversificada, porém tinha nas radionovelas e nos espaços de variedades o seu destaque. Tanto o esporte como a notícia, mesmo presentes e sob a divisão do jornalismo, não parecem ter apresentado volume de programação equivalente às modalidades citadas, embora o

broadcasting da Nacional garantisse estar baseado no equilíbrio das programações geradas pelas divisões de Radioteatro, Musical, Programação e no próprio Radiojornalismo – notícia e esporte (RÁDIO NACIONAL, 1956).

A cobertura jornalística esteve presente logo na abertura oficial da Rádio Nacional em 12 de setembro de 1936, um sábado, 21 horas. Com a música de fundo o *Luar do Sertão*, o locutor Celso Guimarães proferiu as primeiras palavras: “- Alô! Alô! Brasil! Aqui fala a Rádio Nacional do Rio de Janeiro”, seguindo um roteiro meticuloso que incluía a execução do Hino Nacional Brasileiro e a fala das autoridades presentes no último andar do prédio de *A Noite*, que até aquele ano, era considerado o mais alto da América do Sul.

No mesmo dia, foi realizada a primeira transmissão externa, considerada como a pioneira da área do jornalismo da emissora, a partir de um posto montado no Palácio de São Joaquim, para a bênção do Cardeal Dom Sebastião Leme. Após o retorno das transmissões para o prédio de *A Noite*, com breve espetáculo musical, coube ao locutor Celso Guimarães anunciar alguns programas integrantes da grade da emissora e os principais contratados.

No dia seguinte, 13 de setembro, ocorreu a primeira transmissão esportiva, realizada num Fla-Flu, no estádio das Laranjeiras, com a narração de Oduvaldo Cozzi. A partida terminou empatada em um gol. E ainda no mês de setembro, no dia 20, o mesmo Cozzi realizou a primeira transmissão de fora da cidade, a Corrida da Primavera, direto de Petrópolis/RJ. Assim, a Divisão de Radiojornalismo estava na programação mesmo que ainda de forma precária.

Nesse particular, alguns subsídios podem servir para a análise jornalística. A Divisão de Radioteatro, segundo o livro comemorativo da Rádio Nacional (1956), compreenderia, além das novelas, as peças e os programas mistos. Os dois últimos que eram de 93 em 1940, subiram para 3.195 em 1955. Provavelmente, os programas mistos divulgavam também notícias, pois muitos deles se inspiravam nos veículos informativos da empresa (o jornal *A Noite* e as revistas *Noite Ilustrada* e *Vamos Ler*), voltados para a informação e para o entretenimento. Entretanto, não estavam citados como programas jornalísticos.

Na abertura do capítulo *O Inquieto Mundo das Notícias*, a publicação da Nacional afirma que foi a primeira a organizar “uma redação própria para noticiários com a rotina de um grande jornal impresso”, em 1948, a Seção de Jornais Falados e Reportagens (RÁDIO NACIONAL..., 1956). Todavia José Maria Manzo, locutor, e Nahum Sirotsky, chefe do departamento de notícias da Rádio Globo, contestam essa informação, declarando que foi a Rádio Globo, ao montar *O Globo no Ar* – justamente para combater *O Repórter Esso* – a primeira a implantar uma redação, em 1947, tendo em vista que, à época, o *Esso* ainda era abastecido exclusivamente por notícias internacionais da *United Press Associations* (UPA)¹. “A ideia desde o começo”, disseram, “foi concorrer com o *Esso*, mas fazer *O Globo no Ar* com notícias locais, fornecendo ao público o que o *Esso* não dava” (KLÖCKNER, 2011, p. 71).



1. A partir de 1958, passaria a se chamar United Press International (UPI).

Seja como for, o próprio livro da Nacional admite que de início a emissora dispunha de um pequeno “núcleo de dois ou três encarregados, armados de tesoura e de cola, para preparar o jornal-falado com notícias do vespertino *A Noite*”. Do total da programação semanal da Nacional até 1945, apenas 11% eram de informativos e crônicas, conforme entrevista que o diretor Gilberto Andrade concedeu ao *Jornal do Commercio* em 10 de agosto do mesmo ano (SAROLDI e MOREIRA, 2005, p. 106). A ampliação da Seção de Jornais Falados ocorreu em 1951, com a criação do Departamento de Jornais Falados que, em 1954, tornou-se a “Divisão de Rádio-Jornalismo, com mais de uma dezena de redatores, secretários-de-redação, rádio-repórteres, informantes e outros auxiliares, além de uma Seção de Divulgação e de Esportes” (RÁDIO NACIONAL..., 1956).

A redação de notícias operava 24 horas do dia, dividida em quatro turnos (manhã, tarde, noite e madrugada), sendo que cada turno tinha um secretário, um redator-chefe, um redator-auxiliar, dois locutores, um noticiarista e um repórter. A curiosidade da Divisão dirigida por Heron Domingues, consagrado pela locução de *O Repórter Esso*, é que eram elaboradas e narradas notícias em idiomas estrangeiros, cobrindo boa parte do continente americano.

Cabia a Divisão de Radiojornalismo, nos anos 1950, divulgar 17 boletins noticiosos diários para quase uma centena de rádios de 13 estados e um território nacional, o que, segundo o livro comemorativo da Rádio Nacional (1956), representava “a mais extensa cadeia de <<broadcasting>> permanente para transmitir programas noticiosos não oficiais”. Junto a ela estava a Seção de Reportagens, comandada por um chefe e cinco radiorepórteres, sendo provavelmente a primeira a ter em seus quadros uma mulher, num quadro funcional predominantemente masculino. Era responsável por irradiar programas diários de entrevistas, mesas-redondas, além de transmitir de qualquer ponto da cidade se assim fosse necessário.

Um dos setores mais atuantes da Nacional era o político. Dois programas monopolizam as atenções na época: *Antena Política* e *Aconteceu no Catete*. Para isso, havia um posto permanente junto à Presidência da República no Palácio do Catete, com dois repórteres e um operador. Além deles, diariamente estavam escalados repórteres para o plenário da Câmara dos Deputados, para as Comissões, para o Senado Federal e para a Câmara de Vereadores do Distrito Federal. Outros programas produzidos pelo jornalismo eram *É Verdade ou é Mentira?*, *A Reportagem do Dia* e o debate *Cartas na Mesa* (SAROLDI e MOREIRA, 2005, p. 80).

Em princípio, não parecia haver censura aos assuntos abordados pelos programas e um dos casos mais emblemáticos foi o da campanha o “Petróleo é Nosso”, em 1952, que mobilizou o jornalismo da emissora a favor da causa. Justamente nesse período houve uma superprodução de notícias: contra a média de 679 mil linhas, correspondendo a cerca de 7.500 palavras, naquele ano, o jornalismo da emissora produziu 749.554 linhas ou 8.245.094 palavras.

A Rádio Nacional não ficou imune à radicalização que tomava conta do país, com os “entreguistas” travando batalhas em praça pública e, sobretudo, através da

mídia, contra os “nacionalistas” e “esquerdistas”. Enquanto os Associados e a mídia comercial colocavam-se contra o monopólio estatal do petróleo, a Rádio Nacional abria espaço para os defensores da campanha “O Petróleo é nosso” e realizava debates envolvendo a importância da criação da Petrobras. (DINIZ, 2013, p. 141).

Ao lado dos interesses políticos e econômicos que norteavam o período, à área de esportes, inserida na Divisão de Jornalismo, coube algumas inovações. Além da locução de futebol pelo sistema duplo – cada locutor narrando a partir da zona de ataque de cada time –, foi introduzido o comentarista e os “informantes” (repórteres de goleira) atrás de cada meta. A Nacional não acompanhou somente as partidas de futebol no País e no Exterior, mas realizou coberturas de outros esportes como turfe, basquete, automobilismo, etc. Na Copa de Futebol de 1950, prestou assistência técnica para todas as emissoras estrangeiras que a procuraram e transmitiu diariamente em língua espanhola um boletim da sobre o evento mundial para toda a América Latina (RÁDIO NACIONAL..., 1956).

Ao lado das ideias criativas, registra-se, no período, uma progressiva evolução tecnológica, ligada a instalações e equipamentos. Em 1936, a rádio contava com dois estúdios. Vinte anos depois eram seis. Um deles era só para o jornalismo, considerado o único em todo o continente. Outro para o radioteatro, um palco-estúdio, dois para pequenos conjuntos, um grande estúdio, além de um auditório de 496 lugares (RÁDIO NACIONAL..., 1956).

As emissões técnicas também eram fortes na Nacional, levando a programação a praticamente todos os continentes. O Parque de Parada de Lucas, no Rio, era composto por cinco sistemas de antenas de Ondas Curtas (OC) direcionadas para os Estados Unidos, Europa e África, além de uma antena de 162 metros para transmissões em Ondas Médias (OM), enviando o sinal para o Brasil a partir de um transmissor de 50 quilowatts de potência.

O retorno parcial de audiência dessas transmissões podia ser comprovado pelas 110 mil cartas mensais recebidas no Setor de Correspondência, originárias de diversos estados brasileiros e de países do exterior, entre eles, Estados Unidos, Suécia, Inglaterra, Canadá, Nova Zelândia, Argentina, Japão, Dinamarca, Alemanha, Portugal e Espanha. De 1945 a 1955, o total de correspondências arquivadas na rádio chegou a quase 8 milhões (RÁDIO NACIONAL..., 1956).

Para muitos pesquisadores, embora estivesse em mãos do governo a partir dos anos de 1940, a Rádio Nacional, ao contrário do que assinala a história tradicional, não se transformou numa tribuna em defesa do governo Vargas. A emissora vivia vários paradoxos. Um desses era ter a multinacional Standard Oil financiando seu noticiário, o “Repórter Esso”. A mesma multinacional que teve seu prédio, no Rio de Janeiro, atacado pelos “órfãos” de Getúlio, indignados contra os “decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais...”, como dizia a carta-testamento. (DINIZ, 2013, p. 141).

Mesmo que emissora pudesse propagar, segundo Goldfeder (1980, p. 40), “um tipo

de sociedade e de um quadro de valores éticos”, estava longe de difundir um modelo político, ou se amarrar a uma perspectiva conservadora. Na administração, o empenho era altamente qualificado, ocorrendo procedimentos semelhantes nos diversos departamentos. Por exemplo, a Nacional avoca-se como a primeira a implantar o sistema de lide (do inglês *lead*) das notícias, onde basicamente o redator tem que perguntar ao repórter “qual o grau de interesse humano que poderá extrair dos dados fornecidos, até onde a notícia poderá interessar a um maior número de pessoas, etc” (RÁDIO NACIONAL...1956). Também a publicação coloca a Nacional como pioneira na criação do sistema linear de paginação dos jornais falados, que consiste na numeração das linhas de cada notícia para cálculo de determinado espaço de tempo. No caso do sistema da rádio, 15 linhas, de aproximadamente 40 a 45 toques, equivaleriam a um minuto.

Técnica e ideologia da notícia

Essa técnica esteve presente à exaustão nos textos de um dos principais produtos do jornalismo da Nacional: *O Repórter Esso*, muito embora estudos apontem para uma forte influência ideológica no conteúdo das informações divulgadas (KLÖCKNER, 2011). Um dos argumentos nesse sentido é que o informativo chegou à América Latina a reboque da Política da Boa Vizinhança (*Good Neighbor Policy*), demonstrando a preocupação dos Estados Unidos, com a possibilidade dos países latino-americanos apoiarem o nazifascismo, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Na época, o mundo estava interligado pelas agências de notícias numa arena global, através de cabos submarinos e pelo espectro eletromagnético. As rotas de comunicação seguiram o poder político e econômico. Assim, ocorreu, também, com *O Repórter Esso*, patrocinado pela Standard Oil, um dos maiores conglomerados dos Estados Unidos, com braços de prospecção, distribuição e produção de derivados de petróleo espalhados por todo o globo. E as notícias do *Esso* circulavam por essa arena. O material jornalístico era produzido pela agência de notícias UP e distribuído em todos os continentes.

Em vista disso, coube ao noticiário contribuir na difusão tanto do estilo de vida americano, o *american way of life*, como da cultura capitalista, sendo considerado um ponta de lança na americanização do Brasil. Os comerciais, encaixados antes da última notícia, estimulavam a compra de bens como automóveis, fogões, fogareiros, baterias, óleos e lubrificantes. Além disso, junto com a síntese noticiosa, chegaram os chicletes, a Coca-Cola, as revistas em quadrinhos e uma série de hábitos americanos.

A globalização estava presente não só nos meios de difusão, pois a maioria das notícias provinha dos Estados Unidos, mas com a própria estrutura do noticioso, definido por um manual²



2. O noticioso tinha normas de redação rígidas, intituladas Manual de Produção do Repórter Esso, destacando o caráter imparcial e neutro na redação dos textos. O controle sobre o noticiário era quase completo. A United Press selecionava as informações e a McCann-Erickson atuava na criação, evolução e supervisão. Só detinham direito à fala as autoridades legalmente constituídas, pois “a notícia estava na fonte oficial”. O manual revelava extrema preocupação com a seleção das informações, a forma da notícia e com a edição que deveria ter exatos cinco minutos.

como em todos os países onde o Esso era irradiado. O controle era quase completo, pois a United Press, na origem, definia qual a “informação” passível de ser divulgada, enquanto a autocensura dos produtores e editores se encarregava de bloquear as notícias de caráter “duvidoso”.

No Brasil, a Rádio Nacional do Rio de Janeiro transmitiu a primeira edição de *O Repórter Esso* às 12h55min do dia 28 de agosto de 1941. O patrocínio era da Standard Oil of New Jersey, produção da United Press Associations e supervisão da McCann-Erickson Corporation, todas empresas estadunidenses. Na Rádio Nacional, os primeiros locutores do *Repórter Esso* foram Romeu Fernandes, Rubens Amaral e Celso Guimarães, mas quem se consagrou como a voz do noticiário foi Heron Domingues, que chegou à emissora em 1944. À época, foi composta uma fanfarra pelo maestro Carioca e por Haroldo Barbosa, que abria e encerrava o noticiário.

Por ter apenas cinco minutos, *O Repórter Esso* desenvolveu uma linguagem particular e estilo de apresentação da notícia no rádio. A informação deveria ser vista em cada detalhe, desde a apuração, da confecção até a leitura. As frases eram curtas e diretas, e a locução vibrante. Ele começava e terminava pontualmente. Para isso, as vinhetas inicial e final duravam juntas 30 segundos, outros 30 segundos eram destinados ao comercial e quatro minutos para as notícias. Os cinco minutos equivaliam aproximadamente a 70 linhas ou duas a três folhas de ofício datilografadas. Em média, 13 notícias eram selecionadas, colocadas em ordem, adaptadas à linguagem radiofônica e redigidas conforme as regras do *Manual Radionoticioso de la United Press em América Latina* (COPELAND, 1944).

Em 1942, o noticiário era retransmitido por cinco estados brasileiros (Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco e Rio Grande do Sul), cobrindo a extensão de praticamente todo o País. Para que todos os locutores lessem o noticiário em sintonia, Heron Domingues elaborou um manual sonoro. Nele, havia orientações sobre entonação, postura, ritmo, velocidade e vibração de leitura, instituindo um padrão narrativo ainda seguido por muitas emissoras.

A fama de *O Repórter Esso* perdurou até o seu término, mas as melhores décadas foram, conforme comprovam as aferições, as de 1940 e de 1950. Durante a Segunda Guerra, o noticioso chegou ao ápice da audiência³, segundo as medições realizadas pelos institutos de pesquisa. Com o final da guerra, as notícias internacionais perderam um pouco o interesse. A partir desse momento, o noticiário tornou-se abrangente, informando sobre os *matches* (partidas de futebol), os *teams* (times de futebol), a cotação do café, as condições do tempo,



3. De 1943 a 1955, os levantamentos do IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião e Pesquisa – somente mediam as unidades em 15 minutos. Mesmo assim, os módulos onde *O Repórter Esso* estava incluído apresentavam índices 25% mais altos do que as unidades anteriores e posteriores. Esses percentuais chegaram ao auge, no primeiro semestre de 1945, alcançando em torno de 50% e começaram a cair no pós-guerra.

os resultados do turfe, etc. A partir de dois de dezembro de 1945, o *Esso*, mais uma vez, inovaria, sendo o primeiro a revelar os resultados das eleições.

Também as edições extraordinárias, aquelas não previstas e transmitidas durante a guerra, conferiram ao noticiário ainda mais credibilidade, como se fossem capítulos de uma radionovela: quando o ouvinte escutava a característica fora do horário habitual tinha certeza de que a notícia “fora de hora” era muito importante para os destinos do País e do mundo (ORTRIWANO, 1985, p. 96).

O término da guerra determinou o fim de muitas ditaduras, dentre elas, a do Estado Novo (1937-1945) de Getúlio Vargas, que deixou a Presidência da República. Foram, então, realizadas eleições diretas, vencidas pelo General Eurico Gaspar Dutra, que governou de 1946 a 1951. Durante o Governo Dutra foi fechada a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e promulgada a nova Constituição (1946). O Partido Comunista passou para a ilegalidade (1947) e foram rompidas relações com a União Soviética (1948).

Novas eleições foram realizadas em 1950. Getúlio Vargas venceu, assumindo a Presidência da República em 1951. Ao tomar posse, Vargas baixou o Decreto nº 29.783, considerado pelos donos das emissoras um atentado à liberdade da radiodifusão. O decreto⁴ garantia ao Governo o direito de rever a cada três anos as licenças de concessões de canais, concedidas com o prazo máximo de dez anos, submetendo-os à cassação e não oferecendo garantias aos proprietários.

Segunda Guerra, luta contra o comunismo e monopólio na exploração do petróleo

A fase inicial de *O Repórter Esso* se estende de 1941 até os anos 1950, com a cobertura dos grandes conflitos mundiais (Segunda Guerra, Guerra da Coréia, Guerra Fria, Capitalismo X Comunismo e Corrida Espacial). As notícias divulgadas nesse período não ficaram imunes às pressões políticas e da propaganda estadunidense. Em dois momentos, essa situação é flagrante: nos interesses políticos e estratégicos dos Aliados na Segunda Guerra, em detrimento aos países do Eixo, e na questão relacionada à campanha de nacionalização do petróleo brasileiro. Sobre isso, houve até a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. O relatório final da CPI constatou que a Esso, a Shell, a Atlantic, a Gulf e a Texas - que detinham 99% do mercado de distribuição de combustíveis – injetaram verbas publicitárias vultosas nos meios de comunicação que se posicionaram contra a criação da Petrobras.

Resumidamente, os anos 1940 foram caracterizados, pela Segunda Guerra Mundial e pela organização dos governos dos continentes entre os países do eixo e os aliados. A Alemanha avançava pela Europa e os Estados Unidos, em princípio, demonstrando neutralidade no conflito que se desenrolava na Europa, se preparavam para entrar na guerra. O período é



4. Com a morte de Getúlio Vargas, em agosto de 1954, o decreto foi revogado pelo Presidente Café Filho (1954-1955). Nos governos seguintes, outros decretos viriam para apertar ou afrouxar o domínio sobre o rádio.

conhecido como a “Época Hegemônica do Rádio”, havendo a consolidação do veículo como meio de comunicação de massa, com a audiência em vertiginoso crescimento e o mesmo ocorrendo com as verbas publicitárias.

Porém, o recrudescimento do conflito europeu transformou o Oceano Atlântico em área de risco para a navegação comercial. Alguns navios mercantes brasileiros foram torpedeados, e o *Esso* fazia despertar o sentimento de defesa da pátria, condenando a ofensiva do Eixo, exorcizando alemães, italianos e japoneses pelos atos contra o Brasil. Desse modo, é atribuída ao *Repórter Esso* uma parcela significativa de influência na população, levando o Presidente Getúlio Vargas a abrir mão da neutralidade inicial com que pretendia enfrentar a situação.

Ao mesmo tempo, o governo americano tinha interesse em contar com o apoio brasileiro, pois o Nordeste do País se constituía numa região estratégica. Ali, os americanos pretendiam – e montaram – uma base aérea, para possibilitar a abertura de uma nova frente de batalha pelo Norte da África. A negociação com o governo Vargas envolveu o fornecimento, por parte da *United States Steel Corp.* de tecnologia para a construção em Volta Redonda, da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), inaugurada em 1946, no Rio de Janeiro. Os americanos, também, ergueram a Base de Pára-Mirim, na Barreira do Inferno, em Natal.

O patrocínio de empresas, associando os seus nomes aos programas, era comum até os anos 1960 (GOLDFEDER, 1980, p. 42 e 43). Em 1939, a *Esso* patrocinava, na Rádio Nacional, o programa radiofônico *Variiedades Esso* e, em 1940, a narração de jogos de futebol, denominados, na época, de *matches*. Com tão fortes predicados, o patrocinador e os produtores do *Repórter Esso* não tiveram dúvida ao escolher a Rádio Nacional para a transmissão do noticioso. Além de grandes astros e estrelas da música e do teatro, a emissora detinha, também, o melhor quadro de locutores do País, entre eles, Rubens Amaral, Celso Guimarães, Romeu Fernandes, Saint-Clair Lopes e Heron Domingues, que seria contratado mais tarde pela emissora, mas ficaria famoso ao ler de forma exclusiva o *Repórter Esso*.

Entre as notícias que receberam destaque nos anos 1940 estão: a internalização de 16 navios do Eixo, que estavam em portos brasileiros em 28 de agosto de 1941 (1ª edição de *O Repórter Esso*), o ataque de aviões japoneses à base norte-americana de Pearl Harbor, em sete de dezembro de 1941; a declaração de guerra do governo brasileiro aos países do eixo em 22 de agosto de 1942; o envio da Força Expedicionária Brasileira à Itália em 1943; o desembarque das forças aliadas na costa normanda da França em seis de junho de 1944; a conquista da fortaleza nazista de Monte Castelo pela FEB em 21 de fevereiro de 1945, a rendição da Alemanha em nove de maio; o lançamento da bomba atômica sobre Hiroshima e Nagasaki, respectivamente, em seis e nove de agosto de 1945, a rendição do Japão em 14 de agosto de 1945, a renúncia do presidente brasileiro Getúlio Vargas em 29 de outubro de 1945, a divulgação dos resultados da eleição para a Presidência da República a partir de dois de dezembro de 1945 e o início da Guerra Fria. Ainda, em nível nacional, o Partido

Comunista do Brasil é colocado fora da lei e o Brasil rompe relações com a, então, União Soviética, em 1948.

Até 1945, os textos se restringem à guerra (ataque dos japoneses a Pearl Harbor e a rendição da Alemanha, da Itália e do Japão). As notícias, com muitos adjetivos, valorizavam o feito das tropas aliadas (inclusive da Força Expedicionária Brasileira), a Política de Boa Vizinhança e preconizam a união definitiva das Américas contra os agressores mundiais. Também o lançamento da bomba atômica sobre Hiroshima e Nagasaki confere um certo tom de mistério a essa nova e poderosa arma, capaz de varrer cidades do mapa-múndi.

No Pós-Guerra (fim de 1945 até 1950), os assuntos do noticioso versam sobre a queda dos ditadores e o restabelecimento da democracia (renúncia de Getúlio Vargas), a criação de Israel e a possibilidade de os Estados Unidos terem feito conchavos com ditadores da América Latina. Com a Guerra Fria, o comunismo e o capitalismo passam a frequentar os discursos, sempre em tom de desafio ou de denúncia (Perón acusa os consórcios capitalistas internacionais de atentarem contra a vida dele e da esposa).

Em meio à reorganização geográfica do mundo do pós-guerra, a política internacional ocupa boa parte das notícias, preconizando a defesa conjunta e ajuda mútua dos países americanos (Tratado do Rio de Janeiro, 1947). Até mesmo o Papa Pio XII se manifesta, falando em francês, que “o mundo se encontra ante uma verdadeira encruzilhada e que 1948 será um ano de graves resoluções”. Os anos 1940 se encerram preparando tempos modernos para a década de 1950. Porém uma nova guerra se inicia e as tendências entre as duas nações polo do mundo ficam acirradas. Qualquer tema em discussão no planeta recebe diferentes versões e interpretações, aparecendo com maior nitidez a intenção de controlar as fontes de energia, em especial, das jazidas de petróleo, espalhadas pelos diferentes continentes.

Quanto ao *Repórter Esso*, os anos 1960 tiveram forte concorrência de outras emissoras e ele aos poucos foi perdendo expressividade. O desgaste político com a CPI e o desinteresse da própria Esso excluíram o noticioso das programações jornalísticas brasileiras: primeiro, do rádio, em 1968, e, a posteriori, na televisão, em 1970.

A atual programação da Nacional

Há pouco mais de uma década, a Nacional, 980 kHz, ocupou a quinta posição no AM e em alguns horários ao terceiro e quarto lugares no Rio de Janeiro. “Vale lembrar que em 2004/2005, Globo, Tupi e CBN eram apenas AM e não existia a Band News. Portanto, o AM no Rio de Janeiro ainda tinha relevância na área popular” (MONTEIRO, 2015). Quando esse artigo foi redigido (nov. 2016), a programação jornalística ocupava um espaço tímido na grade de segunda a sexta-feira e inexistia aos finais de semana, cedendo espaço a programas de entretenimento, com ênfase em temas culturais e musicais. De segunda a sexta-feira, com quatro programas *Repórter Rio*, *Repórter Brasil*, *Repórter Nacional* e *Repórter Rio 2ª edição*.

Quadro 01 – Programas jornalísticos da grade 2016 da Rádio Nacional/RJ

Programa	Conceito	Horário	Frequência
Repórter Rio	Programa jornalístico com as principais notícias regionais, destacando política, economia, cultura, prestação de serviço, transportes, meteorologia, defesa do consumidor.	6h-7h e 7h30-8h30	Segunda a sexta
Repórter Brasil	Noticiário produzido pelo departamento Radiojornalismo EBC, de Brasília, e transmitido.	7h-7h30	Segunda a sexta
Repórter Nacional	Noticiário elaborado pelo departamento Radiojornalismo EBC, de Brasília.	12h-12h20	Segunda a sexta
Repórter Rio 2ª Edição	Noticiário com enfoque nos acontecimentos do estado do Rio de Janeiro	12h20-12h30	Segunda a sexta

Fonte: Autores, nov. 2016.

Ao todo, os programas jornalísticos ocupavam três horas da programação diária, o que correspondia a 13% da grade, considerando 23 horas de transmissão, descontando-se uma hora da veiculação da *Voz do Brasil*. Se não for considerado o conteúdo produzido pela Rádio Nacional, de Brasília, pelo sistema de rede rádios da EBC, observou-se pouco mais de 9% por cento na programação com conteúdo jornalístico produzido, exclusivamente, pela equipe do Rio de Janeiro⁵. Por outro lado, ampliando o conceito jornalístico para o gênero informativo (mesas-redondas, programas de opinião, documentários, programas de entrevista e noticiários) notou-se um aumento da presença desse tipo de conteúdo na grade. Assim, adicionam-se aos quatro anteriormente citados os programas *Tema Livre*, e *Dito e Feito*:

Quadro 02 – Complementação de programas informativos da grade 2016

Programa	Conceito	Horário	Frequência
Tema Livre	O programa reúne autoridades públicas, especialistas e, principalmente, o cidadão interessado em participar dos debates de interesse público.	10h-11h	Segunda a sexta
Dito e Feito	O programa busca informar os cidadãos sobre os diversos serviços prestados pelo poder público e pela iniciativa privada, como abastecimento de água, luz, saúde, educação, com informações de especialistas.	17h-19h	Segunda a sexta

Fonte: Autores, nov. 2016.

5. Os diversos veículos que hoje compõem a EBC foram herdados na sua criação no final de 2007. Da ACERP (Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto) veio a antiga TVE e a Rádio MEC. Já da Radiobrás, a EBC (Empresa Brasileira de Comunicação) recebeu a antiga TV Nacional, a Rádio Nacional, a Agência Brasil, a Radioagência Nacional, a TV NBR e os programas de rádios do governo federal como o tradicional A Voz do Brasil. (REGOTTO, 2016, p. 5)

Ampliando-se a análise sobre a grade informativa, ocorreu um aumento de 30% da presença de conteúdo, de segunda a sexta-feira, sem levar em conta os dois programas esportivos, *Bate Bola Nacional*, das 12h30 às 13h30, e *No Mundo da Bola*, das 21h às 22h. Ambos vão ao ar de segunda a sexta-feira e realizados a partir da EBC, em Brasília.

Ainda, assim, nota-se um paradoxo: ao mesmo tempo em que a emissora atenta para o seu protagonismo histórico e para o caráter público, reproduz na grade de programação conteúdo pouco diferenciado do que é oferecido pelas emissoras comerciais. Para Barbeiro e Lima (2002), o compromisso de uma emissora pública é nítido e escapa da lógica comercial alicerçada sob o grande prisma da audiência:

As empresas públicas de comunicação são comprometidas com as grandes causas de sociedade, como a participação ativa em coberturas que visem à proteção de crianças, o incentivo da participação comunitária, a preservação do meio ambiente, do patrimônio histórico e cultural, entre outras iniciativas. (BARBEIRO e LIMA, 2002, p. 38).

As transformações tecnológicas reservadas ao rádio demandarão novas investigações sob diferentes parâmetros tecnológicos e configurações da audiência.

As rádios que apostam na informação, em jornalismo no seu DNA, ainda encontram como desafio não só propor alterações na embalagem dos noticiários, mas também no conteúdo. Uma modificação do tratamento da informação, uma mudança do critério editorial, por exemplo. (OLEGÁRIO, 2016, p.119).

Entre outros obstáculos está a migração para a Frequência Modulada, ainda que exista a possibilidade de acesso à programação na atualidade via internet. Isso porque a presença em FM daria maior representatividade e audiência junto ao público na atualidade. Com a migração do sistema de AM para o FM nos próximos anos, a possibilidade de acesso em tempo real à emissora é um aspecto a ser ressaltado, mas que não extingue novos desafios de conteúdo, interação e plataforma em um contexto de digitalização de processos e do rádio hipermidiático.

A Rádio Nacional integrou o Brasil de Norte a Sul numa época definidora do caráter único de nosso território, a primeira metade do século passado. Mas o mais importante é que um veículo desses, modernizado, na frequência FM, integrado às mídias sociais, ainda é fundamental como voz de resistência cultural e política. (MONTEIRO, 2015).

Entretanto, o jornalismo da Nacional, embora foco principal desse artigo, parece ser um dos menores problemas da emissora. O próprio futuro da empresa, ao que tudo indica,

está ameaçado, seja pela protelação de decisões governamentais como por investimentos tecnológicos que nunca careceram nos tempos áureos e agora faltam. Em relação a um prognóstico para a emissora, detecta-se flagrante redução do quadro funcional (KLÖCKNER; OLEGÁRIO, 2016, p.14), sendo que “as rotinas afetadas pela digitalização dos processos jornalísticos e pela convergência midiática, levam o radiojornalismo a novas metamorfoses”. Metamorfoses que, apesar dos esforços dos profissionais e da pressão dos cidadãos identificados com a Nacional, são obstaculizadas por decisões lentas e não definitivas do governo central.

Referências

BARBEIRO, Heródoto; LIMA, Paulo Rodolfo. **Manual de Telejornalismo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

COPELAND, W. Winston. **Manual Radionoticioso de la United Press em America Latina**. Buenos Aires: United Press Associations, 1944.

DINIZ, Ângela Maria Carrato. **Uma história da TV Pública brasileira**. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade de Brasília. Brasília, Distrito Federal: 2013.

GOLDFEDER, Miriam. **Por trás das ondas da Rádio Nacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

KLÖCKNER, Luciano. **O Repórter Esso, a síntese radiofônica mundial que fez a história**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MEDITSCH, Eduardo. **O rádio na era da informação: teoria e técnica do novo radio-jornalismo**. Florianópolis: Insular, UFSC, 2001.

MONTEIRO, Marco Antônio. O fim da Rádio Nacional. **Observatório da Imprensa**, n. 843, 24 mar. 2015.

ORTRIWANO, Gisele Swetlana. **A informação no Rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos**. 3. ed. São Paulo: Summus, 1985.

RÁDIO NACIONAL, 20 anos de liderança a serviço do Brasil.1936-1956. Rio de Janeiro, Socopan – Mercantil e Indústrias Gráficas, 1956, sem paginação.

REGOTTO, Thiago. Educativa, Estatal ou Pública: a tentativa de reconstrução de uma nova marca para a comunicação não comercial brasileira – um estudo de caso da Em-presa Brasil de Comunicação. In: Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, 16, 2016. GP Rádio e Mídia Sonora. **Anais...** São Paulo, 2016.

SAROLDI, Luiz Carlos; MOREIRA, Sonia Virgínia. **Rádio Nacional: o Brasil em sintonia**. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

OLEGÁRIO, Leandro. **Radiojornalismo e síntese noticiosa**. Porto Alegre: wwwlivros, 2016.

A produção radiofônica para crianças: um estudo sobre o papel educativo da Rádio Nacional do Rio de Janeiro

Vânia de Almeida Gomes (Universidade Blaise Pascal)

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar o papel educativo da Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, e os valores transmitidos nos programas radiofônicos infantis veiculados entre as décadas de 1940 e 1950, período em que o rádio conheceu seu apogeu. Ao propor uma análise dos programas infantis da *Era de Ouro* do Rádio tratamos, portanto, de delimitar este período histórico não por ser o mais profícuo do segmento, mas em razão do material encontrado no acervo sonoro da emissora, que perdeu grande parte de seus arquivos musicais, sobretudo a partir da década de 1960. Se, atualmente, a maioria das emissoras ignora o público infantil, no passado, mais do que informar sobre a diversidade cultural do país e do mundo, os programas infantis da Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, estimulavam a imaginação e a curiosidade dos ouvintes através de composições musicais de alta qualidade, narrativas e histórias dramatizadas.

Palavras-chave

Rádio Nacional, do Rio de Janeiro; Rádio; Crianças; Programação Infantil; Educação.

Introdução

A produção científica sobre o rádio tem crescido no Brasil, mas se compararmos com outros meios de comunicação de massa, como a televisão, por exemplo, é possível perceber que as pesquisas sobre as produções radiofônicas ainda são incipientes, sobretudo, quando se trata de analisar o papel educativo dos programas infantis e seus efeitos na formação da criança.

Este artigo tem, portanto, o objetivo de analisar a programação radiofônica para crianças, especialmente os programas infantis veiculados na Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, emissora que reunia os maiores nomes da radiofonia brasileira e que foi considerada um prodígio cultural na *Era de Ouro* do rádio, bem como um notável fenômeno de massa.

A fim de delimitar nosso objeto de estudo, cabe ressaltar que essa pesquisa se concentrou nos anos 1940 e 1950 do século XX, período em que o rádio conheceu seu apogeu, reunindo em sua programação radionovelas, programas dedicados ao público feminino e infantil, programas humorísticos, de variedades, e informativos. Ao propor uma análise dos programas infantis tratamos, portanto, de delimitar este período histórico não por ser o mais profícuo do segmento, mas em razão do material encontrado no acervo sonoro da

emissora, que perdeu grande parte de seus arquivos musicais, sobretudo a partir da década de 1960.

O rádio no Brasil

Desde a sua invenção, o rádio caracterizou-se como um mecanismo que possibilita a disseminação de informação com capacidade de atingir um grande público, anônimo e heterogêneo. No Brasil, a primeira transmissão radiofônica ocorreu simultaneamente à exposição internacional em comemoração ao centenário da Independência do Brasil, no dia 7 de setembro de 1922. Em meio ao clima festivo do evento, o presidente Epitácio Pessoa abriu a programação da exposição com um discurso na Praia Vermelha.

A saudação sonora do presidente Epitácio Pessoa foi irradiada através da estação de 500 watts montada no alto do Corcovado pela companhia norte-americana Westinghouse, captada por alto-falantes instalados em pontos estratégicos da exposição e pelos aparelhos de rádio distribuídos pelo governo em São Paulo, Petrópolis e Niterói. (SAROLDI; MOREIRA, 2005, p. 15-16).

A transmissão experimental contou com oitenta receptores espalhados e teve ainda música clássica – incluindo a ópera *O Guarani*, de Carlos Gomes – que até hoje é veiculada no rádio como tema de abertura no programa *A Voz do Brasil*¹.

Apesar da recepção cheia de ruídos, a experiência teve grande repercussão na imprensa e em 20 de abril de 1923, o médico e antropólogo Edgard Roquette-Pinto e o astrônomo francês, naturalizado brasileiro, Henrique Morize assinaram, juntamente com os demais colegas da Academia Brasileira de Ciências (ABC), a ata da fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro.

Com o objetivo de difundir cultura e educação, a primeira estação de rádio do Brasil funcionava como uma sociedade real, sobrevivendo das doações de seus sócios. É de notar, nesse projeto, um forte acento romântico, pois Roquette Pinto apresenta o rádio como “grande fecundador de almas”, dotando o aparelho de uma força anímica que contém, e ao mesmo tempo, anula o emissor de suas mensagens. O poder e o controle social naturalizam-se e conduzem as “almas” pela voz e pelo discurso autorizado (SCHVARZMAN, 2004, p.101).

No início, as emissões começavam às 17h15min e eram apresentadas pelos próprios sócios. As primeiras transmissões começaram de maneira muito precária e somente em outubro que a programação se consolidou com números infantis, conferências literárias, artísticas e científicas, música vocal e instrumental, todos voltados para o enriquecimento da cultura de seus ouvintes.



1. *A Voz do Brasil* é um noticiário radiofônico público de difusão obrigatória que vai ao ar diariamente em todas as emissoras de rádio aberto do Brasil, às 19 horas, horário de Brasília.

Durante 13 anos, Roquette-Pinto dedicou-se à Rádio Sociedade do Rio de Janeiro com uma proposta totalmente educativa. Era ele quem comentava as notícias diárias no jornal falado. Além dos noticiários, eram veiculadas aulas de Português, Francês, História do Brasil, Geografia Natural, Física, Química, Higiene e Silvicultura (ASSUMPÇÃO, 1999, p. 31).

A partir de 1920 surgiram outras emissoras com o mesmo perfil e objetivo: elevar o nível cultural e educacional da população. Dentre elas, podemos citar as rádios Club do Brasil, Educadora e Mayrink Veiga, no Rio de Janeiro, e a Rádio Educadora Paulista, em São Paulo, que funcionaram por cerca de uma década.

O primeiro programa dedicado às crianças, da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, surge em setembro de 1926: o *Quarto de Hora Infantil*, veiculado diariamente, nos 15 minutos que antecediam a badalada das seis da tarde. O programa era apresentado inicialmente pelo professor João Köpke – o vovô –, e a professora Heloísa Alberto Torres – a tia Joana. Em 1930 ele passa a ser apresentado por Beatriz Roquette-Pinto, filha de Roquette-Pinto.

Durante o programa,

ela contava histórias, transmitia às crianças noções que iam da Física à História do Brasil e dirigia um coro orfeônico, inspiração de Villa-Lobos que nos anos 30 fazia dessa prática outro grande remédio para os males nacionais, crença compartilhada por Roquette-Pinto, que exaltava os elementos de ordem, harmonia e unidade que resultavam dessa prática. (SCHVARZMAN, 2004, p. 105).

Nos primeiros anos, o alcance do rádio era pequeno, pois o preço dos aparelhos receptores era alto, tornando-os inacessíveis para grande parte da população. Sendo assim, o público de suas transmissões era formado pela elite. Já no início da década de 1930, a situação havia mudado e o rádio se tornara um veículo mais popular.

A radiodifusão brasileira foi instituída oficialmente na primeira metade do século XX. Esta ação se deu em 27 de maio de 1931, quando Getúlio Vargas, então chefe do Governo Provisório, assinou o Decreto 20.047, criando assim, os serviços de radiocomunicação no território nacional.

O Decreto 20.047 foi o primeiro documento legal para regulamentar o serviço de radiodifusão. O documento tem 41 artigos, nos quais estão descritas a natureza do serviço e a que se destina; as normas de sua utilização e as punições para os infratores. (CHAGAS, 2012, p.11).

Em março de 1932, através do Decreto Lei nº 21.111, o governo regulamentou e liberou a irradiação da *propaganda comercial* pelo rádio, reiterando que considerava a radiodifusão como um setor de interesse nacional com finalidades educacionais (CALABRE, s.d., p.3).

As exigências técnicas da nova legislação de 1932 e o crescente sucesso das rádios comerciais colocaram em xeque a filosofia educativa da Rádio Sociedade. Anos depois, para não a transformar em um veículo comercial, Roquette-Pinto decidiu doá-la ao Ministério de Educação e Cultura, dando origem a atual Rádio MEC. Cabe ressaltar que assim como o rádio, a radiodifusão educativa surgiu no país como um investimento privado, sem fins lucrativos. Apenas em 1936, o Estado passou a explorar diretamente os serviços de radiodifusão, por meio das primeiras rádios estatais. (LOPES, 2011, p. 11).

Roquette-Pinto foi um dos principais entusiastas do uso do rádio para educar e divulgar ciência e cultura, por sua capacidade de alcançar mesmo aqueles mais distantes e pobres. Segundo o precursor da radiodifusão brasileira:

O rádio é o jornal de quem não sabe ler; é o mestre de quem não pode ir à escola; é o divertimento gratuito do pobre; é o animador de novas esperanças; o consolador do enfermo; o guia dos sãos, desde que o realizem com espírito altruísta e elevado. (FERRARETTO, 2001, p. 97).

A Rádio Nacional do Rio de Janeiro

Presente na memória afetiva da população, a Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, foi criada em 12 de setembro de 1936 sob os acordes de *Luar do Sertão*, de Catulo da Paixão Cearense e João Pernambucano, em solo de vibrafone de Luciano Perrone. Após alguns segundos de expectativa, o locutor Celso Guimarães, com sua voz grave e marcante, anunciou: “Alô! Alô, Brasil. Aqui fala a Rádio Nacional, do Rio de Janeiro”.

A Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, que durante mais de vinte anos reuniu os maiores nomes da radiofonia brasileira, foi líder absoluta de audiência nas décadas de 1940 e 1950. O período iniciado na década de 1940 é considerado a *Época de Ouro* do rádio brasileiro, pois ficou caracterizado pelo grande senso de profissionalismo e por uma programação variada. Antes desse momento, o rádio vivia de grandes experimentações, realizadas por visionários, que buscavam, além de lucro, obviamente, consolidar o veículo como um meio de comunicação ideal.

Inicialmente, uma empresa privada pertencente às Organizações Victor Costa, a Rádio Nacional foi estatizada pelo Estado Novo de Getúlio Vargas em 8 de março de 1940 que a transformou na rádio oficial do governo brasileiro. Diferentemente do tratamento dispensado a outras emissoras estatais, a Rádio Nacional continuou a ser administrada como uma empresa privada, sendo sustentada financeiramente pelos recursos oriundos da venda de publicidade. (CALABRE, s. d., p. 4).

O Estado Novo, interessado no poder e na penetração do rádio como instrumento de propaganda, permitiu que os lucros auferidos com publicidade fossem aplicados na melhoria da estrutura da rádio o que permitiu que a Rádio Nacional mantivesse o melhor elenco de

músicos, cantores e radioatores da época, além da constante atualização e melhoria de suas instalações e equipamentos.

Nessa época, começam também as disputas pela audiência, com as emissoras concorrendo entre si para garantir o faturamento. Cada uma delas procurava mostrar maior popularidade, fator importante para que os anunciantes se decidissem pelo investimento de suas verbas (ORTRIWANO apud NEUBERGER, 2012, p. 66).

Foi nesse momento que o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística, o IBOPE, surgiu acirrando ainda mais a concorrência. Nos seus quatro primeiros anos de existência, a Rádio Nacional cresceu e tornou-se uma campeã de audiência e captadora de altos investimentos publicitários:

A consolidação da Rádio Nacional impulsionou a criação de programas mais ambiciosos [...]. Foi o caso de *Um Milhão de Melodias*, estreado em 6 de janeiro de 1943 e transmitido às quartas-feiras, 21h35. O programa patrocinado pela Coca-Cola era a principal peça promocional para o lançamento do refrigerante no Brasil. (SAROLDI e MOREIRA, 2005, p. 60-61).

“Em 1944, segundo o Ibope, a Nacional detinha cerca de 70% da audiência contra apenas 10% da segunda colocada, a Rádio Tupi” (AGUIAR, 2007, p.14). Tais dados comprovam a importância histórica da Rádio que foi durante muito tempo o canal exclusivo de informação e formação cultural do povo brasileiro, tornando-se parte integrante da história da formação social brasileira. Como bem afirmou Aguiar, tendo desempenhado um papel excepcionalmente importante e singular, sobretudo no campo da cultura.

O surgimento da Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, foi decisivo na consolidação do modelo que a linguagem radiofônica iria seguir no Brasil (PRADO, 2012, p. 42). E, posteriormente, mesmo modelo foi levado para a televisão.

A PRE-8² criou praticamente tudo o que vimos e vemos na TV. As novelas globais, por exemplo, são viáveis e têm tamanha audiência porque, no alvorecer da década de 1940, homens talentosos e corajosos resolveram pôr no ar a novela *Em busca da felicidade*, do cubano Leandro Blanco, plantando um hábito e uma cultura que desde então só fizeram aumentar. (AGUIAR, 2007, p.14).

A Rádio Nacional criava mitos, ditava modas e moldava comportamentos. Os profissionais da época tinham pleno domínio da linguagem do rádio e possuíam, também, plena consciência do poder que exerciam sobre seus ouvintes. A linguagem radiofônica das novelas revelava uma nítida preocupação com a moral e os bons costumes. Floriano Faissal, um dos mais famosos radioatores das décadas de 1940 e 1950, chegou a afirmar na época que:



2. A Rádio Nacional do Rio de Janeiro era conhecida como PRE-8, seu antigo prefixo na frequência AM.

As novelas da Rádio Nacional, por exemplo, se caracterizam sempre pela boa qualidade. Não admitimos a irradiação de textos negativos, destrutivos e em consequência indignos. Há assim muita vigilância em torno das novelas programadas. Quer um pequeno detalhe? Ei-lo: Não se permite na Rádio Nacional que o vocábulo “amante” apareça no texto de uma novela. (SAROLDI; MOREIRA, 2005, p 112-113).

Sérgio Vasconcellos, ex-diretor da Rádio Nacional, acrescentou ainda que:

Na Rádio Nacional procuramos educar o público também através das novelas, inculcando no ouvinte bons sentimentos, maneiras corretas de agir em sociedade. Quero apenas demonstrar que é assim que a Rádio Nacional educa, levando o ouvinte a repelir o mal e aplaudir o bem. (SAROLDI; MOREIRA, 2005, p.113).

A publicidade destinada às crianças

Os meios de comunicação constituem uma das mais importantes instâncias de socialização de crianças e adolescentes. O rádio e a televisão apareceram na primeira metade do século XX, e desde o seu surgimento, já exerciam grande influência nos ouvintes e telespectadores brasileiros. Devido à escassez de produções destinadas ao público infanto-juvenil, tanto as crianças como os jovens ficavam expostos aos programas de adultos.

O termo propaganda é definido na legislação brasileira como qualquer forma remunerada de difusão de ideias, mercadorias ou serviços, por parte de um anunciante identificado (BRASIL, 1965)⁴. Já a palavra publicidade tem, do ponto de vista legal, um significado muito mais amplo, ligado primordialmente à noção de visibilidade, ao que é público, ou seja, ao caráter do que é feito em público.

No Brasil, a publicidade comercial é limitada ao tempo máximo de 25% do total de tempo destinado à programação de emissoras de rádio e televisão (BRASIL, 1962)⁴.

Resultado: uma criança brasileira pode chegar a assistir, em média, a 395 minutos de comerciais por semana. Acrescente-se a exposição de crianças e adolescentes à publicidade no rádio, em veículos impressos, em outdoors e na internet, e temos um quadro no qual esse grupo está saturado de propaganda. (LOPES, 2010, p. 7).

E, quando se trata de publicidade direcionada ao público infantil, não faltam iniciativas inovadoras. As crianças e os jovens, desde muito cedo, são bombardeados por mensagens publicitárias, mas o grande problema é que eles são sujeitos sociais ainda em formação e, portanto, com princípios éticos bastante maleáveis (LOPES, 2010, p.8). Além disso, são mais



3. Art. 5º da Lei nº 4.680, de 18 de junho de 1965.

4. Art. 124 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962

sensíveis que os adultos e tomam o conteúdo das mídias como uma verdade incontestável. No Brasil, o mercado infantil é um dos mais importantes na comercialização de produtos; por essa razão, o discurso publicitário empenha-se a fim de sensibilizar e/ou influenciar o público de até 14 anos (MARCONDES FILHO, 1998, p. 135).

Em virtude dos excessos dos publicitários, foi aprovada em abril de 2014 de forma unânime uma resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), ligado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que aponta o tipo de publicidade considerada abusiva para esse público. Segundo o texto é abusiva toda forma de direcionamento de publicidade e comunicação mercadológica à criança com a intenção de persuadi-la para o consumo de qualquer produto ou serviço. Exemplo disso são o uso de linguagem infantil, efeitos especiais e excesso de cores, trilhas sonoras de músicas infantis ou cantadas por vozes de criança, ou a participação de celebridades ou personagens com apelo ao público infantil.

A medida se refere à publicidade em impressos, comerciais televisivos, *spots* de rádio, *banners* e *sites*, embalagens, promoções, *merchandisings*, ações em shows e apresentações e nos pontos de venda. A partir da publicação da resolução, as propagandas voltadas às crianças e adolescentes não poderão induzir, mesmo implicitamente, sentimento de inferioridade, caso determinado produto ou serviço não seja adquirido.

Nos Estados Unidos, as agências de propaganda fizeram do rádio um grande aliado para o qual foram destinados os maiores percentuais das verbas publicitárias. As primeiras agências de publicidade norte-americanas, a Thompson e a McCann-Erickson, começaram a chegar no Brasil no início da década de 1930 e, já na década de 1940 as multinacionais tornaram-se as grandes anunciantes do rádio, passando a usá-lo como meio sistemático da venda de produtos.

De acordo com Haussen (1988, p. 36), durante o período dos anos 1930 aos 1960, época em que havia uma programação significativa para crianças no rádio, a produção para esta faixa etária estava vinculada à economia. A autora cita Milanesi, o qual afirma que “independente de uma programação mais educativa ou menos educativa, mais ‘cultural’ ou menos ‘cultural’, o rádio, enquanto a televisão não existia ou estava restrita a pequenos núcleos, foi antes de tudo, o veículo principal de venda, ou seja, um estimulador da ampliação do mercado interno” (MILANESI apud HAUSSEN 1988).

Como exemplo, podemos citar os programas radiofônicos *Clube Juvenil Toddy* que fazia referência à marca de chocolate em pó *Toddy*⁴, enquanto o programa *Escolinha Mirim* fazia referência à marca de brinquedos *Mirim*⁵, muito famosa no Brasil. O nome da empresa estava sempre associado ao programa, ou ainda, fazia parte do título do programa.



4. Toddy é uma marca de achocolatado em pó, criada em 1933 pelo portoriquenho Pedro Santiago.

5. Mirim foi uma marca de brinquedos muito famosa no Brasil na década de 50.

Os programas infantis da Rádio Nacional do Rio de Janeiro

O período compreendido entre os anos 1940 e 1950 foi considerado como a “Era de Ouro do Rádio”. Naquela época, o rádio brasileiro possuía uma programação variada, com *talk-shows*, programas de comédia, jornalismo, esporte, radionovelas e até mesmo programas infantis.

Em 1942, a Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, foi a primeira estação de ondas curtas do país, ou seja, a partir dessa data, ela passou a transmitir seus programas para todo o território nacional. Cabe destacar também que desde a sua criação houve uma preocupação em produzir programas diversificados, sendo assim, três dias após sua inauguração foi lançado o *Programa dos garotos*, com apresentação de Ismênia dos Santos. Ele ficou conhecido como o primeiro programa da Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, destinado ao público infantil.

Com patrocínio publicitário da marca *Toddy*, na década de 1950 surgiu o *Clube Juvenil Toddy*, destinado aos estudantes secundários. O programa foi veiculado de 1950 a 1957, inicialmente pela Rádio Mayrink Veiga e a partir de 1951, pela Rádio Nacional, do Rio de Janeiro. Era um programa de auditório apresentado ao vivo das 16h30min, às 17h, veiculado todas as quintas-feiras, com exceção da última quinta-feira do mês.

O programa era dirigido pela professora Maria de Lourdes Alves e tinha como um dos redatores José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, mais conhecido como Boni, e que mais tarde se consagrou como o maior executivo da história da televisão brasileira⁶.

O *Clube Juvenil Toddy* tinha como proposta, acima de tudo, ser o elemento retificador das qualidades dos estudantes, “os quais, assim, podem e encontram um instrumento para se congregar, se divertirem e revelarem os seus sentimentos, gostos e tendências” (A NOITE, 2 ago. 1951, p.4). Apesar do programa ter feito muito sucesso entre os anos 1950, não foi possível encontrar nenhum áudio no acervo da Rádio Nacional. No entanto, o que se sabe é que:

(...) vários jovens se apresentavam no programa, de acordo com seus dons. Uns cantavam, outros tocavam instrumentos, faziam poesias, escreviam pequenas peças de radioteatro ou apresentavam notícias que vinham dos colégios de todo o Brasil. Era o Radiorrepórter Juvenil⁷.

Outro programa que fez parte da memória afetiva das crianças foi o *Histórias do Tio Janjão*, apresentado por Álvaro Aguiar e escrito por Oranice Franco. Assim como o *Clube Juvenil Toddy*, os áudios do programa *Histórias do Tio Janjão* não foram preservados, não



6. Boni esteve à frente da TV Globo que é considerada a 2ª maior emissora de TV do mundo.

7. Relato do professor aposentado Roberto Salvador que lecionou rádio e televisão em diversas faculdades de comunicação do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://aeradoradioteatro.blogspot.com.br/2015/05/o-narrador-esportivo-jose-carlos.html>>

sendo possível encontrá-los no acervo da Rádio Nacional, do Rio. No entanto, em 1955, foi lançado pela *Long Play Radio*, um disco de vinil, de dez minutos, que reunia as seguintes histórias: *Os brinquedos esquecidos*, *O porquinho flautista*, *O ratinho poeta* e *O macaco que foi rei por um dia*. O programa é descrito na contra-capta do LP da seguinte forma:

Este famoso programa do rádio brasileiro, um dos poucos aconselhados pela Liga Católica de Moralidade, foi apresentado na Rádio Nacional, primeiramente, às quartas-feiras, com o tempo de apenas 15 minutos no horário da manhã. [...]. Feito dentro dos mais rígidos princípios pedagógicos, o programa *Histórias do Tio Janjão* se tornou, em breve, o líder do seu horário e, mais do que isso, um sadio orientador de nossa infância e juventude que têm no Tio Janjão, não um mestre carrancudo, mas um admirável amigo. Com quase três dezenas de programas originais, *Histórias do Tio Janjão* teve, recentemente, a unânime consagração das maiores expressões da inteligência brasileira não só de escritores e jornalistas, mas de mestres e professoras especializadas em educação infantil, que recomendaram o programa como precioso auxiliar na educação e formação do caráter das crianças brasileiras.

No livro *Almanaque da Rádio Nacional* (AGUIAR 2007, p. 158-159), há um relato de um antigo ouvinte da Rádio Nacional, Sr. Wilson Pizza Júnior, que ressalta os estímulos do rádio em relação à imaginação e recorda com saudosismo do programa *Histórias do Tio Janjão: Do tempo em que os bichos falavam*:

Os primeiros sons da infância vêm de dentro de casa: voz da mãe e da irmã, do pai e de uma caixa que passava o dia todo falando. [...] O que não víamos, imaginávamos e isso fazia toda a diferença. *Histórias do Tio Janjão* mostrava bichos e gente em finais sempre felizes. Criança encolhida, esperava sempre atenta o relato muito anunciado do Cabritinho Medroso, na expectativa de que a receita de perder o medo também coubesse em mim.

Metodologia da pesquisa

Para delimitar o objeto de estudo, foram considerados os seguintes aspectos: seleção, temática, gênero do programa e tempo da emissão. Quanto à seleção dos programas, cabe ressaltar que eles foram escolhidos a partir da listagem disponibilizada pelo acervo da Rádio Nacional.

Sendo assim, num primeiro momento foi possível constatar que os programas infantis conservados no acervo da rádio correspondiam ao período conhecido como Era de Ouro. Outro aspecto que convém destacar é o objetivo da análise dos programas infantis. Trataremos da relação entre o rádio e as crianças e procuraremos enumerar o tipo de conteúdo que era veiculado nos programas infantis, a fim de identificar os valores e habilidades apresentados e estimulados nos programas radiofônicos.

No que diz respeito à estrutura, levaremos em consideração os seguintes aspectos: as características do programa, a divisão em capítulos, a participação de celebridades e o incentivo da participação dos ouvintes.

O ritmo do programa é uma variável importante porque um programa com um ritmo lento pode levar a criança a perder o interesse, da mesma maneira que um programa com um ritmo muito rápido pode impossibilitar a sua compreensão (ORTIZ; MARCHAMALO apud SILVA, 2010).

Como há pouca referência no que diz respeito às pesquisas em produção radiofônica para crianças, nós nos apoiaremos, portanto, para essa análise nos tipos de programas televisivos adaptados por Silva. Sendo assim, vamos destacar seis gêneros: entretenimento, histórias, musical, informativo, radioteatro/radionovela e programa de auditório.

a) **Entretenimento:** compreende os concursos, os números musicais, relatos de atividades desenvolvidas ao ar livre, curiosidades relacionadas com geografia, música, culinária, etc.

b) **Histórias:** momentos de conto ou possibilidade de recontar histórias.

c) **Musical:** transmite e contextualiza as músicas.

d) **Informativo:** espaço onde o mundo dos adultos é explicado por meio de uma linguagem simplificada.

e) **Radioteatro/radionovela:** transmissão de uma peça de teatro infantil.

f) **Auditório:** programa ao vivo no auditório e que suscita a participação do público.

Mesmo se tratando de uma análise qualitativa, optamos por mencionar o nome dos episódios, quando há, e a quantidade de emissões de cada programa analisado. Como são escassas as pesquisas que tratam da qualidade de emissões radiofônicas, utilizaremos como referência autores que abordam a qualidade na TV. O conceito de qualidade é polêmico e controverso por não existir uma definição clara e objetiva sobre o tema. Baseando-se no livro *The question of quality* publicado na Inglaterra, Borges (2004) destaca três linhas possíveis de caracterização da qualidade da programação televisiva.

A primeira delas refere-se à produção dos programas qualitativos relacionados com os altos custos de produção, ao uso de textos literários e teatrais, assim como de atores e atrizes renomados. A segunda linha diz respeito ao papel da audiência e associa o conceito de qualidade ao gosto estético de uma elite ou aos altos índices de audiência. E a terceira que, considerando dois momentos do processo de comunicação, a produção e a recepção, discute o papel social da televisão no mundo contemporâneo, seja ela pública ou comercial e a sua capacidade ritualística, ou seja, de criar um laço social entre diversas comunidades. (BORGES, 2004, p. 49).

Mephram (1990), no livro *The Question of Quality*, aborda o conceito de qualidade sob uma perspectiva diferente. Para ele, a televisão deve veicular propostas culturais, sociais,

incutidas de valores éticos, de forma a democratizar a sociedade. Para isto, defende que a qualidade está relacionada com a oferta de histórias úteis, ou seja, aquelas que estimulam o autoconhecimento e as relações sociais, ainda que inconscientemente. Programas que atendem a esses requisitos e se baseiam na ética da verdade seriam considerados programas de qualidade.

Sendo assim, tomamos como base para a análise qualitativa o teórico Mephram que, segundo Borges (2004), discorda da visão de que qualidade esteja atrelada a índices de audiência e a popularidade dos programas, pois esse aspecto reflete apenas interesses comerciais.

Análise dos programas infantis

a. Aladim e a Lâmpada Maravilhosa⁸

De acordo com a listagem fornecida pelo acervo da Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, o primeiro episódio da série *No Reino da Música*⁹ estreou no dia 4 de abril de 1948. Criado por Sônia Regina, o programa foi veiculado aos domingos, às 9h30min, com o patrocínio da marca *Toddy*.

A história é narrada por uma voz feminina. Apesar dos ruídos da gravação, é possível perceber a riqueza musical que compõe o programa. No primeiro episódio, por exemplo, a narradora utilizava a seguinte expressão: “eu vou friccionar as cordas do violino e nós continuaremos nossa viagem”, e, logo em seguida, era possível ouvir o movimento do arco sobre o violino, de maneira muito harmoniosa, a fim de transportar os ouvintes ao Palácio da Música.

Cada episódio era dividido em duas partes, com duração de aproximadamente quinze minutos cada, totalizando, portanto, trinta minutos.

Como se tratava de uma radionovela para crianças, além da narração em terceira pessoa, havia diálogos entre as personagens. Aladim era representado por uma voz infantil e, no decorrer dos episódios, ele atravessa diferentes países, a música de fundo sempre tem a ver com o país visitado.

Os seis episódios da série *No Reino da Música* propunham o ensino da música. No primeiro episódio, a personagem principal demonstrava curiosidade pelo universo musical.



8. Foram localizados doze programas, com as seguintes datas 04/04/1948, 11/04/1948, 18/04/1948, 01/05/1948, 09/05/1948, 16/05/1948, 23/05/1948, 30/05/1948, 06/06/1948, 13/06/1948, 19/06/1948 e 27/06/1948. No entanto, os programas dos dias 11/04/1948 et 27/06/1948 estão incompletos. Os dias 01/05/1948 e 19/06/1948 correspondem a um sábado. Provavelmente, há um erro na catalogação dos arquivos.

9. O episódio pode ser encontrado no acervo da Rádio Nacional do Rio de Janeiro sob a seguinte referência: CD-0013 / Faixas 1 e 4.

Nos episódios seguintes, a personagem feminina *Mitsu* conduzia Aladim por diferentes países para conhecer a história da música, dentre eles: Lituânia, Espanha e Estados Unidos.

Além de reunir informações musicais sobre o país visitado, o programa abordava vários aspectos históricos e geográficos, pois ele tratava de questões relacionadas ao clima, à topografia, à hidrografia e à vegetação.

Quanto aos valores, nós podemos mencionar a responsabilidade da personagem Aladim que, ainda muito jovem, precisava trabalhar para ajudar sua família, devido à morte de seu pai. A amizade também está presente, pois Aladim estabelecia relação amistosa com outras personagens que surgiam nas inúmeras histórias do Palácio da Música. A cooperação e a partilha estavam igualmente presentes no programa.

De um modo geral, o programa possuía um ritmo normal, mas alguns episódios apresentam um ritmo lento. Tratava-se de uma radionovela infantil que reunia várias histórias e possuía um caráter informativo.

Os personagens fixos do programa eram a narradora, Aladim e *Mitsu*. No entanto, havia outras personagens nos demais episódios como o Rouxinol, a Rosa, a cigana Rita, Lino, o Mágico, Dom Rodrigo, dentre outros. A personagem *Mitsu* conduzia Aladim no Reino da Música e suas explicações se pareciam com as de uma professora.

Apesar do caráter educativo, *Aladim e a Lâmpada Maravilhosa* não deveria ser caracterizado como um programa infantil, pois a linguagem não era muito acessível a esse público-alvo devido ao uso de palavras e expressões que certamente eram desconhecidas das crianças.

No geral, o programa cumpria perfeitamente o papel educativo conduzindo os ouvintes a diferentes países. A Lituânia, por exemplo, foi caracterizada como um país triste, escravizado por outros povos. Segundo *Mitsu*, o país era parada obrigatória na lista de música pois suas lendas deram origem a duas belas composições de Frédéric Chopin.

Em um dos episódios, a personagem Rouxinol contava a história que deu origem ao *Capriccio Espagnol*, de Rimski-Korsacov – uma obra musical orquestral baseada em melodias espanholas.

O programa divertia e informava, a trilha sonora era perfeita, pois através dela podemos ter a impressão de que a história estava realmente acontecendo em algum lugar do mundo.

b. Escolinha Mirim

Foram encontradas, na listagem do acervo da Rádio Nacional do Rio de Janeiro, somente duas referências do programa¹⁰. Tratavam-se de dois áudios dos anos 1950. Num



10. O programa pode ser encontrado no acervo da Rádio Nacional do Rio de Janeiro sob a seguinte referência: CD-583 / Faixas 1 e 2.

deles podemos constatar que o programa era veiculado às segundas e durava cerca de 10 minutos. Mas nem a data, nem a hora foram identificadas. No outro áudio, havia apenas um minuto de publicidade.

Com o patrocínio dos *Discos Mirins*, o programa apresentava música de abertura e encerramento. O ambiente era escolar, pois a proposta do programa era se tornar uma escola de rádio para crianças.

No único áudio encontrado, logo no início do programa o diálogo entre crianças¹¹ era interrompido pela voz da narradora que anunciava a venda dos discos mirins. Uma das crianças canta *Atirei o pau no gato* e era possível ouvir a voz de dois professores: uma voz masculina e a outra feminina.

Em seguida, o professor convidava os ouvintes a enviar cartas com nome, endereço e data de nascimento a fim de se tornarem alunos da Escola Mirim. A professora enumerava as vantagens de se tornar um aluno: “além de você ganhar a oportunidade de aprender a ser um profissional de rádio, tem ainda em todas as aulas o direito a receber uma infinidade de brinquedos mirins”.

Após a publicidade, a aula começava com a interação das personagens que interpretavam crianças com os mais célebres profissionais do rádio.

Com o programa era possível ensinar os mecanismos de produção das novelas de rádio às crianças. No único episódio encontrado, um aluno, após ser interrogado sobre o que ele desejaria aprender na *Escolinha Mirim*, respondia que gostaria de saber como são realizados os ruídos do radioteatro. O professor pergunta se ele desejava trabalhar na área e lhe explicava que vários profissionais do radioteatro da época tinham sido anteriormente contrarregra, como Roberto Faissal¹², que em seguida, aparecia no episódio para responder as perguntas do aluno.

Pessoas famosas participavam do programa *Escolinha Mirim*, como Faissal e a cantora Dircinha Batista¹³ que atuou igualmente em um episódio para dar aulas e conselhos de canto à aluna Consuelo Tavares.

Quanto aos valores presentes no programa, podemos citar a responsabilidade da personagem Consuelo que desejava aperfeiçoar seus estudos de canto e a autoconfiança que ela desenvolve após as aulas com a cantora Dircinha Batista.

O programa tinha um ritmo normal sendo facilmente assimilado pelas crianças. Tratava-se de um programa que divertia e informava às crianças sobre o mundo mágico do rádio.



11. O inesquecível palhaço Carequinha participa do episódio fazendo diversas brincadeiras. O intérprete do palhaço, George Savalla Gomes, falecido em 05 de abril de 2006, estreou como cantor na Rádio Mayrink Veiga, no Rio de Janeiro, em 1938. No início dos anos 50 passou a trabalhar na TV Tupi, transformando-se no primeiro palhaço da televisão brasileira.

12. Roberto Faissal foi ator, apresentador e radialista brasileiro. Sua vida se confunde com a história da Rádio Nacional.

13. Dircinha Batista foi uma cantora muito famosa no Brasil de 1940 a 1950.

Dois professores, crianças e pessoas famosas participavam do programa. *Escolinha Mirim* incentivava a participação dos ouvintes por meio de cartas e utiliza uma linguagem simples e facilmente assimilável pelas crianças.

A proposta educativa do programa era muito boa, porque foi concebido para tornar-se uma escola de rádio para crianças, revelando assim, os mecanismos do rádio ao público infantil. O fato de permitir a interação das crianças (vozes infantis) com celebridades era um ponto positivo, pois aproxima os jovens ouvintes dos seus ídolos, as crianças se viam representadas no discurso de personagens curiosas e desejosas de aprender como funcionava o rádio.

c. Histórias do Vovô Camarada

Foram encontrados trinta e três programas completos na listagem fornecida pelo acervo da Rádio Nacional, do Rio. O programa *Histórias do Vovô Camarada* foi veiculado entre 13/05/1950 e 14/04/1951. Três programas encontrados não possuíam data de veiculação.

O programa era apresentado por Barbosa Jr. que vivia as aventuras mais fantásticas do mundo, graças aos roteiros de Mário Faccini. Com cerca de quinze minutos de duração, era veiculado três vezes por semana, às terças, quintas e aos sábados, às 19h.

Com o patrocínio de *Casa Príncipe*¹⁴ que tinha por slogan “*que veste hoje o homem de amanhã*”, o programa tinha uma música de abertura e encerramento. Tratava-se de conversas informais entre Barbosa – o vovô, e seu neto Betinho; as conversas surgiam das histórias dramatizadas com outros personagens. Barbosa participava de todas as histórias, pois ele contava seu passado de aventuras, enquanto seu neto interagía fazendo perguntas.

Observa-se no programa do dia 13/05/1950¹⁵, que Betinho se recordava de uma das histórias de seu avô na Inglaterra, onde certa vez passou um aerólito. A partir da palavra desconhecida, o vovô explicava o fenômeno como um *expert* no assunto. Vale ressaltar que em diferentes episódios, Barbosa – o vovô camarada – chamava atenção de seu neto sobre o bom uso da Língua Portuguesa. Quanto aos valores transmitidos, podemos mencionar a amizade entre Barbosa e seu neto Betinho. Os dois compartilhavam histórias, e a relação deles é baseada no respeito mútuo.

De um modo geral, o programa possuía um ritmo normal. Tratava-se de uma radionovela para crianças de caráter informativo. A equipe do programa era formada por Betinho e seu avô Barbosa. No entanto, à medida que as histórias eram contadas por Barbosa, novas personagens surgiam.

De caráter educativo, o programa tinha linguagem apropriada ao público jovem.



14. Casa Príncipe era uma loja de roupas infantis localizada no Rio de Janeiro

15. O programa pode ser encontrado no acervo da Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, sob a seguinte referência: CD- 750 / Faixa 1

No tempo em que a televisão dava seus primeiros passos, *Histórias do Vovô Camarada* certamente garantia momentos de muita diversão a toda a família.

As histórias eram as mais diversas, indo da ficção (invasão marciana), até o conto sobre a importância da vacinação contra a varíola, por exemplo. Os radioatores possuíam uma excelente dicção e entonação, o que contribuía para a qualidade do programa, bem como a atuação do contrarregista.

d. O Tapete Mágico da Tia Lúcia

De acordo com a listagem disponibilizada pelo acervo da Rádio Nacional, do Rio, há cerca de 124 programas completos veiculados entre junho de 1950 e janeiro de 1955, 17 programas sem data e 11 incompletos. É preciso considerar que a listagem apresentada possui alguns equívocos: não está em ordem cronológica e alguns programas foram catalogados duas vezes.

Tia Lúcia era um nome muito comum e apreciado pelas crianças no Rio de Janeiro. Nos anos 1930, Ilka Labarthe foi convidada por Roquette-Pinto para encarnar uma das tias Lúcia no auge da PRD-5¹⁷. Foi nessa época que ela criou o quadro *O Tapete Mágico da Tia Lúcia* e, posteriormente, tornou-se um programa veiculado entre 1935 e 1940 na Rádio Mayrink Veiga, e após 1940, na Rádio Nacional, do Rio.

Tapete Mágico da Tia Lúcia era apresentado por Ilka Labarthe, que, por meio de suas histórias, fazia com que crianças e jovens viajassem pelo Brasil e por outros países, aprendendo sobre a diversidade do nosso país e sobre outras culturas. O programa apresentava música de abertura e encerramento. Diferentemente de outros programas infantis da época, o *Tapete Mágico da Tia Lúcia* não veiculava publicidade.

No início de cada programa, Tia Lúcia convidava seus sobrinhos a se sentarem no tapete mágico para começar a viagem. No programa veiculado no dia 25 de junho de 1950¹⁸, por exemplo, ao fazer observações sobre o trabalho das crianças, Tia Lúcia informava sobre conteúdos diversos sempre repleta de detalhes: “do rio Itabapoana ao Rio Doce, o Espírito Santo tem de costa 430 km”. Depois ela mencionava: “a capital de Pernambuco é Recife, é que alguns escritores chamam de “Veneza Brasileira”. Ela descrevia ainda as semelhanças entre Portugal e o Brasil: “a parte de Portugal onde você encontra construções semelhantes às brasileiras, é a do norte, principalmente a região do Minho e do Douro”.

De modo geral, o programa apresentava noções de geografia e de história. Entre os valores transmitidos estavam a responsabilidade, a confiança, a amizade e a cooperação



17. Conhecida como Rádio-Escola Municipal, a emissora recebeu de Roquette-Pinto o lema “*Ensinar para educar, ensinar para servir à pátria*”.

18. O programa pode ser encontrado no acervo da Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, sob a seguinte referência: CD- 1531 / Faixa 3.

entre Tia Lúcia e seus sobrinhos. A criatividade também estava presente nos episódios, a personagem Tia Lúcia incentivava a participação dos jovens ouvintes por meio de cartas e, os convidava a responder perguntas sobre o assunto abordado durante o programa. Eles compartilhavam histórias e sua relação eram baseadas no respeito mútuo.

Com ritmo tranquilo e linguagem de fácil assimilação pelas crianças, o programa era ao mesmo tempo lúdico e educativo. A diferença do *Tapete Mágico da Tia Lúcia* em relação a outros na época era trazer para o rádio o ambiente escolar.

Conclusão

No Brasil, a cultura da preservação da memória ainda é muito incipiente. A Rádio Nacional que se tornou um marco na radiodifusão brasileira só teve seu acervo totalmente digitalizado em junho de 2008 e, recentemente, estão sendo realizadas mobilizações de incentivo para que os produtores preservem o conteúdo de suas produções. Ainda assim, conforme relatos durante a pesquisa, há resistência por parte deles. A falta de tempo é um argumento muito utilizado por profissionais que ainda não conseguem reconhecer o valor da memória em si.

As lacunas mencionadas nessa pesquisa corroboram tal afirmação. Muitos programas e documentos foram perdidos devido à falta de conservação adequada e o pouco interesse pela gestão de documentos arquivísticos a fim de preservar o acervo da emissora; mas o que ficou dá-nos a dimensão da grandiosidade das produções da Rádio Nacional do Rio de Janeiro.

Após a análise, verificou-se que a maioria dos programas infantis da época possuía patrocinadores, exceto o *Tapete Mágico da Tia Lúcia*. A publicidade estava tão presente nas emissões que muitas vezes se confundiam com os programas. Nas décadas de 1940 e 1950, não havia um controle rígido por parte das leis brasileiras que atualmente limitam o tempo de veiculação e o conteúdo das inserções comerciais nos programas infantis.

Embora o programa *Aladim e a Lâmpada Maravilhosa* tenha sido classificado como infantil, foi possível identificar o uso de uma linguagem muito rebuscada para esse público. Vale lembrar que as produções educativas da época tinham por obrigação empregar o vocabulário corretamente, evitando o uso de gírias e vícios de linguagem. Muitos radioeducadores, tais como a Ilka Labarthe e Genolino Amado, defendiam que o espaço do rádio poderia ser usado para ampliar o universo gramatical do ouvinte. Além do ensino da língua portuguesa, as emissões enriqueciam o conhecimento dos ouvintes com noções de geografia, história e até física.

A realização da presente pesquisa surpreendeu a pesquisadora pela qualidade dos programas infantis, na sua maioria cuidadosamente idealizados, escritos e produzidos. O nível do português era impecável, bem como a interpretação, a voz, a entonação dos radioatores e os elementos sonoros que eram produzidos pelos contrarregas. As músicas tocadas durante as emissões revelavam a magnitude dos compositores, músicos e maestros da época.

Convém salientar que os elementos sonoros eram um diferencial da Rádio Nacional do Rio, que na década de 1940, possuía em seu quadro de funcionários vinte maestros. Dentre eles, sete exerciam exclusivamente a função de regente, quatro exerciam exclusivamente a função de arranjador e nove acumulavam as duas funções. Infelizmente não foi possível saber detalhes sobre a produção musical para os programas analisados.

Todos os programas cumpriram seu papel educativo. Desenvolviam o senso moral graças aos valores presentes nas histórias que estimulavam a imaginação e a curiosidade dos ouvintes por meio de elementos sonoros, narrações e histórias dramatizadas.

Referências

AGUIAR, Ronaldo Conde. **Almanaque da Rádio Nacional**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

A NOITE, Caderno Sociedade. Notícias da Rádio Nacional. 2 ago. 1951, p.4. Disponível no acervo *on-line* da Fundação Biblioteca Nacional: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=348970_05&pagfis=8168&pesq=&esrc=s>

ASSUMPÇÃO, Zeneida. **Radioescola: uma proposta para o ensino de primeiro grau**. São Paulo: Annablume, 1999.

BRASIL. **Lei nº 4.680, de 18 de junho de 1965**. Dispõe sobre o exercício da profissão de Publicitário e de Agenciador de Propaganda. Casa Civil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.

BRASIL. **Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962**. Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.

BORGES, Gabriela. A discussão do conceito de qualidade. Revista Líbero, São Paulo, n. 13/14, p. 47-53, 2004.

CALABRE, Lia. **A participação do rádio no cotidiano da sociedade brasileira (1923-1960)**. Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, s.d. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/a-j/FCRB_LiaCalabre_Participacao_radio_cotidiano_sociedade_brasileira.pdf> Acesso em: 15 out. 2016

CHAGAS, Genira. **Rádiodifusão no Brasil. Poder, Política, Prestígio e Influência**. São Paulo: Atlas, 2012.

COSTA, Patrícia Coelho da. **Educadores do rádio: concepção, realização e recepção de programas educacionais radiofônicos (1935-1950)**. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio: o veículo, a história e a técnica**. 2. ed. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 2001.

HAUSSEN, Doris Fagundes. **Rádio e criança. Um estudo sobre a ausência de programação infantil nas emissoras de Porto Alegre**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Escola de

Comunicação e Artes. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1988.

LOPES, Cristiano Aguiar. **Legislação de proteção de crianças e adolescentes contra publicidade ofensiva: a situação do Brasil e o panorama internacional**. Brasília: Biblioteca Digital Câmara dos Deputados, 2010.

_____. **Regulação da radiodifusão educativa**. Brasília: Biblioteca Digital Câmara dos Deputados, 2011.

MEPHAM, John. The Ethics of quality television In MULGAN, Geoff. **The Question of quality**. London: BritishFilm Institute, 1990.

MOREIRA, Sônia Virgínia. **O rádio no Brasil**. Rio de Janeiro: Mil palavras, 2000.

NEUBERGER, Rachel Severo Alves. **O rádio na era da convergência das mídias**. Cruz das Almas: UFRB, 2012.

PEREIRA, Leandro Ribeiro. Rádio Nacional do Rio de Janeiro. **A música popular brasileira e seus arranjadores** (Década de 1930 a 1960). Dissertação (Mestrado em Música) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

PINHEIRO, Claudia. Org. **A Rádio Nacional: alguns momentos que contribuíram para o sucesso da Rádio Nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

PRADO, Magaly. **História do Rádio no Brasil**. São Paulo: Da Boa Prosa, 2012.

SAROLDI, Luiz Carlos; MOREIRA, Sonia Virgínia. **Rádio Nacional – O Brasil em Sintonia**. 3. ed. [ampliada e atualizada]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

SILVA, Ângela Daniela Jesus. **A programação infantil nas rádios portuguesas: dos primeiros ensaios ao desafio online**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2010.

SCHVARZMAN, Sheila. **Humberto Mauro e as imagens do Brasil**. São Paulo: EDUNESP, 2004.

O melodrama nas ondas do rádio: a radionovela na Rádio Nacional do Rio de Janeiro

Graziela Mello Vianna (UFMG)

Resumo

Análise da trajetória da ficção serializada radiofônica na Rádio Nacional, mais especificamente, a radionovela. Buscou entender a estrutura narrativa da radionovela a partir do folhetim e do melodrama. Para tanto foi traçado um breve panorama histórico do gênero na América Latina, a fim de contextualizar a produção de radionovelas no período de apogeu da emissora nas décadas de 1940 e 1950. Por fim, apresenta uma análise da narrativa desse tipo de programa e suas relações com a dinâmica social da época.

Palavras-chave

Melodrama; folhetim; radionovela; Rádio Nacional.

Preâmbulo

Do povoado do Æo, ou dos sítios perto, alguém precisava urgente de querer vir – segunda, quarta e sexta – por escutar a novela do rádio. Ouvia-a, aprendia-a, guardava na ideia e, retornado ao Æo, no dia seguinte, a repetia aos outros. Mais exato ainda era dizer a continuação ao Franquelim Meimeio, contador, que floreava e encorpava os capítulos, quanto se quisesse: adiante quase cada pessoa saía recontando, a divulga daquelas estórias do rádio se espriava, descia a outra aba da serra, ia à beira do rio, e, boca e boca, para o lado de lá do São Francisco se afundava, até em sertões (ROSA, 1960, grifo nosso).

A telenovela é um gênero televisivo que ainda hoje conquista grandes audiências no Brasil e em diversos países. Mas, a audiência mais jovem em geral não conhece os programas que deram origem a esse gênero: a radionovela, programa que fazia sucesso semelhante à telenovela hoje, era um dos mais populares na *Era de Ouro* do rádio no Brasil e nos demais países da América Latina. As pessoas se reuniam ao redor do rádio para ouvir os capítulos das diversas novelas que iam ao ar nas emissoras do Brasil. Ou, na falta do aparelho receptor, para ouvir alguém contar o desenrolar da história que ouvira na casa de alguém que tinha o aparelho, como Soropita o fazia no romance de Guimarães Rosa. Alguns autores como Calabre (2003), Saroldi e Moreira (1984) já traçaram panoramas históricos da radionovela. Não se pretende aqui repetir esses passos. Interessa contextualizar

a sua origem na América Latina, fazendo uso dos trabalhos acadêmicos em circulação no país, mas também de fontes ainda não utilizadas em pesquisas brasileiras. Além disso, propõe-se utilizar o modelo esquemático de narrativa do melodrama e os dispositivos do folhetim a fim de compreendermos a produção de radionovelas na Rádio Nacional do Rio de Janeiro nas décadas de 1940 e 1950.

Estrutura e origens da radionovela: o melodrama e o folhetim

O romance foi uma das minhas fraquezas precoces, alimentadas pelos dilacerantes filmes mexicanos dos anos 50 [...]. Os sorrisos e brincadeiras não chegam a ocultar totalmente, no narrador deste livro, um sentimentalismo propenso aos boleros, às paixões descaradas e às intrigas de folhetim. (VARGAS LLOSA, 1997, grifo nosso).

A origem da radionovela remonta às origens do melodrama no final do século XVIII na França e na Inglaterra. Espetáculo popular com origem nas ruas, desde aquele tempo se caracterizava pelos excessos nos gestos e pela expressão dos sentimentos, características essas criticadas pelo padrão burguês então vigente. O eixo central da estrutura narrativa do melodrama é esquemático, constituído por quatro sentimentos básicos – o medo, o entusiasmo, a dor e o riso – vivenciados por quatro personagens arquetípicos – o traidor, o justiceiro, a vítima e o bobo (MARTÍN-BARBERO, 1997). Apesar das críticas das classes dominantes, o melodrama se adequou ao surgimento de diversos dispositivos de comunicação e se mantém através dos séculos como um espetáculo popular.

As técnicas de impressão desenvolvidas no século XIX permitiram o surgimento do folhetim, consumido principalmente pelas classes populares, era considerado como um “romance não literário”, ou que não seguia a tradição literária tradicional europeia. Publicado inicialmente nos jornais, o folhetim misturava a ficção aos eventos da atualidade.

Ao analisar um folhetim francês desse período, Martín-Barbero (1997, p. 180) apresenta algumas chaves de leitura interessantes para perceber marcas da cultura popular nesse tipo de narrativa e nas radionovelas do século XX. São elas: os dispositivos de composição tipográfica, os dispositivos de fragmentação da leitura, os dispositivos de sedução e os dispositivos de reconhecimento.

Assim, primeiramente, o dispositivo número um seria a tipografia com letras grandes e espaços de respiro facilita a leitura para leitores menos experientes, mais próximos da cultura oral. Nas revistas em que os capítulos das radionovelas eram publicados, reconhecemos facilmente este dispositivo. Mas, pode-se ainda relacionar essa tentativa de uma composição tipográfica mais ‘leve’ para facilitar a leitura, com a opção dos roteiristas das radionovelas em utilizar uma linguagem das ruas, coloquial para facilitar a aproximação com não-leitores.

O segundo dispositivo é a fragmentação da leitura, que divide o episódio em leituras sucessivas, em uma periodicidade geralmente semanal, realizadas nos tempos de des-canso da classe assalariada. Nas décadas de 1940 e 1950, ainda que as radionovelas na Rádio Nacional tivessem uma periodicidade diferente, geralmente a cada dois dias, a escuta era igualmente fragmentada. Destaca-se, ainda, a publicação dos capítulos da semana por diversas revistas dedicadas ao rádio em circulação no Brasil em que a fragmentação da leitura também era uma estratégia.

O terceiro dispositivo seriam as estratégias de sedução criadas a partir da fragmentação em episódios - o que sugere um sentido de duração, a narrativa se prolonga e provoca uma leitura/escuta fragmentada ao longo do tempo e pelo efeito de suspense, uma narração de forma calculada para provocar ao final de cada episódio o desejo de ler/escutar o seguinte.

Os dispositivos de reconhecimento produzem a identificação do mundo narrado com o mundo do leitor popular, de onde, por vezes, submerge o submundo urbano: “Fazendo em pedaços a imagem do popular romântico-folclórico, o folhetim fala do popular urbano: sujo e violento, o que geograficamente se estende desde o subúrbio até a penitenciária, passando pelos hospícios e as casas de prostituição” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 186). E ainda, “junto aos mistérios do nascimento, da substituição dos filhos, das falsas identidades, o folhetim introduz a busca pelo sucesso social e os conflitos sentimentais (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 190).

Martín-Barbero (1997) traça um panorama da história do melodrama e do folhetim desde as suas origens europeias, passando pelo cinema americano. Para este artigo, utiliza-se a esquematização da matriz narrativa do melodrama que destacamos e os dispositivos do folhetim sugeridos pelo autor como norteadores de um exercício de análise de duas radionovelas veiculadas na Rádio Nacional do Rio de Janeiro no início da década de 1950 que apresentaremos adiante.

Os principais “exportadores” de roteiros: a radionovela em Cuba e na Argentina

A primeira emissora de rádio cubana foi inaugurada oficialmente em 4 de outubro de 1922, aproximadamente um mês após a primeira transmissão oficial de rádio no Brasil, com um discurso do presidente cubano em duas línguas: em espanhol e em inglês, uma vez que a programação inaugural foi retransmitida para Nova Iorque. E, assim como ocorreu no Brasil, o transmissor utilizado foi instalado por uma empresa norte-americana: a *Western Eletrics*. No final do ano seguinte (1923), 31 emissoras já estavam funcionando regularmente em



1. Encontramos o livro *La radio en Cuba*, de Oscar Luis López, em uma viagem para Cuba há alguns anos, mais precisamente em um sebo na cidade de Havana. Não tínhamos conhecimento então da relação do autor com o rádio e, mais especificamente com a radionovela. Na pesquisa realizada para o desenvolvimento deste artigo, fizemos a descoberta de que o autor atuou como diretor e ator de seriados e radionovelas em Cuba, com destaque para o seriado *Chan Li Po* e *Direito de Nascer*, ambos de Félix Caignet. A adaptação de *Direito de Nascer* para o rádio e, posteriormente, para a TV fez muito sucesso no Brasil.

território cubano. De acordo com Oscar Luis López (1998)¹, os pioneiros do rádio em Cuba acreditavam no novo meio como uma forma de divulgar acontecimentos locais, a música estrangeira e cubana, a poesia e o teatro.

López reproduz em seu texto um sketch dramático de autor desconhecido, datado de 1923. De acordo com o autor, este seria o mais antigo texto dramático feito para o rádio. Mas, ainda não tinha a estrutura seriada da radionovela. A primeira radionovela cubana - *En las costas de Bretaña* - estreou em 1930 pela Rádio CMK. López (1998) reproduz uma crítica publicada na época a respeito desta radionovela:

El argumento de *En las costas de Bretaña* no puede ser más interesante. Amor, sacrificio, dolor, alegría, celos, felicidad todos los sentimientos que son la vida, han sido llevados a una sencilla historia que se desarrolla en un pueblo de la costa, entre gente de mar. Admirablemente ideada y escrita y tan admirablemente interpretada por Antonia Herrero y Guillermo de Mancha, nos hizo sentir intensamente, hasta el punto de sacar las lágrimas a nuestros ojos, y, sin embargo, el final feliz, viene tan lógicamente, que no nos roba la perfecta ilusión de la realidad. (LÓPEZ, 1998, p. 98, grifo nosso).

Qualquer semelhança com as radionovelas veiculadas na Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, nas décadas seguintes não é mera coincidência: os roteiros das radionovelas cubanas foram exportados para diversos países da América Latina, dentre eles o Brasil. Várias delas foram adaptadas por autores e roteiristas brasileiros e veiculadas na Rádio Nacional e em outras emissoras do país.

Mas, como afirma Martín-Barbero (1997), os mestres dos radioteatros foram os argentinos. A primeira transmissão oficial de rádio na Argentina ocorreu em 1920 e, já no final daquela década, percebe-se uma organização comercial precoce e uma cadente popularização dos aparelhos receptores. Nesse período, vai ao ar o primeiro radioteatro argentino: *Una hora en la pampa* (ULANOVSKY et al., 1995). “*En una década llamada infame, que echó por tierra las ilusiones de las mayorías populares, el éter comenzó a poblarse de increíbles pasiones, amores y desvelos*”. (FLEITAS apud ULANOVSKY, 1995, p. 67). Naquela década, um imigrante espanhol, José Andrés González Pulido, bebendo na fonte do folhetim, do dramalhão circense e do melodrama inaugura um novo gênero de programas no rádio argentino: a radionovela, que, apesar do sucesso entre as classes populares, suscitou críticas acerca do modelo estético:

González Pulido debutó en *Radio Prieto*, pero recién al pasar a Nacional, a fines del 20, logra establecerse y destacarse en elaboración de una receta muy particular. Historias de la vida sentimental, sencillas, candorosas y sobre todo desmesuradas, cortadas en capítulos para darles continuidad intriga. Muy pocos días después de su presentación la compañía de González Pulido obtuvo el favor de quienes se

dejaban cautivar por sus personajes – “gritones, oscuros, increíbles – y recibí el rechazo de quienes sentían que el gauchismo sangrante y cursi” ofendía sus oídos y gustos estéticos como solo antes lo había hecho el sainete. (ULANOVSKY, 1995, p. 68, grifo nosso).

Talvez esse desprezo inicial dos escritores argentinos pelo rádio tenha sido motivado pela sua proximidade com espetáculos populares:

[...] é justamente a mistura da comicidade circense e drama popular o que dá origem ao público do rádio: são os mesmos atores e é o mesmo tipo de relação com o público.[...] Com um traço peculiar que justifica o nome que designa o mesmo que em outros países, sem essa tradição, chama-se radionovela. (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 236).

No Brasil, a regulamentação da radiodifusão e da publicidade radiofônica no início da década de 30 fomentou o interesse dos anunciantes pelo meio e, conseqüentemente, a busca pela audiência e a popularização do rádio. Programas musicais populares e radioteatros começaram a surgir nas grades de programação. No entanto, críticas semelhantes às aquelas citadas por Ulanovsky (1995) e a descrença num gênero de programa popularesco adiaram para a década seguinte a estreia das radionovelas no *dial* brasileiro. Um exemplo dessa resistência à radionovela é a experiência do dramaturgo brasileiro Oduvaldo Viana que, no final da década de 1930, morou em Buenos Aires:

Na Rádio El Mundo (Argentina), convidado por Carmem Valdez, Oduvaldo começou a escrever radionovelas.[...]. Em 1940, voltou ao Brasil oferecendo todo um pacote de *scripts* a várias emissoras do Rio e São Paulo, sem um mínimo resultado. Naquela época, ninguém acreditava na receptividade que as radionovelas teriam mais tarde. Meses depois aceitou convite para dirigir a Rádio São Paulo, lançando naquela emissora o gênero que o consagraria. A Rádio São Paulo passou a apresentar novelas nos três períodos, chegando a ter no ar, diariamente, nove novelas. A primeira radionovela lançada por O. Viana no Brasil foi *Predestinada*, em 16 de setembro de 1941. (COSTA, 2007, p. 61).

No mesmo ano de estreia de *Predestinada* (1941), estreou na Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, a radionovela *Em busca da felicidade*, com o roteiro do cubano Leandro Blanco adaptado por Gilberto Martins. A direção da emissora na época não acreditava na audiência desse tipo de programa popularesco por essa razão *Em busca da felicidade* foi ao ar às 10 horas da manhã, horário matutino que geralmente alcançava uma audiência menor. No entanto, *Em busca da felicidade* fez sucesso junto ao público, e os fãs de novelas começaram

a conquistar espaço na programação e investimentos publicitários. Apesar da resistência inicial da emissora, finalmente Oduvaldo Vianna foi o escritor de novelas com o maior número de títulos veiculados na emissora naquele período: escreveu 75 radionovelas irradiadas pela Rádio Nacional (CALABRE, 2003).

Radionovelas na Rádio Nacional do Rio de Janeiro

Mais um espetáculo emocionante

Da novela quilométrica

Eu ouço anunciar.

Mais uma tortura p'ros ouvidos

Do coitado que tem rádio

E não pode variar...

Ódio... remorso...Covardia...

R-e-n-ú-n-c-i-a...

A-le-gria...estão sempre no cartaz

A gente quer um samba quente

Ou uma valsa bem dolente

Mas não ouve mais...

(Samba *Mais um Episódio*, composto por Braga Filho e Pedro Caetano, grifo nosso)

As radionovelas alcançavam grandes audiências e, como consequência, também grandes anunciantes. O principal público era a mulher, a “dona do lar”. Assim, os horários em que a mulher cuidava dos afazeres domésticos passaram a ser disputados pelos anunciantes, como resume Tinhorão (1978):

As novelas, prendendo ao rádio um vasto público, inclusive em determinados horários antes pouco valorizados – tais como as horas mortas da manhã e da tarde – interessavam grandemente aos patrocinadores de produtos de beleza e de uso doméstico, estimulando as emissoras a se dedicarem cada vez mais à expansão do setor de radioteatro. (TINHORÃO, 1978, p. 144).

Em 1943, o IBOPE (Instituto Brasileiro de Opinião Pública) iniciava as suas atividades no país, mais especificamente no Rio de Janeiro. No ano seguinte, em pesquisa de audiência da Rádio Nacional, a audiência das mulheres é maior do que a audiência masculina em todos os horários de transmissão da emissora, mas nas horas consideradas anteriormente “horas mortas” essa predominância da escuta feminina é ainda maior. No horário em que estreou *Em Busca da felicidade*, mais tarde, em 1944, 69,92% da audiência era feminina, contra 19,51% da audiência masculina (CALABRE, 1997, p.153).

Consequentemente, o espaço para esse tipo de produção aumentava consideravelmente.

De acordo com levantamento feito por Lia Calabre (2003, p.6), foram transmitidas 807 radionovelas na Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, entre os anos de 1941 e 1959. Tal espaço reduzia o tempo e os programas dedicados à música popular, o que criou certa insatisfação de certos músicos, cantores e compositores da época.

Segundo Tinhorão (1978), alguns músicos chegaram a se reunir periodicamente no ano de 1943 para discutir o “problema” da popularização da radionovela para a música brasileira. Numa dessas reuniões, decidiu-se “que se lavrasse o processo em música” (TINHORÃO, 1978, p.144) e assim surgiu o “samba de protesto” intitulado *Mais um episódio* (cujo trecho reproduzimos na epígrafe deste tópico). Mas, tal popularização também inspirava outras composições, como por exemplo, a marchinha intitulada *O Direito de Nascer*, composição de Brasinha e Black Out, que cantava passagens da radionovela (e mais tarde, telenovela) de mesmo nome, conhecidas pela maioria dos ouvintes:

*Ai, Dom Rafael
Eu vi ali na esquina
O Albertinho Limonta
Beijando a Isabel Cristina.
A mamãe Dolores falou:
– Albertinho não me faça sofrer,
Dom Rafael vai dar a bronca
E vai ser contra o direito de nascer.
(TINHORÃO, 1978, p.145)*

Outra marchinha da mesma época, composta por Abílio Correia, Marcelino Ramos e Zé Louzada é “batizada” com o nome de um dos protagonistas de *O Direito de Nascer*, Dom Rafael:

*Á... Á... Á...
Ó... Ó... Ó...
A nossa novela acabou
Ó... Ó... Ó... Á... Á... Á...
Que pena a novela acabar.
Sofreu Dom Rafael
Não teve coração
Seu sofrimento foi cruel
Coitada da Maria Helena
Pobre mulher e digna de pena
Seu pai não compreendeu
O direito de nascer.
(TINHORÃO, 1978, p.146)*

O Direito de Nascer, radionovela com texto original do cubano Felix Caignet e adaptação

de Eurico Silva começou a ser transmitida em 1951 pela Rádio Nacional do Rio de Janeiro, uma das novelas de maior audiência da emissora. A frase “Doutor, não posso ter este filho que vai nascer”, dita pela personagem Maria Helena, interpretada por Isis de Oliveira, dava início ao melodrama que foi ao ar durante mais de dois anos na Rádio Nacional. Maria Helena havia engravidado de um homem casado e seu pai, Dom Rafael (interpretado inicialmente por Saint-Clair Lopes e depois substituído por Castro Viana) considerava o neto como o “filho do pecado” e determinou que o menino deveria morrer. No entanto, a empregada negra da família, Mamãe Dolores (papel de Yara Salles) salva a criança que, ao crescer, se torna o talentoso doutor Alberto Limonta, interpretado por Paulo Gracindo, que se apaixona pela prima Isabel Cristina (papel de Dulce Martins). Ronaldo Aguiar (2007) discute o papel desta radionovela para os brasileiros:

Dessa forma, a seu modo *O Direito de nascer* discutiu ou pôs em evidência, inúmeras questões que, ainda hoje, aí estão a nos desafiar, como o racismo, o preconceito, a liberdade individual, a resistência aos poderosos, a gratidão, a solidariedade e o amor. *O Direito de nascer* fez a cabeça dos milhões de brasileiros que às segundas, quartas e sextas, sempre às 20 horas, sentavam-se em torno do aparelho de rádio e vertiam torrentes de lágrimas, fazendo, sem consciência disso, o difícil aprendizado sobre a vida e a natureza humana. (AGUIAR, 2007, p. 91).

Assim, apesar dos protestos dos músicos, assim como o samba, os boleros, os sambas-canção ou os tangos, as radionovelas passaram a fazer parte da tessitura da cultura popular. As radionovelas aproximavam-se dos dramas cantados pelas canções passionais, como também dos sambas e marchinhas ao se tornarem uma crônica do cotidiano nas cidades. Ao mesmo tempo em que passa a fazer parte desse cotidiano, a radionovela ao incorporava e reproduzia a dinâmica social dos públicos aos quais se dirige.

Estrutura narrativa das radionovelas: um breve exercício de análise

Soropita começou a recontar o capítulo da novela. Sem trabalho, se recordava das palavras, até com clareza – disso se admirava. Contava com prazer de demorar, encher a sala com o poder de outros altos personagens. Tomar a atenção de todos, pudesse contar noite aquilo adiante, sem Doralda nunca se mover lá de dentro, onde estava protegida. Sua voz tremia um tanto. A novela: ... o pai não consentia no casamento a moça e o moço padeciam... Todos os do ão desaprovavam. O Érem tinha lágrimas nos olhos. E chegavam Pedro Caramujo e o Wilson, o que ajudava a tomar conta da vendinha. Rangia a rede, o Dalberto se balançava, devagar, mas fazia crer que estivesse acompanhando também a estória do rádio. A empregadinha vinha tra-zendo o café. [...]. Era preciso trazer luz, nem uns enxergavam mais os outros; quando alguém ria, ria de muito longe. O capítulo da novela estava terminado. (ROSA, 1960, grifo nosso).

Duas radionovelas veiculadas pela Rádio Nacional do Rio de Janeiro foram analisadas: *Madalena*, de José de Jesus Vizcaino, adaptada por Ivany Ribeiro, e *Presídio de Mulheres*, de Justo Rodriguez Santos, romanceada por Rui do Amaral, com adaptação para o rádio de Mário Lago. Na análise, buscou-se identificar o entrelaçamento da trama de uma radionovela com a tessitura da vida social a partir dos elementos norteadores a esquematização da narrativa do melodrama e do folhetim discutida por Martín-Barbero (1997).

O primeiro capítulo de *Presídio de mulheres* foi ao ar em 1951. São várias protagonistas com histórias distintas. O ponto em comum de todas é o fato de estarem encarceradas no mesmo presídio. As histórias se assemelham às “mininovelas” dentro de uma grande novela. *Presídio de mulheres* era apresentada nos jornais como novela, apesar da estrutura com diversas tramas diferentes, possibilitar o entendimento de tal produção como série.

Percebe-se nas duas radionovelas os dispositivos do folhetim ressaltados por Martín-Barbero (1997) conforme se pode observar em capítulos dessas novelas publicados pela Revista Rádio-Teatro (1953). Ambas fazem uso do dispositivo de composição tipográfica no sentido de facilitar a leitura dos leitores menos experientes. Assim, o tamanho da fonte é muito maior do que se compararmos com os jornais em circulação da época (como por exemplo, *A Noite*). Os trechos da novela são separados por espaços em branco e por ilustrações que criam espaços de respiro para esses leitores, o que também difere muito da diagramação dos jornais impressos da época. Além disso, a linguagem utilizada (nos roteiros e, por conseguinte, nas radionovelas transmitidas) por aqueles que adaptaram os roteiros originais cubanos é a linguagem coloquial, com as gírias e expressões utilizadas nas ruas das cidades brasileiras, o que facilita a leitura e a escuta das mesmas.

Percebe-se também a fragmentação da escuta e da leitura de ambas as novelas. Os capítulos, que iam ao ar três vezes por semana, não contam toda a história. Recapitulam cenas anteriores e contam os dramas em uma centena ou duas de capítulos de meia hora. As publicações fizeram o mesmo. Reproduziram de maneira condensada a parte da história já publicada e, em seguida, apresentaram os capítulos inéditos. Algumas revistas estimulavam o leitor a juntar esses fragmentos, como se observa no anúncio nas páginas finais da revista Rádio-Teatro:

Instruções aos que desejem colecionar nossas novelas:

Rádio-Teatro, em sua nova fase, publica duas novelas, além de várias seções. Mas as diferentes matérias são apresentadas de modo que os leitores, que desejem colecionar as novelas para depois torna-las livros, poderão fazê-lo com a maior facilidade. Assim, “MADALENA” e “PRESÍDIO DE MULHERES” são apresentados em cadernos inteiros e basta que sejam destacados do volume, tirando-se os grampos que prendem as suas páginas. (RADIO-TEATRO, 1953, p.111).

As estratégias de sedução e a produção um efeito de suspense são comuns na veiculação das radionovelas. A interrupção da narrativa em um momento-chave da história cria o desejo do ouvinte de escutar o próximo capítulo para conhecer o desenlace da história. Na mesma edição da Revista Rádio-Teatro é possível identificar esse aspecto de duas formas.

A primeira é a brusca interrupção (no meio de um diálogo) de *Presídio de mulheres*, com a frase em parênteses “continua na pag. 85”. Assim, para saber o desfecho da conversa entre os protagonistas da novela, o leitor precisa passar pelas páginas que apresentam piadas do programa humorístico da Rádio Nacional *Balança mas não cai*, pelo resumo da parte anteriormente publicada e pelos capítulos de uma outra radionovela e pelos “recadinhos de fãs”. Cria-se assim um respiro na leitura e o suspense ao mesmo tempo em que se publiciza outras produções da Rádio Nacional, do Rio de Janeiro.

A outra forma é também uma interrupção, mas com um efeito de duração. No ápice de cenas-chave, o texto da novela é interrompido pela frase “continua na próxima semana”. Assim, além de sugerir o sentido de duração e o efeito de suspense é uma estratégia de sedução para o que o ouvinte/leitor compre a próxima edição da revista: o capítulo de *Presídio de mulheres* é interrompido no momento em que a vítima percebe a ameaça que o traidor representa para a sua filha e *Madalena* é interrompida no momento em que a protagonista deve tomar uma decisão importante para a trama.

Como o título de ambas indica, as protagonistas das duas novelas são mulheres, o que cria logo de partida uma identificação com o principal público das radionovelas: o público feminino. Essa identificação do gênero com as mulheres é reforçada pela abertura das radionovelas, quando o locutor se dirigia às “senhoras e senhoritas...”.

No caso de *Madalena*, a protagonista que dá nome à novela encarna o personagem arquetípico do melodrama: a vítima. Em *Presídio de mulheres*, a protagonista é mulher assim como as outras personagens que cometeram algum crime, geralmente em defesa da honra. Assim, encarnam a vítima, mas em alguns momentos, são as próprias protagonistas que promovem a “justiça com as próprias mãos”, assumindo o também o papel do Justiceiro na trama. O argumento remete à dinâmica social da época. São conhecidos diversos casos históricos nesse período, em que os réus foram absolvidos por legítima defesa da honra. Mas, nessa novela, diferentemente de outros heróis dos melodramas, as mulheres são presas.

Um dos casos reais dessa época remetem a essa radionovela. O ocorrido no início da década de 1960 ficou conhecido como o “caso das irmãs Poni”. Duas irmãs da alta sociedade mineira, assassinam em Ouro Preto a amante do marido de uma delas. Ambas são presas na saída da cidade. O caso teve uma ampla cobertura durante anos pelos jornais e revistas de circulação nacional. Algumas matérias mostram como o presídio de mulheres de Ouro Preto foi humanizado e enfeitado pelas duas presas ilustres. As duas irmãs foram defendidas por Pedro Aleixo e ficaram conhecidas por serem as primeiras mulheres libertadas por coação moral irresistível, ou legítima defesa da honra. No caso da radionovela, ainda que as

protagonistas não tivessem a sorte da absolvição que tiveram as irmãs Poni anos mais tarde, a narrativa era conduzida de tal forma que o público as absolvía.

Outro exemplo é o caso da personagem Rebeca de Alencastro, descrita como aquela “entre muitas mulheres que consomem seus tristes dias no cárcere sombrio de um *Presídio de mulheres*. Sobre sua consciência pesa um pecado e em seu peito um drama de quem só conheceu a dor e o sofrimento” (RADIO-TEATRO, 1953, p. 6). O desenrolar da trama também conduz o ouvinte à compaixão pela história de Rebeca. Órfã de mãe, criada pelo pai, à falta de conselhos de uma mãe e à vida quase livre que levava, Rebeca chegou a ter a maior desilusão da sua vida” (RADIO-TEATRO, 1953, p. 6). Anos depois de tal desilusão, depois de “voltar a ter interesse pela vida”, Rebeca conhece o amor e, finalmente, se casa. Quando a história parece ter um final feliz, surge Alberto, o causador da sua desilusão no passado. Assim, os tormentos causados por Alberto, o traidor, colocam Rebeca no lugar da vítima e justificam o crime cometido pela protagonista.

Como em *Direito de nascer*, a protagonista é obrigada a esconder de todos a gravidez, a criança que nasce, que é criada como sua irmã, a vergonha do abandono. Recrimina-se aqui “a vida quase livre” que a personagem tinha quando era jovem. Afinal, de acordo com as regras sociais da época, a mulher não deve fruir uma vida sexual quando se é uma jovem solteira, deve-se preparar para o casamento e manter-se virgem para o seu futuro marido. Se ter uma vida sexual ativa para homem é uma prova de sua masculinidade, para a mulher é um “grande pecado”, motivo de vergonha.

Se por um lado o crime da vítima/ justiceira é justificado pelo tormento que o traidor causava, por outro lado, a liberdade sexual da protagonista é condenada e o direito a essa liberdade não é nem mesmo discutido. É apresentado como um “pecado” que ficou no passado e do qual ela se redimiou. Pensando na estrutura esquemática do melodrama apresentada por Martín-Barbero (1997), a protagonista vivencia os quatro sentimentos básicos: o medo do traidor, o entusiasmo com o casamento que a faria esquecer o passado, o riso com a sua filha e a dor da condenação.

Em relação à radionovela *Madalena*, a protagonista, a vítima, é a própria encarnação da dor. Perde a mãe no início da trama e, para satisfazer o último desejo da sua progenitora, vai morar na casa da tia má Matilde, que junto com o seu ex-noivo, assumem o papel do traidor e traçam planos mirabolantes contra Madalena. O papel de Justiceiro é exercido também por dois personagens: os dois primos de Madalena que a defendem da tia: Luís, é cego e se apaixona por Madalena; e Ernesto, por quem Madalena se apaixona, mas é noivo de Margarida. Assim como na história de Rebeca de Alencastro, não se encontra alguém que representasse o bobo, o quarto personagem arquetípico do melodrama. No entanto, os sentimentos básicos do melodrama também são vivenciados pela protagonista: o medo de Madalena da tia má; o entusiasmo pelo amor que devota a Ernesto e, ao mesmo tempo, a dor causada por esse amor inicialmente não correspondido e, finalmente, o riso das conversas agradáveis com Luís, a quem considera como um irmão.

Ressalte-se aqui a imbricação com a dinâmica social da época, mas especificamente do papel da mulher. Madalena é considerada por todos como portadora de uma beleza extraordinária. Era uma obrigação da mulher se fazer bonita, o que tornaria mais fácil arranjar um casamento. E a beleza geralmente não fazia par com a inteligência. Ou se era bonita, ou se era inteligente, qualidade inesperada nas mulheres. Destacamos na radionovela *Madalena* uma passagem em que Ernesto pede conselhos à prima sobre o seu noivado. Ernesto diz seriamente à Madalena: “você é de fato muito inteligente... E, fixando-a firmemente acrescentou: muito inteligente, **apesar** de tão bonita!” (RADIO-TEATRO, 1953, p.46, grifo da autora). Se o comentário de Ernesto é hoje considerado inaceitável, foi àquela época tomado pela personagem de Madalena como um grande elogio. Atualmente, algumas piadas machistas ainda fazem uso dessa argumentação - beleza e inteligência são excludentes em uma mulher – e são consideradas ofensivas. Trata-se de um exemplo claro da transformação da dinâmica social, das relações de sociabilidade entre o homem e a mulher ao longo das últimas décadas. Hoje seria impensável um diálogo como esse no roteiro de uma telenovela brasileira.

Outra transformação no âmbito das relações sociais que está atualmente na pauta das discussões é a inclusão dos deficientes. Luís, o primo cego de Madalena, não merece o amor da heroína. Madalena só sente amizade e pena dele. O sentimento de pena pelo cego não é tomado como algo negativo, Madalena é descrita como uma pessoa de coração bom e em nenhum momento é questionada por esse sentimento pelo primo. A cegueira é apresentada na radionovela como um “defeito”. Não se pode dizer que hoje o preconceito contra o deficiente deixou de existir, mas, ao menos, essa discussão está em pauta e esse sentimento de pena seria questionável.

Esse entrelaçamento da trama da novela com a tessitura das relações sociais nos remete ao último dispositivo do folhetim destacado por Martín-Barbero (1997): o dispositivo do reconhecimento. Além de reconhecer rastros do submundo da vida, como por exemplo, o presídio, o ouvinte/leitor popular reconhece ainda vestígios do mundo da vida cotidiana na narrativa ficcional.

Considerações finais

A Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, nas décadas de 1940 e 1950 tinha uma programação popular e reunia as famílias brasileiras para escutá-la. No auge do que chamamos de “Era de Ouro do rádio” no Brasil, a Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, teve um papel central na produção de programas populares veiculados em todo o país. Um dos principais gêneros de programa popular veiculado pela emissora era a radionovela. Como observamos, a radionovela tem suas origens nos folhetins e melodramas europeus cujos modelos nos fornecem chaves de leitura das radionovelas e também das telenovelas latinas. Se as novelas eram importadas da Argentina e de Cuba, hoje, o sentido das trocas se inverteu:

o Brasil exporta dramas não só para a América Latina, mas para países do mundo inteiro. Restringindo-se a Cuba, apesar das fronteiras ainda fechadas ao mercado externo, inclusive de comunicação, as telenovelas brasileiras têm uma significativa audiência na ilha. Na década de 1990, por exemplo, começaram a surgir os Paladares, restaurantes residenciais cubanos, cujo nome é uma referência à empresa fictícia da personagem de Regina Duarte que no início da novela vendia sanduíches na praia e, graças ao seu esforço, se torna empresária, dona de uma rede de restaurantes chamada Paladar.

No Brasil da década de 1950, nasceram vários Albertinhos Limontas, Marias Izabel e Dolores no período de veiculação d' *O Direito de nascer*. As radionovelas passaram a ocupar um lugar significativo não só na programação da Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, mas na vida das pessoas.

Ao invés de entender o papel das novelas ou como possível reflexo da sociedade, preferimos compreendê-las como parte da tessitura da vida social. A radionovela ao mesmo tempo que aborda elementos do cotidiano das pessoas, faz parte desse cotidiano. Do sertanejo que ia de uma cidade à outra para ouvir e contar os capítulos da novela, mas que também faz parte de alguns dramas (como por exemplo, Jerônimo, herói do sertão) à dona de casa cujos dramas estão nas novelas, mas, ao mesmo tempo, a discussão sobre a telenovela ganha a conversa na porta de casa, nos salões de beleza, no ônibus.

Dessa forma, a crítica a roteiros das décadas de 1940 ou 1950 não deve considerar a radionovela como um texto isolado, mas como parte da tessitura da dinâmica de uma sociedade. Se na radionovela não se discutia o machismo ou o preconceito, provavelmente esta discussão não estava em pauta em outros âmbitos. Se a telenovela hoje traz assuntos considerados polêmicos (homofobia, violência doméstica, etc.), certamente tais temas saíram da esfera privada para serem problematizados na esfera pública. Assim, pode-se considerar as radionovelas postas em circulação na Rádio Nacional como um lugar de memória da vida cotidiana e ainda como indicadores privilegiados das dinâmicas sociais de uma época.

Referências

AGUIAR, Ronaldo Conde. **Almanaque da Rádio Nacional**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

BRANDÃO, Cristina; FERNANDES, Guilherme Moreira. O Passado e o Presente da Dramaturgia Radiofônica no Brasil. **Radio Leituras**. Ano 5, n. jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://radioleituras.wordpress.com>>. Acesso em: 20 set. 2016.

CALABRE, Lia. **Na sintonia do tempo: uma leitura do cotidiano através da produção ficcional radiofônica** (1940-1946). Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFF, 1996.

CALABRE, Lia. Rádio e imaginação: no tempo da radionovela. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 26, 003. **Anais...** Belo Horizonte, set. 2003.

COSTA, Jeanette Ferreira da. Trajetória artística inovadora de Oduvaldo Vianna. In: CARMO, Laura (Org.). **Oduvaldo Vianna, Herança de Ódio**. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 2007.

GUIMARÃES ROSA, João. **Corpo de Baile**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.

LÓPEZ, Oscar Luis. **La radio en Cuba**. Havana: Letras Cubanas, 1998.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

REVISTA RÁDIO-TEATRO. Rio de Janeiro: Fernando Chinaglia, 1953, n. 72.

SAROLDI, Luiz Carlos; MOREIRA, Sônia Virgínia. **Rádio Nacional: o Brasil em Sintonia**. Rio de Janeiro: FUNARTE, Instituto Nacional de Música, 1984.

TINHOÃO, José Ramos. **Música popular do gramofone ao rádio e TV**. São Paulo: Ática, 1978.

VARGAS LLOSA, M. **Tia Julia e o escrevinhador**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

ULANOVSKY, Carlos; MERKIN, Marta; PANNO, Juan José; TIJMAN, Gabriela. **Dias de radio: Historia de la Radio Argentina**. Buenos Aires: Planeta, 1995.

O papel da Rádio Nacional do Rio de Janeiro e de Adelzon Alves, o amigo da madrugada, na luta pela radiodifusão sonora do samba

Lena Benzecry (UERJ)

Resumo

O texto apresenta o percurso histórico do samba na programação da Rádio Nacional do Rio de Janeiro e trata, com maior ênfase, da trajetória do radialista Adelzon Alves, como porta-voz desse gênero musical no meio radiofônico. Reconhecido nos universos do samba e do rádio carioca, Adelzon atua na Nacional do Rio desde 2009, dando continuidade ao trabalho iniciado há mais de 50 anos na Globo AM, cujo diferencial é promover a obra de sambistas que não encontram espaço nas rádios ou na mídia hegemônica em geral. A militância do radialista contra a lógica da programação musical na radiodifusão comercial brasileira o transformou num personagem de extrema importância para o rádio e para a cultura nacional.

Palavras-chave

Rádio Nacional; rádio musical; Adelzon Alves; contra-hegemonia; diversidade.

A consolidação do rádio no Brasil e a escalada do samba na programação

12 de setembro. Sábado. Noite de gala [...]. Flores e perfumes raros, cascas e sedas em 'frou-frou'. Estão presentes ministros de Estado, embaixadores, acadêmicos, senadores, deputados, o prefeito do Distrito Federal e figuras representativas do *grandmonde* carioca, recebidos por uma comissão especial, da qual faz parte o locutor Aurélio de Andrade¹. (SAROLDI; MOREIRA, 2006, p. 50).

O trecho acima descreve a festa de inauguração da Rádio Nacional do Rio de Janeiro, ocorrida no ano de 1936, e indica a suntuosidade que marcou o evento, revelando o interesse que a radiodifusão despertava na época entre os poderosos e ilustres da sociedade carioca.

Entrando no jogo com um pouco de atraso, quando a Rádio Sociedade (1923), Rádio Clube do Brasil (1924), Rádio Mayrink Veiga (1926), Educadora (1927) e a Rádio Philips (1930)



1. Aurélio de Andrade (1917 – 1997) começou a carreira como locutor na Rádio Tupi, em 1935. Mais tarde foi para a Rádio Nacional, onde atuou como animador de auditório, repórter, radio-ator e responsável pela apresentação inicial do *Repórter Esso*. Ocupou diversos cargos administrativos da empresa. Fonte: Museu da TV. Disponível em: <www.museudatv.com.br/biografias/Aurelio%20de%20Andrade.htm>. Acesso em: 19 out. 2016.

já eram importantes agentes da cena radiofônica do então Distrito Federal, a Nacional estreou com a vantagem de encontrar um terreno fértil, que vinha sendo preparado pelas suas antecessoras e pelos desbravadores da radiodifusão e da nascente indústria da comunicação e do entretenimento no país.

Assumindo uma tendência importante no processo de consolidação do rádio como indústria cultural, a Rádio Nacional era parte integrante de um conglomerado midiático formado pelo grupo editorial *A Noite*, que também possuía as revistas *A Noite Ilustrada*, *Carioca* e *Vamos Ler*, além da Editora SA Rio Editor (BOLAÑO, 2012). Essas empresas, juntamente com a Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, compunham o patrimônio do magnata americano Percival Farquhar, que investia e possuía grandes negócios no Brasil, desde a primeira década do século XX. Segundo Jambeiro et. al. (2004), em virtude do pagamento de impostos não recolhidos, em 1940, todos aqueles bens seriam incorporados à União. A partir de então, se iniciaria um rápido processo de formação de um aparato midiático com forte alcance e penetração ideológica, a serviço do Estado Novo de Vargas, em que a Nacional desempenhou papel fundamental.

Também de acordo com Jambeiro (2004, p.107 e 108), o Estado Novo foi o primeiro governo do Brasil a se preocupar de maneira sistemática com a autopromoção e fazia da propaganda dos seus feitos “uma atividade institucional, econômica e política”. Obviamente que, para surtir efeito, era preciso que o conteúdo oferecido pelo aparato comunicacional do Estado fosse atraente. Paralelamente, via-se a radiodifusão sonora como um instrumento de integração territorial primordial e comercialmente viável, desde que o modelo de negócio do rádio passou a ser galgado na venda de publicidade, feito realizado por Getúlio Vargas, ainda durante o seu Governo Provisório, em 1931².

Lage (1988, p.132 e 133) lembra dois aspectos importantes acerca do período. Primeiro, tratava-se de um tempo em que “as comunicações eram precárias, havia poucas rodovias e ferrovias e o transporte marítimo era ameaçado pelos desdobramentos navais da guerra”. Somando-se a isso, embora estatizada, a Rádio Nacional operava como uma emissora comercial, o que lhe permitiu expandir sua infraestrutura técnica e de pessoal. Como prova disso, entre os anos 1945 e 1955, a emissora empregava 15 maestros, 33 locutores, 124 músicos, 94 radioatores, 96 cantores, 18 produtores, cinco repórteres, 13 plantonistas e 24 redatores.

É nesse contexto que um importante personagem da história do rádio no Brasil, entra em cena para alavancar de vez a Nacional e, de maneira oportuna, promover a escalada do



2. Ferraretto (2012b) alerta para o modelo predominante de rádio comercial que se impôs no Brasil e ressalta a regulamentação da publicidade no meio, por intermédio do Decreto n. 21.111, de 1º de março de 1932, durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas (1930-1934), como marco determinante para o desenvolvimento do uso comercial do veículo. O autor assinala “a partir daquele momento, o modelo do “rádio clube” começaria a ceder lugar para a estruturação do modelo de rádio comercial, similar ao que temos hoje, mantido pela venda de espaço para os anunciantes” (p. 3).

samba na programação e no gosto da população. Trata-se de Hermelino César de Alencar Matos, mais conhecido como o apresentador que por quase 20 anos liderou o *Programa César de Alencar* na emissora. A atração, por intermédio do espetáculo radiofônico e de uma roupagem mais sofisticada para o samba atingiu as classes mais abastadas e garantiu notoriedade para a emissora (SAROLDI; MOREIRA, 2006; BENZECRY, 2015).

Embora César não tenha sido o primeiro radialista a levar o samba para o rádio, tendo como antecessores ninguém menos que Ademar Casé e César Ladeira³, sua atuação na Nacional foi tão relevante para o binômio samba-rádio, que é impossível prosseguir com este texto sem dar “a César o que é de César”, por mais clichê que isso possa parecer.

Nascido em Fortaleza no ano de 1917, César de Alencar chegou ao Rio de Janeiro em 1922. Os depoimentos em torno de sua história de vida são bastante polêmicos. Figura incontestemente como locutor, apresentador e animador de rádio, mas muito polêmica por sua ação nos bastidores do meio, especialmente quando o assunto era verba publicitária, César deixou de ser querido por muitos após o ano de 1964, marcado como um ponto de corte na sua trajetória. Jonas Vieira, biógrafo do radialista, divide sua trajetória de vida em duas etapas:

[...] a vida de César se reparte entre antes e depois de 1964. Antes, o seu nascimento, crescimento e presença marcante no rádio brasileiro, no qual fulgurou intensamente, a ponto de se confundir com a própria glória do veículo [...]. Depois de 64, o eclipse inesperado, amargo, motivado por uma luta política na Rádio Nacional do Rio de Janeiro [...] ao morrer, levou consigo a amargura de haver sido impiedosamente perseguido pela esquerda brasileira, desde abril de 64, com a pecha de ‘dedo-duro’. (VIEIRA, 1993, p.11).

Não é o caso aqui, de se investir na defesa ou na acusação do radialista como colaborador do golpe civil-militar que acometeu o país naquele ano. Mas também não se pode ignorar o ocorrido diante da disputa política que se sucedeu em torno da Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, onde o programa se fez, nem para a colaboração da mídia da época no processo de estabelecimento da ditadura que se seguiu por vinte e um anos a partir dali. Por outro lado, um dos objetivos deste texto é recuperar a memória da Rádio Nacional e refletir sobre a atuação da emissora na luta pela radiodifusão sonora do samba. Por isso, antes



3. Por volta de 1932, paralelamente ao *Programa Casé*, na Rádio Philips, do Rio de Janeiro, o radialista César Ladeira desenvolvia trabalho semelhante na Rádio Record, de São Paulo. Ambos estabeleceram práticas fundamentais para a consolidação do rádio como instrumento de entretenimento para as massas e como indústria, a exemplo da difusão da música popular e do desenvolvimento dos primeiros contratos de exclusividade entre artistas e emissoras. Alguns anos depois, Ladeira foi incorporado ao *Programa Casé* como apresentador, quando a atração viveu sua fase de maior sucesso na Rádio Mayrink Veiga. De acordo com Ferraretto (2001, p. 105), “o rádio espetáculo das massas deve muito a seus dois pioneiros: Ademar Casé e César Ladeira” e, para Saroldi e Moreira (2006, p. 39), “Para muita gente, o nome de Ademar Casé ou o prefixo de seu programa ficariam associados para sempre à fase da Mayrink Veiga, PRA-9, sob a liderança de César Ladeira”.

de chegarmos em nosso personagem central, que é Adelzon Alves, não podemos ignorar o passado incontestável da emissora, e de alguns de seus ilustres personagens, no processo de inserção do samba na programação radiofônica. Até porque, quanto mais contextualizamos o passado radiofônico do samba, mais evidente fica a importância da atuação de Adelzon Alves como defensor e porta-voz desse gênero musical, dentro e fora da Nacional.

Heranças do Programa César de Alencar

— *“Aquilo [o rádio] era um grande estabelecimento com as prateleiras vazias. Nós fomos enchendo as prateleiras. Com imaginação...”*. (ALENCAR, 1987)⁴.

O *Programa César de Alencar* fazia parte de uma safra de produções radiofônicas elaboradas ao vivo, que contavam com uma ampla estrutura técnica e profissional que alimentaram o *modus operandi* de uma relevante época da história do rádio. Um tempo em que inúmeras atrações musicais eram financiadas por empresas dos mais diversos ramos — de óleo de amendoim a pastilhas de garganta, passando por refrigerantes, sabonetes, cigarros e até medicamentos.

Eu comecei a ter ideias, a bolar as coisas, a vender as coisas. Modéstia à parte eu era um bom corretor de anúncios. [...]. Eu ganhava 20% na época, era muito bom! Então o programa foi aumentando, foram dando mais espaço [...] eu fui criando quadros, dividindo o programa em quadros de 25 minutos com intervalos para fazer a transição. Cada quadro tinha um patrocinador, cada quadro tinha a sua estrutura e isso que deu, de fato, a estrutura dos programas de auditório. (ALENCAR, 1987).

Em síntese, César de Alencar criou “programas dentro do programa”, dividindo suas horas no ar em quadros de 25 minutos, que estabeleceram as bases de financiamento do rádio dali em diante. Esse novo modelo de divisão do programa era inspirado nos chamados “quartos de hora”, criado por Ademir Casé para a Rádio Philips, em 1932. A propósito, Vicente, De Marchi e Gambaro (2016, p.462) afirmam: “O *Programa Casé* foi, provavelmente, a primeira grande iniciativa de divulgação musical no rádio”. Ao longo do programa, vários cantores se apresentavam por intervalos de 15 minutos consecutivos interpretando músicas ao vivo dentro do padrão *bandstand* ou, como ficou conhecido no Brasil, “quarto de hora”. Alencar não apenas estendeu o tempo desse modelo de rádio musical, como ainda promoveu a



4. Depoimento de César de Alencar resultado de uma entrevista de cunho biográfico, com quatro horas de duração, que compõe a coleção Luiz Carlos Saroldi, mantida pelo do Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro (MIS-RJ).

divisão dos quadros por anunciantes, vendendo um “programa dentro do programa” para cada patrocinador.

Entre os quadros criados e comandados por Alencar que seguiam esse modelo, podemos citar várias iniciativas de sucesso nas quais o repertório de sambas era bastante representativo. É o caso dos programas: *Revista Souza Cruz*, patrocinado pela fábrica de cigarros homônima; *Um Compositor por Semana* e *Campeonato Guanabara de Compositores*, patrocinados pelo Óleo de Amendoim Guanabara; *A Tendinha do Ali*, patrocinada pelo energético Biotônico Fontoura; *Jóquei Clube Musical*, patrocinado pelo Jockey Club do Brasil, além de inúmeros quadros patrocinados pela marca de pastilhas Valda, principal mantenedora do *Programa César de Alencar*. Dessa parceria comercial, aliás, surgiram ainda o *Vamos quebrar a taça*, que contava com a participação de Emilinha Borba, *Parada dos maiores* (espécie de *hit parade*, copiado do rádio americano, claramente articulado com as listas de discos mais vendidos publicadas na reconhecida *Revista do Rádio*⁵) e *Um cartaz e uma entrevista*, que trazia um bate-papo com as estrelas da época. Dentre todos esses exemplos, os que davam maior ênfase ao samba na programação eram os associados à marca Guanabara. No caso de *Um compositor por semana*, a pesquisa empírica, baseada na audição de edições do Programa César de Alencar disponíveis no Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro (MIS-RJ), permite afirmar que muitos episódios traziam artistas do samba como personagens centrais, como Ary Barroso, Noel Rosa e Joubert de Carvalho.

Os episódios do *Campeonato Guanabara de Compositores* iam ao ar durante os meses que antecediam ao carnaval e se baseavam na disputa de sambas e marchas que dariam a cara da festa de momo a cada ano, ao mesmo tempo em que também seriam as músicas trabalhadas pelo rádio para a ocasião. As canções eram defendidas pelo elenco do *Programa César de Alencar*, agregando significativo valor às composições e à marca do patrocinador. O interessante é que, já naquela época, podia-se notar a articulação do gênero musical samba com a cidade do Rio de Janeiro, a partir da associação que o ouvinte podia fazer entre aqueles artistas que apareciam no programa e o termo “Guanabara”, presente tanto na marca que promovia a atração radiofônica, quanto no nome do Estado e da baía oceânica que banha o município. A seguir, destacam-se dois trechos retirados de episódios dos programas em questão:

Um compositor por semana é um musical Guanabara. Um programa que traz a legenda de Guanabara. O famoso Óleo Guanabara que prova bem, nutre bem e faz bem. [...] Eleito por todas as boas donas de casa, o Óleo de Amendoim Guanabara prova bem, nutre bem e faz bem e, o Óleo de Amendoim Guanabara anuncia



5. Ver análise comparativa entre as listas de discos de maior sucesso e as músicas mais tocadas nas rádios da época realizada por Benzecry, 2015.

para o Brasil a sua mais nova criação radiofônica: Esse musical Guanabara! *Um compositor por semana!* (PROGRAMA CÉSAR DE ALENCAR, 1949).

É com prazer que a Rádio Nacional do Rio de Janeiro anuncia neste momento o primeiro programa da série: *Campeonato Guanabara de compositores*. Mais uma vez estão concentrados no auditório da Rádio Nacional os maiores cartazes da nossa música popular, representando os autores mais destacados [...]. E quando falamos em Guanabara, precisamos dizer que Guanabara é o nome do mais notável e mais saboroso óleo de mesa já lançado no mercado. [...]. E aqui estão para representar os compositores desta noite: Neusa Maria, Blecaute, Emilinha Borba, Quatro Azes e um Coringa, Heleninha Costa, Ruy Rey Orquestra e Coro, Orquestra de Chiquinho, estreando na Rádio Nacional, Raul de Barros e seu trombone. Um programa de Fernando Lobo, juiz da partida: o campeão da simpatia César de Alencar! (PROGRAMA CÉSAR DE ALENCAR, 1948).

A exaltação da marca do patrocinador, verificada a partir da repetição exaustiva de seu nome e *slogan*, e a associação da marca com o samba, o carnaval e os ídolos da música popular estão explícitos nos textos. Ao mesmo tempo, nota-se que a nomeação do elenco de estrelas para defender os sambas do concurso era o chamariz do programa de auditório e servia como moeda de troca perante aos anunciantes, garantindo uma significativa verba publicitária para a realização de cada episódio. Percebe-se, portanto, que o modelo de negócio promovido pelo *Programa César de Alencar*, fidelizava o patrocinador, mantinha a boa situação financeira da Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, – o mais importante veículo de comunicação da época –, e ainda, garantia um espaço expressivo para o samba na programação.

Concomitantemente ao esquema dos quadros patrocinados, outras ações marqueteiras eram lideradas por César de Alencar. O radialista e sua equipe desenvolveram uma série de usos do samba como atrativo para os anunciantes, incluindo o fato do gênero e suas derivações em estilo — *marchas e sambas-canção* — formarem o repertório preponderante das disputas ao título de Rainha do Rádio, e estarem sempre presentes na realização de grandes eventos externos ao auditório da Rádio Nacional (BENZECRY, 2015). Nessas apresentações, o repertório de sambas era executado por artistas consagrados, devidamente acompanhados por orquestras que levavam ao público ar-ranjos requintados de maestros como Ary Barroso e Radamés Gnattali. Esse conjunto de ações colaborou de forma cabal para a elevação do gênero ao patamar de uma música capaz de representar o Brasil e cativar, inclusive, os ouvintes mais sofisticados.

A incorporação do samba pela radiodifusão sonora reflete, diretamente, na sua incorporação à nascente indústria cultural brasileira, processo que se estendeu entre as dé-

cadras de 1930 e 1950 e que, evidentemente, acarreta em prós e contras para a trajetória radiofônica do gênero musical. Se, por um lado, foi possível para o samba conquistar uma ampla audiência por intermédio dos renomados programas de auditório da Nacional, a exemplo do *Programa César de Alencar*, por outro, conforme a indústrias da música e do rádio foram se desenvolvendo, o samba precisou dividir atenções num mercado de bens simbólicos, que começava a ser marcado pela segmentação — processo que se acirrará nas décadas de 1960 e 1970 como solução para o rádio, frente à concorrência com a TV (BOLAÑO, 2012; BENZECRY, 2015).

A partir de então, conforme outros estilos musicais (nacionais ou estrangeiros) foram se mostrando mercadologicamente mais atraentes, a execução do samba no rádio foi perdendo espaço. Paralelamente, o próprio rádio encontrava dificuldades de manter o seu modelo de execução da programação musical desde a chegada da televisão, que vinha abocanhando os patrocinadores que tornavam todo aquele espetáculo possível.

Diante de um financiamento mais magro, o rádio saiu em busca de soluções para permanecer competitivo. Para diminuir os custos da programação musical, por exemplo, as execuções ao vivo e os elencos estelares cederam lugar à música gravada. Aos poucos, as grandes equipes foram sendo substituídas por um enxuto quadro funcional, formado por um operador de áudio, um apresentador e alguns discos. A nova fórmula ficou popularmente conhecida como “vitrolão” e, consideradas as transformações que se sucederam nos suportes de gravação de áudio de lá para cá, podemos afirmar que ela se estende até hoje.

É dentro desse amplo contexto de reinvenção do rádio musical, que aponta para formas mais econômicas de produção dos programas, vinculações entre o rádio e a indústria do disco e a perda de espaço para o samba na programação, que, em 1966, ocorre a estreia do programa *Adelzon Alves, o amigo da madrugada*, no rádio carioca. Na ocasião, pelas ondas da Rádio Globo AM.

Adelzon Alves: amigo da madrugada e dos sambistas

[...] Aconteceu o seguinte: disseram que o rádio ia virar 24 horas e eles ofereceram a todo mundo, menos a mim. Eu era o único que reivindicava. Como ninguém pegou, eles tiveram que dar a mim! (*risos*). Aí eu tive que sentar com o Mário [Luiz Borbato]⁶ e fazer uma programação com Roberto Carlos e Wanderléa pra eles. Mas eu pensei, é madrugada, eles não vão ouvir... Aí eu já comecei tocando Cartola, Nelson Cavaquinho, Elizete Cardoso! (*risos*). E meti o pau! Ia lá no morro, trazia gente... (ALVES, 2013).



6. Mario Luiz Barbato atuou na Rádio Globo entre os anos 1950 e 1990. Estreou na emissora foi como locutor, em 1966. Mais tarde, tornou-se o Diretor de Programação e na década de 1970, sucedeu aos irmãos Raul e Luiz Brunini na Direção-Geral do Sistema Globo de Rádio (SGR). Pesquisadores e entusiastas da história do rádio no Brasil apontam Mario Luiz como o inventor do rádio moderno (Fontes: Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira <<http://www.dicionariompb.com.br/mario-luiz/dados-artisticos>> e *blog Show do rádio*, por Paulo Francisco <<http://showdoradio.com.br/mario-luiz-barbato/>>).

Frente aos fatos narrados pelo entrevistado, pareceu inevitável perguntar qual era a proporção em que os sambas eram inseridos no meio da programação combinada com a emissora? De forma veemente, Adelzon respondeu:

Não. Não. Era só samba mesmo! Cyro Monteiro, um dos maiores cantores de samba, samba sincopado... Elizeth Cardoso... Eram dois ícones: um masculino e outro feminino. Aí... Ataulfo, Moreira da Silva, é... Blecaute... Também incluía a própria música da Rádio Nacional, as músicas do Ary Barroso... E aí eu comecei a trazer o pessoal de morro pra dentro da rádio. Eu ia lá no morro, com Cartola, Nelson Cavaquinho, Padeirinho, a turma toda do morro. Ia pra casa do Candeia, na Portela. E o pessoal começou a descobrir que eu fazia isso. Eu fazia naturalmente, pelo instinto natural. O meu negócio sempre foi ajudar o pequeno. O que tá embaixo. Se eu tocar um Roberto Carlos é mole! Quero ver tocar um cara que ninguém nunca... Bom... (ALVES, 2013).

Mais adiante, questionado a respeito da lógica que definia a programação musical da época, explicou:

No rádio, o negócio deles era americano. Tinha o Seu Evandro [Ribeiro], diretor da CBS. Era um ditador americano. Botava de baixo do tacão dele! E como era empresa americana, o negócio era gravar versão pra atender aos interesses das editoras que faturavam no Brasil. Então tinha um cara chamado Rossini Pinto, o Renato Barros⁷... Então eles faziam versões. Jerry Adriani, Wanderley Cardoso, Wanderléa, Roberto Carlos, cantavam versão de música americana. E isso durou um tempo. O Roberto, depois, amadureceu, tomou consciência, fez um trabalho bonito, mas, antes, era um “tácão” que dominava o rádio e não deixava você saber o que Cartola tava fazendo. (ALVES, 2013).

De acordo com os relatos do entrevistado, entre as mudanças enfrentadas pelas emissoras de rádio, naquela segunda metade dos anos 1960, estava o fato delas passariam a transmitir programação 24 horas por dia. Fazer rádio na madrugada não interessava àqueles comunicadores que já estavam consagrados na emissora, como era o caso de Chacrinha⁸,



7. Rossini Pinto ficou conhecido como um dos maiores compositores de versões de músicas estrangeiras no Brasil e, Renato Barros, além de líder do grupo Renato e Seus Blue Caps, foi também um relevante compositor no movimento da Jovem Guarda. Fonte: Dicionário Cravo Albin da Música Brasileira.

8. Abelardo Barbosa, o Chacrinha, que na década de 1980 virou fenômeno nacional com seu programa na TV Globo, começou a carreira na Rádio Globo. Adelzon Alves, no início da carreira, atuou como locutor comercial das atrações comandadas por Chacrinha na emissora. Do convívio entre eles, Adelzon menciona inúmeras discussões a respeito do repertório executado por Chacrinha em seu programa de rádio (BENZECRY, 2015).

Jonas Garret⁹ e Luís de Carvalho¹⁰. Sendo assim, aproveitando o espaço desprezado na grade de programação, Adelzon Alves o ocupou. Consciente de que o horário da madrugada menos visado e, provavelmente, os dirigentes da empresa não estariam sintonizados, ousou e colocou no ar o tipo de música de sua preferência. Mais do que isso, um tipo de música capaz de representar o Brasil diante da americanização que vinha penetrando na sociedade brasileira e dominando, especialmente, o mercado musical local e, conseqüentemente, no repertório radiofônico (VICENTE et al., 2016; BENZECRY, 2015).

Movido por sua “consciência político-cultural”, como ele próprio gosta de definir, Adelzon driblou o excesso de cópias das matrizes que vinham das *majors* norte-americanas, como as gravadoras CBS e RCA-Victor, mostrando, ao mesmo tempo, o que havia de mais “autêntico”, segundo sua própria interpretação, no meio musical nacional. O radialista elegeu o samba urbano carioca e, mais especialmente o chamado “samba de morro” como repertório chave do seu programa. Dali em diante, o gênero que outrora havia comandado a programação musical na principal emissora do país, vestindo trajes de gala, devidamente arranjado, orquestrado e adequado ao gosto da elite, passaria a ser apresentado no programa de Adelzon Alves, também de forma mais “rústica”, “autêntica” e sem ser interpretado apenas pelos grandes artistas, mas, sobretudo, por aqueles considerados “pequenos”, devido à pequena ou nenhuma visibilidade midiática que possuíam. Afinal, como o próprio radialista afirma “aí eu comecei a trazer o pessoal de morro pra dentro da rádio”, dando oportunidade para que os sambistas oriundos das camadas populares se pronunciassem.

Por se tratar de uma emissora comercial, a Globo AM consolidou, já naquela época, relações importantes com grandes gravadoras internacionais, que tinham como premissa a valorização da música americana no Brasil. Por isso, buscavam difundir massivamente tanto as gravações originais daquele país, quanto versões nos mais diversos idiomas mundo afora. Padrão que foi adotado no Brasil pelos artistas da Jovem Guarda. Desde sua estreia na Rádio Globo AM, Adelzon Alves se mostrou inclinado a romper com essa lógica.

Naquele cenário, a atuação do radialista simbolizou um grito de resistência para o samba na grade radiofônica do Rio de Janeiro. Apesar de estar inserido num grupo midiático reconhecido por sua ação hegemônica sobre a sociedade brasileira (BOLAÑO; BRITTO,



9. Jonas Garret foi ator e apresentador de programas no rádio e na TV, sobretudo musicais. Na década de 1960 comandava o programa *Clube do Toca Discos* na Rádio Globo AM, quando foi acusado de receber dinheiro em troca da execução de músicas, o vulgo “jabá”. O então diretor da emissora, Luis Brunini, convidou Mario Luiz para substituir Garret no programa. Fonte: *blog Show do Rádio*, por Paulo Francisco <<http://showdoradio.com.br/mario-luiz-barbato/>>.

10. Luís de Carvalho ingressou na Rádio Globo AM na década de 1950, após passar pelas Rádios Nacional e Bandeirantes. Até os anos 1970 permaneceu com um programa matinal da Rádio Globo, onde se apresentavam os principais nomes da Bossa Nova e da Jovem Guarda. Fontes: <<http://oglobo.globo.com/cultura/morre-no-rio-aos-89-anos-radialista-jornalista-luiz-de-carvalho-3613989>> e Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira <<http://www.dicionariompb.com.br/mario-luiz/dados-artisticos>>.

2005; BOLAÑO, 2012), o apresentador manteve sua posição contra-hegemônica, que, não raramente, contrariava decisões vindas das gravadoras a respeito das “músicas de trabalho” a serem executadas massivamente na programação.

Conforme também revelou em seus depoimentos, Adelzon procurou ir além do repertório “mais nacionalista” que costumava ser executado nos tempos áureos da Rádio Nacional, incluindo os “sambistas do morro” na sequência musical. Estes, segundo definição do próprio radialista, eram pessoas “humildes, simples, mas com belíssimas músicas, porém, sem espaço para tocá-las, como Cartola, Nelson Cavaquinho, Candeia... esses grandes nomes!”. Para executar a obra desses compositores, Adelzon Alves furou a combinação de repertório que havia estabelecido com a direção da emissora, inaugurando uma nova forma de representar o samba no rádio, dando chance para que os próprios sambistas das camadas populares se expressassem no microfone, sem precisarem contar com os artistas “do asfalto” como mediadores entre suas composições e o público (BENZECRY, 2008). Curiosamente, a iniciativa de Adelzon, ao contrário do que seria previsível, não desagradou a direção da emissora, que logo percebeu as vantagens de se executar samba na madrugada, uma vez que a legislação vigente estabelecia uma porcentagem mínima de música nacional para a programação radiofônica. A partir de então, *Adelzon Alves, o amigo da madrugada* se estabeleceu e se consolidou como um programa paradigmático no mundo do samba e permaneceu na Rádio Globo AM, por quase vinte e cinco anos ininterruptos.

O amigo da madrugada na Nacional e o destaque para o samba na programação da emissora

Em 1990, o programa de Adelzon Alves deixou a grade da Globo AM e somente quase vinte anos depois, em 2009, o radialista foi convidado a ingressar na Rádio Nacional do Rio de Janeiro, onde pôde dar prosseguimento ao seu programa, mantendo seu estilo e seus ideais. Atualmente, o “amigo da madrugada” pode ser escutado de terça a sexta-feira¹¹, da meia-noite às três da madrugada, pelo rádio tradicional (1.130 AM) e via *streaming* pelo *site* da emissora, ou via aplicativo para celulares e *tablets*.

O regresso de Adelzon Alves ao rádio via Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, ocorreu numa época em que a emissora, por intermédio da gestão de Cristiano Menezes¹², vinha implantando iniciativas que visavam a resgatar a identidade de seus tempos áureos. Mais precisamente, entre os anos de 2003 e 2013, entre outras ações, a emissora investiu na recuperação de seu auditório para promover no retorno dos programas com plateia e na



11. Até julho de 2016, o programa era exibido de segunda a sexta-feira. Após acontecimentos que serão narrados mais adiante neste artigo, os dias de transmissão foram reduzidos para quatro por semana.

12. Falecido em 01/09/2016, Cristiano Ottoni de Menezes foi diretor da Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, e gerente regional das emissoras da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) na cidade entre 2003 e 2013.

retomada do samba na programação. Além do programa de Adelzon, ao longo daquele decênio, os programas *Dorina ponto samba*, *Samba na Quadra* e *Histórias do Frazão* também marcaram a presença do gênero na programação da rádio. O primeiro deles, apresentado pela cantora Dorina e pelo cantor e compositor Rubem Confete, foi rebatizado como *Ponto do samba* desde que a cantora deixou de fazer parte da atração. Atualmente, o programa pode ser escutado de segunda a sexta-feira, entre 13h e 15h e tem como diferencial o fato de ocupar a grade da tarde e não da madrugada. Além disso, junto a execução musical, Rubem Confete traz uma farta agenda de shows e eventos relacionados ao mundo do samba, comentando e entrevistando pessoas do meio.

O programa *Samba na Quadra*, também conhecido como *Na Quadra com Dalila*, saiu do ar em 2012, mas destaca-se como uma importante lembrança, não apenas porque enfocava o universo das escolas e dos sambas de enredo, mas principalmente por causa de sua apresentadora, Dalila Vila Nova, representante feminina da “Velha Guarda” dos radialistas do samba.

Já o *Histórias do Frazão* é liderado pelo radialista e pesquisador Osmar Frazão, que atua no rádio desde 1955. Trata-se de um programa dedicado aos fatos históricos e às curiosidades dos bastidores da Música Popular Brasileira. Como um estudioso da vida e da obra de artistas da “Época de Ouro”, com destaque para Francisco Alves, Orlando Silva e Silvío Caldas, Frazão costuma reverenciar e executar interpretações e composições de sambas antigos do carnaval carioca, levando a público a obra de Ismael Silva, Wilson Batista, Noel Rosa, entre outros. Atualmente, o programa também se dedica ao universo da seresta e a contar casos relativos à história do rádio. Uma característica interessante é que o *Histórias do Frazão* possui um *site* e um *blog*, iniciativas do próprio apresentador que, embora apresentem certa deficiência na atualização das informações, marcam a preocupação do radialista em garantir a organização e a difusão de um acervo de pesquisa de seu programa.

Voltando ao programa de Adelzon Alves na Nacional, a partir da audição de alguns episódios e das entrevistas realizadas com o radialista, foi possível perceber que o programa de hoje se mantém fiel aos ideais construídos no passado. A partir do exercício de escuta realizado ao longo da pesquisa de doutorado que originou este artigo, identificou-se a dinâmica do programa, que se dá da seguinte maneira: a abertura é formada pela chamada da Rádio Nacional, seguida do prefixo do programa, formado pela sequência de duas composições — *Gente acordada*, de Alberto Gino, com interpretação do próprio compositor e *Obsessão*, de Osório de Lima, com interpretação de Nadinho da Ilha —, na sequência, sempre vem um *pot-pourri* formado por diferentes interpretações do choro *Brasileirinho*, de Waldir Azevedo, até que finalmente entre a primeira fala do radialista saudando seus ouvintes.

Então, o Rui [operador] já assumiu a nossa nave espacial / Já tá no espaço / Voando à velocidade de ganhar as nuvens e voar por aí, pelos céus do Brasil / E, via internet, pelos céus do mundo. [...]. Então, Saravá pra quem é de saravá, bom

dia pra quem é de bom dia, *shalom*, pra quem é de *shalom*, que são os nossos irmãos judeus. [o apresentador segue fazendo saudações ainda em árabe, japonês, chinês, entre outros idiomas]. (RÁDIO NACIONAL, 2014).

A divisão do programa segue algumas regras: a primeira delas é iniciar a programação musical sempre com choro. Conforme explica Adelzon, essa escolha se faz em referência às rodas de samba mais tradicionais do Rio de Janeiro, como aquelas ocorridas em Mangueira, nos tempos de Cartola.

Tá iniciada a nossa madrugada de samba que, como sempre, o ponto de partida é uma sequência de choro em homenagem ao grande mestre Cartola, da Estação Primeira de Mangueira / Um dos fundadores, um dos seus maiores compositores e que era fã do chorinho / E eu, sempre lembro que ele é conhecido, denominado “O Divino” / E, não sou eu, que vou cair na besteira de contrariar “O Divino”! / Então a gente abre a nossa madrugada de samba como ele fazia em Mangueira: com choro. (RÁDIO NACIONAL, 2014).

Outra característica marcante do programa é o momento em que o radialista lê e comenta as manchetes dos principais jornais do país. O samba-canção *Manchetes de jornal*, de autoria de Avarese e Délcio Carvalho, interpretada pelo próprio Délcio em parceria com a cantora Luíza Dionízio, precede esta etapa do programa. Os versos iniciais da composição dizem: “*A frisa das manchetes dos jornais / não exprimem pormenores / das tragédias pessoais / visam o lucro imediato / sensação / pois manchete não tem alma / e nem coração [...]*”. Neste ponto do programa nota-se que não são apenas as falas proferidas pelo radialista que revelam a sua visão de mundo. Detalhes como a escolha dessa música para ilustrar esse momento do programa dão um tom irônico que, muito provavelmente, não é percebido por boa parte de seu público, mas que, juntamente com as mensagens proferidas por Adelzon, compõem uma teia de significados que denotam o caráter contra-hegemônico do programa, além da sua defesa pelo samba tradicional.

Os comentários das notícias duram em média vinte minutos e, por intermédio deles também é possível reconhecer o engajamento de Adelzon em prol da valorização do Brasil e da cultura nacional. A título de exemplo, o trecho abaixo foi extraído do programa que foi ao ar na madrugada seguinte à fatídica derrota do Brasil para a Alemanha, na Copa de 2014:

MANCHETE: 64 % dos leitores [do Correio Braziliense] querem treinador do exterior na seleção

Comentário: Estão redondamente enganados esses 64% dos leitores / Acompanham enterro de madrugada sem saber onde é o cemitério / Já dizia J. Canseira (*risos*) / J. Canseira era um divulgador que tinha, muito ligado a gente, na época / e ele quando alguém tava de bobeira dizia: Ah... Esse acompanha enterro

de madrugada sem saber onde é o cemitério / São esses 64 % dos leitores / Só porque a Alemanha ganhou a copa do mundo? / Só porque a Holanda apresentou um bom futebol? / Não! O Brasil pode apresentar um bom futebol na mão de técnico brasileiro / Vamos valorizar os nossos valores! / Foi exatamente o que o Felipão não fez / Os nossos valores jogam lá fora / Tinha muito cara aqui, que se tivesse formado uma seleção bem mais cedo, co-mo eles fizeram lá fora, fariam um bom futebol / Porque virou moda “lá fora” é moda “lá fora” / A gente tem que acabar com esse complexo de vira-lata que, infelizmente, existe muito no Brasil, já dizia Nelson Rodrigues.//. (RÁDIO NACIONAL, 2014).



Figura 1: Adelzon Alves (à direita) consulta sites de veículos de comunicação para comentar as notícias para seus ouvintes. À esquerda, o detalhe dos CDs e dos recortes de jornal que ele próprio elege para veicular no programa. Registro fotográfico da autora em 16/07/2014.

A sequência musical do programa é distribuída em blocos de duas canções por vez, intercaladas por retornos ao apresentador. Adelzon assume o estilo do locutor amigo, próximo de seu ouvinte, e, entre uma sequência e outra, além dos créditos das músicas, costuma saudar a audiência de maneira bem informal.

Aproveito pra dar um alô pro Cachambi / Alô pro Méier / Eládio, nosso velho camarada, e dona Terezinha, que faz aquele rango sensacional, que eu, que não sou bobo nem nada, de vez em quando passo lá, na hora! / Sabe aquela chegada, assim, na hora estratégica? / Comidinha na mesa e etecetera//. (RÁDIO NACIONAL, 2014).

O tempo que Adelzon Alves dedica a fazer comentários e saudar seus ouvintes a cada edição é algo totalmente impensável para um programa musical numa emissora comercial e, sempre que algo inesperado acontece, como a chegada de um ouvinte para dar um recado ou o aparecimento de um músico para divulgar seu trabalho, o radialista rapidamente

redistribui o tempo que falta de programa, de modo que os visitantes tenham sempre um momento garantido para se pronunciar ao vivo.

A permanência na madrugada faz com que o programa mantenha como público ouvinte aqueles que trabalham noite adentro, como porteiros, taxistas, caminhoneiros, vigias, etc. Contudo, para o radialista, a predileção pela madrugada, ainda nos dias de hoje, está associada à identidade do programa e ao universo do samba. Hoje, aos 76 anos de idade, devidamente reconhecido no meio da radiodifusão e do samba e atuando numa rádio pública, não seria de se espantar se o programa fosse transmitido mais cedo, ou até mesmo gravado. Mas, seguindo a tradição construída após tantos anos no ar, Adelzon prefere continuar realizando a empreitada notívaga, ao vivo, e justifica:

[...] samba é coisa da madrugada. A música, na verdade é coisa da madrugada. Quem se liga em música. Quem vai, por exemplo, agora, na Lapa nova, nas casas de samba, ou vai nas Escolas de Samba, ouvir samba enredo. Antigamente você ouvia: 'tem um samba bom lá na Mangueira', ia todo mundo pra Mangueira. 'Tem um samba bom lá na Portela', ia todo mundo pra Portela, então... Escola de Samba vai até quatro da madrugada! (ALVES, 2013).

Espaço do sambista: microfone a postos para os artistas não midiáticos

Nas terças-feiras, o programa possui uma dinâmica diferente, sendo conduzido não apenas por Adelzon, mas também por sua filha Soraya Alves e pelo músico Gabrielzinho do Irajá que juntos apresentam o quadro *Espaço do sambista*, onde músicos são recebidos no estúdio para contar um pouco de suas trajetórias e apresentarem seus trabalhos. O ambiente mais parece uma festa, ou melhor, uma roda de samba. O clima descontraído pode ser notado pela audiência que está do outro lado do aparelho e está retratado a seguir.



Figura 2: Adelzon Alves (centro) e Gabrielzinho do Irajá (à esquerda) recebem o cantor e compositor Leandro D' Menor (camisa azul) e o grupo Samba Retrô no quadro *Espaço do sambista*. No detalhe, Adelzon Alves acompanha os músicos tocando tamborim durante as transmissões. Registro fotográfico da autora em 16/07/2014.

O repertório de sambas executados ao longo da atração mescla a obra de sambistas pouco conhecidos e não midiáticos com a de baluartes do mundo do samba, mas raramente inclui músicas de artistas renomados na indústria da música, como Zeca Pagodinho, Arlindo Cruz ou Beth Carvalho. A escassa presença desses grandes nomes na atração simboliza o caráter de luta e contra-hegemonia do programa. Afinal, quem vende discos, lota *shows* e está presente na grade musical de emissoras comerciais, não precisa da sua ajuda para garantir um espaço no rádio.

O sufixo que encerra a atração todos os dias é formado pelos versos da composição *Homem da Madrugada*, de Monarco e Chico Santana, e diz assim: “Eu passo momentos felizes com a minha amada / Ouvindo o homem da madrugada / É ele que protege o sambista / Contra as injustiças sociais / Desejamos ao radialista / Que Deus lhe dê, saúde amor e paz”.

#VoltaAdelzon

A situação atual na Rádio Nacional não se assemelha em nada com a daquela Nacional onde César de Alencar despontou, com a Globo AM que Adelzon Alves conheceu, nem mesmo com a Nacional que a gestão de Cristiano Menezes pretendeu resgatar. Paralelamente, a banda AM foi condenada à morte e a migração da emissora para FM é um processo atravancado. Como se não bastasse, a adaptação da Rádio Nacional às novas tecnologias está bastante aquém do padrão de uma estação de rádio comercial e a emissora faz um uso ainda restrito de recursos como a tecnologia do *podcasting*, que permitiria o *download* dos programas para um consumo assíncrono. Somando-se a isso, a emissora passa por dificuldades financeiras e muitos contratos entre prestadores de serviços e a emissora estão sendo descontinuados.

Como contratado da emissora, Adelzon Alves sempre recebeu seus honorários por intermédio de um instituto que leva o seu nome — pessoa jurídica que lhe representa dentro da Nacional. Em meio a esse imbróglio, a madrugada de 20 de julho de 2016, uma quarta-feira, revelou-se especialmente triste. Aquele dia, pelas ruidosas ondas sonoras da amplitude modulada, a Nacional RJ transmitia a despedida de *Adelzon Alves, o amigo da madrugada*. Estavam presentes no estúdio da rádio não mais aquelas figuras representativas das classes poderosas cariocas, descritas por Saroldi e Moreira no início deste texto, mas sambistas e ouvintes cativos, incrédulos e emocionados.

A notícia de que o contrato não se renovaria começou a se espalhar pelas redes sociais cerca de 24 horas antes e, naquela madrugada de quarta-feira, o estúdio estava cheio e o telefone não parou de tocar. Num relato emocionado em seu perfil do *Facebook*, a cantora Simone Lial (2016), umas das representantes femininas mais atuantes do samba da Lapa, que estava presente no local, traduziu o clima do momento:

Ontem foi emocionante e difícil, estar [...] no programa “Adelzon Alves, o amigo da madrugada” na Rádio Nacional [...] Foi anunciado como o último programa

[...] A EBC passa por um momento político difícil. Sabemos qual é o atual estado político deste país, que se reflete em atitudes como esta, inaceitáveis. Ele estava muito bem, sereno, conduzindo o programa e recebendo os amigos que estiveram lá [...] Wanderlei Monteiro, Carlinhos 7 Cordas, Karyme Branka, Alex Almeida. Ele recebeu ligações de vários amigos, entre eles Noca da Portela e do atual presidente da escola, Marcos Falcon. Agradecia a todos e repetia que o “tio aqui” não era tudo isso que as pessoas relatavam. Eu digo que é tudo isso e mais. Saí de lá com a plena certeza de que se não for na EBC, será em outra rádio que o encontraremos novamente. [...] ponho fé na nossa luta diária.



Figura 3: Adelzon Alves posa ao lado da cantora Simone Lial no dia em que seria o último do seu programa. Imagem retirada do perfil da cantora Simone Lial na rede social Facebook

A tristeza gerou indignação e, naquela mesma noite, por iniciativa da filha de Adelzon, Soraya Alves, responsável pela alimentação do perfil do radialista nas redes sociais, foi lançada uma campanha que gerou resultados eficazes em muito pouco tempo. Sob a assinatura *#VoltaAdelzon*, jornalistas, críticos de música, sambistas, ouvintes, pesquisadores, radialistas e demais admiradores de Adelzon e de seu papel militante pela presença do samba no rádio se engajaram num movimento para reverter a situação.

Posts, curtidas, compartilhamentos de textos, imagens e vídeos, textos na imprensa tradicional e de blogueiros, além de centenas de e-mails que encheram a caixa postal da ouvidoria da EBC, foram as armas utilizadas para vencer a batalha para garantir o lugar cativo de Adelzon Alves e do samba por ele representado na Rádio Nacional, do Rio de Janeiro. Paralelamente, uma rede de contatos se estabelecia entre membros do movimento e, segundo depoimento do próprio Adelzon à autora, até entre os poderosos de Brasília se fez apelo pela volta do programa.

Coroando as manifestações pela volta de Adelzon à Nacional, ocorreu um protesto no dia 25 de julho em frente da sede da EBC no Rio de Janeiro. O movimento, convocado por Soraya e endossado por diversos jornalistas, recebeu apoio de sambistas e personalidades do rádio, amigos, admiradores e ouvintes de Adelzon. Carregando faixas e pronunciando depoimentos emocionados, com a ajuda de um carro de som, conseguiram em poucos dias reincorporar Adelzon Alves ao quadro da emissora.



Figura 4: Manifesto realizado na porta da sede da EBC, pedindo a volta do programa de Adelzon Alves, à Rádio Nacional. Registro fotográfico da autora em 25 de julho de 2016.

Para além da gratidão dos sambistas junto a Adelzon Alves, para além do papel corajoso que sempre desempenhou contra os critérios de seleção de repertório impostos pela indústria da música e para além dos fatos que contribuíram para a permanência de seu programa no ar, pela Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, este texto chega ao final ambicionando ter contribuído com o reconhecimento de Adelzon Alves como um personagem fundamental na história da radiodifusão sonora do Rio de Janeiro e do samba carioca. Publique-se que: “Não dá pra falar de samba no rádio, sem falar de Adelzon Alves”. #FicaAdelzon!

Referências

ALENCAR, César de. **César de Alencar, 70 anos**: depoimento [jun. 1987]. Entrevistador: L. C. SAROLDI. Rio de Janeiro: Rádio JB, 1987. 3 CDs sonoros. Entrevista concedida à Série: Flashes JB da Rádio JB-FM.

ALENCAR, Edigar de. **Nosso Sinhô do samba**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

BENZECRY, Lena. **Das rodas de samba às redes do samba. Mediações e parcerias que**

promoveram o gênero musical à sociedade de consumo. Dissertação (Mestrado em Comunicação) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

_____. **A radiodifusão sonora do samba urbano carioca: Uma retrospectiva crítica das principais representações construídas acerca desse gênero musical, em programas radiofônicos do Rio de Janeiro.** Tese (Doutorado em Comunicação) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

ALVES, Adelzon. **Adelzon Alves:** depoimento [jan. 2013]. Entrevistadora: Lena Benzecry, 2013.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. Considerações sobre a economia política do rádio no Brasil. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y de la Comunicación**, v. 15, n. 2, maio/ago. 2012. Disponível em: <www.eptic.com.br>.

BRITTOS, Valério; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. **Rede Globo - 40 Anos de Poder e Hegemonia.** São Paulo: Paulus, 2005.

DE MARCHI, Leonardo. **Transformações estruturais da indústria fonográfica no Brasil (1999 - 2009)** - Desestruturação do mercado de discos, novas mediações do comércio de fonogramas digitais e consequências para a diversidade cultural no mercado de música. Tese (Doutorado em Comunicação) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio: o veículo, a história e a técnica.** Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2001.

_____. De 1919 a 1923, os primeiros momentos do rádio no Brasil. In: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares em Comunicação, 35, 2012. **Anais...** Fortaleza, CE, 2012a.

_____. Uma proposta de periodização para a história do rádio no Brasil. In: Encontro Nacional da ULEPICC (União Latina de Economia Política da Comunicação), 4, 2012. **Anais...** Rio de Janeiro, 2012b.

FROTA, Wander Nunes. **Auxílio luxuoso. Samba símbolo nacional: geração Noel Rosa e indústria cultural.** São Paulo: Annablume, 2003.

JAMBEIRO, Othon (et al.). **Tempos de Vargas. O rádio e o controle da informação.** Salvador: EDUFBA, 2004.

LAGE, Nilson. **Controle de opinião pública: um ensaio sobre a verdade conveniente.** 1988. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/48397282/Nilson-Lage-Controle-da-Opiniao-Publica-Um-ensaio-sobre-a-verdade-conveniente>. Acesso em: 19 de set. 2014.

LIAL, Simone. *Facebook*. Post publicado no dia 20 de julho de 2016.

PROGRAMA CÉSAR DE ALENCAR. **Coleção Rádio Nacional.** Acervo: MIS-RJ, CD 0407, faixa 1, 1949.

PROGRAMA CÉSAR DE ALENCAR. **Coleção Rádio Nacional.** Acervo: MIS-RJ, CD 0160, faixa 1, 1948.

RÁDIO NACIONAL. Programa Adelzon Alves, o amigo da madrugada. Rio de Janeiro: Rádio Nacional, jul. 2014. Programa de Rádio.

SANDRONI, Carlos. **Feitiço decente. Transformações do samba no Rio de Janeiro (1917 – 1933)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor / Editora UFRJ, 2001.

SAROLDI, Luiz Carlos; MOREIRA, Sonia Virgínia. **Rádio Nacional. O Brasil em sintonia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

VICENTE, Eduardo; DE MARCHI, Leonardo; GAMBARO, Daniel. O rádio musical no Brasil: elementos para um debate. In: ZUCULOTO et. al (org.). **Estudos Radiofônicos no Brasil**. São Paulo: Intercom, 2016.

VIEIRA, Jonas. **César de Alencar, a voz que abalou o rádio**. Rio de Janeiro: Valda, 1993.

A atuação da Rádio Nacional do Rio de Janeiro em ambientes digitais de convergência e de conexão em rede

Elton Bruno Barbosa Pinheiro (UnB)

Resumo

Este artigo dedica-se à reflexão analítica sobre a presença e a atuação da octogenária Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, nos ambientes digitais: *site*, redes sociais *online* e aplicativo Rádios EBC. Objetivou-se diagnosticar as suas características em tais espaços, os desafios para uma eficiente e eficaz integração e adaptação nestes e, ao mesmo tempo, apontar caminhos que subsidiem a sua (re)configuração nesta esfera por meio de estratégias advindas de fenômenos como a convergência e a conexão em rede. Para tanto, esta pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem dialética histórico-estrutural, fez uso da triangulação de técnicas/métodos de análise dentro do amplo escopo da etnografia virtual (HINE, 2000). Como resultado, percebeu-se uma limitada/precária performance da Nacional no ambiente digital causada, entre outros fatores aqui discutidos, sobretudo, pelo baixo grau de experimentação e de aproximação ativa da Rádio com os(as) cidadãos(ãs) em tais espaços, o que se configura como um sério risco à sua legitimidade social e sustentabilidade

Palavras-chave

Rádio Nacional do Rio de Janeiro; Serviço de Radiodifusão Pública; Ambiente Digital; Convergência.

Introdução

Legitimidade social e sustentabilidade: estes são dois grandes e complexos desafios que, historicamente, se apresentam ao Serviço de Radiodifusão Pública (SRP) do Brasil. Na contemporaneidade, contudo, a crise política (notadamente com vieses partidários) pela qual passa o país impactou veementemente os meios de comunicação que compõem o ainda jovem SRP brasileiro (seu marco regulatório) e, conseqüentemente, a função e atuação destes como instrumentos propagadores de valores como a democracia e a cidadania.

Em linhas gerais, o primeiro desafio apontado, o da legitimidade social, relaciona-se tanto à falta de aproximação efetiva dos meios de comunicação do serviço público com a sociedade quanto ao raso reconhecimento e compreensão que os cidadãos têm a respeito da missão, objetivos e princípios que possuem esta esfera da comunicação no país; já o segundo desafio, o da sustentabilidade, também em linhas gerais, relaciona-se à urgência

no incremento das formas de financiamento das emissoras públicas, mas também à necessidade de consolidação de um modelo de gestão que seja efetivamente democrático, ou seja, conduzido direta e ativamente pela sociedade, bem como de uma programação que, produzida com autonomia/independência editorial, se diferencie do conteúdo ofertado no âmbito dos sistemas estatal e comercial de radiodifusão do Brasil.

De um modo particular e peculiar, as rádios públicas sofrem os reflexos desta fase crítica do SRP brasileiro, uma vez que, para além de já serem, em alguma medida, limitadamente acessadas por camadas muito específicas da sociedade – uma população mais adulta, residente nos grandes centros urbanos, pertencente a uma classe social com maior poder aquisitivo e de nível de escolaridade mais elevados, que as ouvem, na maioria das vezes, por meio de aparelhos tradicionais de rádio em suas residências, com prioridade para as FM (74% dos brasileiros dizem preferir ouvir as rádios FM e apenas 14% dos brasileiros dizem preferir as AM) (BRASIL, 2015) – e notadamente relegadas no que se refere às prioridades de estratégias de inovação de sua práxis (PINHEIRO, 2016), passam a sofrer os impactos de uma crise política retrocedente que afeta diretamente o seu campo regulatório em um momento no qual para estas (as rádios públicas) é mister a concentração de esforços dos atores que a constroem para a superação dos desafios que se apresentam a sua atuação de maneira eficiente e eficaz no ambiente digital, onde podem expandir suas performances, criar mais valor e significado para estas, alcançando inclusive a audiência/participação/colaboração/engajamento do público mais jovem, e da sociedade em geral, com a qual passa a ter mais formas de relacionamento para incrementar os seus processos produtivos e modos de circulação de conteúdos e legitimar o serviço.

Ou seja, um caminho potencial no qual se percebe a possibilidade de desenvolvimento de estratégias que podem contribuir para a superação destes desafios da legitimidade social e da sustentabilidade do serviço de radiodifusão pública brasileiro é o da sua (re)configuração – adaptação e integração – ao ambiente tecnológico digital hodierno, no qual estão cada vez mais ativamente inseridos(as) os(as) cidadãos(ãs) em sua pluralidade e diversidade.

Compreende-se, portanto, que é no ambiente digital onde, por exemplo, as rádios públicas, como é o caso da emissora analisada neste artigo – a Rádio Nacional, do Rio de Janeiro – devem passar a atuar de maneira (mais) planejada e estratégica considerando para isto o potencial dos fenômenos que emergem com frutos da digitalização da informação, como é o caso da convergência e da conexão em rede. Isto requer, *a priori*, o fomento e o subsídio da reflexão analítica e, só então, a consequente tomada de medidas concretas que viabilizem uma atuação forte e vibrante destas frente a um ambiente tecnológico mutável, a uma ecologia midiática recontextualizada e a uma complexa dinâmica social e cultural.

Nesta direção, considera-se que na contemporaneidade é no ambiente digital onde as rádios públicas, por exemplo, irão encontrar possibilidades de desempenhar a sua função intrínseca de não ser uma mera veiculadora de uma visão própria (CEBRIÁN HERREROS,

1992), verticalizada, ou de uma visão atrelada ao Governo, mas de acolher, reverberar, circular em diferentes suportes, as múltiplas visões existentes na sociedade, valorizando uma construção horizontal, diversificada, diferenciada e pluralista dos seus conteúdos e programação, com maior e fundamental aproximação do(a) cidadão(ã) neste processo.

A atuação planejada e estratégica de uma rádio pública no ambiente digital pode, portanto, contribuir para que a sociedade se aproxime mais efetivamente dela – a legitime e a torne sustentável – conheça-a melhor, participe/interaja mais intensamente com ela (com seus conteúdos e com seus profissionais de modo geral), interesse-se, de fato, pelo que ela é e pelo que ela diz/propõe, compartilhe e propague seus conteúdos, compreendendo-a, de fato, como um *serviço público*, e não como um *serviço para o público* (CHAPARRO ESCUDERO, 1998), ou seja, como um serviço que existe genuinamente para atender os seus anseios no contexto de uma sociedade democrática.

Ao ignorar a necessidade de (re)configuração no ambiente digital, uma rádio pública estará afastando-se da possibilidade de reinventar a sua práxis dentro de um contexto que, certamente a tornará mais eficiente no sentido de valorizar/potencializar os seus princípios e de melhor cumprir sua missão e objetivos, e, também, mais eficaz no sentido de incrementar a sua dinâmica comunicacional, a sua atuação no cenário midiático e a sua relação com a sociedade.

Tudo isso certamente dialoga com o que Chaparro Escudero (1998) defendeu ao propor que uma rádio pública, muito antes de competitiva deve ser competente. Desenvolver competências no ambiente digital é, portanto, um desafio mas também um caminho potencial para a legitimidade social e sustentabilidade de uma rádio pública na atualidade.

Este trabalho reflete analiticamente e elucida como a Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, apresenta-se e atua no ambiente digital e, ao empreender esta análise, busca apontar caminhos não só para esta que, certamente é uma importante emissora para a história e para o presente da Radiodifusão Brasileira, pois está entre as pioneiras e paradigmáticas emissoras do país, mas também para outras rádios que, como ela, precisam enfrentar, com subsídios diversos, mas também com a criatividade e o esforço da experimentação, o processo de (re)configuração no estratégico e desafiador ambiente digital.

O estratégico e desafiador ambiente digital

É indiscutível o constante processo de inovação tecnológica e o impacto causado historicamente por estas à atuação dos meios de comunicação. De modo particular, a partir do final do século XX e neste início de século XXI, no Brasil e no mundo, o cenário midiático, em todas as esferas – privada, estatal e pública –, passou a enfrentar mais fortemente o processo de digitalização da informação (LÉVY, 1999) o qual é, indubitavelmente, o responsável pelo aperfeiçoamento de meios e redes já existentes e pelo surgimento de novos suportes, plataformas, dispositivos móveis de comunicação, bem como pelo aparecimento de práticas

e estéticas de comunicação diferenciadas daquelas realizadas no contexto analógico, e ainda o protagonista da potencialização de alguns fenômenos, como o da convergência (CASTELLS, 1999; CEBRIAN HERREROS, 2001; JENKINS, 2009) e da conexão/articulação em rede (CARDOSO, 2007; CEBRIAN HERREROS, 2008; JENKINS; FORD; GREEN, 2014), aqui entendidos como estratégias que, para o serviço de radiodifusão pública, de modo particular para as suas rádios, representam muito mais que a possibilidade de alteração nas formas de produzir, distribuir, acessar e consumir conteúdos, significa a oportunidade de ampliar a sua atuação em diferentes ambientes, como o da internet, por exemplo, (MENDEL, 2011; TREMBLAY, 2014) e neste aproximar-se efetivamente dos cidadãos, engajando-os de modo a tornar o processo comunicacional desenvolvido no âmbito do serviço público mais colaborativo/participativo, democrático e plural (como este dever ser) – legítimo e sustentável.

Tratando-se especificamente da convergência, reiterando *a priori* sua relação com a chamada revolução tecnológica, a compreende-se como o fenômeno que, potencializado pela digitalização da informação, possibilita a integração e cooperação estratégica (CASTELLS, 1999) de tecnologias – telecomunicações, a radiodifusão (sons e imagens), a internet – mas também de linguagens (texto, sons, imagens, vídeo etc.) (CEBRIAN HERREROS, 2001), assim como, contextualmente, de gêneros e formatos comunicacionais (jornalístico/entretenimento/educativo etc.).

Refere-se a uma lógica que pode ser melhor compreendida também se observada pelo ângulo da sua capacidade de geração compartilhada de informação (CASTELLS, 1999, p. 111), o que, em si, já dialoga fortemente com aquilo que é intrínseco ao SRP, o compartilhamento, a integração, a cooperação na relação sociedade – meios/técnicas – profissionais/instituições – conteúdos.

A convergência é aqui entendida também como um fenômeno que apresenta outras dimensões para além da tecnológica – sociocultural, político-regulatória, econômica – as quais são igualmente importantes para a sua compreensão (CEBRIAN HERREROS, 2001; CARDOSO, 2007). Além disso, a análise aqui empreendida leva em consideração que a convergência está sustentada por um tripé conceitual: multimídia (convergência dos meios e/ou conteúdos); cultura da participação (a questão da interatividade); inteligência coletiva (participação social efetiva). Estes conceitos guiaram, com seus respectivos indicadores, a análise das estratégias adotadas pela Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, nos seus ambientes de convergência (*site*, redes sociais *online* e seu aplicativo para acesso em dispositivos móveis de comunicação).

Somadas às categorias de análise que envolvem o conceito de convergência, este artigo avalia o modelo de dispersão/propagação/circulação do conteúdo adotado pela emissora no chamado ambiente articulado/organizado/ligado em rede (CARDOSO, 2007), a internet (seu *site* e suas redes sociais *online*).

A análise tem como foco a identificação dos modos como a Rádio Nacional, do Rio de

Janeiro, busca superar o desafio da mera distribuição de conteúdos, (re)configurando-se (ou não) aos moldes de práticas que marcam a chamada “cultura da conexão”, no âmbito da qual se destacam as chamadas “práticas de propagabilidade”, sustentadas, sobretudo, pelo argumento de que “aquilo que não se propaga está morto” (JENKINS; FORD; GREEN, 2014).

O que se analisou nesta etapa da pesquisa, portanto, esteve amparado pelas noções de *distribuição* e *circulação*, ambas referentes aos modos como pode se dar a relação da rádio (seus conteúdos, radialista, jornalistas, produtores e/ou analistas de mídias sociais) com a sociedade em relação às etapas de produção e dispersão do conteúdo.

O que se buscou com essa etapa foi a defesa da importância da colaboração do cidadão como fundamental ao Serviço de Radiodifusão Pública, procurando observar se esta se dá, no âmbito da Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, de forma efetivamente participativa e engajada, a partir de “comunidades mais amplas e de redes que lhes permitem propagar conteúdos muito além de sua vizinhança geográfica” (JENKINS; FORD; GREEN, 2014). A propagação é, nesse sentido, um modelo contrário ao tradicional conceito de veiculação. É caracterizada pelo compartilhamento de conteúdo que mobiliza interações a partir da motivação do público pelo seu valor e importância para seu cotidiano.

As categorias de análise dessas práticas foram contextualizadas/adaptadas a partir do que defendem Jenkins, Ford e Green (2014, p. 28-31) e dizem respeito ao fluxo de ideias, à dispersão do material, à diversidade das experiências, à participação livre, à facilidade de compartilhamento, à existência de uma miríade de redes temporárias e localizadas, aos intermediários autenticamente populares defendendo e doutrinando, e à colaboração através de papéis.

Em outras palavras, as práticas de “propagabilidade” elucidadas pelos referidos autores norte-americanos podem, se aplicadas contextualmente, tornar tais conteúdos de caráter público mais universalizados, diversificados, independentes e plurais, como norteia a Unesco e assinala, em alguma medida, a própria legislação brasileira (na Lei nº 11.652), por meio da lógica da “circulação”, a qual, diferentemente da ideia de “distribuição” – muito atrelada às limitações técnicas da radiodifusão – diz respeito a “um modelo mais participativo de cultura, em que o público não é mais visto como simplesmente um grupo de consumidores de mensagens pré-construídas” (JENKINS; FORD; GREEN; 2014, p. 24), mas como sujeito ativo/engajado e fundamental no processo comunicativo.

As estratégias de convergência aliadas à contribuição destas práticas de propagabilidade que caracterizam a conexão/ligação/organização em rede na contemporaneidade podem, uma vez fomentadas, subsidiadas e planejadas estrategicamente, tornar não só a atuação da Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, mais incrementada – multifacetada, interativa, democrática – como apresentar um caminho sistemático que pode levar ao fortalecimento – legitimidade e sustentabilidade – do Serviço de Radiodifusão Pública Brasileiro (BIANCO; ESCH; PINHEIRO, 2016), sobretudo porque ambas levam fundamentalmente em conta para

a sua articulação, a participação ativa daqueles atores a quem se destina e a quem pertence esta esfera da comunicação: os(as) cidadão(ãs).

A Rádio Nacional do Rio de Janeiro no ambiente digital

Fundada em 1936 nos moldes ainda comerciais e, quatro anos depois, em 1940, estatizada pelo então governo getulista sem, contudo, perder as marcas de um modelo de produção plural e popular considerado paradigmático naquela que foi chamada de época de ouro do rádio, tendo sido, inclusive, considerada “a rádio padrão do país” (ZUCULOTO, 2012), a Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, agora sob a gestão da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), ou seja, integrando o Serviço de Radiodifusão Sonora Pública brasileiro, ao chegar na sua oitava década de existência enfrenta a necessidade e o desafio de se (re)configurar frente ao ambiente tecnológico digital hodierno.

A seu favor para uma atuação vibrante além do *dial*, ou seja, em ambientes digitais de convergência e de conexão em rede, a emissora de naturalidade carioca e alcance nacional tem, além de uma forte expressividade na memória afetiva dos(as) cidadãos(ãs) brasileiros(as), uma programação ampla e diversificada que abrange desde o conteúdo musical (dos clássicos ao conteúdo independente, a exemplo do conteúdo apresentado no programa *Garimpo*), jornalístico (com destaque para os radiojornais *Repórter Nacional* e *Repórter Rio*), memorialístico (como é o programa *Memória*, no qual o conteúdo é dedicado ao resgate e ressignificação da programação da Rádio Nacional e o *Estúdio F*), de variedades (é o caso do *Coisas do Brasil*, *Todos os Ramais*, *Tarde Nacional* e do *Alô Dayse*, este último transmitido há 45 anos), de serviços (a exemplo do *Dito e Feito*), educativo (como o *Tema Livre* e o *Stadium*), regional (a exemplo dos programas, *No Tabuleiro do Brasil*, *Puxa o Fole*) a, notadamente, o conteúdo esportivo (com ênfase para a transmissão dos principais campeonatos de futebol do país).

Contudo, uma programação, por mais rica e variada que seja em seus conteúdos e na qualidade diferenciada destes, como exigem aspectos norteadores da Radiodifusão Pública (UNESCO, 2001), não garantem hoje a permanência de um meio de comunicação nesta nova ecologia midiática, marcada pela lógica da digitalização da informação e pelos fenômenos que dela emergem, nem o alcance destes junto à sociedade, sobretudo ao público mais jovem, que é cada vez mais uma audiência exigente e conectada. É preciso, portanto, que estes conteúdos estejam presentes/disponíveis em diferentes ambientes digitais, como os *sites*, redes sociais *online* e disponíveis também por meio de aplicativos para dispositivos móveis, como celulares e *tablets*, nesse caso não só para acesso, mas também para compartilhamento, propagação/circulação, interação, bem como e, sobretudo no caso daqueles pertencentes ao âmbito da radiodifusão pública, para acolher a colaboração efetiva da sociedade por meio das sugestões, críticas e até mesmo de conteúdos gerados pelos próprios cidadãos.

Ainda que diante da crise pela qual passa o Serviço de Radiodifusão Pública brasileiro, considera-se que é imprescindível articular a atuação de seus meios no ambiente digital, sob pena destes não alcançarem/se aproximarem de uma camada expressiva da população brasileira, tampouco fazerem parte do cotidiano e do imaginário futuro das novas gerações (os mais jovens, adolescentes e as crianças), o que denota um risco de perda ainda maior do nível já baixo de legitimidade social que as emissoras públicas ainda possuem no país, o que também é um resquício das condições de origem destas – marcadas pelas injunções estatais, ideais econômicos, educacionais e ideológicas desenvolvimentistas (MELO, 2009), mas também pela busca da construção de uma identidade nacional ao encurtar distâncias e veicular conteúdos educativos e culturais, os quais, apesar disso, eram muitas vezes de caráter elita-erudito.

No caso da Rádio Nacional do Rio de Janeiro, observa-se a presença¹ dela nos três tipos de ambiente digitais, como mostra o **Quadro 1**, a seguir, sendo peculiar a sua atuação em cada um destes.

Quadro 1 - Mapeamento dos ambientes digitais em que atua ou está presente a Rádio Nacional do Rio de Janeiro

Ambiente Digital	Disponível em
Site	http://radios.ebc.com.br/nacionalrioam
Redes Sociais <i>Online</i> ²	<p><i>Facebook</i> https://www.facebook.com/radionacionalrio</p> <p><i>Twitter</i>³ https://twitter.com/nacionalrio⁴ https://twitter.com/radiosebc⁵</p> <p><i>Google+</i>⁶ https://plus.google.com/113769404042660224868</p> <p><i>WhatsApp</i> (21) 99903-5329</p>
Aplicativo para acesso em dispositivos móveis	Aplicativo Rádios EBC (para dispositivos com tecnologia <i>Android</i>)



1. A análise no lócus delimitado para esse estudo ocorreu durante os quinze primeiros dias do mês de outubro de 2016.

2. A Empresa Brasil de Comunicação possui canal na rede YouTube, contudo, conforme observou-se o conteúdo produzido no âmbito das Rádios EBC não é propagado lá. Disponível em: <<https://www.youtube.com/user/ebcnarede>>. O mesmo acontece com relação à rede *Instagram*, a EBC possui uma perfil no endereço, contudo, o conteúdo produzido no âmbito das suas Rádios Públicas não é propagado lá. Disponível em: <<https://www.instagram.com/ebcnarede/?hl=pt-br>>.

3. Detectou-se, a partir da inserção do termo “Rádio Nacional AM” no buscador do Twitter a criação de um perfil da Rádio Nacional em tal rede em 2012, atualmente inutilizado. Considera-se a manutenção de perfil na web um

Algumas peculiaridades percebidas nesta etapa do mapeamento dos ambientes digitais descritos no **Quadro 1** referem-se ao fato de que como a Rádio Nacional do Rio de Janeiro integra o Sistema de Rádios EBC, em alguns ambientes ela está agregada às “matrizes” dos ambientes digitais gerais/institucionais da referida Empresa. É o caso do seu *site*, hospedado no Portal principal da EBC. Assim, a única conta/página exclusiva que a Nacional do Rio possui atuante autonomamente nas redes sociais *online* é no *Facebook*, sendo o conteúdo desta por vezes compartilhado pela página EBC Rádios. No *Twitter*, apesar de serem mapeadas duas contas exclusivas da referida emissora, nenhuma delas está ativa, sendo a presença da Nacional em tal rede dada apenas por meio do perfil geral designado @ebcrádios. Na rede *Google+*, a Rádio Nacional não possui perfil e a conta existente nomeada “Rádios EBC” não possui nenhuma publicação desde a sua criação. No *Instagram*, a referida rádio não possui perfil próprio, tampouco o perfil oficial da EBC em tal espaço, denominado @ebcnarede, propaga os conteúdos produzidos no âmbito do seu sistema de rádios. Existe um contato para envio de mensagens exclusivas para a Rádio por meio da rede *WhatsApp*, na qual não foi constatada *feedbacks* tampouco a existência de um grupo articulado com a participação dos(as) cidadãos(ãs).

Ainda nesta etapa inicial, o mapeamento realizado visou, além de cumprir a função de catalogar a atual presença da Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, no ambiente digital, identificar características básicas destes espaços, a saber: periodicidade/atualização, aspectos legais e sustentabilidade, pessoas responsáveis, aspectos editoriais e prestação de serviços.

O site da Rádio Nacional do Rio de Janeiro

Em uma de suas definições mais gerais e sintéticas, um *site* é uma “coleção de informações estruturadas como código em linguagem HTML, que reúne áudio, texto, dados e imagens em diversos formatos e acessíveis através de um endereço IP (ou seja, de *Internet Protocol*)” (CASTRO, 2010, p. 1119). Por suas propriedades que envolvem uma composição de imagens, vínculos e referências, pode ser como caracterizado como um hiperdocumento, um espaço bastante propício para convergir diferentes meios, linguagens, gêneros e formatos comunicacionais, bem como para, por meio dele, estabelecer-se uma conexão efetiva com e entre quem o acessa.



fato que pode causar, em alguma medida, descrédito do(a) cidadão(ã) que realizar busca específica pela referida Rádio nesta rede. Disponível em: <<https://twitter.com/RadioNacionalAM>>.

4. Trata-se de um perfil inativo/sem uso.

5. No *Twitter* as Rádios que compõem o Sistema de Rádios EBC estão reunidas em um único perfil, disponíveis em: <<https://twitter.com/radiosebc>>.

6. No *Google+* a Rádio Nacional do Rio de Janeiro também não conta com perfil específico. Em tal rede existe um perfil criado para o Sistema de Rádios EBC, contudo, sem nenhuma atualização/utilização observadas. Disponível em: <<https://plus.google.com/113769404042660224868>>.

Compreende-se o ambiente *site* nesta análise, como um sistema potencialmente convergente, ou hipermediático, como denomina Nunes (2009, p. 222), no qual se torna propícia a “aprendizagem, produção, armazenamento e disponibilização de informações multimídia integrando diferentes tecnologias que absorvem a dinâmica das mídias predecessoras ajustando-se à nova realidade digital”, sendo a hibridização, uma de suas características fundamentais, aqui entendida como o diálogo e/ou o entrecruzamento de linguagens, formatos ou gêneros, a ser avaliada na feição do sistema hiperídia/convergente que precisa ser o *site* da Rádio Nacional, do Rio de Janeiro.

Agregado ao Portal oficial da Empresa Brasil de Comunicação, o *site* da Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, possui a peculiaridade de obter a mesma estrutura de interface dos *sites* de todos os demais canais radiofônicos da EBC, o que apesar de caracterizar uma estratégia de padronização, em alguma medida, limita as possibilidades da Rádio aqui analisada expor de maneira mais diferenciada as suas características identitárias em relação às outras que compõem o mesmo sistema de rádios sob a superintendência daquela empresa pública. Tal padronização, de certa forma, vai de encontro à característica tão em relevo na atual ecologia midiática, que é a hipersegmentação e a hiperespecialização dos conteúdos, bem como aos princípios da pluralidade, diversidade, diferenciação e independência, intrínsecos ao Serviço de Radiodifusão Pública (UNESCO, 2001).

Feita esta pontuação conceitual inicial e ainda discutindo aspectos que se referem à etapa do *Mapeamento*, o *site* da Rádio Nacional, do Rio, apresenta uma periodicidade de atualização variável, ora em fluxo diário – com perceptível exceção dos finais de semana – ora em dias alternados com conteúdos produzidos isoladamente no âmbito de seus diferentes programas. Isto foge da lógica de algumas características marcantes do meio rádio que devem permear o ambiente digital: a instantaneidade, o *real time*, a agilidade. Há, contudo, na página inicial, certa evidência para a ferramenta *streaming* que permite o acesso à programação transmitida em tempo real.

Não há um *link* para informações institucionais específicas da rádio, do tipo, pessoas responsáveis (quem é quem, quem faz o quê), apenas acesso a um brevíssimo histórico da Nacional na aba *Sobre*. Os seus aspectos editoriais não estão evidenciados na estrutura/organização/apresentação geral do *site*, o que é um aspecto limitador se pensado sob o prisma de que isto se faz necessário para que o(a) cidadão(a) possa identificar que tipo de conteúdo ele poderá encontrar/acessa/interagir.

O aspecto da prestação de serviços, tão inerente ao rádio, está demasiadamente comprometido no âmbito das características da atuação da Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, por meio do *site*, pois tal ambiente não apresenta instrumentos como: *login* e serviço de *e-mail*, mapa do *site*, telefones e informações úteis destacados na página principal, informações meteorológicas, não oferece *links* para outras páginas ou para as suas próprias redes sociais *online* (há ícones na página principal que não funcionam), não há dados sobre estatísticas de

acesso, FAQ, tampouco oferta possibilidade de assinatura de *newsletter* (o ícone disponível para isto leva o(a) cidadão para assinar o newsletter da Agência Brasil, da Radioagência ou do Portal EBC, não da Rádio Nacional em si). Também não há espaço específico no *site* para prestação de informações como agenda cultural/social/política, classificados, informações turísticas etc. Nesse quesito de prestação de serviço pode-se fazer um destaque apenas a presença de buscador avançado para pesquisa de conteúdos no *site* e a disponibilização de link para o Serviço de Acesso à Informação e à Ouvidoria da EBC. No *site* não há referências – por meio de texto ou de *links* – que ajudem a compreender, de maneira aprofundada, a história da Rádio Nacional do Rio.

Outros aspectos analisados compuseram etapa específica por meio da *Ferramenta de Avaliação de Qualidade* de cada ambiente digital (CODINA et al, 2011).

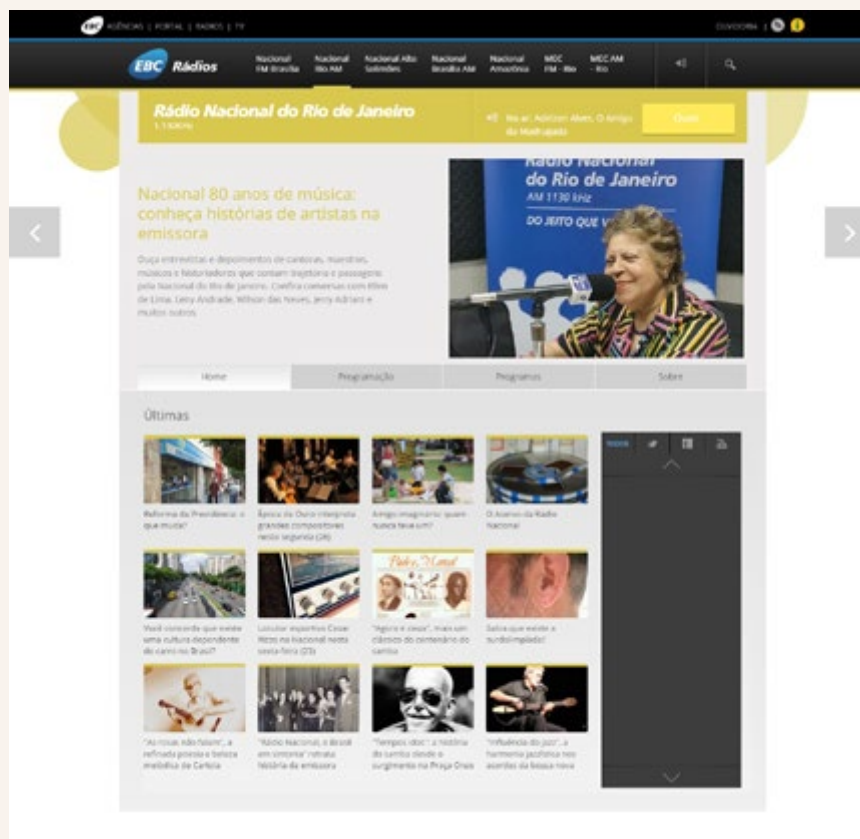


Figura 1 – Site da Rádio Nacional do Rio de Janeiro.
 Fonte: Portal EBC <<http://radios.ebc.com.br/nacionalrioam>>

Realizada em três partes, a *Avaliação de Qualidade* iniciou-se pela questão do conteúdo e acesso à informação, em que se revelaram consideráveis lacunas no que se refere à interface do *site* da Rádio Nacional do Rio de Janeiro. Nesta primeira parte foram avaliados dois pontos: **a)** acesso à informação (navegação e recuperação da informação) e **b)** ergonomia (comodidade e facilidade de uso).

A priori, sobre o aspecto da navegação global, percebe-se a ausência de uma espécie de resumo geral que forneça informações sobre as principais opções do referido *site*. Quanto à expressividade, por seu conjunto limitado de opções de navegação, composto pelas sessões *Home, Programação, Programas, Sobre* e *Últimas*, é possível se visualizar as principais ações do *site* sem a necessidade de realizar deslocamento do cursor, o que apesar de tecnicamente ser o ideal, no caso da Rádio Nacional, configura-se também como uma espécie limitação criativa. No que se refere à identificação, as poucas sessões da página estão apresentadas de maneira correta quanto ao título e a data de atualização do conteúdo, mas na maioria desses não há indicação de seus referidos autores.

Ainda que com algumas debilidades, o *site* tem um trajeto sequencial, ou seja, é possível acompanhar a estruturação dos conteúdos apresentados de forma lógica e a composição de suas escassas sessões é clara, contudo, o referido ambiente não possui um mapa de navegação e está comprometido em sua navegação estrutural, pois não é possível acessar diretamente sessões importantes – como programas e programação – sem ter que passar por sessões anteriores. No aspecto da navegação constante, quando acessada alguma das sessões principais da página inicial (*Programação, Programas, Sobre*) nota-se a permanência da galeria de notícias em destaque, mas não existe uma parte específica da navegação do ambiente que seja constante em todas as suas sessões. As orientações de contexto (aquelas do tipo “onde estou?”) são evidentes. Já a hierarquização dos conteúdos não apresenta evidências tão claras quando observada a página inicial do referido *site*, estão ali conteúdos aleatórios e sem atualização constante.

Especificamente na seção *Últimas* a única evidência de hierarquização dos conteúdos ali dispostos é a data de produção, sendo apenas alguns dos conteúdos produzidos de maneira mais recente os apresentados no topo da lista disponível. Sobre a navegação local, aquela que acontece no âmbito específico de cada seção, o *site* atende ao requisito básico de oferecer *menus*, mas estes não são efetivamente transparentes, ou seja, capazes de ajudar a reconhecer o conteúdo temático ali disponível, apesar de serem acessíveis por meio de uma quantidade mínima de cliques. Já a navegação semântica, aquela que basicamente se refere à utilização do recurso de *links* para conectar seções ou itens que mantêm entre si algum tipo de associação, é timidamente utilizada e, na maioria das vezes, quando há presença de *links* estes remetem apenas ao canal de acesso principal aos conteúdos, ou seja, à própria página/URL da Rádio, sendo, portanto, quase nunca utilizados para fins como “semelhança, causa/efeito, texto/nota de esclarecimento, citação/referência, explicação/exemplo” (CODINA et al., 2011).

O sistema de etiquetas (ícones ou etiquetas textuais) do *site* é tímido e apresenta uma ambiguidade grave nos itens *Programa* e *Programação* já que seus *menus* locais levam as mesmas informações/conteúdos. Um destaque positivo a ser feito é quanto à qualidade da recuperação da informação, pois o ambiente oferece sistema de acesso à informação por

meio de busca por palavras, o qual leva não somente ao conteúdo produzido pela Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, mas por outros canais geridos pela EBC, podendo ser utilizados filtros como áudio, imagem, textos e vídeos, bem como o recurso da busca em períodos específicos (há um dia, há três dias, há uma semana, há um mês, há um ano ou em um período customizado) e também a busca avançada mediante utilização de operadores *booleanos*⁷.

Feitas estas observações das categorias relacionadas ao acesso à informação: navegação e recuperação, realizou-se a análise de aspectos de ergonomia: comodidade e facilidade de uso, os quais se referem a questões como facilidade, flexibilidade, clareza, legibilidade e recursos multimídia.

Levando em consideração que o conteúdo em formato de áudio é o aspecto principal que caracteriza o rádio, ainda que tal meio esteja inserido em um ambiente digital que apresente diferentes recursos, os vínculos sonoros devem ser priorizados, ou seja, facilitados em relação ao acesso, valorizando assim a “cultura do ouvir” (MENEZES, 2008). No *site* da Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, esta que deve ser a ação mais frequente, ouvir o conteúdo, encontra, de certo modo, facilidade para ser acessada, tendo em vista que logo na parte superior da página principal encontra-se a ferramenta de *streaming* para que o(a) cidadão(ã), ao acioná-la, ouça o conteúdo que está sendo veiculado em tempo real sem a necessidade de muitas ações, deslocamentos ou numerosos cliques.

A flexibilidade, ou seja, a capacidade de executar as mesmas ações de maneiras diferentes é um aspecto comprometido no ambiente analisado. Por exemplo, para acessar o conteúdo de um programa específico, o(a) cidadão tem apenas a possibilidade de fazê-lo por meio do clique na seção *Programas* onde poderá consultar se entre as edições disponibilizadas encontra-se o que procura. O mesmo ocorre em relação, por exemplo, ao perfil dos comunicadores que atuam na referida rádio. Este, quando disponibilizado, de maneira limitada/bastante resumida, só pode ser acessado por meio do clique na seção *Programas*, mas é preciso se ressaltar que pouquíssimos comunicadores têm seu perfil disponibilizado no *site*, o que é, em alguma medida, prejudicial, pois esta é uma maneira de se firmar uma relação considerada muito importante no âmbito radiofônico, no qual historicamente se estabelecem “relações de afeto, amizade e intimidade” entre os dois tipos de atores fundamentalmente envolvidos neste processo: o comunicador e o ouvinte (ESCH, 2010), sendo que este último assume também novos papéis no ambiente digital.

Sobre a clareza do *site*, há, em certa medida, uma boa relação figura/fundo (predomínio do amarelo sobre o cinza) e também entre ilustrações e textos e entre ilustrações e fundo, ou seja, um contraste adequado segundo a teoria das cores. A legibilidade, que envolve, por exemplo, a tipografia empregada e a quantidade de espaços em branco existente na



7. Operadores booleanos são palavras que têm o objetivo de definir para o sistema de busca como deve ser feita a combinação entre os termos ou expressões de uma pesquisa.

interface, apresenta-se adequadamente ajustada aos padrões desejáveis. Ou seja, não são problemas de clareza e legibilidade os vilões da atuação da Nacional do Rio no seu *site*, mas sim a questão dos recursos multimídia.

As imagens, textos, vídeos nem sempre complementam as informações sonoras disponibilizadas no *site*.

Percebe-se ainda, nesse critério dos *recursos multimídia*, a ausência de outros elementos/formatos/linguagens como, por exemplo, infográficos, memes, *gifs*, galeria de fotos e vídeos (há, de modo geral, poucos vídeos disponibilizados no *site* da Rádio Nacional do Rio), repositório de áudios etc. Ainda neste aspecto, observou-se que o conteúdo sonoro, sobretudo aquele disponível via *streaming* não dificulta ou limita a leitura, acesso ou a interação com outros elementos, por outro lado, há conteúdos no *site* que não estão disponibilizados em formato sonoro ou para *download*, como os vídeos.

A segunda etapa desta avaliação geral da qualidade do *site* da Rádio Nacional do Rio de Janeiro, refere-se à sua visibilidade e dedicou-se a observar aspectos como luminosidade e posicionamento.

Em linhas gerais, em relação à luminosidade, percebe-se a carência na disponibilização de *links* para recursos/conteúdos externos à Rádio. Aqueles existentes, embutidos no conteúdo do ambiente, são geralmente ligados à própria EBC e isto, em alguma medida, impacta o *posicionamento* e a expansão da referida rádio pública. Percebe-se ainda que é um ambiente ainda pouco *linkado* externamente, sendo, portanto, a popularidade da Nacional, do Rio, no ambiente digital afetada pela carência de *inbound links* (enlaces de fora para dentro). Uma estratégia neste sentido seria buscar essa superação na articulação com órgãos públicos ou de caráter não comercial que pudessem compartilhar um *link* para acesso à Rádio Nacional, do Rio, em seus respectivos ambientes digitais.

A terceira e última parte da avaliação de qualidade disse respeito à sua usabilidade, em que se observou a questão da adaptação. Nesta fase, diagnosticou-se que o *site* da Rádio Nacional do Rio de Janeiro não oferece aos(às) cidadãos(ãs) a possibilidade de adaptá-lo de maneira inteligente às suas necessidades em termos de linguagem, contextos ou outros interesses pessoais. Tampouco é possível executar as ações mais comuns de diferentes maneiras, ou seja, não é um ambiente redundante.

No que tange ao acesso às ações mais comuns – ouvir/ler/assistir ou interagir de outras maneiras com o conteúdo – estas, com exceção da escuta do conteúdo transmitido em tempo real, não estão presentes eficientemente na primeira seção do ambiente, reque-rendo alguns cliques para serem realizadas.

Nota-se ainda a inexistência de uma política no sentido de expor as regras da Empresa que gere a Rádio Nacional do Rio de Janeiro, a EBC, quanto às formas de participação social, bem como normas relacionadas ao uso dos conteúdos da emissora, ao envio de sugestões de conteúdos por parte dos cidadãos, veiculação de produções independentes etc. A central

do ouvinte, cujo *link* para acesso está colocado periféricamente na parte inferior da página, portanto fora da sua interface principal, apresenta apenas o *e-mail*, endereço e telefone da rádio, desconsiderando a importância das redes sociais *online* como importantes canais de interação mútua, e sem dedicar-se à elucidação de uma política da Rádio e/ou da própria EBC em relação aos seus conteúdos lá disponibilizados.

A limitada presença no ambiente das redes sociais online

Há múltiplos significados atribuídos à expressão rede, no entanto, esta análise, em sua articulação, balizou-se nos seguintes: “sistema de nodos⁸ e elos; uma estrutura sem fronteiras; uma comunidade não geográfica; um sistema de apoio ou um sistema físico que se pareça com uma árvore ou uma rede” (MARTELETO, 2001, p. 72).

Nesse sentido, as redes sociais *online*, mais especificamente os seus *sites* (RECUERO, 2011) – por exemplo, *Facebook*, *Twitter*, *Instagram*, *Google+* etc. – são enxergados no contexto desta análise como ambientes digitais que propiciam relevante apoio para que a sociedade – por meio de cada cidadão(ã) – aproxime-se e relacione-se de maneira autônoma com os meios de comunicação pública agregando a estes, como é o caso da Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, mais valor social e significado simbólico que podem ser advindos das ideias, colaborações e interesses ali compartilhados.

Assim, a análise das redes sociais em que atua autonomamente a rádio pública em foco, isto é, de maneira não agregada aos perfis “Rádios EBC” (existentes no *Twitter* e no *Google+*), nesse caso, portanto, apenas o *Facebook*, levou em consideração, a partir do que sugere Recuero (2001), as seguintes categorias: relações, laços sociais, multiplexidade, composição do laço social e, fundamentalmente, a interação.

Algumas perguntas sobre as quais a avaliação realizada buscou respostas foram: há interação social efetiva entre a Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, e a sociedade no ambiente da rede social analisada (*Facebook*)? O referido ambiente analisado pode, de fato, ser considerado como um espaço eficiente e eficaz no sentido de estabelecer uma aproximação/laços, ou seja, uma conexão ativa, dinâmica e vibrante com a sociedade que compõe a audiência da Rádio Nacional, do Rio de Janeiro?

Ademais, como afirma Recuero (2001), um laço social pressupõe algum tipo de manutenção, seja ele fraco ou forte, sendo assim, como se caracterizam aqueles observados na rede analisada? Existem situações de diálogo e troca entre os cidadãos e o meio e dos cidadãos entre si no âmbito da rede social analisada? Existem estratégias de promoção da rede na própria página analisada e/ou em outros ambientes (do tipo “siga”, “curta”, “compartilhe”) ?



8. Em linhas gerais, “um nodo, nas ciências da computação (informática), é um componente que faz parte de uma rede. Na Internet, cada servidor constitui um nodo. Os computadores que fazem parte de uma rede também são nodos.” Disponível em: < <http://conceito.de/nodo?> >.

A Figura 2 mostra a interface e conteúdos sobre os quais se deu a análise.



Figura 2 – Página da Rádio Nacional do Rio de Janeiro no *Facebook*.
 Fonte: <<https://www.facebook.com/radionacionalrio>>.

O *Facebook* é a única rede social *online* em que a Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, está presente/atuante de maneira autônoma. É importante salientar que o acesso a tal rede tem crescido no mundo (RECUERO, 2011) e, de maneira peculiar, segue em uso crescente em países da América Latina. No Brasil, 92% dos(as) cidadãos(ãs) estão conectados(as) em redes sociais *online*, sendo que o *Facebook* é mais utilizada (83%), seguida pelo programa de trocas de mensagens instantâneas, *WhatsApp*, (58%) e do *YouTube* (17%) (BRASIL, 2015).

Isto posto, considera-se estratégica a presença da Rádio Nacional no *Facebook*, mas registra-se a lacuna que representa a sua ausência com perfis próprios/exclusivos em outras redes sociais, tendo em vista os níveis de aproximação que estas podem, se utilizadas de maneira bem articulada, em sintonia efetiva com os cidadãos, oferecer para a sua legitimidade social e sustentabilidade. Mas, tratando-se da presença no *Facebook*, onde a Nacional tem aproximadamente 12 mil curtidores (dados de outubro de 2016), há aspectos que precisam ser pontuados com mais detalhes, visando uma atuação mais eficiente e eficaz da rádio em tal ambiente.

Percebe-se considerável fragilidade nas relações estabelecidas no âmbito desta rede. Com os conteúdos, por exemplo, apesar dos(as) cidadãos(ãs) poderem interagir, por meio

de recursos oferecidos pelo próprio *Facebook* – como curtidas, compartilhamentos (aberto ou diretamente para outra pessoa que possua perfil ativo na referida rede), salvando a publicação em seu perfil pessoal, ativando notificações sobre determinada postagem, denunciando conteúdos que acharem impróprios, incorporando as publicações em outros *sites* ou comentando-as – não se percebe a realização de algo que é essencial para a comunicação da esfera pública, sobretudo quando se trata de um meio radiofônico presente em uma rede social *online*: o *feedback* da emissora aos comentários, estabelecendo assim uma conexão/interação efetiva com a sociedade.

Também há limitações pelo fato de não ser possível fazer o *download* do conteúdo a partir da própria rede, de avaliar as publicações por meio de recurso específico para isso ou de construir coletivamente a informação disponibilizada, por meio, por exemplo, de envio de comentários/sugestões/críticas diretos aos editores/produtores dos conteúdos acessados (tais profissionais responsáveis pelos conteúdos não são informados/identificados em cada postagem, o que compromete, em alguma medida, os laços entre os atores envolvidos no processo: técnicos e cidadãos).

Ainda nesse horizonte das relações, nota-se que a maioria das postagens avaliadas no período de análise da referida rede social *online* possuem um direcionamento prioritário para o jornalístico-informativo esportivo, ficando em segundo plano ou praticamente sem expressão conteúdos de entretenimento, educativos, de serviço e até mesmos aqueles de caráter institucional que servem, entre outras funções, para promover a própria página/emissora e, por que não, a radiodifusão pública.

Das postagens avaliadas no período de análise, aproximadamente 40% eram de conteúdo jornalístico-informativo esportivo. Percebeu-se repetições em postagens de conteúdos de entretenimento, ausência de conteúdos de prestação de serviço e apenas 8% de presença de conteúdos institucionais/de promoção da imagem e conteúdos da página/emissora. Além disso, notou-se que nem todos os programas da Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, possuem conteúdos publicados na referida página no *Facebook*. O Programa *Tema Livre*, sozinho, totalizou 20% das postagens avaliadas no período pesquisado. Isto é sintomático da necessidade de a emissora focar e valorizar/fazer cumprir melhor o tríplice mandato da radiodifusão pública – formar, informar, entreter (UNESCO, 2001) – e os princípios que devem reger a programação – diversidade, pluralidade, diferenciação – em um ambiente que tem a capacidade de se aproximar tão genuinamente dos(as) cidadãos(ãs).

Ainda no escopo das relações, a *força*, ou seja, o nível médio, de alcance efetivo das publicações junto aos curtidores da página (aproximadamente 12 mil) da Rádio Nacional no *Facebook* é ainda relativamente baixo. Entre as postagens avaliadas, nenhuma delas ultrapassou o número de 10 (dez) curtidas e/ou compartilhamentos quando apresentaram apenas imagem e/ou texto, por outro lado, percebe-se que as postagens de maior impacto, todavia ainda em menor número na página, são as que agregam texto e vídeo, as quais

costumam ultrapassar, em média, o número de 1 (um) mil visualizações, chegando uma das postagens analisadas apresentar o quantitativo de mais de 2 mil e 300 visualizações (tratava-se da transmissão ao vivo do Conjunto Época de Ouro, no programa homônimo, em que o referido conjunto toca vários pedidos de ouvintes, internautas e afins). Ou seja, quando há algum nível de convergência/hibridização de formatos ou linguagens, e de interação, a força, ou o alcance efetivo das publicações junto aos cidadãos que curtem a referida página da Nacional, do Rio, no *Facebook* aumenta consideravelmente.

Contudo, os laços sociais, aqui efetivamente entendidos como a *conexão entre os atores* envolvidos – neste caso os profissionais produtores de conteúdos e a sociedade – não é evidenciada na página da rede analisada, o que se considera como razão enfraquecedora da sua propagação. A chamada multiplexidade (RECUERO, 2001), aqui compreendida como as situações de diálogo e troca – interação direta e ativa – entre a Rádio Nacional, do Rio, e os(as) cidadãos(ãs) por meio da rede social *Facebook* é inexistente, quando deveria, na verdade, acontecer nos moldes como inspira o próprio meio radiofônico, de maneira ágil, instantânea, em tempo real, o que poderia fortalecer a sua atuação tanto na referida rede quanto no *dial* e, portanto, contribuir para a sua legitimidade social e sustentabilidade no hodierno cenário midiático.

Entre as estratégias práticas que se observam como úteis ao contexto da Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, no ambiente da rede social *Facebook* no sentido de agregar a ela mais valor social e significado simbólico, além da superação dos entraves causados pelo baixo nível de interação, criação de laços sociais com os(as) cidadãos(ãs), está a experimentação. Além disso, há a necessidade urgente de uma espécie de autopromoção da Rádio Pública em tal ambiente por meio de formatos inventivos e convergentes (áudio, vídeo, texto, fotos, infográficos, memes, *gifs* etc.), a criação de páginas específicas para os seus programas (o Programa *Tema Livre* foi o único detectado com uma página que propaga conteúdos e converge com a página da Nacional no *Facebook*) e do anúncio dessa página na programação veiculada no *dial*, a qual, inclusive, ainda não pode ser acessada a partir da rede social analisada, o que é um grave problema, mas já possível de ser solucionado, por exemplo, por meio de aplicativos como o *TuneIn* (utilizado pelas Rádios MEC AM e MEC FM).

Em linhas gerais, em termos de *eficácia*, avalia-se a utilização e atuação da Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, no ambiente digital da rede social *Facebook* como vertical, ou seja, apesar da presença na referida rede esta é uma ação que ainda se dá de maneira incipiente no sentido de se limitar a apenas “difundir” conteúdos já produzidos no âmbito dos processos realizados para o *dial* e de não interagir com os(as) cidadãos(ãs), convocar e acolher a participação destes(as) em seus processos produtivos, o que é essencial/primordial aos meios públicos.

É preciso, nesse sentido, que a página da Nacional, do Rio de Janeiro, no *Facebook* se torne uma rede horizontal que, portanto, muito além de existir no mundo *online*, seja

utilizada de maneira estratégica para aproximação com a sociedade, prezando, sobretudo, pela interatividade/relacionamento ativo com esta. Trata-se da necessidade de se (re) configurar como um meio de propagação dos seus conteúdos e não só de reproduzir conteúdos já veiculados pela emissora no *dial*, mas também criar e fazer circular seus próprios conteúdos com linguagem convergente, o que precisa acontecer de maneira concomitante a uma aproximação com os(as) cidadãos(ãs) e a potencial colaboração engajada destes(as) em tal processo.

Além disso, é preciso que a Nacional descubra e se integre – de maneira articulada, urgente e autônoma – em outras redes nas quais a sociedade, sobretudo o público mais jovem, se aproxima e faz uso crescente a cada dia, como é o caso do *Instagram*, *YouTube*, *Snapchat*, *Google+* e do próprio *Twitter*, nas quais também, outros meios de comunicação, sobretudo da esfera privada-comercial, já atuam nos seus moldes e com seus objetivos específicos.

Assim, em alguma medida, se estará garantindo a possibilidade de se manter não só a Rádio Nacional, do Rio, mas o próprio Serviço de Radiodifusão Pública do país, mais independente, forte e vibrante, capaz de enfrentar, de certo modo, mais do que de maneira complementar, de maneira legítima e sustentável, o cenário tão competitivo e complexo que envolve, de modo geral, a radiodifusão brasileira nestes tempos de uma nova ecologia midiática.

A restrita funcionalidade do aplicativo Rádios EBC



Figura 03 – Aplicativo Rádios EBC.
Fonte: Portal EBC.

Em 2013, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) lançou o aplicativo Rádios EBC com a única e básica promessa de, a partir dele, dar acesso ao cidadão a ouvir a programação das suas estações radiofônicas em qualquer lugar do mundo por meios de outros dispositivos móveis de comunicação, como celulares e *tablets*. Duas considerações precisam ser feitas antes de se explicitar os parâmetros pelos quais esse estudo se balizou para avaliar o referido aplicativo: de fato, a sua funcionalidade resume-se apenas à permissão ao acesso à programação transmitida em tempo real pelas emissoras da EBC, entre elas, a Rádio Nacional, do Rio de Janeiro; e o aplicativo só está disponível para acesso em dispositivos com tecnologia *Android*, não sendo possível acessá-lo em aparelhos do modelo *iOS*.

Baseando-se contextualmente em aspectos técnicos do documento chamado *M-Government mobile technologies for responsive governments and connected societies*⁹, publicado sob a responsabilidade da Secretaria-Geral da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), em 2011, caracteriza-se o aplicativo Rádios EBC com um instrumento desenvolvido para ampliar a relação Rádio Pública - Cidadãos(ãs), contudo, ele não oferece nenhuma funcionalidade dinâmica, criativa para isto, apenas a escuta linear da programação transmitida em tempo real pelas rádios.

O referido aplicativo, portanto, apesar de gratuito e de ser, em alguma medida, prático, em seu fim, apresenta problemas básicos de funcionalidade detectados a partir da adaptação da ferramenta para avaliação de qualidade proposta por Codina (2011).

Em relação ao conteúdo e acesso à informação, mais especificamente no que se refere à navegação e recuperação, o *app* Rádios EBC apresenta em sua interface inicial um menu/resumo que se restringe a indicar o nome das rádios que podem ser ouvidas, o que dá uma certa expressividade, mas ainda limitada, ao ambiente pelo fato destas estarem agrupadas de maneira consideravelmente visualizável. A identificação, porém, é uma categoria cuja qualidade está comprometida no aplicativo, pois ao acessar a Rádio Nacional do Rio (ou qualquer outra presente no *app*) não é possível, por exemplo, a identificação do programa/ conteúdo que está sendo transmitido, tampouco conhecer dados do comunicador ou da equipe produtora de determinado conteúdo.

Tanto a navegação estrutural quanto a navegação constante são comprometidas pelo baixíssimo número de sessões que o ambiente apresenta. A hierarquização é algo impossível de avaliar-se uma vez que nenhum conteúdo além daquele em linguagem sonora transmitido em tempo real, é disponibilizado para acesso. Assim também, a navegação local, que se dá dentro das sessões, e a navegação semântica, que se dá a partir da presença de *links*, são categorias impossíveis de avaliação pela inexistência de recursos que permitam isto. O sistema de etiquetas não sofre graves problemas pelo reduzido número em que estas existem, sendo autoexcludentes e dedicadas apenas a nomeação das rádios. Quanto à recuperação da informação e à busca avançada, o referido *app* não disponibiliza recursos com tais funcionalidades.

Em relação à ergonomia, mais especificamente à comodidade e facilidade de uso, o ambiente analisado é, de fato, fácil, pois a única ação que permite não exige numerosas ações ou deslocamentos, não se trata, contudo de uma ferramenta flexível, pois suas funções só podem ser realizadas de uma única maneira. Possui uma clareza



9. O referido documento se refere às práticas de Governo-Móvel, – o que não é o foco desta análise, mas serve como modelo metodológico – para tanto, categoriza os aplicativos dessa esfera em: *govern-ment-to-citizens* (governo-para-cidadãos); *government-to-government* (governo-para-governo); *government-to-business* (governo-para-negócios); *government-to-employees* (governo-para-funcionários/servidores).

em relação ao sistema de etiquetas – texto e o fundo do ambiente –, todavia nele não há ilustrações. A legibilidade dos seus poucos elementos textuais, restritos aos nomes das rádios apresenta-se contextualmente adequada, sendo os tamanhos das fontes algo possível de ajustes no que se refere à sua ampliação. Não há, no aplicativo Rádios EBC, a disponibilização de nenhum recurso multimídia como imagens, textos, vídeos ou outros elementos como infográficos, memes, *gifs* etc.

Numa segunda etapa da análise geral de qualidade do aplicativo, verificou-se a questão da visibilidade, mais especificamente da luminosidade e do posicionamento, das quais não se pode apresentar nenhuma avaliação específica pela ausência de *links*, o que, de modo geral, compromete, segundo Codina et al. (2011), a popularidade/alcance do ambiente.

A terceira e última parte da avaliação de qualidade do aplicativo foi dedicada à sua usabilidade. Nessa categoria, o indicador adaptação apresentou-se como um critério relativo para avaliação: se observada a adequação às necessidades de linguagem, contexto ou interesses pessoais do cidadão, esta é uma questão crítica, mas muito mais vinculada à estrutura da rádio em si, do que a funcionalidade do aplicativo, por outro lado, os interesses pessoais podem ser, em alguma medida, atendidos se considerada a oportunidade dada ao(a) cidadão de escolher a rádio que ouvirá. Já o indicador redundância pode ser observado única e exclusivamente no fato de o(a) cidadão ao acessar uma rádio específica, a página aberta oferecer, na parte inferior, opção para escolha de outra rádio o que elimina a necessidade de se retornar a página inicial do aplicativo. Quanto ao acesso ao conteúdo transmitido este é facilitado, mas o aplicativo Rádio EBC, onde está disponível a programação em tempo real da Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, equivoca-se ao não disponibilizar uma seção dedicada a expor as regras e a política da Rádio e/ou da própria EBC quanto às formas de participação social, de uso dos conteúdos ali veiculados, ao envio de sugestões ou de conteúdos em geral.

Ao se caracterizar, portanto, como um modelo de aplicativo que se destina a expandir a relação entre a rádio pública (os conteúdos produzidos por ela) e a sociedade, o *app* Rádio EBC deixa brechas percebidas pela inexistência da oferta de possibilidades de interação que sejam efetivas e sensíveis às necessidades dos(as) cidadãos(ãs) e as suas preferências de comunicação (OCDE, 2011). Alguns caminhos possíveis para (re)configuração do referido aplicativo são a disponibilização, por meio dele, de recursos – em diferentes linguagens, gêneros e formatos, inclusive hibridizados – que permitam, de maneira fácil, flexível e dinâmica, à sociedade a manutenção de sua atualização informativa, bem como o acesso incrementado a práticas formativas e de entretenimento, em sintonia com o mandato da Radiodifusão Pública (UNESCO, 2001), além disso, o acesso a fazer perguntas, solicitar informações, serviços ou outro tipo de conteúdo, apresentar observações, relatar problemas, sugerir etc. Também seria ideal que o referido aplicativo, apoiando-se na estratégia da convergência, permite-se o acesso às redes sociais *online* nas quais atuam as rádios lá disponibilizadas, como a Nacional, do Rio.

As restrições do aplicativo Rádios EBC não permitem uma categorização em moldes mais específicos como sugere a OCDE (2011): serviços informativos e educativos, serviços interativos, serviços transnacionais, ou de governança e engajamento com cidadão. Assim, baseado na sua atual funcionalidade, esta análise categoriza o referido aplicativo como exclusivamente um serviço de mero acesso ao conteúdo já produzido e transmitido de maneira linear e verticalizada e que abre mão das potencialidades/estratégias possibilitadas pela lógica da digitalização, como a convergência e a conexão/articulação em rede.

Considerações finais

Ao desenvolver o presente estudo qualitativo com aportes teórico-metodológicos múltiplos e o auxílio de diversas ferramentas de análise trianguladas para tal fim, avalia-se que a Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, apesar da sua importância histórica para a radiodifusão sonora pública brasileira e para o amplo campo da comunicação social do país e de se constituir ainda hoje como uma rádio detentora de um modelo de programação peculiar, ao chegar aos seus 80 anos em 2016, para além de complexas questões políticas-regulatórias que assombram o Serviço de Radiodifusão Pública como um todo – algumas que até ameaçam o seu *status* enquanto meio público –, enfrenta outros consideráveis desafios para garantir a sua legitimidade social e sustentabilidade no cenário midiático hodierno, relacionados, sobretudo, à necessidade de sua urgente (re)configuração no ambiente digital.

As lacunas no que se refere à ausência ou à baixa incidência ou planejamento de estratégias de convergência e de conexão em rede tornam a sua atuação no *site* (agregado a Portal EBC), bem como na sua única página autônoma numa rede social, o *Facebook* e ainda a sua presença no aplicativo Rádios EBC limitadas e destoantes daquelas possibilidades oferecidas pelas inovações tecnológicas advindas da lógica digitalização da informação, isto é, não a fazem passar, em tais ambientes, de mera “emissora” de conteúdos diversos produzidos verticalmente.

Conclui-se que quatro aspectos impactam a Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, e também outros canais públicos de comunicação radiofônica, a se integrarem e se adaptarem de maneira eficaz e eficiente ao novo paradigma tecnológico: **a)** as condições de origem sob as quais se desenvolveu o Serviço de Radiodifusão Pública no Brasil, inclusive testemunhadas pela referida rádio; **b)** o atual cenário de instabilidade política pelo qual passa o país, que compromete, de maneira geral, o modelo de gestão, de financiamento e a questão da autonomia e da independência editorial na produção de conteúdos no âmbito a Radiodifusão Pública; **c)** os poucos investimentos em políticas que estimulem o desenvolvimento deste serviço público em consonância com as inovações tecnológicas, como acontece na Europa, por exemplo, onde existe uma forte preocupação de manter um serviço público de radiodifusão independente e vibrante, adaptado às exigências da era digital; e **d)** a incipiente aproximação/relação da rádio com a sociedade por meio dos espaços que já ocupa no

ambiente digital (*site*, página no *Facebook* e no aplicativo Rádios EBC), ou mesmo a tímida presença nestes – as poucas estratégias planejadas – o que enfraquece os laços necessários à Radiodifusão Pública.

Destarte, as contribuições aqui apresentadas buscam contribuir para que os processos comunicacionais públicos desenvolvidos nos ambientes digitais onde está presente a Rádio Nacional, do Rio, sejam mais amplos, participativos, democráticos, estratégicos, fortalecendo-a, sobretudo, por meio do fomento a participação ativa dos cidadãos que é algo, por sua vez, fundamental nesse processo e que ganha notável potencial com os recursos tecnológicos.

O presente estudo, portanto, apresenta-se como um diagnóstico que, muito além de apontar limites e desafios, visa ser instrumento que motive/estimule a capacidade de criação e, sobretudo, de experimentação dos técnicos, gestores, comunicadores e demais profissionais da comunicação junto ao meio analisado e a relação engajada deles (meio e profissionais do meio) com a sociedade, que é também e cada vez mais produtora e propagadora de conteúdos. Ou seja, os resultados da avaliação aqui apresentada pretendem ser vibrações e luzes a elucidar caminhos que podem levar à superação das lacunas percebidas e, conseqüentemente à garantia do sucesso – da legitimidade social e da sustentabilidade – da octogenária Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, no hodierno ambiente digital convergente e conectado em rede.

Referências

BIANCO, Nelia R. Del; ESCH, Carlos E.; PINHEIRO, Elton Bruno B. Estrategias de la Empresa Brasil de Comunicación para hacer frente al reto de la convergência. **Anais do XIII Congresso Latino Americano de Pesquisadores em Comunicação**. México: ALAIC, 2016.

BIANCO, Nelia R. Del (Org.). **O Rádio Brasileiro na Era da Convergência**. 1. ed. São Paulo: Intercom, 2012.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. Brasília: Secom, 2014.

_____. **Lei nº 11.652, de 7 de abril 2008**. Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta [...]. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.

CARDOSO, Gustavo. **A mídia na sociedade em rede: filtros, vitrines, notícias**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Raquel. *Site*. In: **Enciclopédia INTERCOM de comunicação**. – São Paulo: Sociedade

Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010.

CEBRIÁN HERREROS, M. **La Radio em Internet: de la ciberradio a lãs redes sociales y la radio móvil**. Buenos Aires: La Crujía, 2008.

_____. **La Radio en la convergência multimedia**. Barcelona: Gedisa, 2001.

_____. Radio Pública / Radio Privada. In: **Comunicación Social 1992** / Tendências. Madrid: Fundesco, 1992.

CHAPARRO ESCUDERO, Manuel. **Radio publica local**. Sevilla: Fragua, 1998.

CODINA, Lluíz et al.. Ferramenta para Análise Geral de Qualidade em Cibermeios. In: PALACIOS, Marcos (Org.). **Ferramentas para Análise de Qualidade no Ciberjornalismo**. (Volume 1: Modelos).Portugal: LabCom, 2011.

DEMO, Pedro. Metodologia do Conhecimento Científico. São Paulo: Atlas, 2012.

_____. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.

ESCH, Carlos Eduardo. As relações de afeto, amizade e intimidade no rádio contemporâneo: aproximações entre Brasil e Espanha. In: CABALLERO [et al]. (Org.). **Políticas de comunicação e da cultura: contribuições acadêmicas e intervenção social**. Brasília: Casa das Musas, São Paulo: Intercom, 2010.

EVANS, L. Authenticity *Online*: using webnography to address phenomenological concerns. In: MOUSOUTZANIS, A.; RIHA, D. (Org.). **New Media and the Politics of Online Communities**. Oxford: Inter-Disciplinary Press, 2010.

FECHINE, Yvana. Transmídiação e Cultura Participativa: pensando as práticas textuais de agenciamento dos fãs de telenovelas brasileiras. In: **Anais do XXIII Encontro Anual da Compós**, Universidade Federal do Pará, 27 a 30 de maio de 2014.

FIGARO, Roseli. A triangulação metodológica em pesquisas sobre a Comunicação no mundo do trabalho. In: **Revista Fronteiras - estudos midiáticos**. Vol. 16 Nº 2 - maio/agosto 2014.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

HINE, Christine. **Virtual Ethnography**. London: SAGE Publications, 2000.

JENKINS, Henry. Cultura da Convergência. São Paulo: Aleph, 2008.

JENKINS, Henri; FORD, Sam; GREEN, Joshua. **Cultura da Conexão: criando valor e significado por meio da mídia propagável**. Tradução Patrícia Arnaud. São Paulo: Aleph, 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1992.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MARTELETO, Regina Maria. **Análise de redes sociais – aplicação nos estudos de transferência da informação**. Ci. Inf., Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan./abr. 2001

MENDEL, Toby. **Serviço público de radiodifusão: um estudo de direito comparado** / Toby Mendel. Brasília: UNESCO, 2011.

MENEZES, José Eugenio de O. Cultura do ouvir: os vínculos sonoros na contemporaneidade. **Revista Líbero**. Ano XI. nº. 21. Jun. 2008.

NUNES, Pedro. Hipermídia: diversidades sógnicas e reconfigurações no ciberespaço. In: NUNES, Pedro (Org.). **Mídias Digitais & Interatividade**. João Pessoa: EDUFPB, 2009.

PARLAMENTO EUROPEU. O serviço público de radiodifusão na era digital: o futuro do duplo sistema. 2010. Disponível em: < <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+REPORT+A7-2010-0286+0+DOC+XML+V0//PT>>. Acesso em: 20 set. 2016.

PINHEIRO, Elton Bruno Barbosa. Performance das Rádios Públicas da Empresa Brasil de Comunicação no Cenário da Convergência Digital e da Conexão em Rede. **Anais do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – São Paulo - SP – 05 a 09/09/2016. [E] Recurso eletrônico: São Paulo: Intercom, 2016

_____. Pensar a Comunicação Pública Latino-Americana no Contexto da “Cultura da Conexão”: Possibilidades e Desafios. **Anais do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 4 a 7 de setembro de 2015, [E] Recurso eletrônico: Comunicação e Cidade do Espetáculo. São Paulo: Intercom, 2015.

PRIMO, Alex. Interação mútua e interação reativa: uma proposta de estudo. **Revista da Famecos**, n. 12, p. 81-92, jun. 2000.

MACHADO, Arlindo. **A arte do vídeo**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MASIP, Pere; MICÓ, Josep Lluís; TEIXEIRA, Tattiana. Ferramenta para Análise de Multimídia em Cibermeios. In: PALACIOS, Marcos (Org.). **Ferramentas para Análise de Qualidade no Ciberjornalismo**. (Volume 1: Modelos).Portugal: LabCom, 2011.

MELO, José Marques de. **Pensamiento comunicacional latinoamericano. Entre el saber y el poder**. Sevilla: Comunicación Social, 2009.

MESO, Koldo et. al. Ferramenta para Análise de Interatividade em Cibermeios. In: PALACIOS, Marcos (Org.). **Ferramentas para Análise de Qualidade no Ciberjornalismo**. (Volume 1: Modelos). Portugal: LabCom, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; MINAYO-GÓMEZ, Carlos. Difíceis e possíveis relações entre métodos quantitativos e qualitativos nos estudos de problemas de saúde. In: GOLDENBERG, Paulete.; MARSIGLIA, Regina Maria Giffoni; GOMES, Mara Helena de Andréa. (Org.). **O clássico**

e o novo: Tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

NOCI, Javier Díaz. Ferramenta para Catalogação de Cibermeios. In: PALACIOS, Marcos (Org.). **Ferramentas para Análise de Qualidade no Ciberjornalismo.** (Volume 1: Modelos). Portugal: LabCom, 2011.

OECD/International Telecommunication Union. **M-Government: Mobile Technologies for Responsive Governments and Connected Societies,** OECD Publishing. 2011

POLIVANOV, Beatriz. Etnografia Virtual, Netnografia ou Apenas Etnografia? Implicações dos Termos em Pesquisas Qualitativas na Internet. **Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Manaus, AM – 4 a 7/9/2013.

QUADROS, Mirian Redin de; LOPEZ, Debora Cristina. A interatividade no rádio hipermediático: uma análise comparativa dos *sites* das rádios CBN e Gaúcha. In: MARTINS, Elaide; PALACIOS, Marcos (Org.). **Ferramentas para análise de qualidade no ciberjornalismo.** Volume 2: aplicações. Portugal: LabCom, 2016.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet.** Porto Alegre: Sulina, 2011.

_____. **Redes sociais na Internet: Considerações iniciais.** Portugal: BOCC, 2001.

ROCHA, Paulo Jung. **Jornalismo em tempos de cibercultura: um estudo do ClicRBS.** Tese de doutorado. Doutorado em Comunicação Social, PUCRS, Porto Alegre, 2006.

SHIRKY, Clay. **A cultura da participação: criatividade e generosidade no mundo conectado.** Tradução Celina Portocarrero. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

TREMBLAY, Gaëtan. **Rumo à renovação do serviço público midiático.** In: DANTAS,

Marcos; KISCHINHEVSKY, Marcelo. (Orgs.). **Políticas públicas e pluralidade na comunicação e na cultura.** Rio de Janeiro: E-papers, 2014.

UNESCO. **Public Broadcasting: Why? How?** Unesco: 2001. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001240/124058Eo.pdf> >. Acesso em: 05 mai. 2015.

ZUCULOTO, Valci Regina Mousquer. **A programação de Rádios Públicas Brasileira.** Florianópolis: Insular, 2012.

PARTE 2

**80 ANOS DE RÁDIO MEC
DO RIO DE JANEIRO**

Comunicação e educação no contexto de criação da Rádio MEC do Rio de Janeiro

Edgard Patrício (UFC)

Resumo

A intencionalidade desse artigo é discutir a experiência de aproximação entre Comunicação e Educação no contexto de criação da Rádio MEC. Parte-se do ambiente de reformas educacionais na década de 1920, no Brasil; detalha-se a experiência de implantação da rádio escola no Distrito Federal, então Rio de Janeiro, na década de 1930; e articulam-se esses movimentos com a política de Vargas voltada à aproximação entre Comunicação e Educação, que possibilitou, não sem debates, o acolhimento da Rádio Sociedade em sua estrutura educacional.

Palavras-chave

Comunicação; Política educacional; Rádio educativo; Rádio MEC.

Suspira, nega, suspira¹

A última descoberta que fez sucesso, que fez furor
Que põe todo mundo alerta para solver os casos de amor
Já hoje qualquer marmanjo, sem que tal caso lhe impressione
Cuidando do seu arranjo, diz a pequena no autofone

Refrão

Suspira, nega, suspira
Vai muito por meu conselho
Suspira, nega, suspira aí
Bem na boca do aparelho

Não tenha palpitações, quem tem marido moço e brejeiro
E ponha as instalações mesmo debaixo do travesseiro
E deixa pra qualquer hora
E caso o malandro custe a chegar
Botando o fone pra fora
Forçosamente tem que escutar
(maxixe - Pedro de Sá Pereira - 1925)



1. Maxixe feito quando do início do aparecimento do rádio. O “aparelho” citado nos versos é o rudimentar aparelho radiofônico da época.

Em 19 de abril de 1923, o jornal carioca *Gazeta de Notícias* (1923, p.1), em sua primeira página, comunicava uma novidade alvissareira: “Inauguramos hoje uma pequena secção dedicada a um grande assumpto: a radiophonia”, dizia a nota. E jubilava-se. “A ‘Gazeta’ honra-se de ser, no Brasil, o primeiro jornal que dedica especialmente um trecho de uma de suas páginas a este assumpto relevante: tanto mais quanto esta secção está entregue a um dos mais talentosos e mais cultos dos nossos jovens cientistas.” O espaço era a coluna *Radiophonia*, que foi estampada na segunda página. Nela, o redator não poupava elogios ao ‘telephonio sem fios’. “[...] penetra em todas as casas, levando a cada qual o serviço de informações uteis e actuaes, ensinado, educando ou deleitando”, afirmava o convicto responsável pelo texto (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1923, p. 2). Assinava R.P. Iniciais que ligariam para sempre Roquette-Pinto à história do rádio no Brasil.

Não por coincidência, o dia seguinte à inauguração da *Radiophonia*, 20 de abril de 1923, marca, oficialmente, a inauguração da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. Embora sua instalação tenha se dado apenas em 19 de maio, como atesta notícia veiculada no *Correio da Manhã* (RJ), do dia 20. “Por entre o mais communicativo entusiasmo de cerca de 300 pessoas, entre professores, engenheiros, médicos, advogados, industriaes, estudantes e operários, installou-se hontem, no Gabinete de Physica, da escola Polythecnica, sob a presidência do dr. Henrique Morize, a Radio Sociedade do Rio de Janeiro”, noticiava o jornal, na quarta página (CORREIO DA MANHÃ, 1923, p. 4). Mas a primeira transmissão já teria acontecido no dia 1º de maio, como atesta a coluna *Radiophonia* do mesmo dia, no *Gazeta de Notícias*:

“A estação da Praia Vermelha [...] transmitirá hoje, 1º de maio, ás 8 ½ horas, uma conferencia dedicada aos amadores de T.S.F.. em nome da Radio Sociedade do Rio de Janeiro, realizada pelo Senhor Professor Dr. Roquette Pinto. Depois da conferência, serão irradiados alguns números de musica”, indicava a Coluna. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1923, p. 2).

A Rádio Sociedade incorporava uma orientação eminentemente educativa. Fato comprovado por matéria veiculada no *O Jornal* de 28 de setembro de 1923. O próprio título da matéria já corrobora essa afirmação, trazendo ‘A radio-telephonia e a educação popular’. Esse caráter educativo é explicitado quando da redação dos estatutos da Sociedade, nos quais se observa que a emissora, fundada exclusivamente para fins científicos, técnicos, artísticos e de educação popular, não se envolveria em nenhum assunto de natureza profissional, industrial, comercial ou político.

Em 1926, a programação da Rádio Sociedade já era essencialmente educativa. Os cursos incluíam Literatura Francesa, Literatura Inglesa, Esperanto, Rádio Telegrafia e Telefonia e Silvicultura Prática; as Lições eram de Português, Francês, Italiano, Geografia, História Natural, Física e Química. Entre as *Palestras Seriadas* encontramos uma série dirigida às mães (Escola de Mães) e uma série sobre *Atributos da Gente Brasileira*. A programação incluía,

além disso, um *Quarto de Hora Literário* e um *Quarto de Hora Infantil* – um quarto de hora, ou 15 minutos da programação.

Diante disso, soa natural a doação da Rádio Sociedade ao Ministério da Educação, em 1936, vindo a se transformar na Rádio Ministério da Educação. Mas as duas décadas, de 1920 e 1930, que envolveram o aparecimento das ‘duas’ emissoras, são de profundas transformações na sociedade brasileira. O país passava por processos de industrialização, que traz ares da modernidade. O agrário começava a sofrer a concorrência do urbano. Os meios de comunicação, e aí a grande novidade era o rádio, popularizam as informações. E a educação apareceu como instrumento capaz de preparar a mão de obra fabril para os novos tempos que se anunciam. A Ciência se assumia como orientadora das transformações. E o rádio interagiu com seu contexto, e, principalmente, com o contexto educativo das primeiras décadas do século XX.

O ambiente das reformas educacionais

Na educação, segundo Nagle, o contexto de transformações dos anos 1920 propiciou

o aparecimento do inusitado entusiasmo pela escolarização e de marcante otimismo pedagógico: de um lado, existe a crença de que, pela multiplicação das instituições escolares, da disseminação da educação escolar, será possível incorporar grandes camadas da população na arena do progresso social, e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo; de outro lado, existe a crença de que determinadas formulações doutrinárias sobre a escolarização indicam o caminho para a verdadeira formação do novo homem brasileiro (escolanovismo). A partir de determinado momento, as formulações se integram: da proclamação de que o Brasil, especialmente no decênio dos anos vinte, vive uma hora decisiva, que está a exigir outros padrões de relações e de convivências humanas, imediatamente decorre a crença na possibilidade de reformar a sociedade pela reforma do homem, para o que a escolarização tem um papel insubstituível, pois é interpretada como o mais decisivo instrumento de aceleração histórica. (NAGLE, 1974, p. 99-100).

A valorização da escolarização traz consigo uma nova categoria profissional que surge na época: o ‘técnico’ ou ‘especialista’ em educação.

Grupos constituídos por esses técnicos, formados na década de dez, quando a ‘escolarização era tida como principal instrumento para o progresso do País’, e que se mantiveram alheios às organizações partidárias, conservaram, por isso mesmo, a ‘pureza’ dos ideais e a fé absoluta na escolarização, ‘transformada em esfera autônoma da realidade social’. Esses educadores, muitos dos quais julgavam resolver-se automaticamente a crise nacional a partir do momento em que se

solucionasse o problema educacional – em termos quantitativos e qualitativos -, é que lideraram os diversos movimentos renovadores da educação, centralizados nos Estados e no Distrito Federal, dos quais as conferências de educação e as reformas da instrução foram as principais expressões”. (PILETTI, 1982, p. 26).

Essas reformas sofrem juízo crítico de Fernando de Azevedo. Para ele, as reformas, especialmente as primeiras, não traduziam “uma política orgânica traçada pelas elites governantes, mas antes as tendências pessoais de educadores determinados, que agiam por sua própria conta, orientando, no sentido das idéias novas, as suas iniciativas a que sucediam contra-reformas, de volta ao passado” (PILETTI, 1982, p. 26). É sintomático perceber que as principais reformas educacionais do período tomaram o nome de seus idealizadores – nem mesmo a do Distrito Federal fugiu a isso. As principais reformas acontecidas foram a de Sampaio Dória, em São Paulo, no ano de 1920; a de Lourenço Filho, no Ceará, em 1923; a de Anísio Teixeira, na Bahia, em 1925; a de Francisco Campos e Mário Cassanta, em Minas Gerais, no ano de 1927; e a de Fernando de Azevedo, no Distrito Federal, de 1928.

As três primeiras pertencem, segundo Nagle (1974), a um primeiro ciclo, caracterizado por posições doutrinárias associadas ao republicanismo e à democracia e por preocupações puramente reformistas. Já o segundo ciclo, que engloba as duas últimas, representaria um movimento ao mesmo tempo reformista e remodelador, em que se verifica um corpo doutrinário que, progressivamente, se amplia e se sistematiza. Ainda segundo Nagle (1974), o ciclo iniciado com a reforma mineira atinge seu ponto culminante com a remodelação levada a efeito no Distrito Federal, que representa a ampliação das ideias que penetraram na instrução pública mineira e, também, o mais compreensivo processo reformador e remodelador, elaborado à base de uma nítida noção do conceito de ‘sistema’ escolar, associado e integrado ao conceito de sistema social mais amplo.

Para se ter uma ideia da amplitude da reforma do Distrito Federal, o projeto (nº 109, de 1927), apresentado pelo Executivo à apreciação do Legislativo da capital, compreendia 14 partes, 38 títulos, 41 capítulos e 15 seções. Piletti (1982, p. 63-65) sistematiza, em pontos, as ideias principais da reforma proposta por Fernando de Azevedo. Aqui se dá ênfase ao ponto 21, em que a mensagem destaca a determinação de “Instituir um conjunto de medidas de adoção efetiva de instituições auxiliares de ensino, como museus e bibliotecas, cinema escolar e rádio, e escotismo”. (p. 65). A Parte X, da reforma, trata das instituições auxiliares de ensino (artigos 272-285), e, o Título IV, do cinema escolar e do rádio (artigos 280-281).

Segundo o artigo 633, “Todas as escolas do Distrito Federal, quando em edifícios próprios, disporem de ‘salas destinadas à instalação de aparelhos de projeção fixa e animada para fins meramente educativos, bem como a instalação de aparelho de rádio-telefonía e alto-falantes” (PILETTI, 1982, p. 175).

Uma Rádio-escola, com estação transmissora, foi criada pelo artigo 636, subordinada ao Diretor Geral de Instrução Pública, ficando o tempo e o local

de instalação a critério do Prefeito. Todas as irradiações seriam ‘pontualmente executadas’ (art. 637) e censuradas pelo diretor da escola, quando não providas de ‘autoridade superior (art. 638). Enquanto não fosse instalada a Rádio-escola, que manteria ‘um curso de telegrafia e rádio-telegrafia para os alunos do último ano das escolas públicas’ (art. 643), poderiam ser acertadas irradiações periódicas, de caráter cultural, nas associações de rádios existentes (art. 647)’. (PILETTI, 1982, p. 175).

O que se pensar das irradiações serem ‘censuradas pelo diretor da escola’? Observar que o Brasil vinha de um período em estado de sítio, durante o governo de Epitácio Pessoa. A ‘modernidade’ prometida pelo processo de industrialização também engendrou o fortalecimento dos movimentos operários, o que repercutiu nas relações trabalhistas. A Lei de Repressão ao Anarquismo foi promulgada em 1921, tentando barrar a influência dos imigrantes europeus nas organizações dos trabalhadores. O Partido Comunista do Brasil é banido. A atmosfera política, malgrado todo o esforço de Fernando de Azevedo, não deve ter passado incólume quando da elaboração da reforma do ensino do Distrito Federal. O caráter autoritário da gestão da rádio escolar, prevista na proposta da Lei, é mais um elemento que define as dificuldades que o novo veículo, a partir de sua orientação educativa, ia sofrer no processo de ‘ocupação de seu espaço’ na estrutura escolar.

Ainda de acordo com o artigo 636, a finalidade da rádio escolar seria irradiar os programas diários de informação e orientação

(...) organizados pela Diretoria Geral de Instrução Pública; o Boletim da Diretoria de Instrução Pública; a hora certa; o Hino Nacional na abertura de solenidades cívicas nas escolas públicas; conferências e palestras organizadas pela Diretoria de Instrução Pública; as notícias e informações de interesse público que lhe forem remetidas pelo Gabinete do Prefeito; o boletim do tempo; instruções sobre pomicultura, indústrias rurais e outras, organizadas pelas repartições competentes; os concertos do Instituto Nacional de Música; as óperas do Teatro Municipal; os discursos proferidos nas solenidades oficiais ordenadas pelo Prefeito. (PILETTI, 1982, p. 175).

A orientação demonstra a ‘carga’ institucional que sobressaía na produção de conteúdo da proposta da rádio escolar. Mesmo com todo o discurso escolanovista, a influência do rádio na sociedade talvez já se sentisse presente². Seu poder de mobilização certamente não passava despercebido aos que propunham sua inserção no meio escolar.



2. Roquette-Pinto (1926) presume haverem no Brasil, em 1926, cerca de 30 mil receptores de rádio. Pois bem, de 1925 a 1930, os acervos da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro conseguiram preservar 4.000 cartas de ouvintes endereçadas à emissora!

O ‘aparelhamento’ da rádio escolar, vinculando seu funcionamento à orientação do grupo político à frente dos diversos níveis da administração, seja o diretor da escola, seja o diretor de instrução pública, seja o próprio prefeito, certamente engendrou a formatação do que seria veiculado pela emissora.

A implantação da PRD-5 – Rádio Escola Municipal

Promulgada a lei da reforma do ensino do Distrito Federal em 1928, apenas em 1934, com o Decreto nº 4.387, de 8/9/1933, é que é regulamentada a Seção de Radiodifusão, a partir da instituição do Departamento de Educação do Distrito Federal. O Decreto “*consolida a organização técnica e administrativa do aparelho de direção do sistema educacional, instituindo o Departamento de Educação do Distrito Federal, e dá outras providências.*” (JORNAL DO BRASIL, 1933, p. 18 grifo do documento original).

Em seu artigo 4º, o Decreto determina que o Departamento da Educação do Distrito Federal, sob a direção de um Diretor Geral, “fica constituído dos institutos e divisões técnicas e administrativas, de estudo e coordenação, e dos órgãos de administração, orientação e fiscalização, abaixo enumerados”. É nesses órgãos que vai aparecer o vínculo institucional do rádio escolar. Pelo organograma do Decreto, o Instituto de Pesquisas Educacionais compreenderia duas divisões: Divisão de Pesquisas Educacionais e Divisão de Bibliotecas³, Museus e Radiodifusão. A Divisão de Bibliotecas, Museus e Radiodifusão seria composta de duas seções: Biblioteca Central de Educação, Bibliotecas Escolares e Filmoteca, e de Museus Escolares e de Radiodifusão.

Ainda em 1933, é instalada a Seção de Radiodifusão. E é Anísio Teixeira⁴, enquanto Diretor do Departamento de Educação do Distrito Federal, que preside a solenidade. Em seu discurso, Anísio não chega a caracterizar quais seriam os objetivos e funções da rádio escolar. Mas explicita sua percepção sobre o processo comunicacional e sua relação com a educação, o que favorece a uma visão conceitual na compreensão do rádio educativo e do rádio escolar. De saída, Anísio sentencia: “civilisar (sic) e educar é, acima de tudo, aproximar e comunicar. Quanto mais comunicações tiver uma sociedade tanto mais educada e civilizada (sic) será ela” (TEIXERA, 1933). Continua. As estradas “civilisam porque aproximam e comunicam os logares mais distantes e alheios”. Os livros “civilisam porque tornam de todos as idéas de cada um’. Os jornais “civilisam porque conseguem entre os homens a obra de informações comuns que torna possível a todos se sentirem próximo um dos outros”. Tudo



3. A grafia desse parágrafo, por conter nomes de estruturas dentro da reforma educacional do Distrito Federal, segue a grafia do documento original.

4. Anísio Teixeira em 1931 foi nomeado diretor-geral de Instrução Pública do Distrito Federal. Em 1933, foi nomeado diretor do recém-criado Departamento de Educação do Distrito Federal e, em 1935, secretário-geral de Educação e Cultura da capital. Um de seus subordinados, à frente do Instituto de Educação, era Lourenço Filho, que o presidiu de 1932 a 1937.

quanto “afasta e isola, brutalisa e corrompe”. Tudo quanto “une, comunica e aproxima – civilisa, e humanisa. Civilização é, pois, comunicação. Civilização é pensar em comum, é ter em comum idéas, gostos, aspirações” (TEIXERA, 1933).

E na sua defesa da aproximação entre civilização e comunicação, incorpora, também, a dimensão da escola.

O grande esforço civilizador da humanidade se faz por intermédio das instituições destinadas a criar um estado de compreensão recíproca entre os seres humanos. Todas as escolas da terra nada mais representam do que aparelhos de comunicação das idéas e sentimentos da humanidade. Todos os livros a nada mais se destinam senão a isso. Todos os jornais e revistas, e impressos de toda a sorte outra coisa não são senão agentes divulgadores de fatos e idéas. (TEIXERA, 1933).

E é nesse contexto que Anísio Teixeira insere o rádio como a grande novidade em termos de tecnologia de comunicação até então no Brasil. Parte da percepção da dificuldade de transmissão das informações. Os meios até então tradicionais, a “escrita, a escola, a imprensa estavam e estão jungidas, presas á matéria ou ás pessoas que transportavam e transportam as idéas”. O surgimento do rádio, ou radio-telefone, como ele nomeia, é que “libertou o pensamento de suas limitações materiais. O homem domesticou vibrações para o transporte e comunicação de suas idéas, sentimentos, esperanças e anseios”. Nesse processo, “Ruíram as limitações do passado. E a humanidade pôde, desde logo, antever a futura comunidade de todos os homens”. (TEIXERA, 1933, grifo do autor)

Defende, também, uma primazia da intervenção pública na exploração dos novos serviços. Anísio reconhece a ação do “Sr. Interventor do Distrito Federal que proporcionou os meios para que se fizesse essa demonstração local de que o radio deve estar a serviço da educação dirigida [grifo do autor] e não da educação acidental, das estações de comércio, amadorismo e recreio” (TEIXERA, 1933). E reconhece, de maneira enfática, a dimensão do novo instrumento educativo:

[...]vemos na inauguração de hoje mais do que a fundação de uma nova escola. Vemos a fundação de uma universidade popular, porque esse microfone deante do qual falo, representa, não apenas a mais alta e mais extensa cátedra de ensino do Rio de Janeiro, mas uma série de inumeráveis cátedras, de onde se poderá ensinar desde o funcionamento de um acumulador até o da Sociedade das Nações, e cujos alunos não se contarão pelas dezenas de uma sala de aula, mas pelos milhões de habitantes de uma larga faixa do país. (TEIXERA, 1933).

Ainda celebra o momento como a inauguração da “mais ampla instituição educativa do Rio de Janeiro: PRD5, a estação radiofonica do Departamento de Educação do Distrito

Federal”. E reconhece o papel de Roquette-Pinto para o sucesso da empreitada, o que mais uma vez enfatiza a sua relação com o rádio educativo no Brasil.

Deixaria de cumprir um dever, si não salientasse, neste instante, o que deve a iniciativa agora realizada a esse grande sábio e grande enamorado da radiodifusão que é Roquette Pinto. Foi êle quem fez, com os pequenos recursos que dispunhamos, o milagre desta instalação. Milagre conseguido pelo seu prestígio, pela sua influencia, pelo seu trabalho pessoal e pelo seu grande entusiasmo realizador. (TEIXERA, 1933).

A estação da Rádio Escola Municipal do Distrito Federal passou a transmitir sua programação direcionada tanto às escolas como aos ouvintes me geral. Os alunos-radiouvintes matriculados recebiam, antecipadamente, as apostilas das aulas radiofônicas pelo correio ou na própria Rádio. Acompanhavam as aulas pela Rádio-Escola, resolviam as questões que estavam na apostila e as remetiam pelo correio ou entregavam na Rádio. Quando tinham dúvidas sobre os exercícios, se comunicavam com a Rádio-Escola por telefone, cartas ou visita aos estúdios da Emissora (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, S/D)⁵.

Quem participou do quadro de professores da Rádio Escola Municipal do Distrito Federal foi Ariosto Espinheira que lança, em 1934, o livro *Rádio e Educação*, marco na discussão sobre a produção de rádio direcionada à escola.

Ariosto Espinheira e a ‘produção’ do rádio ‘escolar’

Uma constatação, feita a partir de uma matéria da edição de 15/12/1934, do *Correio do Ceará*, é que as intenções de Edgard Roquette-Pinto, da natureza educativa que o rádio poderia tomar, em consonância com o que estabeleciam os estatutos das sociedades ou clubes de radiotelefonía, ainda causava repercussão e tinham acolhimento no meio social. O título da matéria é *Rádio e Educação*, que é o nome do livro lançado naquele momento em São Paulo, de autoria de Ariosto Espinheira⁶. O lançamento da publicação ganha ainda mais relevo porque prefaciada por Lourenço Filho, que, na década de 1940, iria assumir a *Universidade no Ar*, palestras transmitidas pela Rádio Nacional, do Rio de Janeiro. Lourenço Filho guardava a obra em seu arquivo pessoal, de acordo com o arquivo do CPDOC, o que revela alguma identidade com a temática. Observamos a argumentação da matéria⁷ para a relação rádio e educação.



5. O texto faz parte do Módulo Básico da Mídia Rádio desenvolvido para o Programa Mídias na Educação, desenvolvido pela Secretaria de Educação a Distância (Seed), do MEC.

6. Ariosto Espinheira ocupou o cargo em comissão na Seção de Museu e Radiodifusão, do Departamento de Educação do Distrito Federal, e foi Secretário da Comissão Rádio-Educativa da Confederação Brasileira de Radiodifusão.

7. Uma fotografia digital dessa edição do Correio do Ceará faz parte do arquivo pessoal do autor desse artigo.

O século XX, que tem na própria caracterização ordinal do cômputo romano o fatalismo de duas incógnitas, pode ser chamado de século da velocidade. “Dir-se-á que a sua senha é a vertigem da rapidez: a eletricidade, com suas tantas táticas e maravilhosas aplicações técnicas, imprimiu em nosso ritmo hodierno a necessidade de dominar o tempo e o espaço. E isso já se obtém pela maravilha do rádio. O planeta viu se diminuindo. O homem dominou o dom da ubiqüidade espiritual. Não existem mais quilômetros. As ondas hertzianas, circulando a terra, levam de pólo as mensagens dos novos deuses. “Estas idéias brotam do cérebro de quem escuta a sonoridade de um rádio a espalhar no ambiente as notas harmoniosas de uma sinfonia. Depois dela ouve-se a palavra de um conferencista que dá uma aula de higiene. “Manhã cedo, o ritmo alegre de um hino convida o homem para a ginástica; mais recentes novidades mundiais; aula de inglês, cotação da bolsa, conferências, musicais regionais e clássicas, a mil gostos, programas de danças, uma variedade para todas as idades e até as histórias da Mãe Pedra... “Fora destes comentários gerais, precisamos dizer que a Companhia Melhoramentos de São Paulo acaba de publicar o seu 23º volume da Biblioteca da Educação, uma ótima coleção de livros úteis, que tem a lhes valorizar o seu próprio mérito os prefácios de professor Lourenço Filho. Seu autor, Ariosto Espinheiro, um técnico no assunto. “Sem ser propriamente um manual técnico, o livro traz uma clara exposição da teoria pela qual se pode explicar os mistérios do ‘sem fio’. “E de outra parte, numa resenha de dados colhidos nos países líderes, lêem-se as recentes inaugurações na radiodifusão como elemento educacional de rápida e econômica presteza. “Os professores, os intelectuais, mesmo os homens de negócios muito têm de aprender nas páginas deste livro, que também serve de excelente ‘vade-mécum’ para qualquer indivíduo que se disponha a vender aparelhos de rádio, o que não é fácil quando não se tem uma iniciação técnica no assunto. “De resto, mais um bom livro, dentre os mais úteis e modernos, este que nos foi oferecido pelo representante da Companhia Melhoramentos de São Paulo, o sr. Rodolfo Gurgel”.

Lourenço Filho, no prefácio da obra, intitula seu texto de *O rádio ao serviço da educação*, compartilha do mesmo entusiasmo de Anísio Teixeira, em relação à ‘nova’ tecnologia. E segue sua mesma linha de argumentação em torno da relação comunicação e educação.

A radio-comunicação, tão simples, tão econômica, de aplicações ainda mal entrevistas, é a verdadeira maravilha de nosso tempo. Ella realisa, de facto, a comunicação, isto é, torna comuns os homens, no pensar e no sentir, por isso que pode tornar comuns aos homens as mesmas dadas do saber, do bem e da beleza. [...]. O rádio é um instrumento, não é um programma. Carece, por isso, de estar ligado aos propósitos creadores e harmonizadores da educação ou, melhor, carece de estar ao serviço dela. (ESPINHEIRA, 1934, p. 8).

Ainda no prefácio, Lourenço Filho faz referência direta à recém-inaugurada emissora escolar. Ele reconhece que a partir da instalação da Rádio Escola Municipal do Distrito Federal o Brasil teria “procurado acompanhar esse movimento, tão feliz e tão fecundo”, da aproximação entre rádio e educação. Exemplo disso seria “a existência de uma estação radiophonica, exclusivamente dedicada às coisas da educação. Referimo-nos à estação do Departamento de Educação do Distrito Federal, que funciona sob o prefixo PRD5” (ESPINHEIRA, 1934, p. 8 e 9).

Lourenço Filho chama atenção para a formação do quadro de pessoal na produção dos materiais radiofônicos para a escola, indicando que “a radio-escola, em particular, não poderá ser orientada só por professores nem só pelos técnicos do broadcasting”. E complementa, sendo mais enfático em relação à sua preocupação com o processo de produção, uma vez que as “soluções práticas exigirão boa dose de *psychologia social*, para que os programas educativos, apenas tolerados, em geral, passem a ser desejados” (ESPINHEIRA, 1934, p. 9).

E como os próprios educadores viam sua participação na produção desses materiais? Espinheira faz uma referência ao estudo realizado pelo Instituto Internacional de Cooperação Intellectual, em colaboração com a União Internacional de Radiodifusão, durante o ano escolar de 1931-1932, em diversos países do mundo. O estudo traz as afirmações sobre a opinião mais representativa entre os educadores ouvidos sobre a relação entre rádio e educação. A ideia dominante, pelo levantamento, é que, “Na hora presente, a maioria dos educadores afirma que, pela sua própria natureza, a radiodifusão não pode constituir senão um meio de ensino complementar e de emprego limitado” (ESPINHEIRA 1934, p. 32).

Talvez seja exatamente essa visão complementar que direciona a produção das emissoras de rádio em funcionamento na época. Espinheira também traça um breve panorama de como as emissoras de rádio vem trabalhando essa relação, de um modo mais amplo, ainda na esfera do rádio ‘educativo’.

[...] as estações têm promovido palestras, conferências, aulas de educação *physica* – como fazem a Radio Club (PRA3) e a Mayrink Veiga (PRA9), ambas do Rio; transmissões de concertos, espectáculos *theatraes*, temporadas líricas; notícias de interesse geral; *programmas infantis*, como o ‘Quarto de Hora de Tia Beatriz’, da Radio Sociedade (PRA2) e a ‘Hora Infantil’, da Radio Guanabara (PRC8); conselhos de *hygiene*; jornal falado, etc. (ESPINHEIRA, 1934, p. 103).

Para impulsionar a visão educacional do rádio, o próprio Roquette-Pinto estrutura a criação da Confederação Brasileira de Radiodifusão, com a filiação de diversas emissoras. Mais representativa ainda é a instalação, como órgão da Confederação, da Comissão Radio Educativa, incorporando as finalidades educativas e escolares do rádio.

[...] promover o emprego da Radiodifusão como meio de educação directa, pela divulgação de informações técnicas e profissionais, pelo auxílio ao ensino

público, pela melhoria da saúde e da hygiene, pelo apuro do gosto artístico, pelo desenvolvimento do espírito de paz e concórdia entre os povos, pela propagação de notícias de interesse geral. (ESPINHEIRA, 1934, p. 104).

A partir das orientações da Comissão para a análise da qualidade da programação das emissoras filiadas à Confederação, é possível se estabelecer as características mais gerais do que seriam as preocupações com a produção de materiais radiofônicos de cunho educativo.

A Comissão organizou a censura a todas as transmissões radiophonicas para evitar que sejam irradiados programmas que conttenham assumptos que: **a)** sejam redigidos em linguagem imprópria; **b)** ofendam a moral e os bons costumes; **c)** possam, de qualquer modo, concorrer para o desenvolvimento do crime, da vingança, do ódio, da vadiagem, do alcoolismo, e dos maus costumes; **d)** possam crear antagonismos entre raças ou classes sociais; **e)** encerrem ultraje, vilipendio ou desacato a qualquer credo religioso; **f)** propaguem idéas subversivas da ordem social e politica; **g)** deprimam a acção das autoridades constituídas; **h)** suscitem desconfianças e inquietação nas relações internacionais; **i)** divulguem noticias falsas ou tendenciosas. (ESPINHEIRA, 1934, p. 105 e 106).

Outra polêmica, levantada pelo estudo elaborado pelo Instituto Internacional de Co-
operação Intellectual, é sobre as visões do rádio no processo de educação escolar. A primeira percepção seria sobre a educação escolar pelo rádio no ensino elementar. Nesse caso,

A radiodifusão não empregando senão a linguagem oral, cujo desenvolvimento lógico é relativamente tardio entre as crianças, e que lhes permite adaptar uma atitude puramente receptiva, não deveria pois ser empregada senão raramente no ensino elementar e com fim antes recreativo. (ESPINHEIRA, 1934, p. 33).

Outros educadores, no entanto, “ao contrário, julgam que a radiodifusão educativa encontra seu emprego mais productivo no ensino primário, cujos programas, mais simples, podem ser mais facilmente conciliados com os programas radiodifundidos” (ESPINHEIRA, 1934, p. 33).

Espinheira passa, então, a enumerar as funções do rádio nos processos educativos escolares. Inicialmente, delimita a relação entre professor e o novo veículo de comunicação.

Neste domínio, dissemos, o radio não pode substituir o mestre e professor na sua acção directa sobre os alumnos. Sua função consiste em secundar o professor na sua tarefa educativa, completando-a. sua razão de ser está em representar uma fonte de informação suplementar; em permittir aos alumnos a assistência de cursos originaes feitos por especialistas; em despertar a curiosidade intellectual, dando-lhes idéas novas. (ESPINHEIRA, 1934, p. 34).

A mesma visão bancária de educação ainda subsiste, e a denegação dos espaços periféricos também está presente. Para Espinheira, “Nas escolas isoladas dos meios populosos e cultos, o rádio romperá esse isolamento permitindo a introdução de mais variedades nos seus programas, e estimulando o ensino do professor e o trabalho dos alunos” (1934, p. 34).

E é a partir do contexto dessa relação entre rádio, professor e estudante que Espinheira inicia uma série de recomendações para a produção dos materiais destinados à educação pelo rádio, mais precisamente à atuação do rádio ‘escolar’. Uma delas é sobre as características específicas do veículo, e que repercutiriam nas especificidades também dos materiais escolares. A orientação incorpora uma crítica exatamente ao formato das grandes conferências, bastante usuais na época de Roquette-Pinto à frente da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro.

A radiodifusão, por ser um processo de ensino puramente verbal pode, se não houver cuidado, provocar a fadiga e a distração dos ouvintes. Falta-lhe para fixar a atenção dos alunos, as impressões visuais. Para captar a atenção, será indispensável despertar por outros processos a imaginação dos alunos. É necessário, pois, apresentar-se o assumpto de um modo vivo, em termos que reconstituam as imagens. Em vez de fazer uma conferência sobre os homens e as coisas, deve-se tanto quanto possível, despertar a realidade dos factos, fazendo falar os feitos e as idéas, apresentado-os de modo a apoderar-se, por assim dizer, da atenção dos ouvintes. (ESPINHEIRA, 1934, p. 35).

Após essas observações de caráter mais geral, Espinheira desce aos detalhes sobre a produção direcionada ao rádio escolar. Enumera os formatos possíveis (p. 35 a 44); os conteúdos possíveis (p. 45 a 57) e como organizar os programas escolares (p. 58 a 72).

As bases conceituais sobre o rádio educativo já estavam encaminhadas, numa perspectiva específica da relação entre rádio, educação e escola. No entanto, que estrutura institucional e de política pública esperava, no âmbito do governo federal, a doação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro ao Ministério da Educação e Saúde? Que ambiente ela encontraria que fez crer a Roquette-Pinto que a cessão pelo menos não seria tão danosa aos princípios que incorporou em seus estatutos?

A comunicação na política de educação de Vargas

Francisco Campos ocupa, em 1930, a pasta do Ministério da Educação e Saúde, no início do governo Vargas, permanecendo até setembro de 1932. Sai do governo e retorna em 1937, já no período ditatorial, como titular da pasta do Ministério da Justiça. E é sob a perspectiva de dominação das massas, da necessidade de um processo de “domação” de seus potenciais conflitos simbólicos, que Francisco Campos começa a se preocupar com a opinião pública, talvez a face mais visível e concreta da força dessas massas. E na formação da opinião pública, os meios de comunicação, de massa, jogam um papel decisivo.

Os meios de comunicação são identificados como um espaço amplo, que permitiria a expressão da opinião pública. E mais uma vez a construção de um projeto político de governo vai compreender a necessidade de um controle mais efetivo sobre a opinião pública. E sobrepor-se à lógica democrática do liberalismo. Ao definir essa orientação, Francisco Campos antecipa as discussões em torno da produção ideológica da informação pelos meios de comunicação, e que tomaria força com a Escola de Frankfurt, a partir da década de 1950. A seu modo, se anteciparia aos apocalípticos, visando à integração nacional.

Ora, a Imprensa é uma empresa privada, dirigida, como a indústria, no interesse do capital. A publicidade governa a Imprensa, como o rendimento governa a indústria. O instrumento de governo da Imprensa é, porém, a opinião pública, a mesma fonte dos poderes políticos em regime democrático. O instrumento mais poderoso de governo não pode ficar à mercê do interesse privado. Se a Imprensa dispõe da técnica e do poder de formar a opinião pública, não poderá empregar a técnica e exercer o poder senão no interesse público e para fins públicos. O controle da Imprensa, estabelecido na Constituição, não é, portanto, um instrumento autocrático, mas uma exigência decorrente da própria natureza do seu poder e de sua função. Poder público implica função pública, interesse público, responsabilidade pública. (CAMPOS, 2001, p. 68 e 69).

A comunicação apareceria, então, como meio de ajustar o caminho da opinião pública, e não ouvir a opinião pública sobre que caminho seguir. A defesa da formação de um Estado nacional forte lança elementos para se entender a compreensão de Francisco Campos sobre a relação entre meios de comunicação de massa e formação da opinião pública.

Ora, a imprensa, dominada economicamente por interesses privados, coloca-se fatalmente ao serviço desses interesses na sua função de influir sobre a opinião pública, porque o que aqueles interesses têm em vista, através da imprensa, é precisamente, a sua apresentação sob a forma ou a aparência do poder público. Não é que eu atribua à Imprensa ou aos homens de imprensa o propósito deliberado de transfigurar em interesses públicos os interesses particulares que alimentam a publicidade: o fato decorre da natureza econômica da empresa. (CAMPOS, 2001, p. 98).

Daí o papel do Estado também na conformação do sistema de funcionamento dos meios de comunicação de massa. Somente o Estado estaria “em condições de arbitrar ou de exercer um poder justo. Ele representa a nação, e não é o instrumento dos partidos e das organizações privadas”. Nesse caso, o Estado “não suprime nem reprime a liberdade individual: limita-a, para melhor defendê-la, assegurando-a contra o arbítrio das organizações fundadas no interesse de grupos constituídos, à sombra da anarquia geral, sobre a base do

interesse privado” (CAMPOS, 2001, p. 63). Poderíamos esperar notícias republicanas acerca de uma política de comunicação e educação do governo Vargas?

A educação do governo Vargas pode também ser denominada de ‘tempos de Capanema’. O período em que Gustavo Capanema foi titular do Ministério da Educação e Saúde confirma isso. Foram onze anos como ministro do governo Vargas, assumindo em 1934, ainda na fase constitucional, indo até 1945, sobrevivendo aos oito anos do Estado Novo. Durante sua gestão, o Brasil experimentou algumas reformas educacionais. E reformas que, pelo caráter de construção de um Estado nacional, tiveram repercussão no País como um todo.

A aproximação inicial entre educação e meios de informação já havia registrado seus passos iniciais ainda em 1932, quando Francisco Campos ocupava então o Ministério que viria a ser de Capanema. Dois decretos do governo provisório explicitavam que o Ministério da Educação deveria ter um papel de “orientação educacional nos serviços de radiodifusão” e na “sistematização da ação governamental na área do cinema educativo, através de órgão próprio” (SCHWARTZMAN et al., 2000, p. 104).

Em outro documento, que faz parte do acervo de Capanema, ordenado pelo Centro de Documentação, da Fundação Getúlio Vargas, trata sobre o que seria um grande e ambicioso departamento de Propaganda do Ministério da Educação. Segundo o documento, cumpriria ao Ministério

transpor os limites apertados das instituições existentes, buscando atingir, com a sua influência cultural, a todas as camadas populares. O Departamento de Propaganda, aqui projetado, terá essa finalidade. Ele deverá ser um aparelho vivaz, de grande alcance, dotado de um forte poder de irradiação e infiltração, tendo por função o esclarecimento, o prelado, a orientação, a edificação, numa palavra, a cultura de massas. (SCHWARTZMAN et al., 2000, p. 104).

Ao assumir o Ministério da Justiça, Francisco Campos iria pôr seu plano em prática, através da criação, em 1934, do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural. E Capanema instala, durante a reforma do Ministério da Educação e Saúde, em 1937, o Serviço de Radiodifusão Educativa. O Serviço estava naturalmente condicionado à visão mais ampla de Capanema da Educação. Grosso modo, a reforma da educação empreendida por Capanema visava a um ensino público abrangente, padronizado e centralizador, controlado por vasta burocracia. Proposta que poderia ser sintetizada em alguns princípios fundamentais.

[...] o sistema educacional do país deve ser unificado, e ministrado em língua portuguesa; o governo organiza e controla a educação em todos os níveis; a lei regula as profissões, estabelecendo monopólios ocupacionais para cada qual; aos diferentes ofícios correspondem tipos diversos de escolas profissionais; o Estado deve financiar a educação pública e subsidiar a provada; os defeitos do sistema

são sanáveis por aperfeiçoamentos sucessivos da legislação e da fiscalização”. (SCHWARTZMAN et al., 2000, p. 14).

A orientação macro da política de educação era evidente. Acreditava-se em seu poder de “moldar a sociedade a partir da formação das mentes e da abertura de novos espaços de mobilidade social e participação” (SCHWARTZMAN et al., 2000, p. 69). Mas uma das vertentes básicas que estava presente no sistema educativo moldado pelo regime varguista era, sem dúvida, o sentido de nacionalização. Schwartzman et al. (2001) identifica alguns aspectos que envolviam essa orientação. Um desses aspectos dava conta do conteúdo nacional que deveria orientar à educação ‘transmitida’ nas escolas e por outros instrumentos educativos.

A natureza mais precisa desse ‘conteúdo nacional’ jamais ficou totalmente definida. Mas com certeza não haveria de incorporar a busca às raízes mais profundas da cultura brasileira que faziam parte da ala andradiana do projeto modernista; ao contrário, era visível a preferência aos aspectos modernistas relacionados com o ufanismo verde e amarelo, a história modificada dos heróis e das instituições nacionais e o culto às autoridades. A vertente de nacionalização do ensino demonstra bem o conteúdo do projeto nacionalista brasileiro, principalmente depois da instalação do Estado Novo, após 1937. De feições conservadoras e autoritárias, “foi ele marcado pelo caráter excludente, avesso à convivência pluralista e diversificada” (SCHWARTZMAN et al, 2000, p. 181). Esse projeto nacionalista valorizava, em suma, “a uniformização, a padronização cultural e a eliminação de quaisquer formas de organização autônoma de sociedade”, que não fosse na forma de corporações “rigorosamente perfiladas com o Estado. Daí seu caráter excludente e, portanto, repressor” (SCHWARTZMAN et al., 2000, p. 182).

Na diretriz relativa ao sentido nacionalista e patriótico da educação, a produção cultural representava uma estratégia prioritária. Williams (2000, p. 251) identifica nos arquivos pessoais de Capanema, dispostos no Centro de Documentação da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, um memorial que ele presume ter sido escrito no final de 1935, que esclarece que “o programa do Ministério, segundo os princípios constitucionais vigentes e o programa geral do governo, pode ser resumido nesta palavra: cultura. Ou melhor: cultura nacional”.

Em um decreto-lei de 1938, de nº 526, que instituía o Conselho Nacional de Cultura, Capanema formalmente define o que compreende por desenvolvimento cultural:

a) a produção filosófica, científica, e literária; b) o cultivo das artes; c) o patrimônio cultural; d) o intercâmbio intelectual; e) a difusão cultural na mídia de massa; f) as causas patrióticas e humanitárias; g) a educação cívica; h) a educação física; e i) a recreação” (grifo nosso). (WILLIAMS, 2000, p. 256).

A instituição do Conselho já é resultante de iniciativas anteriores. Em 1937, o Ministério da Educação e Saúde criou a Divisão de Educação Extra-Escolar, com o objetivo de “revitalizar sua atuação no campo da produção cultural como um todo, ou seja, sair dos

limites do terreno meramente educativo” (CALABRE, 2003, p. 12). Algumas das questões relativas às áreas de teatro, cinema, radiodifusão, artes plásticas e patrimônio artístico e cultural ficaram ligadas à nova divisão.

A nós nos interessa especificamente o item ‘e’, do decreto de instalação do Conselho, em que aparece a difusão cultural na mídia de massa. Para isso, Capanema instituiu o Serviço de Radiodifusão Educativa e o Instituto Nacional de Cinema Educativo. A atuação do Ministério da Educação, especificamente dentro do setor de radiodifusão, fortaleceu-se quando, em 1936, Edgard Roquette-Pinto doou, para este ministério, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. A doação se fez “sob o compromisso da manutenção de uma programação voltada aos objetivos de ‘elevar o espírito das massas’, promover a educação e propagar a ‘alta cultura’, e da não veiculação de textos comerciais” (CALABRE, 2003, p. 12).

Em correspondência de Capanema a Vargas, a princípio suas preocupações com os meios de comunicação iam além de uma visão meramente burocrática.

[...] a radiodifusão escolar [...] é matéria diferente e separada da radiodifusão, meio de publicidade ou propaganda. [...] É preciso introduzir o hábito em todas as escolas – primárias, secundárias, profissionais, superiores, noturnas e diurnas – e estabelecer através desse poderoso instrumento de difusão uma certa comunhão espiritual entre os estabelecimentos de ensino. O rádio será o único meio de se fazer essa comunhão de espírito, pois [...] tudo concorre a separar e isolar as nossas escolas, que são aqui e ali colméias autônomas, cada qual com uma mentalidade e todas distantes do sentido que nós cá do centro desejamos imprimir-lhes. (SCHWARTZMAN et al., 2000, p. 106).

Vê-se que, mesmo chamando atenção para a distinção entre o sistema de radiodifusão e um outro, de radiodifusão escolar, o sentido de sua utilização permanece o mesmo: uniformizar, padronizar, a partir de um sistema centralizado e baseado no difusionismo cultural. Daí para a instalação de um complexo sistema de censura, que controlasse as irradiações e o alcance da produção e disseminação da informação, seria uma questão de tempo. É a conclusão a que se chega ao se observar o texto de um decreto elaborado no ministério de Capanema, não publicado, que institucionalizaria um Estatuto da Família.

[...] o Estado impedirá que, pela cátedra, pelo livro, pela imprensa periódica, pelo cinema, pelo teatro e pelo rádio, ou ainda por qualquer meio de divulgação, se faça, direta ou indiretamente, toda e qualquer propaganda contra o instituto da família ou destinada a estabelecer restrições à sua capacidade de proliferação. (SCHWARTZMAN et al., 2000, p. 128 e 129).

O que diria disso Roquette-Pinto?

Considerações derradeiras

A Casa Dummar, na Fortaleza do início dos anos 1930, era representante da Philips do Brasil. Em 1931, João Dummar, um de seus proprietários, faz um movimento firme em busca da implantação de uma emissora de rádio no Ceará. No Correio do Ceará, edição de 2 de setembro do mesmo ano, o jornal se refere a uma reunião de amadores de rádio cearenses, havida no dia 28 de agosto, no Salão de Honra do Club Iracema, com o intuito de fundar a ‘Sociedade Rádio Philips do Ceará’. Em 1932, o Clube obtinha licença, a 16 de agosto, para transmitir sob o prefixo PRAT. A emissora foi instalada, de modo precário, a 19 de setembro de 1933, aguardando o licenciamento oficial que afinal seria concedido pela portaria 415, de 30 de maio de 1934. Mas a Sociedade, agora Ceará Rádio Clube, já havia antecipado sua grande estreia em Fortaleza.

No dia da inauguração da Coluna [da Hora], 31 de dezembro de 1933, foi realizada nos estúdios da Casa Dummar, futura PRE-9, então nos altos da atual sede da Cimaipinto, a primeira transmissão radiofônica no Ceará, para aparelhos receptores fixados no referido monumento do centro da Praça, a não mais de 200 metros de distância.... Mas que progresso para a época! (ADERALDO, 1993, p. 44).

É interessante observar que o viés educativo do rádio não ficou circunscrito à capital federal à época de seu aparecimento. A mesma matéria de 2 de setembro, do Correio do Ceará⁸, explicitava os objetivos da Sociedade cearense:

a) promover mutuas relações entre os amadores e demais interessados em radio telephonia; b) apoiar as iniciativas oficiais ou particulares que favoreçam o desenvolvimento da radio-cultura no Brasil; c) manter em sua sede uma estação emissora (*Broadcasting*) de onda larga devidamente autorizada pelo governo, a propagar ensinamentos cívicos, literários, científicos, artísticos, esportivos, especialmente, musicas [...]; d) fazer propaganda de todos os nossos produtos [...]. A sessão inicial foi aberta e presidida pelo dr. Elesbão de Castro Velozo, chefe do distrito telegráfico do Ceará. [...] DIRETORIA [...] Presidente, dr. Cesar Cals; vice-presidente, dr. Thomaz Pompeu Sobrinho; 1º secretario, Silvio Augusto de Castro; 2º dito, dr. Clovis Moura; tezuereiro, Diogo de Siqueira; **adj. de tezuereiro, J. Dumar**; orador, tenente Severino Sombra; diretor técnico, José Dumar; Diretores: Francisco Riquet, José Carlos Antran, José T. de Melo, dr. W. V. Watson, Francisco Diogo de Siqueira, Armando Paiva, Nazareno Pires e Alberico Moura. (grifo nosso).

Mas esse viés educativo do rádio também foi perpassado por outros interesses. No caso da política educacional à época de Vargas, torna-se evidente a orientação com o sentido de uniformização cultural. No caso cearense, embora a preocupação educativa estivesse presente



8. Uma fotografia digital dessa edição do Correio do Ceará faz parte do arquivo pessoal do autor desse artigo.

em seus propósitos, com a propagação de ensinamentos cívicos, literários, científicos, artísticos, esportivos, especialmente, musicais, os interesses comerciais não estavam alheios, com a intenção de “fazer propaganda de todos os nossos produtos”.

Além de perceber esses diversos interesses, é forçoso lembrar que mesmo a boa intencionalidade da orientação educativa de sua programação não fez esmaecer o caráter restritivo do alcance do rádio em seu início. Piovesan (1986) também afirma que o Rádio no Brasil já nasceu educativo. Mas, complementa, voltado para uma educação de elite. Outro registro⁹ do *Correio do Ceará* indica que alguém também percebe a orientação educativa do rádio, embora reconheça que a nova tecnologia está ao alcance de poucos.

O radio - já se disse - é a mania mais instructiva e mais deliciosa de quantas o rico possui. Rico, dizemos, porque é mania cara... Na América do Norte e na Inglaterra é quase epidemia. Pois Fortaleza também pode se vangloriar de ter um corpo de amadores que lhe dão o melhor apreço, e dentre estes, o dr. Arthur Watson, é inegavelmente, um dos mais dedicados e esforçados. (..) Agora mesmo, sexta-feira ultima, em onda de 25,4, conseguiu pegar, e ouvir em alto fallante, das 17 ás 18 ½, Roma, Napoles e Fiume, em excelente programma irradiado pela estação 1RO. É talvez dos nossos amadores o primeiro a escutar a nova estação LUJ (Philips Experimental) de Buenos Ayres, em onda aproximada de 31,5 metros. [...] Das 20,30 ás 22,30, com 100 Kw. Na antena, onda de 49 metros, Saigon dá o ar de sua graça, irradiando a primeira hora em dialecto chinez e execução de musicas exclusivamente chinezas (o que deve ser curiosa barbaridade!) e na segunda hora, em inglez. E assim, temos Fortaleza bem pertinho do mundo occidental e oriental, o que já é digno de nota. Se nossos bisavós viessem hoje ao mundo.... (CORREIO DO CEARÁ, edição de 6/10/1930).

Referências

ADERALDO, Mozart Soriano. **História abreviada de Fortaleza e crônicas sobre a cidade amada**. Fortaleza: Edições UFC / Casa José de Alencar, 1993.

CALABRE, Lia. Políticas públicas culturais de 1924 a 1945: o rádio em destaque. In: **Estudos Históricos, Mídia**. CPDOC/FGV, n. 31, 2003/1.

CAMPOS, Francisco. **O Estado nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 20 mai. 1923, p. 4. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_03&pasta=ano%20192&pesq=. Acesso em 15 de outubro de 2016.

ESPINHEIRA, Ariosto. **Rádio e educação**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1934.



9. Uma fotografia digital dessa edição do *Correio do Ceará* faz parte do arquivo pessoal do autor desse artigo.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 19 abr. 1923, p. 1-2. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_05&pasta=ano%20192&pesq. Acesso em 15 de outubro de 2016.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 1º mai. 1923, p. 2. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_05&pasta=ano%20192&pesq. Acesso em 16 de outubro de 2016.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 9 set. 1933, p. 18. Disponível em http://news.google.com/newspapers?id=rf00AAAAIBAJ&sjid=b_UJAAAAIBAJ&hl=pt-BR&pg=6547%2C1627068. Acesso em 15 de outubro de 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Módulo Básico da Mídia Rádio S/D. Secretaria de Educação a Distância (Seed). Disponível em http://webeduc.mec.gov.br/midiaseducacao/material/radio/radio_basico/radioeeducacao_caminhos.htm. Acesso em 16 de outubro de 2016.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República.** São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1974.

O JORNAL. Rio de Janeiro, 28 set. 1923, p. 3. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=110523_02&pasta=ano%20192&pesq=radio%20sociedade. Acesso em 15 de outubro de 2016.

PILETTI, Nelson. **A reforma Fernando de Azevedo: Distrito Federal, 1927-1930.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 1982.

PIOVESAN, Ângelo. Rádio-educativo: avaliando as experiências das décadas 60/70. In: KUNSCH, Margarida M. K. Org, **Comunicação e educação: caminhos cruzados.** São Paulo: Loyola, 1986.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. Rádio e Educação do Brasil. **Revista Electron** – Revista da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro – Anno 1 – Num. 06 – Abril de 1926.

TEIXEIRA, Anísio. **Discurso de instalação** seção de radiodifusão no Departamento de Educação do Distrito Federal. [1933]. Centro de Documentação da Fundação Getúlio Vargas (Cpdoc). Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=AT_prodInte&PagFis=6970>. Acesso em 10.08.2016.

SCHWARTZMAN, Simon et al. **Tempos de Capanema.** São Paulo: Paz e Terra/FGV, 2000.

WILLIAMS, Daryle. Gustavo Capanema, ministro da Cultura. In: GOMES. Angela Maria De Castro. **Capanema: o ministro e seu ministério.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

A trajetória do conteúdo educativo na Rádio MEC do Rio de Janeiro

Roseane Andrelo e Adriana M. Donini (UNESP)

Resumo

A veiculação de conteúdos educativos pela Rádio MEC é composta por várias fases, inclusive, decorrentes das gestões a que ela esteve atrelada ao longo de sua trajetória. A nossa proposta é caracterizar algumas das principais produções educativas presentes em diversos períodos da emissora, estabelecendo uma relação com o contexto político, econômico e sociocultural. A nossa abordagem inclui também gêneros e formatos explorados para disseminação das mensagens. Analisamos articulação entre programas educativos apresentados pela Rádio MEC e as políticas públicas e regulamentações brasileiras na área de Educação. Como referencial teórico-metodológico, utilizamos pesquisa bibliográfica das áreas de Comunicação e Educação em uma perspectiva dialética.

Palavras-chave:

Rádio MEC; educação no rádio; radiodifusão; história do rádio.

Ao analisar a transmissão de educação pelo rádio, mais especificamente, pela Rádio MEC, o presente capítulo baseia-se em três pressupostos. O primeiro deles diz respeito ao fato de que, ao refletir sobre meios de comunicação, é preciso enxergá-los sob a ótica do uso social que é feito desses meios e não os ver como meros aparatos tecnológicos. Isso significa compreender o contexto em que estão inseridos, sejam eles sociais, políticos, econômicos ou sociais, o que inclui as políticas nacionais de comunicação, a noção de liberdade de expressão, a regulamentação, a gestão das emissoras, bem como as formas de recepção por parte da audiência.

Quando a análise versa sobre a transmissão de conteúdos educativos, cabe pensar sobre o papel da educação na sociedade, em determinado momento sócio-histórico, afinal, ela não é algo isolado, mas fruto de um contexto e alvo de uma expectativa por parte da sociedade, mesmo que nem sempre correspondida. “Como se sabe, o conteúdo da educação varia de uma sociedade a outra segundo interesses de diversos segmentos sociais, interesses esses que se projetam em valores, aspirações, objetivos” (LIBÂNEO, 2001, p. 56). Eis, aqui, o segundo pressuposto.

Por fim, cabe considerar que a relação entre educação e rádio ganha pertinência ao considerarmos a característica de serviço público da radiodifusão, ou seja, trata-se de um serviço relevante, que deve atender a existência de uma necessidade da população, e que

tem no Estado o responsável direto, não podendo ser deixado exclusivamente ao arbítrio do mercado.

Explicitados os pressupostos, cabe lembrar que a história do rádio, no Brasil, relaciona-se, em vários momentos com a proposta de transmissão de educação. Da década de 1920, marcada pelo surgimento oficial do veículo, até o momento, tem-se registro de várias experiências nesse sentido, embora com características diferentes. A fala, já bastante citada, de Edgard Roquette-Pinto, um dos fundadores da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, ao lado de Henrique Charles Moritze e de um grupo de intelectuais da Academia Brasileira de Ciências, sintetiza o ideal que marca o início da radiodifusão no Brasil:

O rádio é o jornal de quem não sabe ler; é o mestre de quem não pode ir à escola; é o divertimento gratuito do pobre; é o animador de novas esperanças; é o consolador do enfermo; o guia dos sãos, desde que o realizem com espírito altruísta e elevado. (TAVARES, 1999, p.8).

O contexto pode ajudar a compreender os ideais de Roquette-Pinto. O aumento da presença, no país, de imigrantes europeus, sobretudo a partir da extinção da escravidão e intensificada no início do século XX, contribuiu para a efervescência política, tanto a anarquista quanto a comunista. Nesse cenário, destacam-se o movimento sindical e a organização de várias greves, com reivindicações voltadas a questões salariais e melhorias nas condições de trabalho. Afinal, o trabalho ganha expressão social e, com ela, o debate sobre o enriquecimento público e particular, e a melhora na qualidade de vida.

O campo da Educação não passa ileso às transformações ocorridas na sociedade. As reformas estaduais — em São Paulo, tendo à frente Sampaio Dória; em Minas Gerais, com Francisco Campos; no Distrito Federal, com Fernando Azevedo e, na Bahia, com Anísio Teixeira, iniciaram-se justamente na década de 1920. De forma mais macro, houve uma discussão em nível nacional, envolvendo um grupo de educadores com ideias renovadoras sobre o ensino e que culminou, em 1924, na fundação da Associação Brasileira de Educação. O grupo elaborou propostas que envolviam, entre outros tópicos, a universalização do ensino primário leigo, obrigatório e gratuito, sob responsabilidade do Estado. Ou seja, buscavam a implantação de uma política nacional de educação (AZEVEDO, 2001).

Em um cenário cuja agenda pública era pautada por temas como trabalho e educação, surgem emissoras como a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro e a Rádio Educadora de São Paulo. Na rádio carioca, os microfones foram utilizados por intelectuais e cientistas, como o físico alemão Albert Einstein e o poeta italiano Filippo Tommaso Marinetti, criador do movimento futurista. Logo no início, em 1925, a emissora deu início à parte instrucional, com uma perspectiva mais popular de educação, voltada à elevação do nível intelectual e educativo da população. Veiculava aulas de francês, português, geografia, história do Brasil,

higiene, silvicultura, química, história natural e física, além de transmissões de concertos e espetáculos teatrais (FEDERICO, 1982).

O rádio era visto como o meio propício para a educação a distância e, além do conteúdo educativo que veiculava, havia a preocupação em garantir que fosse recebido por maior número de pessoas, sobretudo em espaços públicos. Chama a atenção o artigo publicado por Roquette-Pinto, em 1926, na *Revista Eléctron*, no qual ele traça um plano para transformar em cinco ou seis anos a mentalidade popular do país. Ele propunha que cada Estado fundasse uma radioescola, totalizando vinte “poderosas estações”. Já os municípios limítrofes entrariam em acordo para subvencionar um sistema de rádio, a radioescola municipal (SALGADO, 1946).

Não se tratava de um ponto de vista isolado, pois, revistas e jornais fizeram, em 1929, um movimento em prol da radiodifusão escolar. Nesse mesmo ano, foi instalado, em caráter experimental, pela Diretoria de Instrução Pública de São Paulo, um aparelho de rádio receptor no Grupo Escolar Prudente de Moraes. Porém, no dia 30 de agosto de 1929, a *Folha da Noite*, de São Paulo, chamava a atenção para a falta de experiência dos professores encarregados das emissões escolares.

A década de 1930 chegou com uma série de mudanças na sociedade, muitas delas ocorridas a partir do *crack* de 1929. Com a saturação do mercado mundial, caem as exportações do café e tem-se a diminuição da entrada de capitais. Como resposta, o Brasil contou com a acumulação primitiva de capital e ampliação do mercado interno, o que permitiu o desenvolvimento industrial (ROMANELLI, 1988). Esse fato somado ao crescimento urbano interferiu na educação, uma vez que cresceu a necessidade de mão de obra alfabetizada e, com ela, a pressão para aumentar a oferta de ensino (AZEVEDO, 2001).

Coube ao Governo Provisório (1930-1934) buscar novos modelos de intervenção estatal, surgindo, assim, políticas setoriais e conseqüentemente a criação de ministérios, como o da Educação e Saúde Pública, tendo Francisco Campos como seu primeiro ministro, o que marca a regulamentação nacional do setor educativo (AZEVEDO, 2001). A educação fez cada vez mais parte da agenda pública, não só pelas ações do então recém-criado Ministério, mas pelos debates gerados pela Associação Brasileira de Educação, sobretudo por meio da publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nacional, em 1932. O documento já pregava o uso de meios de comunicação na educação. “[...] a escola deve utilizar, em seu proveito, com a maior amplitude possível, todos os recursos formidáveis, como a imprensa, o disco, o cinema e o rádio [...]”

O olhar para o rádio como um meio de grande potencial educativo – correspondido pelas primeiras emissoras brasileiras, começa a ter novas lentes a partir da regulamentação do veículo, na década de 1930. A entrada em vigor de dois decretos - o 20.047, de 1931, que intimava as transmissoras a aumentar seu potencial de antena, e o 21.111, de 1932, que permitiu a publicidade no rádio – resultou na profissionalização e na implantação do caráter comercial do veículo.

Na Rádio Sociedade, do Rio de Janeiro, o impacto foi rápido. Seu criador, Roquette-Pinto, acreditava que o aumento de potência só era possível nas sociedades organizadas em base comercial, e a venda de publicidade não era permitida pelos estatutos da emissora (ROQUETTE-PINTO, 2002/2003). Para evitar que ela se tornasse um empreendimento lucrativo, Roquette-Pinto optou por doá-la, em 1936, ao Ministério da Educação e Saúde Pública. A Rádio MEC, como começou a ser chamada, foi doada com uma condição registrada em termo assinado com o governo:

As instalações serão gratuitamente transferidas ao Ministério da Educação e Saúde, que, em compensação, se obriga a não utilizar a emissora para outros fins senão o desenvolvimento da cultura popular e jamais permitir a publicidade comercial ou a propaganda política. (FEDERICO, 1982, p. 46).

Entre 1937 a 1945, o país passa a viver sob o Estado Novo (1937-1945), regime político caracterizado pela centralização do poder. Entre as ações, registram-se intervenções nos meios de comunicação. O campo da educação também não passa ileso. Na Constituição de 1937, a ênfase é dada ao ensino profissional, destinado, principalmente, às classes populares. “[...] oficializou-se o dualismo educacional: ensino secundário para as elites e ensino profissionalizante para as classes populares” (LIBÂNEO et al, 2003, p. 143). No ensino secundário, o decreto-lei nº 4244 previa um ensino patriótico, que englobava a compreensão dos problemas e dos ideais da nação. De um lado baseava-se nos princípios do populismo nacionalista e fascista. De outro, tinha conteúdo literário acadêmico (ROMANELLI, 1988).

Na programação da Rádio MEC, o dualismo e o patriotismo também estão presentes. Havia cursos (literatura francesa e inglesa ou de silvicultura prática); lições (português, francês, italiano, geografia e história natural); palestras seriadas (síntese das marés, etc.) e o programete quarto de hora (literário, infantil, etc.). A emissora também “era forçada a transmitir solenidades oficiais e semi-oficiais, muitas vezes impróprias a uma irradiação, o que contribuiu sobremaneira para que os ouvintes se desabituassem de sintonizá-la” (SALGADO, 1946, p. 72).

O nacionalismo também adquiriu espaço por meio da série “Pensando no Brasil”, que teve participação do almirante Álvaro Alberto, do Conselho Nacional de Pesquisa, de representante da Academia Brasileira de Letras, e da Confederação das Indústrias.

Entre as reformas feitas pelo ministro Gustavo Capanema, na década de 1940, chamadas de Leis Orgânicas do Ensino, percebe-se a tentativa de engajar as indústrias na qualificação da mão de obra, afinal, o Estado precisava satisfazer a necessidade de consumo interno com produtos nacionais, sem importar trabalhadores especializados.

Na Rádio MEC, o destaque da década de 1940 foi a criação do programa *Colégio do Ar*, líder de audiência da emissora, que oferecia cursos de português, espanhol, inglês e francês.

Ainda no final dos anos 1940, estudantes do Colégio Pedro II atuavam no *A Juventude Cria*, dirigido pelo professor Libânio Guedes. Muitos desses alunos, inclusive, futuramente passaram a integrar a equipe da emissora. A partir de 1948, a MEC passou a retransmitir o programa *Hora da Ginástica*, de Osvaldo Diniz Magalhães, já veiculado nas rádios cariocas desde 1933, cujo conteúdo aliava exercícios físicos e lições de moral e civismo.

Na década de 1950, a criação de infraestrutura de comunicações, transporte e energia aumentou a oferta de emprego, porém, o fantasma da mão de obra qualificada ainda assombrava o país. “A educação, portanto, passa a ser encarada como o único caminho disponível, para as classes médias, de conquistar postos e, para as empresas, de preencher seus quadros” (ROMANELLI, 1988, p. 206).

Foi nesse contexto que, em 1957, tiveram início os cursos básicos do Sistema de Rádio Educativo Nacional (SIREN), patrocinados pelo MEC e dirigidos por Ribas Costa. Um ano depois da criação do SIREN, 11 emissoras irradiavam esses cursos que visavam erradicar o analfabetismo, número que saltou para 47 emissoras em 1961. “Apesar do relativo sucesso do Sistema, ele foi extinto em 1963 e incorporado à Rádio Educadora de Brasília” (MOREIRA, 1991, p.20). A autora cita duas razões para o fim do projeto: a preocupação excessiva com os recursos materiais, em detrimento do preparo de pessoal e do controle de resultados, e as oscilações de natureza política.

Na Rádio MEC, o panorama da década de 1950 era marcado pela baixa audiência (10º lugar, com 1,8% da audiência no Rio de Janeiro) e pela situação de precariedade (aparelhos defasados, discoteca restrita, programação repetida e falta de recursos para o investimento em artistas e produtores). Assim, em 1958, Celso Brant, diretor da emissora à época, procurou aliar o cunho educativo da rádio a programas de perfil mais popular, buscando atrair mais público. *Colégio do Ar*, em convênio com a Divisão de Ensino Secundário do MEC, continuava a ser veiculado, com cerca de seis horas diárias, bem como outros programas didáticos, como as aulas de línguas estrangeiras (RÁDIO MEC, 2016).

Olhando para o contexto nacional, percebe-se que no período que vai do término do Estado Novo, em 1945, até o golpe militar de 1964, o debate sobre a educação é retomado, com ênfase em dois movimentos: nas discussões em torno da educação popular, seja na educação não-formal ou na de jovens e adultos, e da educação pública, voltada à educação escolar formal, tendo como um de seus momentos mais importantes os debates acerca da LDB (Lei de Diretrizes e Bases), encaminhada à Câmara Federal em 1948 e aprovada apenas em 1961 (GADOTTI, 1993). “Em essência, pois, a lei nada mudou. A sua única vantagem talvez esteja no fato de não ter prescrito um currículo fixo e rígido para todo o território nacional, em cada nível e ramo” (ROMANELLI, 1988, p.181).

Isso fez com que as questões educacionais fossem incluídas “[...] entre as reformas de base reivindicadas nas amplas mobilizações que tomaram conta do país no início dos anos 60, e que conduziram à quebra do pacto populista” (AZEVEDO, 2001, p. 38). Da educação

esperava-se um meio de mobilização política, sobretudo em ações da alfabetização de adultos, que procuravam ir além de práticas instrumentais. “Não formulando nenhum questionamento sobre a realidade, mas, pelo contrário, procurando sempre dissimulá-la, essas práticas estavam perfeitamente sintonizadas com a reprodução social das estruturas sócio-econômicas existentes” (GERMANO, 1989, p. 23).

Das práticas mais reflexivas, um exemplo é o Movimento de Educação de Base (MEB), criado em 1961. De tudo que foi desenvolvido pelo MEB, tem-se a criação de escolas radiofônicas, supervisionadas pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Na contramão do movimento em prol da educação politizada, pelas radioescolas, em 1960, os canais e equipamentos da Rádio MEC foram transferidos para o Poder Legislativo. Apenas quatro anos mais tarde, a emissora retornou à administração do MEC. A década de 1960 termina com quatro emissoras ligadas à Rádio MEC (PRA-2, em ondas médias, e PRA-3, PRA-4 e PRA-5, em ondas curtas), sendo que a PRA-2 mantinha conjuntos musicais permanentes, que também se apresentavam em teatros e escolas (RÁDIO MEC, 2016).

No cenário nacional, mais mudanças. A ditadura militar não permitia mais práticas voltadas à conscientização e à mobilização popular, assim como ações de descentralização, prevista na LDB. “Em 1964, o golpe dos militares provocou novamente o fortalecimento do Executivo e a centralização das decisões no âmbito das políticas educacionais” (LIBÂNEO et al, 2003, p.137). Isso teve reflexo imediato nas ações educativas veiculadas pelas emissoras de rádio.

Projeto Minerva - experiência de educação a distância pelo rádio

Em 1970, o índice de analfabetismo de pessoas a partir de 15 anos de idade, no Brasil, era de 33,6%. No ano anterior, havia sido promulgada a Emenda Constitucional nº1, a qual, em seu artigo 176, estabelecia que a educação deveria ser considerada como “direito de todos e dever do Estado”. No contexto político-econômico, estava entre as metas do governo militar a diminuição da população rural, aumento da industrialização e, conseqüentemente, mão de obra capacitada para atuar nesse setor.

Visando atingir esses objetivos e considerando a abrangência e baixo custo do meio rádio, foi publicada, a portaria interministerial nº 408/70, que determinava a transmissão de programação educativa em caráter obrigatório por todas as emissoras. Assim, foi implantado um programa oficial massivo intitulado *Projeto Minerva*. A produção e distribuição dos conteúdos ficou sob responsabilidade do Serviço de Radiodifusão Educativa (SRE) do MEC.

Segundo a professora Marlene Blois, que integrou a equipe central do Minerva, foram contratados professores para elaborar textos e havia um grupo que trabalhava na interface entre os educadores que gravavam os conteúdos e os redatores e produtores de rádio. Também participavam da rede, coordenadores e supervisores regionais, monitores e secretarias de Educação.

O *Projeto Minerva* era composto por transmissões radiofônicas e fascículos. A primeira edição foi veiculada em outubro de 1970. De segunda à sexta-feira, os programas iam ao ar das 20h às 20h30min. Já aos sábados e domingos as produções eram exibidas, respectivamente, das 13h às 14h15min, e das 10h às 11h15min. No início, os conteúdos eram enviados por fitas de rolo e, posteriormente, passaram a ser transmitidos via satélite por meio da Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), para os locais que dispunham dessa tecnologia.

Havia três maneiras de recepção. A organizada consistia em radiopostos instalados, por exemplo, em escolas, clubes, igrejas, quartéis, em que os alunos acompanhavam as gravações e, em seguida, os monitores trabalhavam o que foi veiculado nos áudios e os conteúdos das apostilas.

Já na recepção controlada, os interessados não frequentavam os radiopostos diariamente e ouviam as transmissões dos cursos em horário alternativo, participavam de reuniões semanais ou quinzenais sob a orientação do monitor. Também havia quem escutasse as aulas em suas casas e depois realizasse os exames de avaliação.

Inicialmente foram produzidos os cursos Primário, Capacitação ao Ginasial (revisão do Primário) e Madureza Ginasial; o boletim informativo *30 minutos importantes* e o programa cultural *Concertos para a Juventude*. Ainda no primeiro ano de atividade, passaram a ser transmitidos *Coisas nossas, muito nossas* (sobre estados brasileiros); *A palavra pela ordem* (espécie de enciclopédia que abordava o significado das palavras por ordem alfabética); *O descobrimento da terra* (sobre conquistas do homem na busca de novos horizontes); *Encontro - uma revista para você ouvir* (mescla de música, literatura e artes); e *Conversa de domingo* (bate-papo sobre assuntos cotidianos, música) (COUTINHO, 1971).

Em 1971, começou a vigorar a 2ª LDB, a Lei nº. 5.692, a qual, além de denominar os níveis de ensino em Primeiro e Segundo grau, incluiu os cursos e exames supletivos, esses últimos destinados a “suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria e proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte”. Com a ampliação da demanda de alunos que concluíam o Primeiro Grau, o *Minerva* também passou a oferecer atividades destinadas ao nível de Segundo Grau (atual Ensino Médio).

Como é possível notar pela programação exposta acima, além dos conteúdos curriculares, as irradiações contemplavam temas cotidianos e culturais. O folclore e a música popular brasileira estiveram entre as abordagens do *Minerva Cultural*. Um quadro dessa vertente foi o *Nosso Domingo Musical* que entrou no ar em 1973 e, além de aspectos musicais, abordava elementos das tradições do Brasil. Paulo Tapajós assumiu o comando da produção pouco tempo após sua criação e permaneceu como apresentador até 1990. Ricardo Cravo Albin foi o responsável pelo *MPB 100 ao vivo*, no qual se apresentaram Cauby Peixoto, Luiz Gonzaga, Cartola, Elza Soares, Paulinho da Viola, Beth Carvalho e Roberto Silva.

O *Projeto Minerva* contou com várias fases de execução adaptadas a partir de resultados obtidos pela equipe central em reuniões com coordenadores regionais, monitores, avaliações aplicadas aos alunos, visitas aos radiopostos, cartas recebidas. De acordo com Blois (2016), em seu lançamento, ele possuía caráter mais semelhante ao de uma aula, mas depois foram explorados com maior intensidade elementos da linguagem radiofônica. Segundo ela, os textos redigidos pelos professores eram adaptados e, para tal, utilizavam-se efeitos sonoros, músicas, dramatizações de situações do cotidiano. A entrevistada também ressalta que na locução optou-se por uma voz feminina e outra masculina, procurou-se priorizar a naturalidade e evitar a impostação de voz.

Sobre a radiofonização dos conteúdos, Avelino Henrique dos Santos, gerente do *Projeto Minerva*, declarou em reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, publicada em 3 de outubro de 1971, que:

Quando estamos elaborando um programa, uma aula [...] levamos em conta, em primeiro lugar, que se trata de um programa de rádio e que deve lançar mão de todos os recursos radiofônicos de que dispomos. Por isso mesmo, eles são cheios de sonoplastia e são radiofonizados por uma equipe de radioteatro, da qual participam grandes valores artísticos. Toda aula começa pela apresentação de um problema que serve para espicaçar o desejo do aluno em resolvê-lo. (SANTOS, 1971).

O professor Domício Proença, em entrevista concedida em 2010 à Sociedade Amigos da Rádio MEC (Soarmec), explicou que procurava explorar radioteatro nos scripts das aulas de Português e Literatura. Outro recurso apontado foi a metalinguagem:

E o dia em que eu acertei mesmo, tive um grande acerto, foi o dia em que eu usei metalinguagem, ou seja, um programa de rádio dentro do programa. Era uma situação em que alguém estava ouvindo o programa e fazia a crítica do próprio programa – era uma coisa meio doida. Eu me lembro de um programa que me deu uma satisfação muito grande, onde eu imaginei um motorista de táxi no ponto, na hora do almoço ouvindo a Rádio MEC, ouvindo o próprio programa de português do projeto Minerva. (PROENÇA, 2010).

Para compreendermos um pouco do formato e da proposta do *Projeto Minerva*, analisamos a edição de 25 de setembro de 1978, referente ao curso supletivo de Primeiro Grau. A edição começava com um diálogo em que um dos participantes questionava desconto em seu salário referente ao INPS (Instituto Nacional da Previdência Nacional) e a locutora menciona que estava com um panfleto sobre o tema. Em seguida, entra um áudio com o conteúdo desse material. Na sequência, havia uma vinheta que convidava os matriculados no Primeiro Grau ou “que gostam de aprender ou recordar” a acompanhar a aula de Língua Portuguesa



Figura 1 – Equipe Projeto Minerva anos 70

que enfocaria acentuação gráfica. Depois, tem início conversa, por telefone, entre duas mulheres, em que uma delas comentava ter encontrado uma pessoa conhecida e estar impressionada pela limpeza da sala em que ela trabalhava. A outra dizia, então, que o local exigia hábitos de limpeza: “É o trabalho comadre, é o trabalho. Eu frequento o ambulatório e sei como é, tudo lá é muito arrumado e limpo. A gente não precisa ter medo de pegar doença dos outros” (PROJETO MINERVA, 1978). Assim, identificamos que

também se procura com essa mensagem tranquilizar os ouvintes que faziam uso do sistema público de saúde, no caso do ambulatório do INPS.

Em seguida a essa encenação, os apresentadores abordam o tema da aula (crase), mas, para tal, utilizam falas do diálogo presente na dramatização da conversa ao telefone que havia acabado de ser veiculada. Percebemos uma tentativa de interdisciplinaridade na apresentação dos conteúdos: um deles relativo ao cotidiano (saúde, higiene) e outro que visava expor o tema da aula de Língua Portuguesa (crase).

O assunto família foi abordado durante a disciplina Estudos Sociais. Nesse caso, são mencionadas funções que a família exercia em outras épocas e modificações ocorridas, como diminuição dos membros e exercício da autoridade por homens e mulheres.

O ensino da disciplina de Matemática pelo *Minerva* foi objeto de estudo. Na dissertação *O Projeto Minerva e o desafio de ensinar Matemática via rádio*, Castro (2007) identificou dificuldades do redator na elaboração de um roteiro que o locutor pudesse interpretar de maneira que fosse de fácil compreensão para os ouvintes e, segundo ela, um dos recursos adotados para tentar minimizar o problema foi o uso da repetição. Na tese de doutorado *Projetos Minerva: caixa de jogos caleidoscópica*, Pinto (2013) descreve, em um dos capítulos, materiais que compõem uma aula de Matemática sobre retas e circunferências. Entre os aspectos destacados está o obstáculo que o aluno poderia ter na associação entre a aula radiofônica e o texto do fascículo.

Assim como outros programas levados ao ar durante o período militar, o *Minerva* também era submetido à avaliação de censores. A análise era realizada antes de os roteiros serem gravados. As pessoas que atuavam nesse trabalho de censura costumava-

vam acompanhar a equipe central em reuniões realizadas com coordenadores regionais e monitores. Documento de 17 de novembro de 1971, do Centro de Informações da Polícia Federal, protocolado no Estado do Paraná e disponibilizado pelo portal Arquivos Revelados, aponta que “apesar de um aspecto puramente educacional, foi identificado pelo próprio MEC, infiltração comunista em seus programas”.

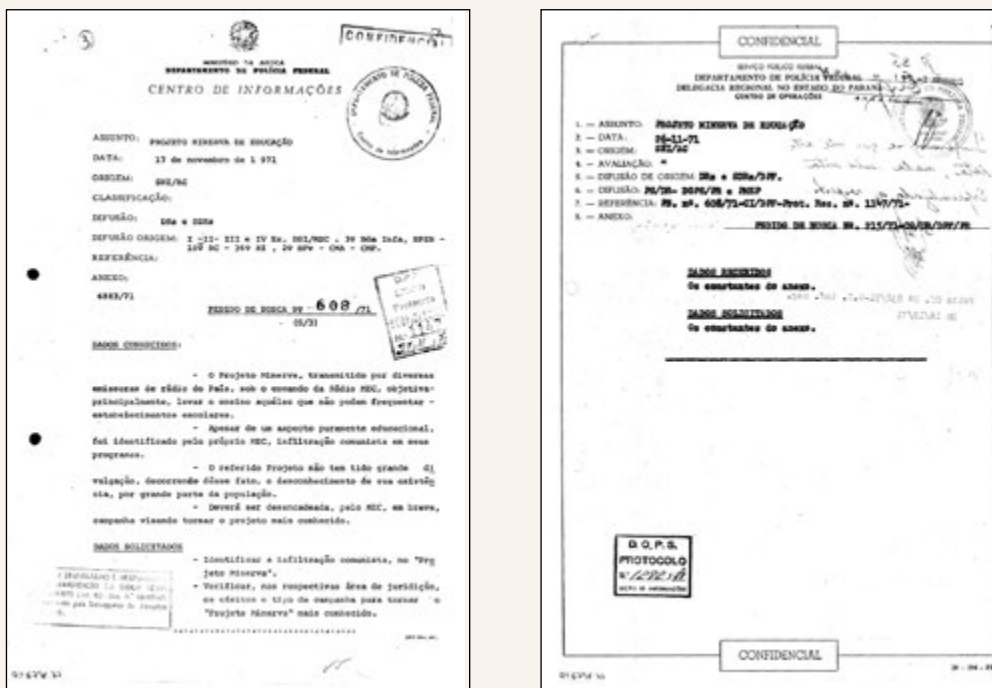


Figura 2 – Documento pedido de busca da Polícia Federal no Projeto Minerva

A legislação educacional em vigor possuía um parágrafo explicitando que o processo educativo deveria considerar particularidades regionais. As aulas do curso a distância, no entanto, eram produzidas de maneira centralizada. Sobre esse aspecto, Blois (2016) explica que os monitores eram orientados nos trabalhos que ocorriam após a veiculação dos programas a contextualizar e aproximar os assuntos à realidade de cada local.

Em relação à integração entre comunidades e emissoras de rádio, Blois destaca parceria com a Secretaria de Educação Física e Desportos (SEED) na produção do Esporte para todos para todos que antecedeu a criação do Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa (Sinred). Sobre esse programa, ela lembra que:

No sábado, por ser um horário maior, nós tentamos fazer uma coisa com uma participação descentralizada, ou seja, foi criado um programa chamado *Esporte para Todos*, em que todos podiam fazer esporte adaptado às suas realidades, então, não era esporte de alta performance. Isso foi feito com a SEED. A SEED trabalhava a questão de esporte dentro do MEC. Então, eu propus uma quebra total de modelo para trabalhar com isso. O pessoal dos estados nos mandava fitas

cassetes do que eles estavam fazendo, nós víamos as que tinham um pouco de qualidade para colocar no ar. (BLOIS, 2016).

O caráter tecnicista e os índices que apontavam a não conclusão dos cursos por diversos participantes estiveram entre as principais críticas atribuídas ao *Minerva*. O Projeto oficialmente deixou de existir em 1991. A mudança de regime governamental e na legislação relativa à obrigatoriedade das transmissões por emissoras comerciais contribuíram para que ele fosse descontinuado.

O Centro Nacional de Recursos Humanos do Instituto do Planejamento (Iplan) fez um diagnóstico do Sistema Avançado de Tecnologias Educativas (SAT) que absorveu o Programa Nacional de Tele-educação (Prontel), criado em 1972 e, no qual se incluía o rádio. Na avaliação, são destacadas predominância de programas com linguagem de difícil compreensão; ritmo de locução inadequado para acompanhamento; apelo à atividade dos alunos durante as transmissões insuficiente; aulas curtas; supervisão não sistemática; falta de estudos exploratórios para servir de base ao planejamento e elaboração de programas (INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 1976).

Integração entre emissoras e conteúdos educativos nos anos 1980

Com a instituição do Sinred, oficialmente criado em 1983, ampliaram-se transmissões em cadeia nacional de conteúdos que visavam contemplar manifestações culturais das várias regiões brasileiras. A fase inicial desse Sistema foi marcada por duas séries: *Perfis brasileiros* e *Esses moços*. O Sinred funcionou até 1988. (ZUCULOTO, 2010).

O início da abertura política possibilitou a elaboração de produções radiofônicas que estimulavam discussões e reflexões, como a série *Educação em Debate*, como explica Marlene Bois:

Eu tive um programa durante 12 anos, também nesse horário alternativo, em cadeia nacional, que chamava Educação em Debate. Era uma vez por semana o programa e, cada semana, eu tratava de um assunto ligado à educação formal e não formal. Então, muitas pessoas foram entrevistadas nesse programa e ele era um dos líderes de audiência na Rádio MEC. Eu recebia muitas cartas do Brasil inteiro. (BLOIS, 2016).

Dessa proposta, em parceria com a Rádio Cultura de São Paulo, resultou a série *Encontros com Paulo Freire*, composta por 15 programas de 30 minutos de duração cada e que posteriormente originou o livro *Reencontros com Paulo Freire e seus amigos*.

A *Radioteca Infantil*, apresentada por José Carlos de Souza, o Zé Zuca, foi outra produção de destaque na década de 1980. O programa era composto por radioteatro e participação

de estudantes e foi premiado no Festival Internacional de Rádio de Nova Iorque. Depois de alguns anos, foi produzido também a *Radioteca Jovem*, espaço em que ocorriam transmissões simultâneas em escolas de ensino secundário.

Em 1984, a Rádio MEC conquistou o Prêmio Ondas, com a série infantil *Vamos Brincar*, conferido pela União Europeia de Radiodifusão. Dias (2001) comenta como era essa produção, que também obteve o Prêmio Brasil:

‘Vamos Brincar’, dirigido a crianças de 4 a 6 anos, contava com recepção organizada nas escolas pré-primárias do Município, e seus aplicadores eram treinados pela equipe de ensino da Emissora. Para esse entrosamento, muito contribuiu a Professora Maria Yedda Linhares, que era Secretária de Educação do Município. Era preciso manter acesa a mensagem deixada por Roquette: um rádio voltado para a educação do povo brasileiro. (DIAS, 2001).

Quanto a políticas e legislações educacionais na década de 1980, pode-se destacar que, em 1982, a Lei 7.044 alterou dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes à profissionalização do ensino de 2º grau. Com o fim do período do governo militar, em 1985, ganhou força a luta pela democratização da educação. Em 1987, foi lançada campanha nacional pela escola pública e gratuita. A Constituição de 1988 contemplou a gestão democrática do ensino público no artigo 206. Assim, a sociedade civil passou a ter espaço por meio dos conselhos.

Mudanças na gestão da Rádio MEC e na legislação educacional

Em 1990, a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) e o MEC firmaram convênio para divulgação gratuita de mensagens institucionais de cunho educativo. Esse acordo, que foi renovado ao longo dos anos e vigora até hoje, consistiu em uma alternativa à obrigatoriedade prevista pelo *Minerva*. (ABERT, 2014).

Em 1995, a Rádio MEC foi transferida para a Secretaria de Comunicação (Secom) da Presidência da República. Com isso, o departamento de Educação responsável por programas veiculados em rede foi extinto. Em 1998, foi criada a Organização Social Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (Acerp), em substituição à Fundação Roquette Pinto, e que passou a administrar a Rádio MEC. Em artigo publicado no *Jornal do Brasil* e reproduzido pelo informativo *Amigo Ouvinte*, Carmem Lucia Roquette-Pinto, filha de Edgar Roquette-Pinto, tece críticas a esse procedimento e aponta que a Educação via rádio não foi priorizada pela Acerp:

Como um grupo privado pode receber, sem autorização do Congresso Nacional, sem visibilidade e sem processo licitatório, um patrimônio de radiodifusão

público, doado ao Ministério da Educação pelo educador Roquette Pinto? [...] Em relação ao desempenho, o Tribunal de Contas da União concluiu que a Acerp não atingiu as metas propostas e teve atuação insatisfatória. A área da educação, que com a cultura constitui a missão da Acerp, não é priorizada na Rádio MEC. (ROQUETTE-PINTO, 2002).

No panorama educativo, em 1996, foi promulgada nova LDB. O estímulo à educação a distância consta no artigo 80 dessa legislação, o qual estabelece que “O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada” e que foi regulamentado pelo Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, com a seguinte redação:

Educação a distância é uma forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação. (BRASIL, 1998).

A difusão pelos meios de comunicação na LDB nº 9.394/96 é contemplada no parágrafo 4 do artigo 80, o qual estabelece que a “educação a distância gozará de tratamento diferenciado” e que inclui: **a)** custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens; **b)** concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas; **c)** reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) começaram a vigorar em 1998, com o objetivo de aproximar o conteúdo das disciplinas escolares tradicionais ao cotidiano dos alunos. No planejamento das atividades, os educadores podem incluir a utilização de meios de comunicação — sendo o rádio um recurso com potencial para esse objetivo, na abordagem de conteúdos curriculares e dos temas transversais.

Em 1999, foi instituída a Portaria Interministerial nº 651, referente a critérios para outorgas de concessões, permissões e autorizações para execução dos serviços de radiodifusão sonoras, com finalidade exclusivamente educativa, a qual estabelece que:

Art 1º Por programas educativo-culturais entendem-se aqueles que, além de atuarem conjuntamente com os sistemas de ensino de qualquer nível ou modalidade, visem à educação básica e superior, à educação permanente e formação para o trabalho, além de abranger as atividades de divulgação educacional, cultural, pedagógica e de orientação profissional, sempre de acordo com os objetivos nacionais;

Art. 2º Os programas de caráter recreativo, informativo ou de divulgação

desportiva poderão ser considerados educativo-culturais, se neles estiverem presentes elementos instrutivos ou enfoques educativo-culturais identificados em sua apresentação. (BRASIL, 1999).

A veiculação de programas educativos na MEC AM permanece e, como exemplo, temos a divulgação de conteúdos relacionados à literatura, abrangida na década de 1990, por programas como *Palavras ao Ar*, em que os textos eram dramatizados pelo Núcleo Carioca de Teatro. Para se ter uma ideia da abordagem e do formato, no início dos anos 2000, foram encenados oito programas da série “A Vida como ela é...”, baseados em crônicas do escritor Nelson Rodrigues.

Porém, apesar de a década de 1990 ser marcada por legislações e documentos que regulam e incentivam o uso da mídia na Educação, na Rádio MEC não identificamos um projeto de grande abrangência que, por exemplo, estabelecesse uma parceria com escolas, apesar de recursos tecnológicos já disponíveis naquela época.

Destaca-se, ainda, nos anos 1990, uma nova tentativa de trabalho conjunto entre emissoras com finalidade educativa em cobertura das reuniões anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Embora tivesse, entre emissoras coordenadoras, a Rádio MEC Rio, e contasse com a integração de outras rádios estatais, a Rede para coberturas das SBPCs fez história comandada principalmente pelas universitárias, daí o seu título. Esta fase se estende por todos os anos 90 e é também caracterizada pelo fato de as próprias emissoras passarem a se auto-denominar rádios públicas. (ZUCULOTO, 2010, p. 64).

Nova concepção de programas educativos

Para compreender a presença do conteúdo educativo na MEC AM nos anos 2000, analisamos as grades de programação publicadas no informativo *Amigo Ouvinte*, elaborado pela Soarmec.

Um panorama da emissora no início desse período também é exposto pela gerente geral da Acerp, Maristela Rangel, ao rebater críticas de Carmem Lucia Roquette-Pinto. Em um dos trechos, Rangel (2002, p. 6) declara que “a MEC AM permanece fiel à música brasileira de qualidade, do samba ao choro, da bossa nova à música instrumental. Toda a programação é entremeada pela série *Nosso Tempo*, dirigida a portadores de deficiência”. Ela inclui na prestação de contas as séries *Pensando com Você*, *Cinema Brasil - Curtas Estórias* e *Memória do Teatro Brasileiro*.

Percebe-se nesse período programas realizados em parceria com associações de classe e entidades, como é o caso de programas do Serviço Social do Comércio (Sesc) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac). Na planilha de programação de meados de

2000, consta o programa de divulgação científica *Tome Ciência*, composto por notícias e entrevistas, planejado inicialmente para TV e com Conselho Editorial indicado pela SBPC.

A cidadania mais presente em ações em nível nacional ganhou espaço na MEC AM. Compunham a grade, por exemplo, o quadro *Oficineiros da Inclusão*, produção desenvolvida por meio de parceria entre a emissora e a organização não governamental Escola de Gente e *Mulherio*, programa realizado em conjunto com a Secretaria Especial dos Direitos da Mulher.

Um programa que se estendeu ao longo dos anos 2000, sendo veiculado até a atualidade, é o *Perguntar e Pensar*, elaborado pela Sociedade Brasileira de Psicanálise e que explora questões do universo infanto-juvenil. Também identificamos nesse período o quadro *Electron*, bate-papo sobre ciência e literatura desenvolvido por meio de parceria entre a MEC e entremeado por inserções musicais e literárias.

A produção *Rádio Maluca*, veiculada de 2004 a 2015 e apresentada aos sábados, das 11h às 12h, por Zé Zuca, possuía conteúdos que podiam ser trabalhados em salas de aula do Ensino Fundamental ou indicada para que os alunos acompanhassem. Durante um período, esse programa aconteceu no auditório da Nacional, mas, por motivos de reforma, também ocupou outros espaços. Em entrevista concedida à EBC, o apresentador declarou que:

Então, a gente faz um programa no rádio, mas um programa cheio de imagens, de visual, tem cenário a Rádio Maluca. A gente brinca que você pode ver as coisas que estão acontecendo no programa pelos buraquinhos do seu rádio. Então, tem toda essa coisa de exercitar a imaginação da criança. A gente não usa didatismos, mas o programa, antes de mais nada, é um programa para diversão. Mas, ele tem muito conteúdo cultural que pode ser aproveitado pelos educadores, pelos pais com as crianças, mas, acima de tudo, pelas próprias crianças. (SOUZA, 2014, p. 1).

Em outubro de 2007, foi publicada a Medida Provisória 398, depois convertida na Lei 11.652, autorizando a constituição da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), vinculada à Secom, e que resultou da união do patrimônio e das equipes da Empresa Brasileira de Comunicação (Radiobrás) e da Acerp. Nessa época, o foco educativo na grade de programação, segundo a edição 48 da publicação *Amigo Ouvinte*, era contemplado pelo *Educação e Expressão Literária*, e por programas de curta duração como *Formas & Cores* e *Tintas & Pincéis* (veiculado até à atualidade).

No Relatório de Gestão da Acerp, de 2010, percebe-se que a Educação foi priorizada em transmissões de debates e eventos sobre essa temática. Esse foi o caso de cobertura sobre a Festa Literária Internacional de Paraty, Conferência Nacional de Educação, Dia Internacional da Criança no Rádio e na TV e 12º Salão do Livro Infantil e Juvenil. Documento referente a ações de 2013 também confirma investimentos em ações pontuais, como a Semana Temática da Água e Dia Internacional do Livro Infantil (ACERP, 2010).

Ao olhar para o campo da Educação, temos, como parâmetros educacionais, o Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado em 2001. Já em 2007, por meio da Portaria Interministerial nº 177, foi instituído o *Programa Mais Educação* que integra o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Essa ação consistiu em estratégia do governo federal com o intuito de ampliar a jornada escolar visando à educação em período integral. Sobre esse projeto, o MEC (2009, p. 7), destaca a integração entre ministérios: “Trata-se da construção de uma ação intersetorial entre as políticas públicas educacionais e sociais, contribuindo, desse modo, tanto para a diminuição das desigualdades educacionais, quanto para a valorização da diversidade cultural brasileira”.

Educomunicação e Cultura Digital estão incluídas entre os microcampos de atividades previstas para serem fomentadas pelo *Mais Educação*. As ações podem ser desenvolvidas no âmbito das escolas, em interação com comunidades no entorno dos estabelecimentos de ensino ou em parceria com outros espaços e instituições dos municípios. A veiculação de programas de rádio produzidos em escolas, capacitação de atores para atuar nos projetos que utilizem esse recurso de comunicação, visitas aos estúdios, auditórios e outros departamentos são alguns exemplos de ações entre as escolas e emissoras de rádio que podem ser explorados nesse Programa.

Percebe-se, pelos documentos oficiais da Educação, que a relação com a Comunicação Midiática continua posta como pedagógica, porém, temos não mais apenas a necessidade de serviços públicos de radiodifusão como geradores de conteúdos educativos, mas também postura mais ativa dos atores sociais ligados ao processo educativo. Professores e alunos são incentivados a conhecer etapas desenvolvidas na produção e também a produzir conteúdos. Essa mudança de postura implicaria uma relação mais próxima entre rádio e sistema formal de ensino, o que parece ainda longe de se concretizar.

Panorama atual

O gasto de manutenção de emissoras de rádio e TV públicas e mudanças como extinção do Conselho Curador têm ampliado discussões sobre o papel e conteúdos veiculados pela EBC.

Pela grade de programação atual, é notório que na emissora de rádio prevalecem produções de cunho informativo-cultural. Os programas que podem possuir viés educativo são: a) *Todas as vozes*, revista interativa apresentada por Marcus Aurélio de Carvalho, irradiada de segunda à sexta, 7h20min. às 10h, e que, entre outros quadros, veicula o *Ciência no rádio – Fenômenos no ar*, o qual contempla novidades e curiosidades do mundo da ciência e é realizado em parceria com o Observatório Nacional; *Estação Brincadeira*, programa infantil, que vai ao ar aos sábados, às 9h, apresentado por crianças e artistas, inclui músicas, brincadeiras; b) *Ecos da terra*, veiculado de segunda à sexta-feira, das 10h às 11h com enfoque em gênero e sustentabilidade, comandado por Denise Viola; c) *Conversa com o autor*, que ocorre no auditório da Casa de Leitura e, em cada edição, há entrevista com dois autores da literatura nacional.

A própria emissora, em seu *site*, destaca sua vocação atual: “A programação da MEC AM prioriza música popular brasileira, programas infanto-juvenis, interatividade com o ouvinte, temas como infância, sustentabilidade, inclusão, questões de gênero, educação, movimentos sociais, etc” (RÁDIO MEC, 2016).

Avellar (apud MUSTAFÁ, 2016) explica que os ouvintes da rádio são pessoas com mais de 50 anos de idade, mas, que a emissora está incluindo programas infantis e para o público jovem e, quanto à interatividade, 40% do contato com a emissora se dá por telefone, 30% por e-mails e 30% pelo aplicativo *WhatsApp*.

Considerações finais

Analisando a trajetória do conteúdo educativo da Rádio MEC AM, constata-se que os ideais de Roquette-Pinto para a Rádio Sociedade, emissora da qual ela se originou, foram difíceis de serem concretizados pela reduzida abrangência do veículo na época e pelo fato de a programação não conseguir atingir um público massivo. Com a doação da emissora à esfera governamental e maior popularização do rádio, o meio passou a ser explorado para tentativas de redução dos índices de analfabetismo e aprimoramento da mão de obra por meio de iniciativas de caráter instrucional. Como a Rádio MEC abrigava o Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação e Cultura, além da veiculação, ela passou a gerar os conteúdos transmitidos por outras emissoras. Com isso, em determinados momentos, o governo procurou relacionar legislações do campo da radiodifusão e da Educação para buscar as metas almejadas.

A partir dos anos 1990, as produções que visavam educação formal ou desenvolvidas em parcerias com escolas deixaram de ser priorizadas nas grades de programação, embora nesta década a educação a distância tenha sido oficializada. O viés educativo passou a ser de estímulo à cidadania, discussão sobre a área educacional, produções em conjunto com associações. Havia poucos programas que poderiam ser utilizados no âmbito escolar como complemento às atividades curriculares.

Atualmente, a programação de cunho cultural, com destaque para a música é prevalente na MEC AM. A inter-relação entre projetos educacionais e a emissora não é contemplada e o público-alvo e sua missão não estão em sintonia com a função educativa almejada para o rádio educativo no Brasil, seja a prevista em sua origem ou a que deveria estar presente em uma emissora pública na atualidade.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO. **Abert e MEC renovam convênio para divulgação de mensagens educativas no rádio e na TV.** Disponível em: <<http://www.abert.org.br/web/index.php/notmenu/item/22040-abert-e-mec-renovam-convenio-para-divulgacao-de-mensagens-educativas-no-radio-e-na-tv>>. Acesso em: ago. 2016.

ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO EDUCATIVA ROQUETTE-PINTO. **Relatório de gestão** - exercício 2010. Acesso em: set.2016. Disponível em: <<http://roquettepinto.org.br/wp-content/uploads/2015/01/Relat%C3%B3rio-de-Gest%C3%A3o-2010.pdf>>.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. O Estado, a política educacional e a regulação do setor educação no Brasil: uma abordagem histórica. In: FERREIRA, N.; AGUIAR, M. (org.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2001.

BLOIS, Marlene. **Marlene Blois**: entrevista. Entrevistadora: Adriana Donini. Rio de Janeiro, 2. set. 2016.

BRASIL. **Portaria Interministerial nº 651**, de 15 de abril de 1999. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Disponível em <<http://www2.mcti.gov.br/index.php/2016-11-29-21-49-46/legislacao/por-tipo/portarias/portaria-interministerial-n-651-de-15-de-abril-de-1999>> Acesso em 10 ago. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 2.494**, de 10 de fevereiro de 1998 - Regulamenta o Art. 80 da LDB (Lei n.º 9.394/96). Presidência da República. Ministério da Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/D2494.pdf>> Acesso em 10 ago. 2016.

CASTRO, Márcia Prado. **O Projeto Minerva e o desafio de ensinar matemática via rádio**. 2007. 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2007.

COUTINHO, Mariza. O Minerva é cultura para todos. O **Estado de São Paulo**, São Paulo, 03 out. 1971. p. 44. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19711003-2960-nac-0044-999-44->>. Acesso em set. 2016.

DIAS, Tháís de Almeida. Rádio do Meu Tempo. **Amigo Ouvinte**: Rio de Janeiro. n. 31, 2001, p. 10.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio**: o veículo, a história e a técnica. 2ª ed. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2001.

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 1993.

GERMANO, José Willington. **Lendo e aprendendo**: a campanha de pé no chão. 2ª. ed. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1989.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPEA). **Rádio educativo no Brasil**: um estudo. Brasília: IPEA, 1976.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Programa Mais Educação**: passo a passo. Brasília: MEC/ Secad, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/passoapasso_maiseducacao.pdf>. Acesso em: set. 2016.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?** – Novas exigências educacionais e profissão docente. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos.; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.

MOREIRA, Sonia Virgínia. **O rádio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1991.

MUSTAFÁ, Izani. As rádios públicas do Rio de Janeiro e as novas tecnologias do século 21: o que mudou na interação com os ouvintes e na produção de conteúdos? **Anais do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares em Comunicação. São Paulo, 2016.

PROJETO MINERVA. Acervo de programas veiculados em 1978. **História do Rádio**. Disponível em: <http://www.locutor.info/index_as_vozes_do_radio.html>.

PINTO, Thiago Pedro. **Projetos Minerva**: caixa de jogos caleidoscópica. 2013. Tese (Doutorado em Educação para as Ciências) Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2013.

PROENÇA, Domício. **Domício Proença**: depoimento. Entrevistadores: Adriana Ribeiro e Solange Lebons. Sociedade Amigos da Rádio Mec (Soarmec). Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://soarmec.com.br/domicio.htm>> Acesso em: ago. 2016.

RÁDIO MEC. **Sobre a Rádio MEC AM - Rio de Janeiro**. EBC. Disponível em: <<http://radios.ebc.com.br/mecamrio/sobre>>. Acesso em: set. 2016.

RÁDIO MEC. **Verbetes Rádio MEC**. CPDOC Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/radio-mec>>. Acesso em: 04 out. 2016.

RANGEL, Maristela. Uma rádio para todos. **Amigo Ouvinte**: Rio de Janeiro. n. 33, 2002, p. 6.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

ROQUETTE-PINTO, Carmem Lucia. Resgate da Rádio MEC. **Amigo Ouvinte**. Rio de Janeiro. n. 33, 2002, p. 6.

ROQUETTE-PINTO, Vera Regina. Roquette-Pinto, o rádio e o cinema educativos. **Revista USP**, São Paulo, no. 56, dez. 2002-fev. 2003, p. 10-15.

SALGADO, Álvaro. **A radiodifusão educativa no Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

SANTOS, Avelino. In: COUTINHO, M. O Minerva é cultura para todos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 03 out. 1971. p. 44. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19711003-29601-nac-0044-999-44->>. Acesso em set. 2016.

SOUZA, José Carlos. Programa infantil de rádio completa 10 anos. **Empresa Brasil de Comunicação (EBC)**. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/infantil/para-pais/2014/08/programa-infantil-de-radio-completa-10-anos>>. Acesso em: set. 2016.

TAVARES, Reynaldo. **Histórias que o rádio não contou**: do galena ao digital, desvendando a radiodifusão no Brasil. São Paulo: Ed. Harbra, 1999.

ZUCULOTO, Valci Regina M. **A construção histórica da programação de rádios públicas brasileiras**. Tese (Doutorado em Comunicação). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

Rádio MEC do Rio de Janeiro: uma emissora em defesa da cidadania?

Ana Baumworcel (UFF)

Resumo

Este artigo averigua se a Rádio MEC-AM, criada como uma emissora educativa-cultural, estaria, atualmente, renovando a sua missão para orientá-la para a defesa da cidadania. A pesquisa empírica tem como objeto cinco programas que se definem nessa vertente. Foram analisados programas voltados para grupos específicos, como *Ecos da terra* (gênero e sustentabilidade), *ZoaSom* (jovens) e *Estação brincadeira* (crianças). Além deles, outros dois programas para o público em geral, como *Bate-papo ponto com* e *Todas as vozes* foram objeto de estudo. A partir da observação e da realização de entrevistas semiestruturadas com os jornalistas que os produzem, identificou-se limites, desafios e perspectivas da trajetória de compromisso com a cidadania que uma rádio pública deveria seguir, de acordo com a Unesco.

Palavras-chave:

Rádio MEC-AM; rádio pública; programação; cidadania.

Ao completar 80 anos, em 2016, a Rádio MEC-AM, criada como uma emissora educativa-cultural, teria renovado a sua missão para orientá-la para a defesa da cidadania? Esta é a questão central que este artigo busca averiguar. Em 2006, há exatamente 10 anos, Orlando Guilhon¹ defendeu, durante debate na INTERCOM, que o centro de atuação profissional da Rádio MEC era a educação para a cidadania, buscando desenvolver valores universais como democracia, ética, pacifismo, humanismo, solidariedade, justiça social e criatividade.

Nosso foco educacional está voltado para a cidadania e a inclusão. Educação para a cidadania, ajudando a formar cidadãos com espírito crítico, estimulando a organização e a participação popular, desenvolvendo campanhas de conscientização sobre os mais variados temas sociais. Programas de inclusão de mulheres, crianças, jovens, portadores de deficiência, enfim para os marginalizados da nossa sociedade. Nossa missão institucional está intrinsecamente ligada ao objetivo de formar novas plateias, novos hábitos culturais. Outro objetivo tem sido o da democratização da informação, tentando dar voz a quem não tem, fazendo a cobertura jornalística dos movimentos sociais mais representativos de



1. Diretor da Rádio MEC e vice-presidente da Associação de Rádios Públicas do Brasil, em 2006.

nossa sociedade, garantindo a pluralidade e o contraditório, tratando de evitar a manipulação da informação e o jornalismo “oficialista”, buscando trabalhar com ética, como deve ser o papel de uma rádio pública. (GUILHON, 2006).

Ao completar 80 anos, em 2016, o *site* da Rádio MEC AM divulgava a emissora como

(..) educativa-cultural voltada para a experimentação, para os conteúdos colaborativos e para a difusão da música popular brasileira, com 24 horas diárias de programação. [...] prioriza a música popular brasileira, os programas infanto-juvenis, a interatividade com o ouvinte, temas como infância, sustentabilidade, inclusão, questões de gênero, educação, movimentos sociais etc. [...] A busca pela excelência, pela plasticidade sonora, pela diversidade, pelo público infanto-juvenil, pelo experimentalismo e pelos novos artistas, sempre apoiada nas temáticas dos direitos humanos e na diversidade regional, fez com que a emissora diversificasse sua programação que hoje é composta por cerca de 40 programas. (RÁDIO MEC, 2016).

Em recente artigo (BAUMWORCEL, 2016), já defendia que, talvez, o desafio de emissoras que se denominam educativas, públicas, seja o de contribuir para a construção de um novo modo de pensar que questione a concepção de mundo hegemônica e o senso comum. Como lembra Vigil (2003), só o que aparece na mídia existe. O que a imprensa silencia não aconteceu. Cabe, então, a emissora educativa, pública, ampliar o cenário, diversificar os atores sociais, apresentar mais opiniões, criar outra agenda para dar visibilidade aos fatos, versões e protagonistas silenciados. Teria, então, a Rádio MEC AM uma programação que amplia a visibilidade pública de enfoques ideológicos diversificados e que contribua para aumentar repertórios e discutir valores cidadãos?

O pesquisador Guillermo Orozco Gómez pode se somar a este debate. Na conferência *Comunicação e educação: caminhos integrados para um mundo em transformação*, proferida na abertura do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, em 2016, na USP, em São Paulo, defendeu que a cidadania contemporânea se constrói muito mais em frente às telas e dispositivos, do que nas ruas.

Conhecemos o mundo mediados por dispositivos, que trazem representações de objetos, com verossimilhança, mas que são representações com seus efeitos cognitivos e emocionais. A vida hoje é cada vez mais uma experiência midiática informacional. Estamos conectados com dispositivos através dos quais produzimos conhecimento. [...] Nascemos como audiência desses dispositivos e ser audiência é o status distintivo dos cidadãos. [...] Hoje os direitos das audiências se misturam com os direitos de cidadania. (GÓMEZ, 2016).

O pesquisador mexicano citou os direitos à representação, à recepção e à interlocução da audiência junto à mídia, como fundamentos do direito da comunicação cidadã. Orozco defendeu ser necessário fortalecer uma cultura de direitos da comunicação para fundamentar nosso “ser e estar” enquanto audiência e como cidadãos num cenário midiaticizado. “Temos que ter uma perspectiva integradora dos direitos humanos e da comunicação. [...] Não é só diversão e informação, estes dispositivos produzem uma visão de mundo midiaticizada e isso é um problema educativo e político”, declarou Orozco (2016).

Os programas de cidadania da Rádio MEC AM

A partir da observação e da realização de entrevistas semiestruturadas com os profissionais de 5 (cinco) programas da Rádio MEC AM, identificou-se limites, desafios e perspectivas da trajetória de compromisso com a cidadania que uma rádio pública deveria seguir de acordo com a Unesco (2001), que definiu os seguintes princípios para caracterizar uma emissora pública:

Universalidade, que diz respeito à igualdade e à democracia, na medida em que enfatiza a necessidade da radiodifusão pública ser acessível e voltada para todos; *Diversidade*, que complementa a ideia de universalidade ao indicar a relevância que há em se oferecer diferentes possibilidades em termos de gêneros de programas, público-alvo e temas discutidos. *Independência*, cujo objetivo central é fazer circular ideias, opiniões e críticas em um fórum que seja livre de interesses particulares, pressões comerciais e/ou influências políticas; *Diferenciação*, que aponta para a necessidade de se ofertar uma programação que se caracterize não apenas por produzir conteúdos menos abordados/transmitidos na mídia comercial, mas sim por criar e produzir conteúdos plurais, sem negligenciar nenhum gênero. (UNESCO, 2001).

A pesquisa empírica teve como objeto 5 (cinco) programas que se definem na vertente da cidadania. Três destes programas saíram do ar em 2016. Eram programas voltados para grupos específicos, como *Ecos da terra* (gênero e sustentabilidade), *ZoaSom* (jovens) e *Estação brincadeira* (crianças). Apesar de esses três programas não fazerem mais parte da grade de programação da Rádio MEC AM, eles ainda podem ser acessados pela internet e foram mantidos neste artigo pelo significado que podem ter agregado à missão da emissora. Além disso, é importante, também, que experiências diferenciadas fiquem registradas para futuros estudos de outros pesquisadores da história do rádio no Brasil.

Os outros dois programas selecionados para análise continuam sendo transmitidos pela Rádio MEC AM. *Bate-papo ponto com* e *Todas as vozes* são veiculados de segunda a sexta e se destinam ao público em geral. A maior parte dos programas voltados para as questões da cidadania foi selecionada pela Rádio MEC AM para compor sua grade no Banco de Projetos da EBC, que é uma plataforma *on-line* para receber propostas, cadastradas para a avaliação

da empresa, de coprodução de conteúdos independentes. De acordo com o *site* da EBC:

Trata-se de um modo simplificado e sustentável de submissão de projetos para realização de programas com conteúdos artísticos, educativos e culturais a serem transmitidos nos veículos da Empresa Brasil de Comunicação. Conforme a Lei 11.652/2008, que institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública e constitui a Empresa Brasil de Comunicação, é conteúdo independente aquele “cuja empresa produtora, detentora majoritária dos direitos patrimoniais sobre a obra, não tenha vínculo com empresas de radiodifusão [...]”. (EBC,2016).

A seguir serão apresentadas as principais características de cada um desses programas.

Programa Todas as vozes

Com o *slogan* “Você vai ouvir aqui, o que não anda ouvindo por aí”², o programa *Todas as vozes*, apresentado pelo jornalista Marcus Aurélio de Carvalho, vai ao ar, pela Rádio MEC 800 KHZ e pelo *site* da emissora na web das 7h20 às 10 h, de segunda a sexta, desde o dia 26 de maio de 2014. Marcus Aurélio explica como surgiu a ideia do programa:

A ideia nasceu a partir da percepção de que os debates nas redes sociais estavam se tornando cada vez mais marcados pela intolerância. Era preciso estimular um debate em que todos se respeitassem. A partir dessa percepção, foi criado “*Todas as vozes: aqui a intolerância é zero*”. O programa faz um convite à troca de ideias, à polêmica e à participação do ouvinte. *Todas as vozes* é uma revista interativa, um espaço de cidadania [...]. A participação do ouvinte por telefone, *WhatsApp* e redes sociais é uma das principais características. A maioria dos ouvintes interage para opinar sobre o tema do dia, mas os participantes podem fazer denúncias, sugerir temas, críticas e até votar, se quiserem que um dos quadros do programa, por exemplo, continue ou seja modificado. Nesses dois anos e cinco meses do programa, recebemos participações de ouvintes que se declararam impressionados pelo fato de o *Todas as vozes* ser um dos poucos espaços públicos em que os ouvintes divergem uns dos outros num clima de respeito. Ou seja, com polêmica, mas sem autoritarismo, sectarismo e intolerância. (CARVALHO, 2016).

O programa *Todas as vozes* se divide em vários quadros, além do debate sobre o tema do dia. “O rádio faz história”, apresenta momentos marcantes da história desta mídia, ilustrados pelo áudio de diferentes emissoras do Brasil; “Essa letra, essa música”, traz curiosidades sobre a MPB; “Ciência no rádio – fenômenos no ar”, divulga novidades do



2. De autoria de Marcus Aurélio de Carvalho, desde a época em que coordenava e apresentava o programa de rádio *Notícias do Brasil* do IBASE (dezembro de 1990 a março de 1994), esse *slogan* sintetiza a preocupação da equipe em trazer opiniões diferenciadas em relação às que são apresentadas pela mídia tradicional

mundo da ciência a partir de uma parceria com o Observatório Nacional. Há também o quadro “Atitude inclusão”, com entrevistas sobre os direitos das pessoas com deficiência e de outros movimentos de inclusão social; além do quadro “Vozes da Baixada”, que fala sobre as iniciativas sociais vitoriosas da Baixada Fluminense.

Comentários esportivos também têm espaço em *Todas as vozes*. O programa conta com apoio das equipes de jornalismo e de esportes das emissoras de rádio da EBC - Empresa Brasil de Comunicação. Além de Marcus Aurélio de Carvalho na direção e locução, participam Marcos Leite, na pré-produção; a estagiária Jessica Ferreira, dando apoio no estúdio; e Lucas Alexandre, na sonoplastia. O público alvo é formado por pessoas com 30 anos ou mais, classes B e C, da cidade do Rio de Janeiro e região metropolitana, segundo Marcus Aurélio:

Pelo IBOPE, o programa oscila entre dois e três mil ouvintes por minuto em cada mês. As dificuldades de sintonia da banda AM dificultam a ampliação da audiência no rádio. Porém, o programa apresenta resultados marcantes na internet. Em um ano, cresceu de 7.060 para 67.992 visitantes únicos. Os números foram enviados pela Superintendência de pesquisa da EBC, em Brasília, a partir dos dados do *Google Analytics*, na comparação entre o período de 1 de janeiro a 10 de setembro de 2014 com 1 de janeiro a 10 de setembro de 2015. Foi um crescimento de visitantes pouco comum em uma página de emissora de rádio. O visitante único é considerado um balizador consistente, visto que é registrado a partir do IP - Internet Protocolo - de cada computador. Mesmo que de cada IP o usuário entre centenas de vezes na página do *Todas as vozes* será registrada apenas uma visita. (CARVALHO, 2016).

Em relação ao formato do programa *Todas as vozes*, Marcus Aurélio defende a necessidade de desconstrução da imagem de que o rádio educativo não é interessante e atraente para o público:

Queremos promover a diversidade em formato dialógico de participação. Nosso objetivo é contar, com áudio, registros marcantes da história do rádio; valorizar pautas positivas das periferias urbanas; promover a inclusão social; e provar que é possível fazer rádio educativo de forma descontraída e eficiente. O programa *Todas as vozes* também tem variados recursos de sonoplastia. Busca fazer uma companhia agradável e dinâmica para as rotinas do início das manhãs de nossos ouvintes. É uma rádio revista de variedades, ao vivo, quente e que busca gerar pertencimento na relação com os ouvintes. (CARVALHO, 2016).

Programa Bate-papo ponto com

Apresentado por Cadu Freitas e com o *slogan* “A sociedade nas ondas do rádio”, *Bate-papo ponto com* vai ao ar de segunda a sexta, das 11 h 05 às 12 h, pela Rádio MEC AM 800 KHZ e pela web, desde março de 2014. O programa debate temas da atualidade, como

ansiedade antes de provas, segurança pública no Rio, remoção de favelas, entre outros, e busca formar um novo público, que estaria atualmente mais conectado nas redes sociais do que na escuta radiofônica. O programa já explicita isso ao fazer menção à internet e incluir o ponto com em seu nome. O diferencial é o convite feito para que jovens (normalmente dois) sejam os entrevistadores de um especialista sobre o tema do dia, além da mediação do âncora, como destaca Cadu Freitas.

Resolvemos mudar o formato do programa anterior que tinha como foco temas a serem debatidos apenas por especialistas. Para tentar aumentar a interatividade e estarmos mais atualizados, resolvemos buscar temas também nas redes sociais e trouxemos um público mais jovem para a emissora, convidando alunos de várias áreas das universidades para fazerem parte do programa como entrevistadores. Abrimos espaço para a intervenção, ao vivo, de ouvintes por telefone, *Facebook* e *WhatsApp*. Além disso, a ideia foi levar o programa para além dos estúdios. Em algumas ocasiões o *Bate-papo ponto com* é apresentado direto das universidades ou de outros locais. De lá pra cá, o projeto foi assertivo. Melhoramos a audiência no *dial* e nos acessos ao *site* e às redes sociais, com o compartilhamento sendo feito por jovens, especialistas e instituições envolvidas. (FREITAS, 2016).

Apesar da preocupação em trazer os jovens para dentro do estúdio da rádio, atualmente, na Avenida Gomes Freire, na Lapa, Rio de Janeiro, Cadu Freitas esclarece que o programa *Bate-papo ponto com* se destina ao público em geral.

Queremos apenas ampliar o interesse dos jovens pelo rádio, mas não é um programa que tenha foco só nesse público específico. Os índices de audiência começaram a ser apresentados faz pouco tempo através do contrato que foi feito pela EBC com o IBOPE. Como a base anterior era muito pequena os índices cresceram razoavelmente, mas não de forma significativa. Há uma perda de ouvintes de AM de uma forma geral, segundo o IBOPE. Não só de jovens. A audiência segue para FM. Mas acredito que a web pode ser um novo caminho. (FREITAS, 2016).

Pela internet, houve um crescimento significativo da audiência de *Bate-papo ponto com*. O acesso pode ser feito através do *site* e o internauta pode ouvir e baixar o programa na hora que quiser, pois eles ficam disponíveis na rede, mesmo depois de terem sido transmitidos ao vivo. No trimestre de julho, agosto e setembro de 2016, o programa *Bate-papo ponto com* alcançou 53 mil 835 pessoas, segundo a pesquisa feita pela Rádio MEC AM em seu *Facebook*, como demonstra o quadro a seguir.

BATE-PAPO		JUL.	AGO.	SET.	TOTAL
	Quantidade de Posts	12	13	11	36
	Reações, comentários e compartilhamentos	436	1.749	572	2.757
	Pessoas alcançadas	13.267	30.171	10.397	53.835

Figura 1 - Resultado do trimestre (julho, agosto, setembro de 2016) com base no Facebook da Rádio MEC AM.

O jornalista Cadu Freitas enfatiza quais são os objetivos do programa *Bate-papo ponto com*.

Nosso objetivo é gerar interesse do público em pautas, das mais diversas possíveis, dentro do contexto da educação, cidadania, meio ambiente, saúde, política e economia. Queremos dar espaço para ampliar o tempo de reflexão, sem cortes e de forma dinâmica, simples e carismática. Por conta disso, conseguimos manter e aumentar sempre o banco de fontes de especialistas e instituições ligadas a todos os setores da sociedade. Além de sermos procurados por várias assessorias de imprensa com interesse em apresentar pautas interessantes. (FREITAS, 2016).

Dividido em blocos e sobre um tema único a cada dia, *Bate-papo ponto com* tem locução de Cadu Freitas e produção de David Isidoro. O estilo do programa é o de uma conversa descontraída e o apresentador busca criar um clima de intimidade com o ouvinte e com os jovens entrevistadores, perguntando, por exemplo, a origem do nome deles, quando são nomes diferentes, etc.

Programa Ecos da Terra, gênero e sustentabilidade

O programa *Ecos da Terra, Gênero e Sustentabilidade* começou a ser veiculado na Rádio MEC AM, 800 KHZ, e pela web em agosto de 2015, mas ele é uma proposta de continuação do programa *Planeta Lilás*, que era transmitido, anteriormente, pela Rádio MEC AM. Apresentado por Denise Viola, *Ecos da Terra* ia ao ar de segunda a sexta-feira, de 10 h 05 às 11 h e não está sendo veiculado desde julho de 2016 pelo fato de seu contrato não ter sido renovado pela emissora. A alegação é de “falta de verbas”. Denise Viola conta como surgiu o programa.

A ideia veio de uma iniciativa anterior. O programa foi proposto à MEC como desdobramento do *Planeta Lilás – A voz das mulheres na Cúpula dos Povos*, produzido e veiculado em 2012, por ocasião da Rio +20. A partir da articulação com mulheres de diversas redes e coletivos, como Rede de Mulheres da AMARC, Rede de Mulheres em Comunicação, Rede Mulher e Mídia, AMB (Articulação de Mulheres Brasileiras), Marcha Mundial das Mulheres, COJIRA (Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial), SOS Corpo, REDEH, Instituto Equit, entre outras,

mantivemos no ar, durante todos os dias da Cúpula dos Povos, uma programação produzida e apresentada por mulheres de diversas realidades. De forma coletiva e colaborativa, na qual também buscávamos contemplar nossa diversidade, apresentamos temas relacionados à sustentabilidade a partir de uma perspectiva feminista. (VIOLA, 2016).

Voltado para o público feminino e para os interessados em questões sobre o meio ambiente, o programa *Ecos da terra* contava com a participação e apoio de representantes de diversas entidades de gênero. Era formado por quadros, como “Ecos do pensamento”, às sextas, quando, em função de uma parceria com a Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro, eram feitas entrevistas sobre questões comportamentais ligadas ao gênero, à sexualidade, ao racismo, etc. Nas terças, o quadro “Ecos do mundo” trazia uma correspondente feminista da Rede de Mulheres em Comunicação com temas internacionais sobre gênero e/ou sustentabilidade. Nas quintas, era a vez do quadro “Girando a saia”, com diferentes mulheres que traziam suas notícias e seus olhares, como explica Denise Viola.

Era uma parceria entre redes de mulheres, de norte a sul do Brasil, eram comunicadoras integrantes da Rede de Mulheres da AMARC, Rede de Mulheres em Comunicação, Rede Mulher e Mídia. Era um giro de informação, mas não propriamente de reportagem. Cada uma apresentava sua pauta, seu flash à sua maneira, não padronizada, respeitando o *time* e o sotaque de cada região. O programa se dirigia preferencialmente às mulheres jovens, adultas, idosas, mas o objetivo maior era levar as questões das mulheres também para os homens. (VIOLA, 2016).

As entrevistas e quadros eram disponibilizados na internet para ouvir, baixar, comparar-tilhar, mas não o programa na íntegra. Denise Viola enfatiza qual era o objetivo de *Ecos da terra*.

Mais do que informar, era envolver as pessoas com as questões tratadas para mobilizar, fazer com que se sentissem corresponsáveis pela construção de uma sociedade melhor. As pautas eram as mais diversas, sempre buscando ir além do senso comum. No caso da sustentabilidade, por exemplo, procurávamos ouvir os protagonistas de histórias positivas, mesmo com o convívio com a seca, os casos de agricultura orgânica, iniciativas de educação ambiental, de recuperação de áreas degradadas, de resgate do patrimônio imaterial ou os impactados pelo modelo de desenvolvimento atual, com hidrelétricas, megaeventos, etc. A lógica do programa era fazer um contraponto ao que vinha sendo veiculado pela grande mídia ou dar visibilidade ao que não era noticiado. Como a questão de gênero era central no programa, procurávamos ouvir mulheres especialistas nas diversas áreas. Mas procuramos ter o cuidado de não desmerecer, nem desqualificar os homens. (VIOLA, 2016).

A apresentadora acrescentou que procurava estimular os ouvintes a sugerirem pautas e que buscava atender a demanda trazida por eles.

Nosso diferencial buscava ser na abordagem, na escolha das fontes e na maneira de abordar as pautas, tentando sempre trabalhar numa linguagem simples, mas não simplória, de forma que os ouvintes pudessem acompanhar os assuntos. Muitas vezes recorremos às redes sociais para definir as pautas a partir do que estava mobilizando as pessoas e para aprofundar ou esclarecer questões relativas aos temas abordados nas entrevistas. Respeitando a dinâmica do rádio e os canais por onde absorvemos as informações e emoções, sempre que o assunto permitia, após a entrevista colocávamos uma música que reforçava o que havia sido abordado. Era uma forma também de “facilitar a digestão” da informação. (VIOLA, 2016).

Algumas pautas específicas eram abordadas em programas especiais curtos, como as séries “Marcha das Margaridas – Até que todas sejamos livres!”, “Aborto – um em-bate pela vida”, entre outras. Em 2016, alguns dos arquivos de áudio com reportagens, como, por exemplo, as que foram feitas para o programa sobre violência contra a mulher, sobre a Baía de Guanabara ainda podiam ser acessadas pelo *site* da Rádio MEC.

Estação brincadeira

Estação brincadeira era uma faixa infantil da Rádio MEC AM criada em agosto de 2011 e que saiu do ar em julho de 2016, por “falta de verba e crise política”, segundo seus organizadores. Com 3 horas de duração e com muita música, estórias e brincadeiras, era composta de 3 programas: *Café com som*, formado pelos quadros: “Seleção musical”; “Pipocontos”; “Que barulho é esse?” e “Álbum de figurinhas”; *Carro-céu de histórias*, que tinha os quadros: “É o que, é o quê?”; “As aventuras do carro-céu - o carro voador”, que era uma radionovela para criança; “Ping-pong; o que você vai ser” e “Canto ecológico”, além do programa *Rádio Maluca*, veiculado na emissora desde 2004. Em 2011, então, a Rádio MEC AM resolveu ampliar o horário destinado às crianças com *Estação brincadeira*³. Um dos apresentadores, conhecido como Jujuba esclarece a diferença entre esses programas.

O *Café com som* era um programa de comunicação direta, onde apresentadores mirins se dirigiam as crianças e familiares, apresentando músicas e histórias. O *Carro-céu de histórias*, tinha uma característica mais popular e teatral, sendo apresentado por dois artistas adultos, mas com a frequente participação de



3. A Rádio Maluca era um programa de auditório ao vivo para crianças, que saiu do ar depois do falecimento de seu apresentador e criador, Zé Zuca, em maio de 2015. De 2015 até 2016, apenas os outros dois programas infantis continuaram na *Estação brincadeira*.

crianças convidadas das escolas e comunidades. Nos dois programas, a sonoplastia é marcante, criando para o ouvinte uma atmosfera de “desenho animado”. (JUJUBA, 2016).

Os programas eram transmitidos em horários diferentes em várias emissoras: Na MEC AM, aos sábados de 9 h às 12 h, na Nacional de Brasília às 10 h, na Nacional da Amazônia e Alto Solimões às 13 h. A *Rádio Maluca* era também transmitida pela Rádio Nacional do Rio de Janeiro. Atualmente, há reprises temporárias de alguns programas antigos que também podem ser acessados pela internet. A equipe era formada por 12 profissionais, sendo Zé Zuca o coordenador; os artistas Jujuba e Ana Nogueira, os produtores e apresentadores que deram continuidade aos programas depois da morte de Zé Zuca; além de 3 crianças - Gaby Souza, Rafa Ferreira e Thales Martorelli - como apresentadores mirins; Radney Mariano na seleção musical; Larissa Cristine e André Luiz Pereira, como assistentes de produção; Marcelo Peregrino, roteirista; Cosme Ubiracy na gravação e edição e Fábio Luiz, na montagem e sonoplastia.

No *blog* do projeto *Estação brincadeira*, foram registradas 58.969 visualizações ao longo dos últimos cinco anos. Nesse período, *Estação brincadeira* produziu 254 programas, com 760 convidados sendo entrevistados, 9.500 crianças participando das gravações e 14 mil pessoas entre crianças, pais e professores que estiveram nos auditórios e nos eventos, participando indiretamente, segundo dados da produtora *Cantos do Rio*, da qual a equipe faz parte.

Os programas eram feitos, ao vivo, em auditórios, como o da Rádio Nacional (antes das obras que interditaram o histórico prédio na Praça Mauá), o da Rádio MEC AM (quando a emissora funcionava em seu histórico prédio na Praça da República) ou em escolas, em teatros, escolas de samba e espaços comunitários. Quando não era possível levar as crianças para a emissora a equipe ia aos locais onde as crianças estavam e de lá fazia os programas. *Estação brincadeira* fez parceria com 67 instituições entre secretarias de educação, escolas e outras. O artista Jujuba explica como a equipe trabalhava.

Ao longo da produção dos programas fomos sentindo a necessidade de nos aproximarmos ainda mais do nosso público, e criamos o quadro “Por dentro da comunidade”. E aí realizávamos gravações em comunidades e bairros, com a participação das crianças e seus representantes, mostrando os projetos socioculturais, educacionais e esportivos realizados. E essa ideia de integração e aproximação com o nosso público nos levou a realizar projetos paralelos, como as duas participações na Feira Internacional de Paraty (Flipinha), em 2014 e 2015, com transmissão do programa de lá; como as gravações do programa no Simpósio Internacional de Contadores de Histórias, em 2012; como a distribuição de 7.500 CDs com programas da *Estação brincadeira* feitos especialmente para a

Secretaria de Educação do Rio de Janeiro utilizar nas salas de aula, como conteúdo paradidático, em 2013, etc. (JUJUBA,2016).

O apresentador da *Estação brincadeira*, Jujuba destaca que o objetivo da equipe era, além de divertir a criançada, promover a cultura brasileira destinada a esse público.

O objetivo central da *Estação brincadeira* é produzir uma faixa de programação infantil, sempre difundindo a cultura e arte brasileiras, com o intuito de formar novas plateias para o rádio, suprir uma carência de programas dirigidos a este público, associar as emissoras EBC à difusão de programação de qualidade, enriquecer culturalmente às crianças e suas famílias e promover artistas que fazem música para crianças, assim como outros da Música Popular Brasileira e do nosso folclore, como cantores, compositores, individualmente ou em grupo, contadores de histórias, escritores e profissionais de diversas áreas que atuam em prol do universo infantil com qualidade. Colocando no ar os trabalhos desses artistas, abordamos temas, sobre ecologia, saúde, educação, cidadania, combate à dengue, esporte, democracia, africanidades, folclore etc. (JUJUBA,2016).

Programa ZoaSom

ZoaSom era um programa para jovens feito por jovens vinculados à ONG Criar Brasil. Os apresentadores Clara Araújo e Jorge Ferreira, os repórteres Jaqueline Deister e Artur Seidel têm entre 29 e 34 anos. Apenas o sonoplasta Douglas Vieira não era dessa faixa etária. Com início em 2010 saiu do ar em 2016 pelos mesmos motivos dos outros programas voltados para públicos específicos, como falta de verbas e crise po-lítica. Rosangela Fernandes, uma das organizadoras da ONG Criar Brasil conta como foi o fim do programa.

ZoaSom começou na Rádio MEC AM e, em 2013, devido à reforma do prédio da emissora, iniciamos uma parceria muito rica com a Rádio Roquette-Pinto. Desde então, o *ZoaSom* passou a ser transmitido pela MEC AM e pela Roquette-Pinto FM. O último *ZoaSom* foi ao ar no dia 16/06/2016. O programa terminou justamente no momento de consolidação do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. A EBC – Empresa Brasil de Comunicação –, responsável pelos recursos que viabilizavam a produção, não renovou o contrato, assim como aconteceu com inúmeros programas da grade a partir da entrada do governo de Michel Temer. A alegação foi a de falta de recursos, mas acreditamos também que o programa que colocava em pauta temas sobre cidadania, com debate amplo e sem censura, passou a não interessar mais à nova administração. (FERNANDES, 2016).

ZoaSom era feito ao vivo, todas as quintas, de 14 h às 14 h 55, no auditório da Rádio Roquette-Pinto, na Avenida Erasmo Braga, no centro do Rio e de lá também transmitido para

a Rádio MEC AM. O programa era veiculado pela internet, na íntegra, e disponibilizado para *download* pelo portal Radiotube. Rosângela Fernandes, do Criar Brasil, informa como foi a criação do programa.

Foram feitas adaptações com a criação de quadros e a inclusão de repórter de plateia, responsável pela entrevista com os presentes, e de repórter multimídia. Também foram incorporadas atividades como a transmissão ao vivo pela internet, via *streaming*, e a elaboração de vídeos com os músicos convidados. A escolha dos jovens para apresentação do programa foi através de concurso amplamente divulgado em universidades e emissoras comunitárias. Cada jovem encaminhou uma gravação de sua autoria e após a pré-seleção foi realizada a etapa presencial, no auditório da Rádio Nacional, para a escolha dos finalistas. Mediamos a nossa audiência pela participação nas redes sociais, *WhatsApp*, *Facebook*, e pela presença física no auditório do programa. Vale destacar que a equipe estabeleceu parcerias importantes com escolas, que levavam seus alunos para acompanhar a atração ao vivo. Muitas vezes, os professores debatiam em sala de aula o tema da semana do *ZoaSom* para que os alunos chegassem mais embasados para participar. Além disso, contávamos também com ouvintes que ligavam para a rádio para comentar e perguntar sobre o tema em questão. (FERNANDES, 2016).

O público do programa era desde adolescentes até jovens adultos. O Criar Brasil procurou se aproximar de escolas e grupos sociais voltados para a juventude, para ampliar o número de participantes no auditório e a própria audiência. Esses contatos também contribuíram para a discussão de pauta, diversificando os temas a serem abordados. Um programa que marcou a equipe foi o de número 143 sobre “O Passinho do Menor”, como lembra a jornalista Jaqueline Deister, que era repórter do *ZoaSom*.

Realizamos a atração, no ano de 2013, no pátio da Escola Técnica Estadual Adolpho Bloch e tivemos muita participação dos estudantes. O programa que abordou a violência contra os jovens, através da campanha “Jovem negro vivo”, da Anistia Internacional, também emocionou e aprofundou a discussão sob a ótica de defesa dos direitos humanos. O *ZoaSom* tinha um compromisso com a defesa da cidadania. Buscávamos atrair os jovens para o debate, passávamos por política, educação, cultura, comportamento, escolha profissional, direitos humanos... A intenção era de propiciar o debate com diversos pontos de vista. (DEISTER, 2016).

A equipe do *Zoasom* levava, semanalmente, uma banda independente para tocar, ao vivo, no programa. Ao todo, foram 307 temas e bandas que passaram pelo palco do *ZoaSom*, como comenta a repórter Jaqueline Deister.

Vale destacar que o *ZoaSom* foi uma importante porta de entrada para que músicos independentes tivessem o seu trabalho divulgado na rádio. Ao fim do programa, era produzido um vídeo com entrevista e apresentação musical do

grupo, divulgado posteriormente pela internet, no quadro “Papo de música”. O *ZoaSom* organizou também dois concursos de bandas, com repercussão positiva na cena musical independente. Resumidamente, o formato do *ZoaSom* contemplava, uma banda independente, dois convidados para o debate com pontos de vista distintos, plateia e participação pelas redes sociais. O programa era dividido em três blocos e a atração musical fazia a costura entre um e outro. O *ZoaSom* tinha um caráter multimídia. (DEISTER, 2016).

Cada programa contava com uma pergunta chave para estimular a participação via internet, telefone e *WhatsApp*. Como estratégia para atrair o público jovem, a equipe buscava tratar dos temas por uma ótica da juventude e, sempre que possível, os convidados para falar no debate eram jovens e a divulgação do programa pelas redes sociais reforçava essa estratégia. Rosangela Fernandes e Jaqueline Deister lamentam o fim do *ZoaSom*.

O espaço que o *ZoaSom* deixou de ocupar no rádio não foi preenchido por nenhum outro programa radiofônico com essas características no Rio de Janeiro. A combinação de reflexão crítica sobre a realidade, a partir do olhar da juventude; a participação de bandas independentes; a realização de um programa ao vivo e de auditório, que se consolidou ao longo de seis anos foi uma experiência que deixa saudade. A Rádio Roquette-Pinto FM mantém viva a possibilidade de voltar a abrir espaço na programação para o *ZoaSom*, mas a falta de recursos para os custos de produção permanece. (DEISTER; FERNANDES, 2016).

Considerações finais

Entre os programas descritos, pode-se identificar algumas características comuns. A maioria deles busca representar determinados segmentos da sociedade, dando espaço para que mulheres, jovens, crianças, portadores de deficiências, entre outros atores sociais tenham voz. As pautas priorizam temas de interesse público e os debates trazem pontos de vista diferenciados com a perspectiva de estimular o senso crítico e aumentar o repertório cultural da audiência, produzindo, em alguns momentos, um conteúdo alternativo ao ponto de vista hegemônico dos oligopólios de mídia.

A produção de informações na rede por variados sujeitos e coletivos traz olhares e discursos diversificados e contribui para dar visibilidade aos movimentos contra-hegemônicos. Ao repercutir essas informações e dialogar com diferentes atores sociais, esses programas da Rádio MEC AM irradiam ideias que auxiliam a construção de um novo modo de pensar, contribuindo para a defesa da cidadania. A questão continua sendo valorizar a interação com o ouvinte, mas no sentido de estimular a construção de práticas colaborativas de produção e circulação de ideias e informação, priorizando agendas de direitos da cidadania e de justiça social. No entanto, alguns desses programas não estão mais sendo veiculados na Rádio MEC AM desde 2016.

Em relação aos critérios da Unesco (2001), esses programas respeitam a universalidade, ao procurarem uma linguagem acessível e voltada para todos; a diversidade, ao oferecerem diferentes possibilidades de gêneros de programas, de público-alvo e temas discutidos; a diferenciação, ao apresentarem conteúdos menos abordados e transmitidos na mídia comercial e ao produzirem debates com opiniões plurais.

Por outro lado, a grande dificuldade continua sendo ampliar a audiência numa emissora AM, mas as estratégias de utilizar a potencialidade da convergência de mídias para estimular a participação dos ouvintes parecem, aos poucos, produzir resultados no sentido de atrair um público mais jovem. O que se pode observar é que o maior problema que a Rádio MEC AM enfrenta, ao completar 80 anos, é a antiga questão da interferência governamental e o corte de verbas públicas.

Nesse sentido, o critério da Unesco de independência que é fundamental para fazer circular ideias, opiniões e críticas, livre de interesses particulares, pressões comerciais e/ou influências políticas não se pode considerar que vem sendo seguido, principalmente, no item de influências políticas. Um problema que acompanha a trajetória dessa “senhora rádio” em todo o seu percurso, acarretando a demissão de profissionais e o fim de programas que fazem a diferença.

Referências

BATE-PAPO PONTO COM. Programa Rádio MEC AM. [Acervo] EBC. Disponível em: <www.radios.ebc.com.br/bate-papo-ponto-com> Acesso em : 08.08/.2016.

BAUMWORCEL, Ana. Desafios do Rádio Educativo no Brasil. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 39, 2016, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Intercom, USP, 2016.

CARVALHO, Marcus Aurélio de. **Marcus Aurélio Carvalho**: entrevista. Entrevistadora: Ana Baumworcel. Rio de Janeiro, 15.10.2016.

DEISTER, Jaqueline. **Jaqueline Deister**: entrevista. Entrevistadora: Ana Baumworcel. Rio de Janeiro, 19.10.2016.

ECOS DA TERRA. Programa Ecos da Terra. [Acervo] EBC, Rádio MEC AM 09.2015. Disponível em: <http://busca.ebc.com.br/?site_id=radios&q=Ecos+da+terra> Acesso em : 31/05/2016.

ESTAÇÃO BRINCADEIRA. **Programa Estação Brincadeira**. [Acervo] EBC, Rádio MEC AM. Disponível em: <<http://radios.ebc.com.br/estacao-brincadeira>> Acesso em : 07.07.2016.

FERNANDES, Rosângela. **Rosângela Fernandes**: entrevista. Entrevistadora: Ana Baumworcel. Rio de Janeiro, out. 2016.

FREITAS, Cadu. **Cadu Freitas**: entrevista. Entrevistadora: Ana Baumworcel. Rio de Janeiro, out. 2016.

GÓMEZ, Guillermo Orozco. Comunicação e educação: caminhos integrados para um mundo em

transformação. Conferência de abertura do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 39, 2016, São Paulo.

GUILHON, Orlando. **Rádio público no Brasil**. [Palestra] Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 29, 2006, Brasília.

JUJUBA. **Jujuba**: entrevista. Entrevistadora: Ana Baumworcel. Rio de Janeiro, 17.10.2016.

PAPO DE MÚSICA. Programa Papo de Música. [Acervo]. EBC, Rádio MEC AM. Disponível em <<https://www.youtube.com/user/ZoaSomradio>> Acesso em: 06/05/2016.

RÁDIO MEC. **Site da Rádio MEC AM**. EBC. Disponível em: <<http://radios.ebc.com.br/mecamrio>> Acesso em: 29/05/2016.

TODAS AS VOZES. **Programa Todas as Vozes**. EBC, Rádio MEC AM Disponível em: <<http://radios.ebc.com.br/mecamrio>> Acesso em : 01.07.2016.

UNESCO. **Public Broadcasting: Why? How?** Unesco: 2001. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001240/124058Eo.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2015.

VIGIL, Jose Ignacio Lopez. **Manual urgente para radialistas apaixonados**. São Paulo: Paulinas, 2003.

VIOLA, Denise. **Denise Viola**: entrevista. Entrevistadora: Ana Baumworcel. Rio de Janeiro, 18.10.2016.

ZOASOM. **Programa Zoasom** - O passinho do menor, edição de 26.04.2013. Acervo Radiotube. Disponível em: <<http://www.radiotube.org.br/meuperfil-2019>>. Acesso em: 06.05.2016.

ZUCULOTO, Valci. A história do rádio público no Brasil: um resgate pela linha do tempo. In: XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2011, Recife. **Anais...** Recife: Intercom, UNICAP, 2011.

No meio do caminho tem o *WhatsApp* e *Facebook*: a interação entre o locutor e o ouvinte está na onda tecnológica

Izani Mustafá (UERJ)

Resumo

Dois programas da Rádio MEC AM (EBC), irradiados na parte da manhã, de segunda à sexta-feira, se destacam por estarem presentes no *site*, no *Facebook*, e em permanente interação com seus ouvintes pelo *WhatsApp*. A emissora, uma das mais antigas do Brasil, acompanhou a chegada da internet e das novas tecnologias e está fidelizando seus ouvintes mais antigos e atraindo outros. Idealizada pelo educador Roquette-Pinto, até hoje mantém uma programação educativa-cultural. Na pesquisa utilizou-se a etnografia a fim de verificar como ocorre a dinâmica dos programas e como se dá a interação com o ouvinte. Integra a metodologia entrevistas semiestruturadas com os apresentadores. Um deles é o *Todas as Vozes*, apresentado por Marcus Aurélio de Carvalho, que é líder da emissora em termos de interatividade com o ouvinte. O outro é o *Bate-papo Ponto Com* apresentado por Cadu Freitas e que sempre tem a presença de universitários para ajudar na entrevista do dia.

Palavras-chave:

Rádio; Rádio MEC AM; Internet; *Facebook*, *WhatsApp*.

A interação em tempos de convergência digital e multiplataformas

Os últimos 20 anos provocaram uma nova revolução na comunicação. Mais uma vez, o rádio teve que se reinventar e reagiu rapidamente, comprovando que poderia se adaptar às mudanças impulsionadas pela convergência digital com suas inúmeras multiplataformas. Adaptou-se mais rápido do que outros meios de comunicação. Segundo Kischinhevsky (2016, p. 13), “relegado a um papel de coadjuvante desde a popularização da TV, o rádio renasce amalgamando-se à rede mundial de computadores e às redes de telefonia móvel, encontrando novos e diversificados canais de distribuição”. Estamos na era do rádio expandido, do veículo que “extrapola as transmissões em ondas hertzianas e transborda para as mídias sociais, o celular, a TV por assinatura, *sites* de jornais, portais de música” (KISCHINHEVSKY, 2016, p. 13).

A escuta também mudou. O público pode sintonizar a emissora preferida pelo dial ou pelo celular, tocadores de multimídia, *tablets*, computadores ou notebooks. Além disso, a audição pode ser ao vivo, pelo *dial* ou *streaming*, ou sob demanda, por meio dos *podcastings*, a qualquer hora. O passado e o presente estão assemelhados. De acordo com Kischinhevsky,

o transistor já havia deslocado o rádio da sala de estar, empurrando-o para o quarto, a cozinha e as ruas, agora o rádio a pilha tem novos companheiros, que permitem não apenas a escuta de múltiplos ambientes e temporalidades, mas também a produção, a edição e a veiculação de áudios com agilidades crescente e muitas vezes sem fronteira. (KISCHINHEVSKY, 2016, p. 14).

O novo momento transformado, potencializado e amplificado por causa da internet ainda está gerando “novos hábitos de consumo e inovadoras formas de produção e distribuição de bens simbólicos” (KISCHINHEVSKY, 2016, p. 15), principalmente por causa da popularização do celular. E “nesse novo ambiente midiático, o rádio tem se mostrado ágil na associação com mídias sociais, diretórios e portais, em vez de tentar construir estruturas próprias, caras e sem garantia de adesão dos ouvintes” (KISCHINHEVSKY, 2016, p. 16). Vários programas de emissoras comerciais, educativas/universitárias e públicas têm realizado transmissões pelo Facebook e atraído um público diferenciado.

Na Rádio MEC AM (800 KHz) do Rio de Janeiro, que com essa denominação está completando 80 anos de existência em 2016 e, atualmente, pertence à Empresa Brasil de Comunicação (EBC), é um bom exemplo. Mesmo sem muitos recursos e com uma infraestrutura mínima para funcionar, é a coordenação e a equipe, atentos e com muita boa vontade, que tem acompanhando essas mudanças por causa da internet. A dedicação e o empenho desses produtores de conteúdo estão sendo benéficos principalmente para o receptor que, em geral, não era estimulado e nem tinha canais tão eficazes para se sentir participante. Dois programas da manhã, transmitidos ao vivo, em ondas eletromagnéticas e pela internet, de segunda à sexta-feira, *Todas as Vozes*, apresentado pelo jornalista Marcus Aurélio de Carvalho, e o *Bate-papo Ponto Com*, comandado pelo jornalista Cadu Freitas, tem fidelizado ouvintes que sintonizam a rádio pelo dial e tem conquistado mais ouvintes porque interagem nas redes sociais, como o *Facebook*, e utilizam o aplicativo de celular mais popular, o *WhatsApp*.

Os programas, objetos de estudo para este artigo, se apropriaram do que a internet tem de positivo e seus apresentadores trabalham para o rádio expandido. Podemos afirmar também que estão seguindo um conceito definido sobre rádio de Bertold Brecht, citado por Meditsch:

É preciso transformar o rádio, convertê-lo de aparelho de distribuição em aparelho de comunicação. O rádio seria o mais fabuloso meio de comunicação imaginável na vida pública, um fantástico sistema de canalização. Isto é, seria se não somente fosse capaz de emitir, como também de receber, portanto se conseguisse não apenas se fazer escutar pelo ouvinte, mas também pôr-se em comunicação com ele. (MEDITSCH, 2005, p. 42).

Os jornalistas desses programas estão indo além da emissão de notícias e informações.

Eles abriram novos caminhos para dialogar com os ouvintes. Em vez de cartas, e-mails ou até telefonemas, eles também interagem quase que imediatamente durante a irradiação, escrevendo comentários na página do *Facebook* ou enviando textos ou áudios pelo *WhatsApp*.

O que se observa é que as “novas tecnologias, abordagens conceituais e demandas do público surgidas e/ou consolidadas” (FERRARETTO, 2014, p. 13) modificaram o rádio em alguns aspectos. No entanto, as características básicas estão sendo mantidas e, mesmo em outras plataformas, o rádio, no dial ou na internet, continua sendo a companhia de milhares de ouvintes. Portanto, é claro que trabalhar numa emissora conectada e voltada para diversas possibilidades da convergência digital alterou a maneira de trabalhar do comunicador. Além disso, completa Ferraretto, as “técnicas e tecnologias empregadas evoluíram” (2014, p. 13) e estão contribuindo para aproximar o locutor do ouvinte.

Para Ferraretto, a “era do rádio continua sendo a de cada minuto em que ocorre a transmissão” (2014, p. 14), independente da irradiação e do suporte utilizado pelo receptor. No século passado como neste século XXI, a essência do rádio está mantida. Continua e continuará conectando pessoas, mesmo que estejam geograficamente distantes e até mesmo vivendo numa outra realidade social, econômica e política diferente.

Na opinião de Kischinhevsky, as novas tecnologias e a internet alteraram a relação do emissor com o receptor, agora mais interativa porque o “receptor torna-se também emissor interagindo com as mensagens veiculadas e, muitas vezes, fazendo-se ouvir de forma imediata, por um público amplo” (2007, p. 78).

Para analisar os dois programas da MEC AM, utilizamos duas metodologias. Primeiro adotamos a etnografia, acompanhando a apresentação ao vivo duas vezes, nos dias 27 e 29 de setembro de 2016, com o objetivo de observar *in loco* como os jornalistas e apresentadores se apropriaram dos novos canais de diálogo para se relacionar com seus ouvintes e como acontece a interação. Uma das primeiras constatações é que sim, no novo espaço público, o ouvinte está à vontade para participar e acredita no seu “empoderamento”, obrigando o profissional a se adaptar.

A produção do conteúdo, desde a escolha do tema, dos convidados para serem entrevistados, até a realização do programa, está sendo pensado para quem está do outro lado, no rádio hertziano ou naquele acessado na rede, usando a banda larga ou uma rede de dados 3G/4G e até mesmo o *wi-fi* no celular. O rádio contemporâneo, com as novas tecnologias disponíveis, ganhou mais espaço. As ondas foram amplificadas e, com as redes sociais a seu dispor, o rádio está transbordando. Conforme Kischinhevsky, “as possibilidades tecnológicas de interação diante da convergência digital, são praticamente infinitas” (2007, p. 81).

O que vimos no passado quando essa interação ocorria por meio das cartas e dos telefonemas, agora, com a internet, está multidirecional e mais interativa, por causa das redes sociais como o *Facebook*, o *Twitter*, e o aplicativo *WhatsApp*. Os comunicadores Marcus Aurélio e Cadu concordam que a transformação do rádio por causa da internet é um dos

pontos mais favoráveis para quem produz e apresenta um programa informativo. Nas entrevistas semiestruturadas aplicadas logo depois de acompanharmos os programas ao vivo, os profissionais relatam como se adaptaram a essa nova fase e o que pensam sobre a reconfiguração do rádio.

WhatsApp e o Facebook são os preferidos dos brasileiros

O *WhatsApp* e o *Facebook* são as ferramentas mais utilizadas pelos brasileiros, segundo o laboratório de estatística Cheetah Global Lab. Os dados foram divulgados na primeira edição do Global Mobile Internet Conference – conferência que discutiu as tendências e o cenário do setor de internet móvel –, realizado em São Paulo, na segunda quinzena de agosto de 2016. A pesquisa, realizada no início de agosto, levou em consideração o número de usuários ativos diariamente. Atrás dessas ferramentas vem o *Google Chrome*, o *Google* e, em quinto lugar, o *YouTube* (CONHEÇA OS 10..., 2016).

A informação confirma o relatório da empresa de métricas App Annie, divulgado em janeiro de 2016. Nele são apresentados os dez aplicativos mais baixados nas lojas brasileiras do Google e da Apple em 2015. O *WhatsApp* aparece no topo da lista. É o app de mensagens instantâneas mais popular entre os brasileiros. Em segundo lugar, o app da rede social mais utilizado é o *Facebook* (CAPUTO, 2016).

Uma terceira pesquisa, apresentada pela empresa Conectaí, plataforma do Ibope Inteligência, em dezembro de 2015, também apontou um resultado muito parecido com o da App Annie. Os internautas que participaram do primeiro Conectai Express – uma pesquisa *on-line* multiclientes – indicou que 93% utilizam o *WhatsApp*, 79% o *Facebook* e 60% o *YouTube* (WHATSAPP..., 2015).

Quando olhamos para as rádios que produzem conteúdo jornalístico – comerciais, educativas/universitárias e públicas –, percebemos que uma boa parte utiliza essas ferramentas, inicialmente para ampliar a audiência. Outras para atrair ouvintes que querem e gostam de participar, interagir e serem escutados pelo comunicador. Alguns usam apenas as redes sociais, como o *Facebook*, para fazer transmissões *on-line* de determinados programas. Mas uma boa parte divulga um número de *WhatsApp* para que o público ligue para a emissora e dê informações, assumindo o papel de ouvinte-repórter ou repórter-cidadão, como definem alguns autores. Principalmente para relatar problemas no trânsito ou de problemas causados por causa de uma catástrofe envolvendo a sociedade.

Estamos verificando, de qualquer maneira, que as duas ferramentas estão sendo fundamentais para transformar o rádio e para recriar o elo que ficou perdido no tempo, por alguns anos, entre o emissor e o receptor. Por meio do *WhatsApp* e do *Facebook*, as emissoras estão deixando de ser unilaterais para voltarem a ser um veículo de mão dupla, bilaterais, permitindo que os ouvintes participem quase que simultaneamente da programação.

Como observa Lopez,

os ouvintes têm uma função crucial no rádio [...] é a partir deles que a programação das emissoras e os valores notícia a serem seguidos pelas emissoras são definidos. Entretanto, o papel do público não se restringe à audiência. O ouvinte participa, a cada dia mais, ativamente da programação. Tanto a participação emitindo sua opinião em programas jornalísticos quanto à interação através do contato com a equipe de produção sugerindo pautas configuram-no como fonte. (LOPEZ, 2009, p. 112).

Sem dúvida, o aplicativo e as redes sociais agora fazem parte da rotina de trabalho de emissoras que produzem conteúdo informativo ou de entretenimento, particularmente se a programação for ao vivo. Substituíram rapidamente as cartas e os e-mails enviados para as rádios. Como destaca Lopez (2015), os novos suportes de participação foram incorporados rapidamente pelo radiojornalismo, passando a ser um radiojornalismo hipermediático que potencializou, sem dúvida, a interação e o intercâmbio. O *WhatsApp* e as redes sociais estão contribuindo para aproximar o comunicador do ouvinte e vice-versa.

Quem são os jornalistas, produtores e apresentadores conectados

Os jornalistas que apresentam os programas com as maiores interações na Rádio MEC AM são experientes e viveram um bom período da trajetória profissional trabalhando com o rádio analógico. No entanto, assim que as transmissões via *streaming* começaram, ambos viram com bons olhos as novas tecnologias e, hoje, utilizam duas ferramentas que têm agregado audiência e interações em seus programas.

Marcus Aurélio de Carvalho é um apaixonado pelo rádio desde a adolescência. Em sua casa, no subúrbio de Inhaúna, no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, o pai sustentava a família consertando rádios e televisões, numa oficina montada no quintal da casa, na década de 1960. Ao lembrar uma parte do seu passado, relata com emoção:

Os aparelhinhos passavam pelo controle de qualidade meu e do meu irmão. Era um período de teste que ficava conosco. Eu me apaixonei brincando com os rádios que meu pai consertava, principalmente os de Ondas Curtas. Aquela foi a internet da minha adolescência, desde 1973. Eu ouvia rádios do Japão, Moscou, dos Estados Unidos, de Cuba e da Alemanha. (CARVALHO, 2016).

Naquela época, o jovem nascido numa comunidade carente do subúrbio, não imaginava que chegaria tão longe na profissão escolhida. Em 1996, esteve na Rádio Nederlands da Alemanha participando de um evento. Em 2004, na Rádio da BBC, dando aula para brasileiros e, em 2005, na Rádio Deutsche Welle, onde ministrou um curso para jornalistas de língua portuguesa que iriam trabalhar na Copa do Mundo de 2006.

A deficiência visual nunca atrapalhou a função de comentarista, repórter, redator e apresentador que teve em diferentes emissoras onde trabalhou. “Rádio é a minha janela

para o mundo”, afirma Carvalho (2016) que possui apenas 10% de visão no olho esquerdo por causa de uma catarata e um glaucoma. A persistência e a determinação vêm desde quando tinha sete anos, quando brincava de gravar, e aos 12 anos sonhava em trabalhar em uma rádio. Alcançou o objetivo. Estudou Jornalismo na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e diz que um dos seus melhores professores foi Nilson Lage, que o ensinou a escrever.

A trajetória profissional começou em 1981 num estágio como redator na universidade e como repórter do plantão esportivo na Rádio Roquette-Pinto AM e FM. Depois, com sucesso garantido, foi para Rádio Mauá para trabalhar no plantão esportivo, ao lado de Rui Guilherme. Em 1983, estava na Rádio Tamoio. Também esteve 12 anos na Rádio Tupi, de 1984 a 1996. Nos primeiros oito anos como repórter esportivo e depois como apresentador de dois principais programas esportivos da emissora: *Giro Esportivo* e *Bola em Jogo*.

Na sequência, foi âncora do programa *CBN Total*, da Rádio CBN, durante seis anos e coordenador nacional de esportes (2000 a 2002). Na Rádio Globo do Rio apresentou *Quintal da Globo* e foi coordenador de programação (2003 a 2004). Em 2007, assumiu a gerência da Rádio Globo de São Paulo, onde ficou até 2012. Está na Rádio MEC AM desde 26 de maio 2014 comandando o *Todas as Vozes*.

Marcus Aurélio também é coordenador executivo e coordenador pedagógico da ONG UNIRR - União e Inclusão em Redes e Rádio e é mestrando em Mídia e Cotidiano na Universidade Federal Fluminense (UFF).

Cadu Freitas trabalha na Rádio MEC AM há 17 anos e há três apresenta o programa de debates *Bate-papo Ponto Com*, no horário das 11h às 12 h, onde começou como produtor. É formado em Comunicação Social com especialização em *Marketing* e *Produção de Eventos*, e sempre foi ouvinte de rádio. “Eu dormia ouvindo rádio e sou um apaixonado por rádio”, recorda-se Cadu (2016).

Antes de fazer faculdade, há 20 anos, foi apresentado para o ídolo da Rádio Globo, o jornalista Hilton Abi-Rihan, líder de audiência com o programa *Show da Madrugada*. “De repente me vi dentro de um sonho. Fui trabalhar com ele e passei a conhecer a realidade de como fazer rádio”, destaca Cadu.

Recém-formado, foi estagiário na Rádio MEC AM, entre 1998 e 1999, e seguiu todas as dicas do mestre Abi-Rihan. Trabalhou em várias funções, como na redação e na produção da emissora, para aprender ao máximo. Depois assumiu a coordenação do programa, sendo que os dois primeiros anos como estagiário e os seis meses como contratado. Nesse período, se envolveu no projeto de esporte da Rádio Nacional do Rio de Janeiro em parceria com a MEC AM. Também fez parte da produção executiva do programa *Debate MEC*, transmitido das 7 h ao meio-dia. “Nesse período me especializei na área, criei uma rede de fontes e conquistei a credibilidade”, observa Cadu (2016). O desafio mais recente foi quando assumiu o programa de Amaury Santos que fazia muito sucesso na época.

Todas as Vozes é Top entre os programas da MEC AM

O *Todas as Vozes* é o programa mais interativo. Possui uma página *on-line*: www.radios.ebc.com.br/todas-vozes. Na estreia, de janeiro a setembro de 2014, o programa teve 7.060 visitantes únicos. Um indicador importante para a emissora, já que a métrica feita pela internet verifica apenas um protocolo, um IP, o que garante maior confiabilidade. Um ano depois, a superintendência de pesquisa fez uma nova averiguação. O resultado surpreendeu a equipe e a emissora: de janeiro a setembro de 2015 foram registrados 57.992 ouvintes. Comparando o mesmo período de 2014 com o de 2015, percebemos que o aumento de visitantes na página é oito vezes maior. Ao acessar o *site*, o público pode ouvir o *player* (ao vivo) ou os *podcastings* do programa, em diferentes horários e suportes.

O *Todas as Vozes* é também um dos cinco programas mais ouvidos e com acessos na página entre todos os programas das emissoras da EBC. Perde somente para as transmissões de futebol que ganha disparado em termos de audiência. Marcus Aurélio (2016) estima que até setembro de 2016 o programa tenha chegado a 100 mil visitantes únicos.

Cada edição tem um tema, definido sempre com o produtor Marcos Leite. Geralmente, na sexta-feira de cada semana, Marcus Aurélio já tem as sugestões de assuntos e possíveis entrevistados para a semana seguinte. Essa sistemática, explica ele, não impede que um fato novo abra espaço para ser abordado num dos programas.

Para este artigo, acompanhamos duas apresentações ao vivo, no estúdio, nos dias 27 e 29 de setembro de 2016, das 7h20min às 10 h. O objetivo foi observar a dinâmica do programa, do âncora, da estagiária Jéssica Ferreira, que estuda jornalismo na Universidade Castello Branco e Realengo à noite, e do operador técnico Lucas Alexandre, sem interferir. Com roteiro digitado na mão, o jornalista conduz o *Todas as Vozes* com a segurança adquirida ao longo da sua experiência profissional.

No dia 27 de setembro de 2016, o tema proposto logo após a trilha e a hora certa foi: “Pode haver mesmo condições para vida fora do planeta Terra? O que significa para a ciência a descoberta de água em Europa, a lua de Júpiter, que tem as melhores condições para vida já encontradas até hoje fora de nosso planeta?”. Em seguida o apresentador convida o ouvinte: “E você?”. Na sequência, na primeira hora do programa ele faz o giro do jornalismo e lê algumas manchetes dos portais, depois chama o comentarista de futebol Mário Silva.

É na segunda hora, a partir das 8h, que o comunicador saúda os ouvintes, anuncia algumas atrações e explica como eles podem participar. A maioria dos ouvintes de Marcus Aurélio interage primeiramente pelo *WhatsApp*, depois pelo *Facebook* e alguns por telefone. Segundo Marcus Aurélio, a participação alterna de acordo com o assunto.

Nesse dia, logo depois da entrevista com o ufólogo, conferencista e editor da Revista UFO, Ademar José Gevaerd, os ouvintes queriam expor suas opiniões. Oito ligaram para o telefone disponível da emissora, sendo que seis eram moradores da cidade do Rio de Janeiro e os outros dois de cidades do estado do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Todas

as mensagens são transcritas pela estagiária e são lidas ao vivo pelo apresentador. Apenas dois, um da cidade do Rio de Janeiro e outro de Caraguatatuba, de São Paulo, enviaram mensagens pelo *WhatsApp*.

Um deles, que estava ouvindo o programa via streaming em Minas Gerais, parabenizou a programação da Rádio MEC e o programa, e sobre o tema afirmou: “Para aqueles que não acreditam em outras vidas, olhem para o céu, de preferência em uma noite escura”. Outro ouvinte, de Realengo, declarou que concordava com outro ouvinte e completou “Deus fez o planeta Terra criando todos os seres aqui”. Uma outra pessoa também acrescentou que não acreditava em vida em outros planetas. Como o assunto era polêmico, um dos ouvintes acusou um outro de ser extremamente radical: “O fato de existir outros planetas já é outra vida. Sou ufólogo e esse ouvinte não deve nem acreditar no próprio planeta que ele vive”. Apenas dois admitiram que existia outras vidas em outros planetas.

Um dos ouvintes que enviou texto de mensagem pelo aplicativo de celular disse:

Bom dia MEC! Será que as milhares e milhares de estrelas do nosso firmamento estão aí apenas para inspirar os poetas e amantes? Pensar que somos a única raça inteligente do universo é admitir nossa pequenez perante a criação... E é provado que não existe vida APENAS baseada em carbono. Existe vida extraterrestre sim, e mais inteligente que nós, que destruímos nosso planeta aos poucos.¹

Marcus Aurélio lê as mensagens à medida que vão chegando e nunca interfere nas opiniões e nem emite a sua. O programa tem quadros, como o “Rádio Faz História”, “Essa letra, Essa Música”, o boletim “Atitude Inclusão” e *breaks* com o “Giro do Jornalismo” e reportagens produzidas por jornalistas da EBC. Durante a transmissão também são rodadas músicas planejadas pelo produtor musical da rádio.

Neste dia, o número de participações e interações se deu pelo *WhatsApp* e por telefone. Marcus Aurélio diz que a proporção entre os tipos de participação tem se alterado desde o primeiro semestre de 2015, quando de cada dez ouvintes, oito usavam o telefone e dois o



Foto 1 - Marcus Aurélio (centro) com Lucas Alexandre e Jéssica Ferreira do *Todas as Vozes*. Foto: Izani Mustafá, em 29/09/2016.

WhatsApp. Atualmente, a participação é meio a meio, mas varia de acordo com o tema proposto. “Os mais idosos usam mais telefone. E tem uma senhora que é muito participativa. Ana Gomes sempre envia mensagens pelo *WhatsApp*. Mas é normal que os jovens usem mais o Whats”, observa Marcus Aurélio.



1. Mensagem enviada por ouvinte A em 29 de setembro de 2016.

No dia 29 de setembro de 2016, o tema do programa foi: “Mundo sem o uso do papel. Já dá para enxergarmos esse horizonte longe?”. Novamente, na sequência, o apresentador convida os ouvintes para participarem. Depois da entrevista com a professora e pesquisadora de tecnologia educacional da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Pollyana Notargiácomo, Jéssica atendeu sete telefonemas, sendo que seis ligações eram da cidade do Rio de Janeiro e apenas uma de outra cidade fluminense.

Alguns criticaram a falta de preservação da natureza e o descaso do governo em relação ao desmatamento, principalmente na Amazônia. Outros questionaram sobre o porquê dos papéis recicláveis e produtos serem tão caros, e “por que 99% das coisas que a gente faz envolve o papel e como vamos ficar sem?”. Um ouvinte de Niterói disse que seria necessário ter sempre uma área reservada para o replantio de árvores porque “eu sou uma pessoa que não abro mão dos meus livros físicos porque são muito melhores que os digitais”.

Nessa data, o programa recebeu duas participações pelo *WhatsApp*. Um deles é de um ouvinte assíduo:

Bom dia Marcus Aurélio! Começamos a escrever nas cavernas, passamos para a argila, o papiro, até o papel... Uma evolução lógica do homem, então, na medida do possível, por quê não passar para a mídia eletrônica. Vai de cada um ajudar na preservação do planeta (sic)².

O segundo *WhatsApp* parabenizou o apresentador: “Bom dia Marcus Aurélio! Acho muito boa essa proposta, enquanto a possibilidade da substituição do papel pela mídia digital penso se não pode acarretar em problemas oftalmológicos”.

Uma terceira mensagem enviada pelo aplicativo não tinha nada a ver com o assunto proposto, mas com uma das canções que rodou entre às 8h e 10 h. O ouvinte se fez ouvir na voz de Marcus Aurélio: “Bom dia... Maravilha o trabalho da Simone Lial... Só a MEC manda dessas oportunidade... Viva o Todas as Vozes e equipe... Simbooo-ora!!!!” (sic).

A entrevista da terceira hora, às 9h10min, foi sobre o livro “Educação Democrática”, com o coordenador da coleção Invenções Democráticas Darcy Ribeiro, David Calderoni.

De acordo com Marcus Aurélio, na maioria das interações, 60% dos ouvintes querem opinar sobre o tema do dia. Cerca de 20% fazem elogios ou críticas ao programa ou a algum quadro, e os demais 20% escrevem ou falam sobre qualquer assunto que não tem nada a ver com o tema do dia ou com as entrevistas e assuntos abordados na edição.

Quando trabalhava como repórter na Rádio Tupi, lembra o jornalista, a relação com os ouvintes era por telefone e cartas enviadas pelos Correios. Já no período de 1992 a 1996, quando era apresentador, a interação se dava por meio de telefone, cartas e e-mails. Marcus



2. Mensagem enviada por ouvinte B em 29 de setembro de 2016.

Aurélio destaca que somente entre 1996 e 2002, quando estava na CBN, é que o e-mail predominava na comunicação com o público, superando o telefone.

Em 26 de maio de 2014, quando começou a apresentar o *Todas as Vozes* na MEC AM, observa o apresentador, os ouvintes participavam pelo telefone, por e-mail e escrevendo textos na página do *Facebook*. No entanto, a partir de 2015 os esforços de comunicação com o público foram concentrados no telefone e no *WhatsApp*.

O *WhatsApp* cria uma rede, um cadastro de ouvintes, muito favorável que pode nos dar um *feedback* sobre várias coisas da programação. É um recurso que, além de ser ágil, nos dá um panorama de quem são os ouvintes ativos, que são a minoria, mas que são superinteressantes porque interferem. Permite o melhor conhecimento do ouvinte. (CARVALHO, 2016).

Conforme o jornalista, as redes sociais e o aplicativo de celular são aliados do rádio.

É o melhor casamento porque o rádio é uma caixinha de conversa. Essas novas tecnologias criaram o empoderamento do público, como Levy (Pierre) chamava de polifonia dos sentidos, que até é exagerado, porque, na prática, as pessoas usam o *Facebook* para se fechar em grupos ideológicos. Mas também são desejos de participação. Isso que se chama de relação mediada por computador se encaixa na caixinha de conversa que é o rádio. O outro lado ganhou novos recursos de conversa. (CARVALHO, 2016).

O segundo motivo positivo dessa relação do rádio com as redes sociais é o *WhatsApp*, acrescenta ele, é que “rádio só entra pelo sentido da audição e fabrica seis, se o apresentador for bom intérprete e o programa tiver uma boa sonoplastia (tato, visão, paladar, olfato e prazer). Então o casamento é muito bom” (2016). Ele não tem dúvidas de que a “audiência do rádio está crescendo e o que está em cheque é o modelo empresarial do rádio”. Marcus Aurélio acredita que as novas tecnologias pulverizaram a concorrência e favoreceram a interação para um meio que é interativo por natureza.

Bate-papo Ponto Com* utiliza muito mais o *Facebook

O *Bate-papo Ponto Com* tem conteúdo informativo e de entretenimento, direcionado para os jovens. O jornalista Cadu Freitas é o âncora e há três anos conduz o programa que segue uma linha editorial voltada para a educação e a cidadania. Apresentado de segunda à sexta-feira pela manhã, um dos principais objetivos é provocar a interação por meio das redes sociais. A mais utilizada pelos ouvintes e internautas é o *Facebook*. Além disso, algumas edições já foram apresentadas ao vivo em universidades do Rio de Janeiro, com uma plateia formada por estudantes.

Outra característica é que, dependendo do tema, o programa é transmitido *on-line* na página pessoal do apresentador, com o uso do seu celular. Outro ponto diferenciado é que todos os dias um estudante, de algum curso de comunicação, acompanha a edição e pode contribuir formulando perguntas para os convidados.

Na edição de 27 de setembro de 2016, o assunto foi a “Mostra de Filmes Imagens e Complexos”, que estava levando para o Cine Teatro Eduardo Coutinho, o Cine Manguinhos, 30 produções de moradores e coletivos de favela do Rio de Janeiro, para serem exibidos de 29 de setembro a dois de outubro. Entre os convidados estavam as coordenadoras do festival, Fabiana Melo Sousa e Ludmila Oliveira, os cineastas Marcos Braz, diretor do filme *Beco dos Pancados*, e João Vitor Santos, produtor do documentário *Favela que me viu crescer*, e o estudante James Hueny, da UniCarioca.

No programa, os visitantes destacaram a importância da produção coletiva porque é uma maneira de apresentar à sociedade a realidade sobre o cotidiano da periferia que vai muito além da violência. Para eles, os moradores das comunidades e dos bairros precisam saber se relacionar.

Para o programa de 29 de setembro de 2016, que tratou sobre o que era proibido no dia das eleições, cujo primeiro turno aconteceu em todo Brasil no dia dois de outubro, Cadu postou um convite em sua página pessoal no *Facebook*: “Será uma sabatina para esclarecer dúvidas e agir legalmente pelo bem da democracia. É a reta final para a votação do próximo domingo, 2/10. Estará ao meu lado o jornalista da TV Brasil, Marcelo Castilho”. A mensagem também informava que a edição poderia ser ouvida ao vivo pela internet ou vista no perfil pessoal dele.

O programa teve a presença de dois representantes do Tribunal Regional Eleitoral, o juiz e coordenador de fiscalização no estado, Marcello Rubioli, e assessor especial da presidência do tribunal, Bruno Andrade. Os convidados também foram sabatinados pelo jornalista da TV Brasil, Marcelo Castilho, e pela aluna de publicidade da Unicarioca, Thaís Castellan.

A edição, transmitida ao vivo, teve 316 visualizações na rede social, 53 curtidas e 13 comentários, alguns com perguntas para os entrevistados, outros elogiando a iniciativa do jornalista em estar ajudando a esclarecer questões sobre um assunto tão importante. Um dos internautas de Florença, na Itália, estava acompanhando o programa e parabenizou a iniciativa.

Outro ouvinte opinou a respeito do pleito, entre 11h30min e 11h40min:

Sempre é bom falar daqueles mitos que circulam muito na internet de que se houver uma abstenção muito grande anula a eleição. Ouço muito gente boa, com curso superior e tudo, reproduzindo essa besteira. Mas, não sei se será uma tendência no Brasil, a exemplo de países como os EUA (sei que lá o voto é facultativo), que cada vez mais teremos menos pessoas votando, é o que me parece.³



3. Mensagem enviada por ouvinte C em 29 de setembro de 2016.

Em seguida, ele completou o texto:

Apesar de tudo, eu não trocava a democracia por nenhum outro sistema, porém, confesso, que como eleitor, percebo que esse sistema de representatividade deixa para, nós, cidadãos, poucos instrumentos efetivos de controle. Talvez seja aí que tenhamos de avançar!

Ciente de que o *feedback* é importante na relação com o ouvinte, Cadu Freitas curtiu cada um dos comentários, mas não escreveu nenhuma mensagem direta a eles. Para o jornalista, o tema despertou interesse porque é uma prestação de serviço ao eleitor e fez um alerta sobre os desvios de conduta que sempre são coibidos com rigor durante as eleições. Ao final do programa, ele enfatizou a importância do cidadão denunciar boca de urna e outras ações não permitidas nesse período, divulgando alguns canais de comunicação, *site*, telefone e redes sociais do TRE do Rio.



Foto 2 - Programa *Bate Papo Ponto Com* realizado em 29 de setembro de 2016 sobre Eleições 2016. Foto: Izani Mustafá.

Cadu Freitas utiliza muito mais o *Facebook* do que o *WhatsApp*. Na rede social sempre publica os programas irradiados ou pelo menos o link da página da rádio. Essas ações, explica ele, geram uma multiplicação de acessos ao programa. Segundo ele, a “interatividade tem alcançado quase 75 mil pessoas”. De acordo com dados de mensuração da EBC, de janeiro a setembro de 2015 foram verificadas 17.728 visualizações de IPs diferentes. No mesmo período de 2014, tinham sido registradas 7.706 visualizações em páginas únicas.

A participação do ouvinte também ocorre por telefone. Mas é o tema do programa que, em geral, define o tipo de interação. As pautas que geram mais polêmica são as que mais chamam atenção dos ouvintes e internautas. Aqueles assuntos mais informativos fazem com que o público não interfira e eles não participam. “Quando o assunto é violência política, por exemplo, as pessoas têm necessidade de opinar. Aquelas de prestação de serviços e de saúde, as pessoas interagem para esclarecer dúvidas” (FREITAS, 2016).

As mensagens enviadas em geral pelo *Facebook* são com elogios, críticas e sugestões de pautas. Ao organizar cada edição do *Bate-papo Ponto Com* e definir o tema, Cadu diz que sempre se coloca no lugar do ouvinte, daquele que quer interagir nas redes sociais. Segundo ele, o programa se comunica com o público muito mais pelo *Facebook* (95%) do que pelo aplicativo de celular *WhatsApp* (5%). Quando a comparação é com as ligações para o telefone fixo da emissora, a participação pode ficar dividida: 50% de telefonemas e 50% com mensagens pela página do *Facebook*.

Na opinião de Cadu, as novas tecnologias e as redes sociais são aliadas do rádio porque o meio se transforma. “Acredito que a convergência tende a ajudar e a potencializar o que o rádio tem para oferecer”, observa. Apesar de ter consciência de que o rádio é áudio e, em alguns momentos disponibilizar para os ouvintes a imagem capturada nas transmissões com o uso do celular, ele se sente inseguro. “Quando faço transmissões *on-line* ao vivo pelo *Facebook* é mais para as pessoas matarem a curiosidade de como é a sala, um estúdio de rádio”, afirma. Para o apresentador, o rádio ainda é um veículo de comunicação que alimenta a imaginação. O comunicador diz que não acredita no rádio monocórdio.

Eu acredito no rádio em que tem a opção de dar espaço para muitas vozes. Apesar da falta de imagens, tem a diversidade de vozes. Então, quando coloco no meu perfil da rede social o programa ao vivo, talvez estejamos matando o glamour do rádio. (FREITAS, 2016).

A organização das pautas e temas da semana sempre são conversados com o produtor do programa David Isidoro. Juntos escolhem assuntos voltados para a cidadania, cultura, educação e cidade e consideram aqueles que estão sendo debatidos nas redes sociais. O âncora salienta ainda que a coordenadora da Rádio MEC AM, Liara Avellar, e as assessorias de imprensa sempre colaboram com sugestões de temas. “É um programa aberto. A gente pensa uma semana antes, mas vira e mexe uma pauta cai por causa da agenda dos convidados ou porque tem um tema que pode gerar mais repercussão”, resume Freitas (2016).

Considerações finais

A proposta de acompanhar a apresentação dos dois programas da Rádio MEC AM, uma das mais antigas do Brasil, que têm a maior interação com ou ouvintes, ratifica a importância das novas tecnologias e da convergência digital para o rádio do século XXI. Mesmo tendo uma linha editorial diferente, o *Todas as Vozes* e o *Bate-papo Ponto Com*, mas com foco na informação, cidadania e cultura, tem canais abertos para que o público participe do programa enquanto ele está no ar ou acessando o *podcasting* no site ou no *Facebook*.

Os dois jornalistas e âncoras acreditam que a rede social como o *Facebook* e o aplicativo de celular *WhatsApp* são ferramentas importantes para potencializar o rádio. Por isso, estão

sempre divulgando esses meios de interação e garantindo o retorno dos ouvintes, alguns assíduos, como uma senhora que costuma enviar mensagens pelo *WhatsApp* para Marcus Aurélio. A maioria gosta de participar, opinando sobre o tema proposto pelos apresentadores. Mas essa comunicação varia conforme o assunto do dia. Em algumas mensagens, como é natural, eles fazem críticas e sugerem temas.

Desde que os programas estão sendo transmitidos, a interação tem aumentado. Em dois anos e meio no ar, o *Todas as Vozes* está com uma visualização da página do programa oito vezes maior, passando de 7.060 (1º de janeiro de 2014 a 10 de setembro de 2014) para 57.992, no mesmo período de 2015. O *Bate-papo Ponto Com*, irradiado há três anos, também tem chamado atenção dos internautas. Na primeira mensuração, em 2014, tinha 7.706 visualizações. Em 2015, subiu para 17.728.

Os dados levantados pela EBC demonstram o quanto os ouvintes também estão acompanhando os avanços das tecnologias e, ouvindo rádio pelo dial ou pela internet, sabem que podem participar pela rede social ou pelo *WhatsApp* e serem escutados. O que de uma certa maneira faz com que se sintam “empoderados”. Um fator que contribui para fortalecer a relação emissor e receptor e reconfigurar o conceito de Brecht de que o rádio tem que ser um veículo de comunicação bilateral, com mão dupla.

O acompanhamento dos programas e as entrevistas semiestruturadas também reforçaram a ideia de que a interação com os ouvintes depende muito mais da vontade dos coordenadores e dos apresentadores do que do tipo de rádio (comercial – educativa/universitária – pública – comunitária) ou da linha editorial adotada pela emissora.

Sem dúvida, aquelas rádios que se apropriarem das ferramentas digitais para conversar com seu ouvinte conectado por diferentes suportes terão mais chance de sobreviver à nova revolução deste veículo de comunicação que sempre esteve mais perto do seu público. Neste momento de reinvenção do rádio, impulsionada pela convergência digital e pelas multiplataformas disponíveis, está cabendo aos jornalistas, comunicadores e apresentadores desejarem se comunicar com os ouvintes.

Referências

BRECHT, Bertold. Teoria do Rádio (1927-1932). In: MEDITSCH, Eduardo (Org.). **Teorias do rádio: textos e contextos**. Florianópolis: Insular, 2005. pp. 35-45. V.1

CAPUTO, Victor. Os 10 apps mais baixados no Brasil em 2015, **Exame.com**, 13.09.2016. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/tecnologia/os-10-apps-mais-baixados-no-brasil-em-2015/>> Acesso em 18.10.2016

CARVALHO, Marcus A. **Marcus Aurélio de Carvalho**: entrevista. Entrevistadora: Izani Mustafá. Rio de Janeiro, set. 2016.

CONHEÇA OS 10 aplicativos mais populares do Android no Brasil. **Mobponto**. 21.09.2016.

Disponível em: < <http://blog.mobponto.com.br/2016/09/21/conheca-os-10-aplicativos-mais-populares-do-android-no-brasil/>> Acesso em: 30.10.2016

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio, teoria e prática**. São Paulo: Summus Editorial, 2014.

FERRARETTO, Luiz Artur; KISCHINHEVSKY, Marcelo. **Rádio e Convergência**: Uma abordagem pela economia política da comunicação. XIX Encontro da Compós, PUC RJ, junho de 2010.

FREITAS, Cadu. Entrevista. Entrevistadora: Izani Mustafa. Rio de Janeiro, set. 2016.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. **O rádio sem onda** – convergência digital e novos desafios na radiodifusão. Rio de Janeiro: Ed. E-Papers, 2007.

_____. **Rádio e Mídias Sociais**: mediações e interações radiofônicas em plataformas digitais de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

LOPEZ, Debora. (Re)Construindo o conceito de audiência no rádio em cenário de convergência. In: ZUCULOTO, Valci; LOPEZ, Debora; e KISCHINHEVSKY, Marcelo. (Org). **Estudos Radiofônicos no Brasil**: 25 anos do Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora da Intercom. São Paulo: Intercom, 2016.

LOPEZ, Debora. **Radiojornalismo hipermediático**: tendências e perspectivas do jornalismo de rádio all news brasileiro em um contexto de convergência tecnológica. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporânea). Universidade Federal da Bahia, 2009.

MEDITSCH, Eduardo; ZUCULOTO, Valci (Org.). **Teorias do rádio – textos e contextos** – Vol. II. Florianópolis: Insular, 2008.

SAROLDI, Luiz Carlos e MOREIRA, Sonia Virgínia. **Rádio Nacional: o Brasil em sintonia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

WHATSAPP é o aplicativo mais usado pelos internautas brasileiros. **Conectai**. 15.12.2015. Disponível em: <<http://conectaibrasil.com.br/noticias/pesquisa-do-conectai-revela-quais-sao-os-apps>> Acesso em: 20.09.2016

ZUCULOTO, Valci. **A programação de rádios públicas brasileiras**. Florianópolis: Insular, 2012.

Muito além da música clássica: a Rádio MEC FM como herdeira da Rádio Sociedade

Thiago Regotto (Rádio MEC)

Resumo

Esse artigo faz um breve histórico sobre a origem da Rádio MEC FM e a herança histórica direta com a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro em sua programação, analisando sua forte relação com a música clássica. Abordaremos também a questão das tentativas de mudança desse formato e a resistência da audiência.

Palavras-chave:

Rádio educativo; Rádio Público; Rádio Sociedade; Rádio MEC.

Mesmo não sendo tão comum ligar o rádio e ouvir música clássica, o gênero está presente no rádio brasileiro desde a sua inauguração. Foi com a transmissão da ópera *O Guarani* que, em 1922, foram realizadas as primeiras transmissões oficiais no País, as quais dariam, no ano seguinte, origem à pioneira Rádio Sociedade, emissora doada em 1936 ao Ministério da Educação. A música clássica sempre foi um dos pilares da Rádio MEC. Quando, em 1983, a emissora ganhava a frequência em FM, a opção editorial foi migrar todo o conteúdo clássico para a nova banda e criar uma nova programação de MPB de qualidade no antigo AM, no mesmo perfil da antiga Rádio Jornal do Brasil AM.

Em 2007, o projeto nacional de comunicação pública substituiu o protagonismo do sistema educativo e gerou alguns reflexos, como a não priorização da música clássica em seus projetos. Apesar disso, dez anos depois, a Rádio MEC FM é a emissora de rádio da EBC com maior número de ouvintes por minuto, superando os fãs de futebol da Rádio Nacional, chegando a bater emissoras comerciais com o mesmo perfil de público. Os bons números vão além do dial, sendo ouvida por cerca de 24 mil pessoas no aplicativo *TuneIn* e com cerca de 20 mil fãs no *Facebook*. O que se deve o sucesso da música clássica na comunicação pública? Como manter a relevância na rádio pública em meio a tantas mudanças políticas e tecnológicas?

Estas e outras questões se tornaram interesse de estudo após quase 12 anos de trabalho na Rádio MEC. O contato diário com outro tipo de programação e com os ideais de Roquette-Pinto despertaram o interesse de pesquisar outras emissoras educativas/culturais. O uso

do rádio para a educação, para a difusão cultural, para experimentações sonoras e todo e qualquer outro fim que não tivesse espaço no mercado privado, são a alma desta outra forma de fazer rádio. Mesmo existindo há muito tempo, a forma de financiamento dependente do Estado e as influências do governante no poder, sempre frearam e até mesmo zeraram todas as expectativas e avanços deste rádio não-comercial. Na primeira parte do artigo, é feito um breve histórico sobre a origem da rádio e a sua relação com a música clássica. Na sequência, serão apresentados depoimentos de profissionais que têm alguma relação com a MEC FM. Ao concluir, serão abordadas as tentativas de mudança desse formato e a resistência da audiência, mostrando que a programação da MEC FM é viável e que o seu trabalho com a música clássica cria uma nova forma de escuta, o que é também uma forma de educar.

1983: 60 anos da Rádio Sociedade

Uma placa no Estúdio Sinfônico da Rádio MEC nos dá a pista em qual contexto a MEC FM foi criada: “Aos 60 anos da Radiodifusão no Brasil entra no ar a FM da Rádio MEC-Rio.” Seguindo uma tendência do rádio nos anos 1970 e 1980, as principais emissoras em AM ganharam suas FMs. No Rio, tivemos além da MEC, a Nacional, a Globo, a Tupi, a JB, dentre outras. Todas elas fizeram de seus canais em FM rádios musicais. A MEC levou quase toda a programação do AM para o FM, excluindo os programas educativos. No campo das rádios educativas, a Rádio Cultura de São Paulo teve o mesmo caminho da MEC carioca: levar a programação de música clássica do AM para o FM. Já a Inconfidência, de Belo Horizonte, e a Nacional, do Rio e de Brasília, optaram em criar uma nova programação, totalmente musical, com foco na MPB, deixando no AM sua programação histórica.

[...] este prefixo, o PRA2 [...] núcleo de onde se originaram dezenove emissoras de rádio [...] hoje vinculadas à programação educativa do MEC [...] Roquette-Pinto criou a matriz de nada menos que quarenta e seis emissoras dedicadas a formação do cidadão brasileiro [...] (BOJUNGA, 1990).¹

Durante os 13 anos de sua existência, a Rádio Sociedade manteve uma programação estritamente cultural e foi a precursora da ideia do rádio educativo. Sua grade transmitia música clássica, notícias e comunicações científicas. O programa Ópera Completa, até hoje no ar na MEC FM, é desta época. A intenção, na verdade, nunca fora transformar a Rádio Sociedade em uma rádio escola. Para Beatriz Roquette-Pinto Bojunga, filha e espécie de braço direito do pai,

[...] ele queria mais uma cultura do que escola. Ele queria uma coisa mais geral [...] o ideal dele eu acho que seria aquilo como ele fez: era para irradiar boa música,

1. Entrevista gravada em 1990 para o programa radiofônico especial sobre Roquette-Pinto, veiculado na Rádio MEC, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.aminharadio.com/radio/brasil80_beatriz2>

era para ensinar as pessoas, enfim, textos bonitos, um bom jornal, limpo, sem direita, sem esquerda, sem frente, sem atrás, é um jornal corrido. Porque o ideal dele é que aquele pessoal todo que está no Brasil afora, ele dizia: “A Rádio é escola”, não é? Sem ser escola, quer dizer, um instrumento de instrução sem ser escola. (BOJUNGA, 1990).

Segundo Lilian Zaremba (2004), o caráter erudito da programação radiofônica seguramente contribuiu para deixar a emissora sob as asas do Ministério da Educação e Saúde, talvez por ser considerada mínima a sua utilidade como instrumento de propaganda populista. Mas o MES não possuía órgão competente para administrar serviço desta natureza, então o governo foi obrigado a baixar a lei número 378 de 13 de janeiro de 1937, criando o Serviço de Radiodifusão Educativa, “destinado a promover, permanentemente, a irradiação de programas educativos”. (MOREIRA, 2000, p. 24).

E são estes ideais que foram irradiados de 1936 até 1983 pela Rádio MEC AM e depois migrados para a nova MEC FM. A primeira grade de programação da MEC FM foi montada em 1985, dois anos depois da emissora ficar no ar em caráter experimental, com músicas aleatórias tocando ao longo do dia. A música clássica, que já era o carro-chefe no AM, desde os tempos da Rádio Sociedade, tinha agora sua emissora em estéreo. Programas históricos como Música e Músicos do Brasil, Som Infinito, Momento de Jazz e Ópera Completa fazem parte da grade até hoje.

A MEC FM nasce com uma bagagem de 60 anos de Rádio Sociedade/Rádio MEC. A programação já teve altos e baixos, fazendo com que a rádio quase fosse vendida nos anos 1990, assim como foi feito com a FM da Rádio Nacional, do Rio. Desde os anos 2000 a rádio segue a mesma linha editorial, o que ajudou a consolidar a audiência. Hoje, a MEC FM tem em sua grade 90% de música clássica apresentada em planilhas musicais ao vivo por locutores e programas temáticos conduzidos por especialistas. Os outros 10% da programação contemplam programas de Jazz e MPB, além de boletins de notícias.

Eles contam a história

Nesta parte do texto, teremos o relato de diversos profissionais da Rádio MEC, que contam como foi a criação da MEC FM. O produtor Lauro Gomes começou a carreira na Rádio MEC em janeiro de 1974 como Técnico em Programação Radiofônica. Em 1983, a convite do então diretor da rádio, Heitor Sales, Lauro se tornaria o primeiro coordenador da MEC FM.

Fundada em setembro de 1983, a MEC FM, começou a funcionar precariamente, transmitindo trechos da programação da AM. Por lei, a FM deveria funcionar normalmente até o final de 1985. Em 1º de julho de 1985, assumi como Chefe do Setor de Programação da FM e comecei a elaborar uma nova programação. Como a rádio havia extinto os seus corpos estáveis, tive que aproveitar vários

funcionários que optaram em ficar na rádio, ensinando-os como elaborar programas para emissora. Assim tivemos os casos: violinistas: Roberto Strutt, programas: “Música de Câmara” e “Valsas” – e Waldemar Szpilman: “Arranjos Orquestrais” – cantora Leda Coelho de Freitas: “Modinhas e Canções”, “Lied” (canções alemãs) e “Melodia Francesa”- pianista Miguel Proença: “Música e Músicos do Brasil” – corista Gulnara Bocchino: “Haëndel” e “Panorama Coral”. Novos contratados, o maestro Oswaldo Jardim: “Ópera em Resumo” e “Clássicos Populares” - Antonio Hernandez: “Noturno” (seleção de 2 horas de música para a madrugada) e Virginia Portas: “Em Pauta”. Tivemos então a volta de Arthur da Távola: “Robert Schumann, Romance e Tragédia” e “O Mundo de Maurice Ravel”. Concluí a grade aproveitando os antigos produtores da AM: Zito Baptista Filho: “Cantatas de Bach” e “Ópera Completa”, Lilian Zarembo, Rosette Vaisman, Sérgio Nepomuceno, Ida Bocchino, Arcy Mello, D. João Evangelista, Maurício Quadrio, Alfredo Canthé, Geraldo Guedes, Nelson Tolipan, Walter Maia, Sérgio Leal, Haroldo Costa, Rosalina Galvão, Isaac Karabtchevsky, Paulo Santos, Alberto Schatovsky, Priscila Rocha Pereira e Marlos Nobre. Além de chefiar, também produzia: “MEC Especial”, “Ontem e Sempre” (música popular), “O Classico”, “A Música no Romantismo” e “Especiais”. Para as manhãs, organizei a série “Bom Dia Musical”, gravado em módulos de 30 minutos, contendo somente música leve e alegre. Organizei 400 módulos que se revezavam diariamente. A rádio funcionava das 6 até as 2 da madrugada. Quis colocar a FM 24 horas no ar, fazendo das 2 até as 6, avant-première das grandes atrações do dia seguinte. Não foi possível porque não tínhamos técnico disponível para operar de madrugada. Em maio de 1989 fui nomeado Chefe do Serviço de Eventos Musicais. No dia 15 de agosto de 1989, fui deslocado novamente para a Chefia do Núcleo de Produção FM. Aposentei-me com 35 anos de serviços, em 30 de junho de 1994. Em 1996 chamado pela diretora Regina Salles, para elaborar os CD do selo “Repertório da Rádio MEC. (GOMES, 2016).

O radialista Betinho Monteiro foi o primeiro operador de áudio da Rádio MEC FM. Ele conta que em meados de 1982, a Rádio MEC, na ocasião apenas em AM, possuía uma programação com o perfil similar ao da atual MEC FM, voltada para a música clássica. Essa programação, que se iniciava e se encerrava ao som da Grande Fantasia Triunfal sobre o Hino Nacional Brasileiro pelas mãos de Guiomar Novaes, ia ao ar diariamente das 6 da manhã à meia-noite. Foi neste período que a emissora ganhou uma concessão de canal de FM, em 98,9MHz.

Imediatamente após a instalação e entrada em operação do transmissor, esse canal passou a repetir a programação da Rádio MEC AM. Mas havia um prazo estabelecido para que esse canal desse início a uma programação própria. Ainda em 1982, enquanto era discutido o perfil da nova emissora e a programação da MEC AM, foi montado um estúdio no 5 1/2 (bem em cima do estúdio Sinfônico), com os primeiros equipamentos estéreos

na emissora para acomodar a futura instalação da MEC FM, que passou a transmitir em caráter experimental, das 12 horas às 19 horas, uma programação feita apenas com discos de vinil. No repertório, discos inteiros de Paul Mauriat, Ray Conniff e afins, sem locução com o objetivo de testes e ajustes nos equipamentos no transmissor (MONTEIRO, 2016).

Betinho conta ainda que, na ocasião, ficou decidido que toda a produção e gravações da emissora passariam a ser em estéreo, para permitir que programas produzidos para AM também pudessem ser veiculados na FM e vice-versa.

Oscar Santiago é atualmente programador musical da Rádio MEC AM. Cacá, como é chamado pelos colegas da rádio, entrou na emissora em 1980, um pouco antes da criação da MEC FM, e comenta sobre duplicação do sonho de Roquette-Pinto, a criação de duas Rádios MEC:

Comecei a trabalhar na área técnica, onde entre outras tarefas, copiava alguns programas do *Projeto Minerva*, para outras emissoras do país. Em 1982/83, como a Rádio MEC ganhou o canal de FM, me solicitaram que ficasse colocando música para manter o sinal e o acompanhamento do pessoal do transmissor. Eu trabalhava na sala ao lado do estúdio montado no andar cinco e meio para a transmissão da emissora de FM. Então, eu vinha da faculdade, chegava na rádio por volta de meio-dia, passava na discoteca, selecionava vários *Long Plays* de MPB e levava para o estúdio. Fiquei fazendo isso por alguns meses, pois logo depois avisaram que a programação da AM iria ser veiculada na MEC FM. E assim foi feito. Em 1983/84, tirando alguns programas educativos, foi preservado mais, os programas de música clássica, e a FM montou a grade de programação. As emissoras AM e FM, transmitiam de 6 horas às 24 horas. Em 1984, fui trabalhar na produção da MEC AM, e no ano seguinte, fui chefiar o setor de programação da Emissora AM, que passaria aos poucos a ter uma programação de MPB. Assim, contratamos dois programadores da JB (Célio Alzer e Fernando), para juntos montarmos um *playlist* de MPB de qualidade. A programação da MEC FM seguia com música clássica e a MEC AM, com programas educativos, alguns de música clássica e planilhas de música popular. Concluí a faculdade de Direito, em 1989, e acreditava que aos poucos, deixaria o rádio para me dedicar aos novos projetos. Mas isso, nunca aconteceu. Até hoje continuo trabalhando na MEC, com mais dedicação e respeito pelo rádio e principalmente pela Rádio MEC. (SANTIAGO, 2016).

Cacá Santiago (2016) destaca ainda algumas pessoas com quem trabalhou na Rádio MEC e fizeram parte da história da emissora: Floriano Faissal (produtor, diretor de gravação); Suzana Luz (produtora), Regina Ghiaroni (produtora); Armando Troia (diretor); Sérgio Chapelin (locutor); Paulo Henrique Cardoso (diretor); Gilberto Milfon (produtor); Paulo Flores (locutor); Cid Moreira (locutor); Paulo Márcio (locutor); Eliakim Araújo (locutor); Oscar Cosme

(operador de áudio); Maravilha Rodrigues (locutora); Hamilton Reis (Chefe da técnica); Anita Taranto (locutora); Oscar Costa (Chefe da técnica); Paulo Santos (locutor); Paulo Tapajós (produtor/apresentador); Luciano Alves (locutor); Carlos Cardoso (operador); Guilherme Figueiredo (produtor e apresentador); David Tapajós (locutor); Nisia Nóbrega (produtora e apresentadora); Mauro Cintra (operador); Arthur da Távola (produtor e apresentador); João Henri-que(Coordenador/Produção); Ricardo Cravo Albin (produtor e apresentador); Rosa Maria (professora); Isaac Zaltman (locutor); Lídia Costa (professora); Guilherme de Souza (locutor); Maridea Macedo (professora); Giuseppe Ghiaroni (produtor, redator, Regina Salles (professora/diretora); Lauro Fabiano (locutor); Katia Cardoso (locutora); Paulo Scalabrini (locutor); Elaine Thomé (locutora); Paulo Salgado (Chefe de Produção e programação); Lúcia Sckrelli (secretária); Mário Cunha (Chefe administrativo); Marilene Duarte (locutora); Heitor Salles (diretor); Edino Krieger (Maestro); Alceu Bocchino (Maestro); Gulnara Bocchino (produtora/Chefe); Milton Macieira (operador de áudio); Mario Lúcio (operador de áudio); Jorge Guilherme (diretor); Luiz Carlos Saroldi (produtor); Ney Hamilton (produtor); Hilton Abi Rihan (apresentador); Iata Anderson (produtor); Tiago Alves (apresentador); Liara Avelar (produto-ra/Chefe); Laerte Afonso (operador); Sérgio Natureza (programador); Cadu Freitas (apresentador) e Marcelo Guima (produtor).

A jornalista Heloísa Fischer foi coordenadora da Rádio MEC FM em 1997. Neste período, a rádio ganhou uma renovação geral. Heloísa trazia do mercado a sua experiência em diversas rádio privadas, em especial a única rádio brasileira comercial de música clássica, a Opus 90. O contato de Heloísa com a MEC FM foi além do seu um ano na coordenação. Heloísa seguiu parceira da MEC FM com a Revista VivaMúsica! Por quinze anos. Ela descreve o período como um “contato mágico com a multidão calorosa e anônima que é o público” – tomando aqui emprestadas as palavras do sociólogo Jean Baudrillard.

Este longo tempo de comunhão e comunicação constituiu um nutriente fundamental para o ecossistema estabelecido em torno da marca Viva-Música!. Os ouvintes dos diversos programas que produzi e apresentei MEC FM nos anos 1990, 2000 e 2010 colaboraram, de forma calorosa e anônima, para o viço das demais iniciativas do projeto, ao longo de duas décadas de existência. Influenciaram meus caminhos profissionais e, especialmente, me inspiraram também como ouvinte. Serei sempre grata a todos e a cada um. Na comemoração dos oitenta anos da Rádio MEC, celebro os colegas de hoje, de ontem e de amanhã. Parabéns pela tão importante quanto árdua missão de garantir o espaço para a transmissão da música clássica no *dial* e na internet. Muito obrigada por salvaguardar esse lugar de contato mágico. (FISCHER, 2016).

O músico e radialista Servio Tulio chegou na Rádio MEC FM em 1997. Antes disso, trilhou caminhos radiofônicos desde 1985, quando, a convite da jornalista Esther Lúcio Bittencourt,

passou a integrar a equipe de produtores do N.A.V. (Núcleo Áudio Visual da UFF), um projeto/convênio do IACS (Instituto de Arte e Comunicação Social da UFF), com a Rádio Fluminense AM. Trabalhou ainda na Rádio Jornal do Brasil, onde atuou como produtor executivo e programação musical sob a direção de Luiz Carlos Saroldi (AM) e Antônio Hernandes (Clássicos em FM).

Na MEC, comecei como programador musical e produtor de alguns especiais avulsos, e dando continuidade a programas semanais ou diários que já existiam na grade como “Os Solistas”, “Série integral”, “Concerto MEC”, e alguns outros, sob a direção artística de Heloísa Fischer e a direção de Teresa Fagundes, que então era a líder da FM. Aos poucos, junto com a programação, comecei a produzir algumas séries de minha autoria, que foram aprovadas pela direção, e aos poucos passaram a integrar a grade de programação, como “Nas Asas da Canção” (um programa semanal sobre canções/Lieder e poesia), o “Sarau” (série diária abordando o universo da música ligeira), “Na trilha do Cinema” (trilhas de filmes), “Radar” (série diária abordando lançamentos, gravações consagradas e curiosidades do mundo fonográfico de concerto), “Clube do Laser” (lançamentos) e “Tempos Modernos” (Uma coprodução/parceria com Lilian Zaremba, abordando a música moderna e contemporânea). No ano (esqueci a data), fui informado pela então gerente das emissoras Maristela Rangel, que meu nome fora indicado para ser o novo diretor da MEC FM. A princípio, não aceitei, uma vez que meu interesse em rádio é a área da pesquisa e produção, além de que também tinha minhas tarefas a cumprir como músico. Porém, apoiado pela equipe, os produtores Zito Baptista Filho, Lauro Gomes e Artur da Távola, entre outros, aceitei o cargo temporariamente na condição de que ficaria até que tivessem um outro profissional em vista, o que não aconteceu, uma vez que o quadro político do país mudou, as chefias mudaram, e o diretor Orlando Guilhon me manteve como líder da FM. Com a valiosa assessoria de Paulo Neto e a ajuda do então estagiário Thiago Regotto. Iniciamos um período intenso e fértil, no qual juntos tentamos melhorar nossas condições de trabalho e dar um novo impulso à programação da emissora. Apesar dos poucos recursos tecnológicos, conseguimos catalogar digitalmente o acervo da discoteca, de modo que a confecção da produção musical ficasse mais ágil. Os CDs começaram a ser digitalizados e catalogados em computadores. Procuramos dar mais leveza e modernidade à estética sonora, com vinhetas e chamadas dos programas e a escolher trilhas de acordo com cada horário. Passamos a divulgar e a contar mais com a presença dos músicos na rádio, alguns deles grandes colaboradores. A grade de programação e seus programas ganharam novos contornos, de modo que a grande variedade musical com seus diferentes gêneros não se chocassem nem causassem estranheza ao ouvinte, tornando assim a escuta mais fluida, e sua narrativa mais leve. Até que chegou o dia em que eu resolvi que minha missão estava cumprida. Revelei à diretora Beth Carmona que eu queria retornar aos meus afazeres e pesquisas de produtor, músico e programador. Atividades

as quais continuei exercendo com a chegada do novo líder contratado da FM, Marcelo Brissac, junto com quem logo depois, passei a produzir a série “Música de invenção”, um programa inteiramente dedicado aos novos compositores e movimentos da vanguarda musical universal. Também data deste período, a série semanal “Café Concerto”, abordando operetas, música de salão e de cabaret da primeira metade do século XX. (TULLIO, 2016).

O músico e produtor Marcelo Brissac foi coordenador da MEC FM de 2004 a 2014. Ele conta no relato a seguir, como foi seu trabalho à frente da programação da rádio.

Tinha uma grande expectativa, pois ia trabalhar com compositores e músicos do segmento da música de concerto que já faziam parte do meu repertório de escuta e também de músico flautista que sou. O desafio era grande e os recursos para investimento em contratações de profissionais e de conteúdos limitados. No primeiro momento comecei a fazer uma análise com a escuta de todos os produtos da emissora, bem como das vozes, narrações de jornalismo e dos programas. A grade da MEC FM, naquela época se dividia em programas, planilhas musicais e noticiários. Passados mais ou menos três meses, já tinha a percepção do que era toda a programação da MEC FM, haviam problemas sérios nos programas gravados, nas locuções ao vivo, nas planilhas musicais, nos noticiários, nas vinhetas e também no desenho sonoro que envelopava toda a programação da rádio. A proposta que fiz ao diretor da emissora naquele começo de 2005, pois tinha começado a trabalhar em dezembro de 2004, foi de imprimir uma grande mudança no quadro de pessoas que lá trabalhavam, mas como já havia dito os recursos eram poucos e não seria possível acontecer uma mudança radical, no sentido de contratação de outros profissionais do mercado. Confesso que no primeiro momento pensei em desistir deste projeto, mas ao contrário disto comecei a efetuar mudanças dentro dos limites possíveis que tinha em mãos. A primeira etapa foi acertar o “relógio” da programação, ou seja, acontecia de forma quase que diária, ocorrerem atrasos ou falta de tempo na programação, isso acontecia, pois quando um programa gravado, oscilava em sua duração com 53, 50, 49 ou mesmo 63, 62 minutos, logo tudo ia encavalando e resultava, por exemplo em 3 horas da tarde não ser 3 horas, mas 3 horas e 3 ou 4 minutos! Também contribuía muito os informativos não terem um formato de duração fixo, então as vezes tínhamos estes com 3 minutos, 4 minutos ou mais e com 1, 2 ou até 3 sonoras! A partir daí estipulei, em conjunto com o setor de jornalismo das rádios que os noticiários seriam com 3 minutos e no máximo com uma sonora, os programas teriam a duração mínima de 52 minutos e máxima de 57 e as chamadas dos programas ou de serviços e divulgações no máximo 30 segundos. Com isso consegui que a MEC FM acertasse o seu relógio e seguimos em frente. Uma próxima etapa foi rejuvenescer o repertório da emissora, pois sentia que uma rádio que se dedica quase que em 100% para a música clássica e tendo a

grande dificuldade da falta de recursos financeiros, ou seja, como adquirir novos materiais que não param de sair no mercado fonográfico deste segmento musical tão profícuo e exuberante? Existia uma pequena verba mensal (R\$300,00) para a compra de discos para o acervo da rádio, mas era muito pouco, pois a grande parte do que é publicado, vem de fora do país! A saída era conseguir doações através dos selos, gravadoras, ouvintes e também do contato direto com músicos, compositores e instituições de música ou culturais. As respostas começaram a surgir e em pouco tempo começamos a receber títulos novos através destas parcerias. Após estas etapas iniciais iniciei uma análise dos programas que existiam e que precisariam ser melhorados em seus conteúdos, apresentação e estarem mais sintonizados com as datas de efemérides do mundo da música, ou mesmo, dos acontecimentos da cidade. Temos no Rio de Janeiro várias entidades, salas de concerto, orquestras, grupos de câmara e solistas, como estratégia da nossa diretoria na época começamos a envolver todos estes entes ativos da sociedade, para que se tornassem parceiros da emissora pública e que a todos pertence! Comecei a conversar com vários destes atores do cenário da música clássica carioca e também do Brasil e fora dele. Alguns resultados surgiram rapidamente, como a parceria com a Sala Cecília Meireles, a série Música no Museu, a Orquestra Sinfônica Brasileira, a RTP e alguns outros, com isso a nossa programação começa a enriquecer e mostrar uma outra face possível, fizemos várias transmissões de concertos externos, ampliamos o nosso repertório de acervo e em consequência aumentamos o nosso público ouvinte. Neste recorte dos conteúdos dos programas que existiam, comecei a analisar o que estava faltando, pois uma programação com este perfil que abrange desde o período medieval e chega aos dias de hoje, ainda teria carência de repertórios. A conclusão foi de que o cenário musical atual, ainda estava com defasagens, como por exemplo a música eletroacústica, as experimentações de rádio arte, a literatura, o jazz moderno, a música do mundo, enfim ainda havia um terreno fértil a ser explorado. Começamos aos poucos a contratação alguns produtores, outros chegaram como parceiros e alguns com propostas de séries limitadas sobre determinados assuntos da história da música, como música antiga, música de cinema, música de cabaré, música contemporânea sem fronteiras, jazz moderno, música eletroacústica, música para o violão, ciclos sobre compositores e muito mais! Acredito que neste período que fiquei como coordenador da MEC FM, foi cheio de acertos, e, erros é claro, mas com certeza a emissora foi profunda, intensa e com uma boa visibilidade aos ouvintes e a sociedade. Ainda temos muito trabalho e várias dificuldades para enfrentar, mas como disse o poeta Augusto de Campos. (BRISSAC, 2016).

Conclusão

A Rádio MEC, emissora que serviu de referência por muitos anos para o rádio educativo, após a sua incorporação pela EBC e a junção operacional com a Rádio Nacional – emissora com DNA comercial e de rádio oficial –, deixou uma lacuna entre o rádio educativo de até então e um novo rádio público, que ainda não decolou. Partindo dos modelos macros da MEC e da Nacional, para entendermos o cenário, percebemos uma predominância pelo modelo

de programação de entretenimento e notícia da Nacional em detrimento do educativo e cultural da MEC. Este direcionamento pode ser observado mais claramente na TV Brasil, que unificou a programação educativa da TVE e a estatal da TV Nacional.

Podemos identificar alguns caminhos para o rádio público feito pela MEC FM com o apoio da obra *Oito maneiras do rádio educar*, de Mauro Sá Rego (2003, p.11). No texto, o autor apresenta reflexões desenvolvidas a partir de um estudo sobre as várias formas de rádio – das rádios comunitárias e educativas às rádios experimentais e o universo da rádio-arte, incluindo as experiências de rádio *on-line*, na internet. Um exemplo, vê-se na terceira forma. Neste item Mauro trata dos programas de alfabetização em mídia, que buscam criar ou aumentar a capacidade crítica de crianças e adolescentes em relação ao rádio e à TV. Na Rádio MEC FM, programas como *Observatório da Imprensa*, *Blim-blem-blom*, *Caderno de Música* e *Rádio Mirabilis* desenvolvem este papel. Na quinta forma, Mauro aborda a abertura dos ouvidos para a música contemporânea, algo presente diariamente na programação musical da Rádio MEC FM. A sexta e a sétima forma tratam do uso da linguagem literária no rádio como roteiro radiofônico e com função educativa. Experiências como o *Falando com Verso*, *Supertônica*, *Rádio Arte!* e *Música de Invenção* marcam esta forma do rádio educar na grade da MEC FM.

Com a criação da EBC tentaram unificar as rádios MEC e Nacional, tudo com o nome da última, matando o modelo de rádio desenvolvido por Roquette-Pinto em 1923. A mobilização da sociedade foi muito grande. Algumas questões não foram analisadas quando se pensou em tomar este caminho. Na televisão, a fusão da programação da TV Nacional de Brasília e da TVE do Rio funcionou, pois já existia uma programação em comum entre as duas emissoras, sendo a TV Nacional afiliada da TVE por muitos anos.

Outro ponto esquecido foi que o rádio é local. Criar uma programação nacional com momentos locais como em TV é o início do fim de uma rádio. Algo muito importante neste caso é a grande diferença de perfil de programação da Nacional AM RJ e da MEC FM RJ. Criar uma única rádio com um *mix* das duas rádios seria uma colcha de retalhos. Um último, e não menos importante dado, é o fato da MEC FM ser uma das únicas rádios no Brasil que toca música clássica.

A atitude mais correta, na época, era ter conseguido um novo canal de FM para a Rádio Nacional AM RJ, deixando a MEC FM seguir com a programação educativa e cultural. Um leque de programações de rádio é algo comum nos sistemas públicos pelo mundo. A BBC tem diversas programações de rádio, sendo a Rádio 3 uma emissora clássica no mesmo perfil da MEC FM. O mesmo fato existe na RTP portuguesa, na RAI italiana e na RNA argentina. Ao se pensar em um sistema de rádios públicas brasileiras, não podemos deixar de considerar o histórico que herdamos, na obrigação de diversidade e, nos tempos atuais, no diálogo com o universo digital.

Referências

- BOJUNGA, Beatriz Roquette-Pinto. **Beatriz Roquette-Pinto**: depoimento [1990]. Aminharadio. Disponível em: <http://www.aminharadio.com/radio/brasil80_beatriz2> Acesso em: 20 de jun. 2014.
- BRISSAC, Marcelo. **Marcelo Brissac**: entrevista. Entrevistador: Thiago Regotto. Rio de Janeiro, em em 01 set. 2016.
- COSTA, Mauro J. Sá Rego. Oito maneiras do rádio educar. **Revista Polêmica** n.11, 2003. Disponível em: <www2.uerj.br/~labore>.
- FISCHER, Heloisa. **Heloisa Fischer**: entrevista. Entrevistador: Thiago Regotto. Rio de Janeiro, em em 13 set. 2016.
- GOMES, Lauro. **Lauro Gomes**: entrevista. Entrevistador: Thiago Regotto. Rio de Janeiro, em 15 set. 2016.
- MILANEZ, Liana (Org). **Rádio MEC: herança de um sonho**. Rio de Janeiro: ACERP, 2007.
- MONTEIRO, Roberto. **Roberto Monteiro**: entrevista. Entrevistador: Thiago Regotto. Rio de Janeiro, em 02 set. 2016.
- MOREIRA, Sonia Virgínia. **O Rádio no Brasil**. Rio de Janeiro: Mil Palavras, 2000.
- PBS. **How PBS Works**. Disponível em: <<http://www.pbs.org/about/>>. Acesso em: 20 de jun. 2014.
- REGOTTO, Thiago. Fluxo Local, Regional e Internacional de Conteúdo em Rádios Públicas Brasileiras: Um Pouco de História e Perspectivas de Evolução. **Anais Intercom** - Rio Grande do Sul: 2010.
- RODRIGUES, Diogo et al. **Sistemas Públicos de Comunicação no Mundo**: experiências de doze países e o caso brasileiro. São Paulo: Paulus, Intervezes 2009.
- SANTIAGO, Oscar. **Oscar Santiago**: entrevista. Entrevistador: Thiago Regotto. Rio de Janeiro, 12 set. 2016.
- TÚLIO, Servio. **Túlio Servio**: entrevista. Entrevistador: Thiago Regotto. Rio de Janeiro, em 05 set. 2016.
- UNESCO. **Public Broadcasting: Why? How?** Unesco, 2001. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001240/124058Eo.pdf>>. Acesso em: 05 mai 2015.
- ZAREMBA, Lilian. Rádio Suíte: ecos da Rádio Sociedade numa FM do século 21. **Anais** do II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, Florianópolis, 2004.
- ZUCULOTO, Valci R. M. **A Construção histórica da programação de rádios públicas brasileiras**. Tese (Doutorado em Comunicação) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2010.

SOBRE OS AUTORES



Adriana Maria Donini

Graduada em Comunicação Social – habilitação em Jornalismo pela Universidade do Sagrado Coração (USC). Mestra em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), câmpus de Bauru. Desenvolve estudos na área de história do rádio. Autora do livro *No ar: Rádio em Botucatu, anos 1950 a 1970*.



Ana Baumwordel

Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense e Mestre em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (1999). Professora Associada e Pesquisadora da área de Rádio do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense. Líder do Grupo de Pesquisa Mídia Sonora e Juventude que tem como objetivo contribuir para a teorização sobre a função da mídia sonora na educação de jovens. Coordenadora do Projeto de Extensão Universidade no ar, desde 1996. Organizadora do livro *Vargas, agosto de 1954: a história contada pelas ondas do rádio* e autora de vários artigos e capítulos de livros.



Dóris Fagundes Haussen

Doutora e mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo. Desenvolveu pesquisa de Pós-Doutorado na Universidade Autônoma de Barcelona. Atualmente é Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, e Professora titular da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, onde atua na Graduação e na Pós-Graduação em Comunicação Social.



Edgard Patrício

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará. Professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFC. Integrante do Grupo de pesquisa Mídia, Política e Cultura. Co-organizador do livro *Sintonia Infância - uma trajetória de comunicação para a garantia dos direitos infante-juvenis* (2012) e autor de dezenas de artigos sobre educação e comunicação. Autor dos seguintes capítulos de livros: *Aportes para uma História do Rádio 'Escolar' no Brasil* (2012), *The Wave Is for Sure: The Radio-School in the Socio-cultural Management of Learning* (2012), *Cartografias da credibilidade no radiojornalismo educativo* (2011), *A dimensão da comunicação educativa no contexto do semi-árido: a experiência do Catavento Comunicação e Educação* (2006) dentre outros. Prêmios ACI – Jornalismo Radiofônico da Associação Cearense (1998) e (1997).



Elton Bruno Barbosa Pinheiro

Professor da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. Doutorando em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Comunicação e Culturas Midiáticas e Bacharel em Comunicação Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Pesquisador do Observatório da Radiodifusão Pública na América Latina, Membro do Grupo de Pesquisa em Rádio e Mídia Sonora da Intercom e Líder do Núcleo de Estudos e Produção Digital em Linguagem Sonora (FAC/UnB). E-mail: eltonbruno@unb.br.



Graziela Mello Vianna

Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da USP (ECA-USP) com estágio de doutoramento no Centre de Sociologie de Innovation (CSI) em Paris. É Professora adjunta do departamento de Comunicação da UFMG, onde coordena o grupo de pesquisa GRIS (Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade) e o GRISsom (Grupo de pesquisa e extensão sobre linguagens sonoras, ruídos e canções). Desenvolve pesquisas relacionadas ao rádio e a linguagens sonoras. E-mail: grazielavmv@gmail.com.



Izani Mustafá

Doutora em Comunicação Social (PUCRS) e mestre em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Bolsista Qualitec do AudioLab - Laboratório de Áudio da Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (AudioLab/FCS/UERJ). É professora UERJ e faz parte do Grupo de Pesquisa (GP) Mediações e Interações Radiofônicas, listado no CNPq. É investigadora do Centro de Estudos de Comunicação e Cultura (CECC), da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa (Lisboa/PT). Foi gerente da Unidade de Radiodifusão - Rádio Joinville Cultural FM (105.1 - Educativa).



Leandro Olegário

Doutorando em Comunicação Social pela PUCRS, jornalista e radialista. Atualmente é coordenador do curso de Jornalismo e professor na Faculdade de Comunicação Social do Centro Universitário Ritter dos Reis – UNIRITTER, em Porto Alegre, RS. Atuou como repórter e apresentador em diferentes veículos dos grupos RBS, Bandeirantes, Record e Fundação Cultural Piratini. É autor do livro *Radiojornalismo e Síntese noticiosa*, (Metamorfose, 2016). Concentra sua agenda de pesquisa em Radiojornalismo e Telejornalismo, com ênfase nas práticas profissionais e processos sociopolíticos nas mídias. É membro do Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora – Intercom e do Grupo de Pesquisa do CNPq de Televisão e Audiência- GPTV.



Lena Benzecry

Jornalista, Produtora Editorial e Doutora em Comunicação e Cultura pela ECO-UFRJ. Integrante do Grupo de Pesquisa Mediações e Interações Radiofônicas, listado no CNPq e coordenado pelo Prof. Marcelo Kischinhevsky (UERJ), é autora do livro *O samba no rádio. Do Rio para o Brasil* (Editora Appris, 2017). E-mail: lena.benzecry@gmail.com.



Luciano Klöckner

Professor de Radiojornalismo da Faculdade de Comunicação Social (Famecos), da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Autor do livro *O Repórter Esso, a síntese radiofônica mundial que fez história*.



Luiz Artur Ferraretto

Professor do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Formado em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo Gráfico e Audiovisual pela mesma instituição (1986), onde também concluiu o mestrado (2000) e o doutorado (2005) no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação. Com a jornalista Elisa Kopplin, escreveu *Técnica de redação radiofônica* (1991) e *Assessoria de imprensa, teoria e prática* (6ª edição em 2009). São de sua autoria: *Rádio – O veículo, a história e a técnica* (3ª edição em 2007), *Rádio no Rio Grande do Sul (anos 20, 30 e 40): dos pioneiros às emissoras comerciais* (2002), *Rádio e capitalismo no Rio Grande do Sul: as emissoras comerciais e suas estratégias de programação na segunda metade do século 20* (2007) e *Rádio – Teoria e prática* (2014).



Nélia R. Del Bianco

Doutora em Comunicação/Jornalismo pela ECA-USP, com estágio de pós-doutorado na Universidade de Sevilha e mestre em Comunicação pela Universidade de Brasília. É professora dos Programas de Pós-graduação em Comunicação da UnB e UFG. Foi coordenadora do GT Rádio da Intercom (1995-2000) e integrou a diretoria da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação como vice-presidente (2008-2011) e diretora de documentação (2011-2014). Publicou dezenas de artigos em periódicos científicos nacionais e internacionais e capítulos de livros sobre a condição do rádio na sociedade contemporânea, tendências e perspectivas da programação radiofônica e o impacto das inovações tecnológicas na configuração de conteúdos e formatos do rádio. Organizou os livros *O Rádio Brasileiro na Era da Convergência* e *Desafios do Rádio no Século XXI*. É co-fundadora do Observatório da Radiodifusão Pública na América Latina.



Roseane Andrelo

Professora do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Formada em Comunicação Social: Jornalismo e mestre em Comunicação, pela Unesp Bauru, e doutora em Educação Escolar, pela Unesp Araraquara. Desenvolveu estágio na Université Paris III – Sorbonne Nouvelle, como bolsista da Capes. Tem se dedicado a pesquisas sobre mídia-educação, rádio educativo e formação de competências em comunicação em organizações.



Thiago Regotto

Mestrando em Comunicação, Educação e Cultura pela UERJ (2013), possui MBA em TV Digital, Radiodifusão e Novas Mídias pela UFF (2012), pós-graduação em Marketing pela UFRJ (2008) e graduação em Comunicação Social (habilitação em Jornalismo) pela FACHA (2005). Tem experiência nas áreas de Comunicação Pública e Rádio. Atualmente é Coordenador de Programação, Produtor e Programador Musical da Rádio MEC FM.



Valci Regina Mousquer Zuculoto

Professora do Curso de Graduação e da Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É jornalista formada pela UFRGS, mestre e doutora em Comunicação pela PUCRS e pós-doutora pela Eco/UFRJ. Subcoordenadora do POSJOR/UFSC- Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, conselheira do FNPJ – Fórum Nacional de Professores de Jornalismo e diretora da FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas. Atualmente, coordena o Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora da Intercom e a webemissora laboratório Rádio Ponto UFSC. Já coordenou o GT História da Mídia Sonora da Alcar – Associação Brasileira de Pesquisadores em História da Mídia e foi diretora da rádio pública FM Cultura de Porto Alegre. É pesquisadora e uma das líderes do GIRAFÁ– Grupo de Investigação em Rádio, Fonografia e Áudio e do Núcleo de Pesquisa em Identidade, Formação e Trabalho Jornalístico no POSJOR/UFSC. Autora dos livros *A programação de rádios públicas brasileiras* e *No Ar – A história da notícia de rádio no Brasil*.



Vânia de Almeida Gomes

É bacharel em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, especialista em Produção Cultural pelo Instituto Federal do Rio de Janeiro e Mestre em Estudos Luso-Brasileiros / Mídia e Mediação Cultural pela Universidade Blaise Pascal.

